



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXV - Nº 016 - QUARTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL		
<b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP) <b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Marconi Perillo - (PSDB-GO) <b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Serys Slhessarenko - (PT-MT) <b>1º SECRETÁRIO</b> Heráclito Fortes - (DEM-PI) <b>2º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI)		<b>3º SECRETÁRIO</b> Mão Santa - (PSC-PI) <b>4ª SECRETÁRIA</b> Patrícia Saboya - (PDT-CE)
		<b>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b> 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

<b>Maioria</b> <b>(PMDB/PP) - 18</b> <b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b> Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior ..... <b>Líder do PMDB - 17</b> <b>Renan Calheiros</b> Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7) Neuto De Conto <b>Líder do PP - 1</b> <b>Francisco Dornelles</b>	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19</b> <b>Líder</b> <b>Aloizio Mercadante - PT</b> Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella ..... <b>Líder do PT - 11</b> <b>Aloizio Mercadante</b> Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) <b>Líder do PR - 3</b> <b>João Ribeiro</b> <b>Líder do PSB - 2</b> <b>Antonio Carlos Valadares</b> <b>Líder do PRB - 2</b> <b>Marcelo Crivella</b> <b>Líder do PC DO B - 1</b> <b>Inácio Arruda</b>	<b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> <b>(DEM/PSDB) - 28</b> <b>Líder</b> <b>Raimundo Colombo - DEM (1)</b> Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana ..... <b>Líder do DEM - 14</b> <b>José Agripino</b> Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,9) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes <b>Líder do PSDB - 14</b> <b>Arthur Virgílio</b> Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
<b>PTB - 7</b> <b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b> Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	<b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>José Nery - PSOL</b>	<b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
	<b>PV - 1</b> <b>Líder</b> <b>Marina Silva - PV</b>	
<b>PDT - 6</b> <b>Líder</b> <b>Osmar Dias - PDT</b>	<b>PSC - 1</b> <b>Líder</b> <b>Mão Santa - PSC</b>	

**Notas:**

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09, conforme Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09.
9. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.

EXPEDIENTE	
<b>Haroldo Feitosa Tajra</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 15ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2010

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Comunicação da Presidência

Destinação do tempo do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária para reverenciar a memória da Dra. Zilda Arns Neumann, fundadora da Pastoral Nacional e Internacional da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa; do Dr. Luiz Carlos Costa, representante da ONU; e dos militares brasileiros vitimados pelo terremoto no Haiti, de acordo com o Requerimento nº 65, de 2010, do Senador Flávio Arns e outros Senhores Senadores..... 03959

#### 1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Mão Santa)

#### 1.2.3 – Oradores

Senador Flavio Arns .....	03960
Senador Pedro Simon.....	03962
Senadora Fátima Cleide .....	03965
Senador Mozarildo Cavalcanti .....	03967
Senador Eduardo Suplicy .....	03968
Senador Sérgio Zambiasi .....	03970
Senador João Pedro .....	03973
Senador Jefferson Praia .....	03974
Senador Romeu Tuma .....	03975
Senador Osmar Dias .....	03978
Senador Heráclito Fortes .....	03979
Senador Antônio Carlos Valadares.....	03981
Senador Paulo Paim .....	03982
Senador Eduardo Azeredo .....	03984
Senadora Patrícia Saboya .....	03985
Senadora Rosalba Ciarlini .....	03986
Senador José Agripino.....	03988
Senadora Kátia Abreu.....	03989
Senadora Lúcia Vânia .....	03992
Senador José Nery .....	03993
Senador Arthur Virgílio.....	03997
Senadora Ideli Salvatti .....	04002

#### 1.2.4 – Fala da Presidência (Senador Flávio Arns)

#### 1.2.5 – Oradores (continuação)

Senador Marconi Perillo (art. 203 do Regimento Interno) ..... 04006

Senador Flexa Ribeiro (art. 203 do Regimento Interno) ..... 04008

#### 1.2.6 – Suspensa às 20 horas e 29 minutos, a sessão é reaberta às 20 horas e 33 minutos

#### 1.2.7 – Comunicações da Presidência

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Centenário de Nascimento de Tancredo Neves, convocada para o dia 3 de março do corrente, quarta-feira, às dez horas, será realizada no Plenário do Senado Federal..... 04012

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se dia nove de março do corrente, terça-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e a agraciar as vencedoras do Diploma da Mulher-Cidadã Bertha Lutz..... 04012

#### 1.2.8 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 72, de 2010, lido em sessão anterior. **Aprovado.** ..... 04012

#### 1.2.9 – Pareceres

Nº 88, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 799, de 2009 (nº 1.475 /2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Letônia, assinado em Riga, em 9 de junho de 2008.*..... 04013

Nº 89, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 56, de 2010, de autoria do Presidente da República, que *submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil na vaga da Senhora Maria Celina Berardinelli Arraes.* ..... 04018

### 1.2.10 – Aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia

Nº 20, de 2010, de 18 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.505, de 2009, do Senador Arthur Virgílio. .... 04021

### 1.2.11 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Tribunal de Contas da União, do Aviso nº 57/2010, de 3 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 132/2010, proferido nos autos do TC 005.996/2004-6, bem como do Relatório e do voto que o fundamentam, em resposta ao Requerimento nº 373, de 2004, do Senador Antero Paes de Barros. .... 04021

### 1.2.12 – Leitura de Projetos

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta o § 7º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a educação para o trânsito na educação básica*. .... 04022

Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2010, de autoria do Senador José Nery, que *altera o § 4º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940-Código Penal, para agravar as penas dos crimes de homicídio e lesões corporais motivados por discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, orientação sexual ou procedência nacional*. . 04025

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2010, de autoria do Senador Antonio Carlos Junior, que *acrescenta § 4º ao art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o pagamento do salário-maternidade no caso de micro e pequenas empresas com dez anos ou menos empregados e dá outras providências*. .... 04028

### 1.2.13 – Leitura de requerimentos

Nº 82, de 2010, de autoria da Senadora Marisa Serrano, *solicitando informações ao Ministro de Estado dos Transportes*. .... 04032

Nº 83, de 2010, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando informações ao Ministro das Relações Exteriores*. .... 04033

Nº 84, de 2010, de autoria do Senador Marconi Perillo, *solicitando voto de aplauso ao sociólogo Bolívar Lamounier*. .... 04041

Nº 85, de 2010, de autoria do Senador Marconi Perillo, *solicitando voto de aplauso ao empresário rural Milton Fries*. .... 04043

Nº 86, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Escola de Samba Reino Unido da Liberdade*. .... 04043

Nº 87, de 2010, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Escola de Samba Vitória-Régia*. .... 04045

Nº 88, de 2010, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de pesar pelo falecimento de Luiz Tenório de Lima*. .... 04046

Nº 89, de 2010, de autoria do Senador José Nery, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Presidente do PCdoB do Estado do Pará, Camarada Neuton Miranda*. .... 04048

### 1.3 – ORDEM DO DIA

### 1.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

### 1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

### 1.4.1 – Discursos

SENADOR PAULO PAIM – Registro do falecimento do líder sindical Luis Tenório de Lima, o Tenorinho, ocorrido em 23 de janeiro, relatando sua vida de luta e enviando voto de pesar aos familiares e ao Movimento Sindical. .... 04068

SENADOR JAYME CAMPOS – Homenagem à memória do ex-Senador Jonas Pinheiro, por ocasião do transcurso dos dois anos de seu falecimento. .... 04069

SENADOR MÃO SANTA – Repúdio à possibilidade de intervenção no Governo do Distrito Federal. Convite para o lançamento do livro de S. Ex<sup>a</sup>, *Minha Vida no Senado*, no próximo dia 27, sábado, na cidade de Parnaíba, no auditório do Hotel Cívico. Registro de atividades desenvolvidas pelo Partido Social Cristão – PSC. .... 04071

SENADOR INÁCIO ARRUDA – Votos de pesar pelo falecimento de Neuton Miranda e Luiza Gurjão Farias. .... 04074

SENADOR JOSÉ NERY – Voto de pesar pelo falecimento de Neuton Miranda. .... 04077

### 1.4.2 – Leitura de requerimentos

Nº 90, de 2010, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando voto de aplauso ao cientista brasileiro Dr. Walter Colli*. .... 04078

Nº 91, de 2010, de autoria do Senador Sadi Cassol, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator e humorista Antonio Arnaud Rodrigues*. ... 04078

Nº 92, de 2010, de autoria do Senador Cristovam Buarque, *solicitando a oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008*. .... 04079

Nº 93, de 2010, de autoria do Senador Adelmir Santana, *solicitando a oitiva da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2003*. .... 04079

Nº 94, de 2010, de autoria do Senador Adelmir Santana, *solicitando a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2003*. .... 04079

Nº 95, de 2010, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, *solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2009*. .... 04079

Nº 96, de 2010, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, *solicitando a tramitação conjunta do*

*Projeto de Lei do Senado nº 562, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2009, por versarem sobre o mesmo tema.....* 04079

#### 1.4.3 – Pareceres

Nºs 90 e 91, de 2010, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2007 (nº 405/1999, na Casa de origem, do Deputado José Pimentel), que *proíbe as empresas prestadoras de serviços de cobrar dos contratados pela expedição de certidões ou declarações e altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.....* 04080

Nº 92, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2008 (nº 1.040/2007, na Casa de origem, do Deputado Regis de Oliveira), que *altera o parágrafo único do art. 538 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (determina o valor da multa sobre o valor da causa quando os embargos forem manifestamente protelatórios).* 04095

Nº 93, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2008 (nº 2.006/2007, na Casa de origem, do Deputado Carlos Bezerra), que *dá nova redação ao art. 483 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (sentença proferida por tribunal estrangeiro só terá eficácia se homologada pelo STJ).* ..... 04101

#### 1.4.4. – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis a fim de receber emendas, aos Projetos de Lei da Câmara nº 40, de 2007; nº 10 e 70, de 2008, respectivamente, cujos pareceres foram lidos anteriormente..... 04106

#### 1.4.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPALÉO PAES – Balanço e retrospectiva das contribuições de S. Exa. ao conjunto de iniciativas do Senado Federal no ano de 2009. 04106

SENADOR RENAN CALHEIROS – Destaque para a necessidade de se implantar imediatamente a disciplina de segurança no trânsito nas escolas brasileiras. .... 04108

#### 1.4.6 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 24, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 04109

#### 1.5 – ENCERRAMENTO

#### 2 – ATAS

#### 2.1 – Mesa do Senado Federal

Ata da 16ª Reunião, realizada em 17 de dezembro de 2009..... 04129

### 3 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO

#### 3.1 – Termos de Reunião

Referente à comissão mista destinada a examinar as Medidas Provisórias nºs 481 e 482, de 2010.

#### SENADO FEDERAL

#### 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

#### 5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

#### 7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

#### 8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

#### CONGRESSO NACIONAL

#### 9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

# Ata da 15ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 23 de fevereiro de 2010

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Marconi Perillo, Mão Santa, Paulo Paim,  
Flávio Arns e Inácio Arruda*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 15 minutos  
e encerra-se às 21 horas e 50 minutos)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 23/2/2010 07:38:35 até 23/2/2010 21:52:24

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FATIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
DEM	TO	KATIA ABREU	X	
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PSC	PI	MÃO SANTA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTÓ	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X	
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	AC	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RJ	ROSALBA GIARLINI	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PT	TO	SADI CASSOL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

**Compareceram: 68 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Brasília, capital da República do Brasil. Estamos no plenário do Senado da República, representamos a Mesa Diretora. Esta é a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, 23 de fevereiro de 2010.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – O tempo destinado aos oradores no Período do Expediente da presente sessão será dedicado a reverenciar a memória da Drª Zilda Arns Neumann, fundadora da Pastoral Nacional e Internacional da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa; do Dr. Luiz Carlos Costa, representante da ONU, e dos militares brasileiros vitimados pelo terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti, nos termos do **Requerimento nº 65, de 2010**, de autoria do Senador Flávio Arns e outros Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos para compor a Mesa, de acordo com a orientação da nossa Secretária-Geral da Mesa, Drª Cláudia Lyra, os subscritores Senador Flávio Arns, do PSDB do Estado do Paraná; o Senador Romeu Tuma, do PTB do Estado de São Paulo. Flávio Arns preside com muita competência e estoicismo a Comissão de Educação da Casa, e Romeu Tuma é o Corregedor do Senado da República. Convidamos V. Exª também para compor a Mesa.

Convidamos o Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Exmº Sr. Coronel Ricardo da Fonseca Martins.

Convidamos o Sr. Nelson Arns Neumann, filho da Drª Zilda Arns e Coordenador Nacional Adjunto da Pastoral da Criança e Coordenador da Pastoral da Criança Internacional.

Convidamos a Srª Ana Paula Policarpo Torres, viúva do General de Brigada e ex-assessor parlamentar do Exército no Senado Federal, Exmº Sr. Emílio Carlos Torres dos Santos.

Convidamos a Srª Emilia Ribeiro Rodrigues Martins e Marina Rodrigues Martins, viúva e filha do Tenente Coronel Francisco Adolfo Vianna Martins Filho.

Convidamos o Coordenador Residente Interino da ONU no Brasil e Representante da Unesco no Brasil, Sr. Vincent Defourny.

Convidamos a todos para, de pé, cantarmos o Hino Nacional brasileiro, executado pela Banda do Exército. Em seguida, será executado o Toque de Silêncio.

*(Execução do Hino Nacional.)*

*(Toque de Silêncio.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Saudamos todos os presentes: autoridades que compõem a Mesa de honra do Senado da República, Parlamentares presentes, meus senhores, encantadoras senhoras do meu Brasil, com muita emoção, dou início ao Período do Expediente desta sessão deliberativa. Em virtude de requerimento apresentado pelo Senador Flávio Arns, o Período do Expediente é dedicado à memória da Drª Zilda Arns Neumann, fundadora da Pastoral Nacional e Internacional da Criança e também da Pastoral da Pessoa Idosa; do Dr. Luiz Carlos Costa, Representante Especial Adjunto da Organização das Nações Unidas no Haiti; e dos militares brasileiros integrantes da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – Minustah, vitimados pelo terremoto, ocorrido em 12 de janeiro, naquele País da nossa América Central.

Infelizmente, Srªs e Srs. Senadores, quis o destino que um único evento, uma única manifestação da natureza nos privasse da valiosa contribuição de tantos brasileiros notais, de tantas pessoas que faziam a diferença na luta por um mundo mais justo, mais fraterno, mais solidário; por um mundo, enfim, melhor.

Quis o destino, Srªs e Srs. Senadores que o terremoto do Haiti nos privasse de Zilda Arns, a iluminada fundadora das Pastorais da Criança e da Pessoa Idosa.

Sua vida, todos sabemos, foi pautada pelo amor, pela dedicação aos semelhantes, pela correção, pela humildade e pela coerência. Uma incansável atuação em prol da dignidade e da pessoa do ser humano, que a levou a receber inúmeros e merecidos prêmios, nacionais e internacionais; que a levou a ser indicada, com inteira justiça, ao prêmio Nobel da Paz.

Quis também o destino, Srªs e Srs. Presidente, que o terremoto do Haiti nos privasse de Luiz Carlos Costa, representante especial adjunto do Secretário-Geral da ONU naquele País.

Com mais de 40 anos dedicado à instituição, o Dr. Luiz Carlos era descrito pelo próprio Secretário-Geral da ONU, Ban Kimoon, como – abro aspas – “uma lenda das operações de paz da ONU, um mentor de gerações de funcionários da ONU” – fecho aspas.

E quis ainda o destino, Srªs e Srs. Senadores, que o terremoto de 12 de janeiro ceifasse a vida de 18 militares brasileiros, integrantes da Minustah, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti: o Soldado Antônio José Anacleto; o Cabo Ari Dirceu Fernandes Júnior; o 1º Tenente Bruno Ribeiro Mario; o 2º Sargento Davi Ramos de Lima; o Cabo Douglas Pedrotti Neckel; o Coronel Emílio Carlos Torres dos Santos; o Soldado Felipe Gonçalves Júlio; o Major Francisco Adolfo Vianna Martins Filho; o Coronel João

Eliseu Souza Zanin; o Soldado Kleber da Silva Santos; o 2º Sargento Leonardo de Castro Carvalho; o Major Márcio Guimarães Martins; o Tenente-Coronel Marcus Vinícius Macedo Cysneiros; o Subtenente Raniel Batista de Camargos; o Soldado Rodrigo Augusto da Silva; o 3º Sargento Rodrigo de Souza Lima; o Soldado Tiago Anaya Detimermani; o Cabo Washington Luís de Souza Seraphin; todos, com muito merecimento, promovidos ao posto imediatamente superior das nossas Forças Armadas.

Brasileiros, senhoras e senhores, que deixaram seu País, que deixaram suas famílias, seus entes queridos, para cumprir uma nobre missão de paz. Brasileiros que contribuíram para que o nosso País fizesse no Haiti – e continue a fazer – um trabalho mundialmente aplaudido, mundialmente reconhecido, um trabalho que, recentemente, o ex-Presidente Clinton cuidou de classificar como “extraordinário” e “magnífico” – assim se expressou Bill Clinton, ex-Presidente dos Estados Unidos.

São estes brasileiros, senhoras e senhores – Zilda Arns, Luiz Carlos Costa e os 18 militares integrantes do Minustah –, que aqui evocamos com todo o respeito, com toda a admiração e com todo o carinho de que se fizeram merecedores.

Desafortunadamente, repito, o Brasil e o mundo perdem sua inestimável contribuição, mas fica o exemplo de todos eles a mostrar que podemos, sim, sonhar com dias mais venturosos para a humanidade.

Passo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns, primeiro signatário do requerimento que deu origem a esta justíssima homenagem do Senado e do povo do Brasil.

Peço permissão, Senador Flávio Arns, para chamar ainda para compor a Mesa de Honra o Exmº Sr. Embaixador do Haiti no Brasil, Sr. Idalberto Pierre-Jean – a Presidência solicita que V. Exª tome assento –, e o Chefe da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Comando do Exército, Coronel João Chalella Júnior.

Também queremos convidar para prestar esta homenagem – peço à Drª Claudia Lyra, Secretária-Geral da Mesa, para tomar as providências – a Srª Maria Batista Luz Neiva, mãe do Capitão da Polícia Militar do Distrito Federal Cleiton Batista Neiva.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar as autoridades já nominadas, os familiares presentes na Mesa, no plenário e os que estão acompanhando pelos meios de comunicação do Senado. Quero cumprimentar de maneira muito especial os coordenadores diocesanos da Pastoral da Criança de vários Estados que estão presentes,

inclusive Vera Altoé, coordenadora nacional da Pastoral da Criança, e Dom José Moura, Arcebispo de Montes Claros, representando, neste momento, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Cumprimento todas as demais pessoas presentes, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras.

O requerimento para a realização deste momento de lembrança, reflexão e posicionamento sobre a tragédia do Haiti e, ao mesmo tempo, em relação ao trabalho futuro em busca de cidadania e de dignidade foi assinado por vários Srs. Senadores e Senadoras. Todos teriam assinado. Sempre há alguma dificuldade para conseguir, num determinado momento, pelo desencontro de horários, a assinatura de todos. Mas tenho absoluta certeza de que todos assinariam esse documento para que esta sessão, nesta Hora do Expediente, fosse destinada a esta finalidade.

Ocupo a tribuna deste Senado para fazer o registro que o povo já fez no seu coração. Do Presidente da República ao mais simples brasileiro que tenha recebido a informação da tragédia ocorrida no Haiti, percorreu o sentimento de dor, um sentimento de perda profundo, como aquele quando perdemos alguém a quem queremos muito.

As cenas trazidas até nós retratando o sofrimento daquele povo realmente tocaram profundamente cada um de nós. No contexto da reflexão que pudemos fazer diante daquela tragédia, uma associação mexeu com nosso íntimo, com a nossa condição de pessoa e de cidadão: a pobreza extrema, acrescida de uma tragédia trazida pela natureza e a força extraordinária do ideal de solidariedade.

A condição de pobreza de um povo que tem causas históricas lamentáveis e que lança pessoas humanas em um caminho de menos vida, sem dignidade, clama aos céus e pede justiça. Essa é a primeira cena que deve nos chocar e despertar o senso de busca por um desenvolvimento harmonioso e justo de todos os povos.

A presença do Brasil por intermédio dos nossos soldados e oficiais deve ser expressão de acolhida e de ajuda, uma prova de sincera amizade.

A Nação, o Brasil, todos nós devemos um profundo reconhecimento aos soldados e oficiais do Exército Brasileiro e da Polícia Militar do Distrito Federal mortos no Haiti. A presença do Brasil através dos valorosos e dedicados militares ficou indelevelmente marcada e já não será a mesma. O militar brasileiro, pela sua sensibilidade e jeito de ser, ganhou a simpatia do povo. Mesmo com a difícil tarefa de contribuir para a manutenção da ordem, com o terremoto, a presença dele criou laços de solidariedade e o trabalho de aju-

da desenvolvido será a grande marca da presença do Brasil no Haiti.

Foi preciso uma catástrofe natural para chamar a atenção para a tragédia cotidiana do sofrido povo do Haiti.

Zilda Arns, tia Zilda, já tinha sido tocada, na razão e no coração, pelo drama daquele povo; o pensamento voltado especialmente para as crianças. Numa ação não levada por sentimentalismo de pena, queria ajudar a reverter a situação de miséria e sofrimento, oferecendo a experiência do trabalho já desenvolvido em nosso País e em outras partes do mundo. Oferecer ideias e meios para que, do seio do próprio povo, pudesse brotar um trabalho eficaz e de promoção humana.

No início deste processo, ofereceu a sua vida em holocausto por amor ao povo e, especialmente, por amor às crianças, vítimas inocentes da injustiça e do desprezo pela pessoa humana.

Aquele momento não pode ser definido como o final de uma vida, mas como a sua coroação.

Nada na vida, notadamente as grandes e definitivas decisões, acontece por acaso. Tudo precisa de um processo de amadurecimento e de um ambiente favorável à sua concretização. A vida de tia Zilda estava predestinada a ser um marco na história das mulheres deste País. Seus vários pronunciamentos mostravam que ela tinha consciência das causas estruturais da nossa pobreza, que martirizavam principalmente as crianças e nunca negou que precisassem ser combatidas e vencidas. Porém pregou e executou uma ação salvadora imediata. A sua denúncia da injustiça se traduziu na ação solidária. Uma ação solidária que ela soube fazer contagiante, progressivamente contagiante, envolvendo centenas de milhares de pessoas voluntárias. Quantas pessoas sentiram que podem ser úteis, que têm potencial e assim recuperaram a sua autoestima!

O sucesso do trabalho tem como centro a sua convicção de que as pessoas são capazes, têm potencial interior para serem sujeitos da própria vida, sujeitos do processo de superação de toda dificuldade. Zilda Arns acreditou sempre e de verdade nas pessoas. Acreditava que o trabalho deveria levar saber, instrumentos e motivação, e as próprias pessoas desenvolveriam o processo. Os resultados comprovam a sabedoria e a verdade da ideia.

Num artigo escrito no jornal **Folha de S.Paulo**, no dia 15 de janeiro, o Governador de São Paulo escreveu: “Zilda Arns tinha formação científica e era cristã fervorosa. Com sua crença, tornou mais humana a sua ciência; com a sua ciência, deu impressionante dimensão prática à sua crença”.

Algumas pessoas perguntaram: “Onde está a força, a motivação para uma pessoa como ela se lançar nesta grande aventura humana de salvar vidas, no contexto de profunda e sincera gratuidade?” Na trajetória de sua vida, vamos encontrar uma grande força interior que vinha de uma espiritualidade que pode ser caracterizada como sadia, forte e encarnada. Era uma espiritualidade cristã ecumênica, aberta a todas as pessoas. Uma fé profunda que se traduziu em obras. Uma fé que lhe colocava diante dos olhos cada pessoa como criatura de Deus, portadora de dignidade e com desejo de vida feliz. Uma crença cristã que lhe dava a convicção de que um Deus Pai nos chamava a uma vivência de irmãos. Solidariedade e fraternidade foram os eixos de sua vida e de sua obra.

A exemplo do Cristo, como discípula-missionária, voltou-se de coração e de vontade para os excluídos da sociedade. Amou os pobres e os serviu. Amou as crianças e buscou salvar as suas vidas. Amou as mulheres, muitas vezes tão sofridas e injustiçadas. Chamou os homens à responsabilidade de companheiros e pais. Amou os idosos, tantas vezes esquecidos e abandonados.

Como escreveu Frei Beto: realizou a multiplicação dos pães. Multiplicou gestos de solidariedade. Multiplicou amor.

A sua lembrança gera saudades. A sua lembrança não carrega tristeza, porque o amor nunca é triste, mas sempre uma luz, uma esperança, uma proposta de vida.

Ela viveu para trazer vida, dar vida e vida plena.

Para falar dos santos do altar é preciso falar dos santos da vida, daquelas pessoas capazes de acolher a todos, de estender as mãos e soerguer, de entregar um pedaço de pão, um copo de água, também de lutar pela Justiça.

É preciso fazer, também, o registro da presença do Embaixador brasileiro Dr. Luis Carlos da Costa, a segunda maior autoridade civil da ONU no Haiti, que também prestava essencial colaboração para que o Haiti pudesse superar tantas dificuldades e que o seu povo pudesse ter uma vida digna. A sua presença e a sua vida de trabalho e dedicação, tragicamente interrompida, devem ficar como marco da importância do Brasil, parceiro com outros povos em busca de um mundo mais humano.

Em meu próprio nome e em nome da família – o Dr. Nelson, meu primo, filho da Dr<sup>a</sup> Zilda, também está aqui –, quero registrar um profundo agradecimento a tantas pessoas que manifestaram sentimentos de solidariedade e amizade.

E isto se estende a todos os soldados oficiais; também às famílias; aos filhos; aos pais; ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela sua atenção e presença; aos colegas do Senado e da Câmara; no Paraná, ao Governador Roberto Requião pela solidariedade e apoio, assim como ao Prefeito Beto Richa; aos Governadores e demais autoridades; ao Chefe de Gabinete da Presidência, Gilberto Carvalho, solidário em todos os momentos; ao Ministro Nelson Jobim; aos Comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica; ao Corpo da Paz do Brasil no Haiti, denominado Corpo da Paz; ao Embaixador brasileiro no Haiti, Igor Kipman, e sua esposa, Roseana, referências de solidariedade naquele país, estimados, queridos pelos haitianos, respeitados e extremamente solidários com o povo; ao povo, presente em todos os momentos; aos religiosos, às religiosas, aos voluntários da Pastoral.

Finalmente, tenho a certeza de que o exemplo de vida de Zilda Arns, Tia Zilda, dos soldados do Exército brasileiro e da Polícia Militar do Distrito Federal, dos oficiais e de nosso Embaixador, Dr. Luiz Carlos da Costa, vai ser como semente no chão desta Nação tão rica, que pôde abrigar em seu seio essas pessoas extraordinárias, de um povo brasileiro que sabe ser tão solidário; semente de justiça, encaminhando-nos para uma Nação de paz.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – É com grande satisfação que anunciamos a presença, no nosso plenário, do assessor parlamentar, Comandante da Aeronáutica no Senado Federal, Tenente-Coronel Aviador Leopoldo José Lavers Hernández. Também anunciamos, com muita honra, representando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a presença do Arcebispo de Montes Claros, Minas Gerais, Exmº Revmº Dom José Alberto Moura, e também a presença da Diretora do Centro de Ensino Fundamental Zilda Arns de Itapoã, Distrito Federal, a Srª Fátima Gonçalves.

Convidamos, agora, para usar da palavra o orador inscrito, Senador Pedro Simon.

Diz a História que o Senador que orgulhosamente os romanos diziam ser o melhor orador era Cícero, lá de Roma. Ele dizia, quando falava: “o Senado e o povo de Roma”. Ele era tido como o melhor orador, porque eles não conheciam Pedro Simon. Nós reivindicamos esse título para o Senado da República do Brasil.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, distinta Mesa, distintas autoridades já destacadas, Sr. Embaixador do Haiti, Idalberto Pierre-Jean, prezado Nelson Arns Neumann, filho de nossa querida dona Zilda, senhoras e senhores, às vezes, eu fico

me perguntando por que Deus chama para junto de si determinadas pessoas exatamente quando mais precisamos delas. Nesses momentos é que a gente tem vontade de colocar em xeque aquele velho ditado que diz: “Ninguém é insubstituível”. Parece, entretanto, que é mesmo nesses momentos que Deus nos chama à razão pela emoção e pela comoção.

Parece que essas pessoas passam entre nós exatamente para nos dizer como devemos ou como deveríamos ser neste mundo de Deus. Elas nos são enviadas pelo Criador, cumprem o seu papel e são chamadas de volta para o Criador. Ficam os ensinamentos e os seus exemplos, ensinamentos que nem sempre aprendemos e exemplos que nem sempre seguimos. É assim que eu vejo a travessia terrena de dona Zilda Arns: ela veio para nos ensinar e para nos deixar exemplos de vida.

Talvez não tenha sido ela quem não se conformava com tantas crianças, brasileiras e de todos os cantos e recantos do mundo, ainda morrendo de fome, tantas crianças sofrendo de males da desnutrição. Talvez essa mesma indignação, em um mundo de tamanha ganância, tenha sido o próprio Deus, que, benevolente, antes de qualquer castigo divino – merecido, quem sabe –, envia-nos Seus anjos prediletos para que ainda possamos mudar nossas atitudes. Anjos ou santos, eu não sei. Mas, quem quer que seja que tivesse o privilégio de conviver com dona Zilda, ou apenas de conversar com ela, quem sabe somente ouvi-la pelos meios de comunicação, tinha a impressão de que ela não era tão somente deste nosso plano de vida. Ela transcendia. Até mesmo o seu timbre de voz soava como uma melodia de paz.

Mas dona Zilda não era apenas um ser humano com semblante e ares místicos no sentido da devoção religiosa, da contemplação, da piedade, mesmo que, também por definição, tudo isso seja fundamental à existência humana. Ela foi além: a sua vida foi marcada pela ação, embora sem “perder a ternura jamais”.

Quando ela lançou as primeiras sementes da criação da Pastoral da Criança, morriam, no Brasil, mais de 80 crianças em cada mil nascidas vivas. Isso numa média que esconde uma realidade infinitamente pior nas comunidades mais pobres, vítimas de causas plenamente evitáveis, como a desnutrição; vítimas da fome, vítimas do desdém. Vítimas, inclusive, da inércia daqueles que se acomodam na cobrança de tudo isso, buscando apenas a responsabilidade dos governos.

Ninguém põe em dúvida o fato de que o trabalho de dona Zilda Arns é um dos principais responsáveis para que, hoje, aquela mesma média de mais de 80 crianças vítimas mortais da fome e da desnutrição tenha caído para em torno de 20. Um quarto do que era

antes, embora se mantenha a consciência de que, nas comunidades mais pobres, este número mantenha o vício da sua subestimação.

Apesar de tamanho avanço, para ela e para todos nós, esse novo número é ainda muito alto. Nos países considerados mais desenvolvidos, em termos econômicos e sociais, e até mesmo na qualidade da estatística, esse número não passa de uma dezena. Em muitos casos, menos de cinco. Menos de um quarto das crianças que ainda morrem no Brasil.

O pior é que, a um passar de olhos nos números mundiais, a realidade ainda mostra a estatística que ultrapassa os limites da crueldade. Em muitos países, passam de cem em cada mil crianças nascidas vivas as que morrem antes de cinco anos, de causas decorrentes da miséria. Em alguns casos, mais de duzentas.

Foi essa realidade cruel que levou D. Zilda a peregrinar por todos os cantos do planeta. Foi o seu trabalho incansável que a levou a ser lembrada mais de uma vez para receber o Prêmio Nobel da Paz. Foram esses números e essa sua vontade de mudar essa mesma realidade que a levou ao Haiti.

Ela poderia estar em tantos outros lugares. Poderia estar defendendo a força da solidariedade fraterna, por exemplo, na Costa do Marfim, na Etiópia, na Nigéria, no Congo ou em Serra Leoa. Ou, quem sabe, em muitas favelas brasileiras que ainda se desviam das nossas melhores médias.

É que, para D. Zilda Arns, o Haiti é aqui, ou em qualquer outro canto do planeta onde a esperança ainda se esvai na violência da fome e da miséria.

Para ela, D. Zilda, cada um de nós tem responsabilidades tanto na causa como na solução desse problema de âmbito mundial.

São 130 milhões de crianças, em todo o planeta, que dormirão a próxima noite com fome. Quantas serão as que, se dormirem, não acordarão? Que não verão o amanhecer? Que dormirão o eterno sono dos justos, vítimas da sonolência cúmplice dos injustos?

D. Zilda nunca descartou a importância de programas de distribuição de alimentos. Enaltecia o Programa Fome Zero. Não se pode imaginar que um país possa ostentar posições hierárquicas de primeira grandeza na economia, enquanto parte significativa de sua gente mal tem o que comer.

Já dissemos aqui que a educação é o futuro de um País. Mas de que adiantará a educação para quem o futuro se esgota no presente? A educação é um passo certo para o amanhã, desde que as nossas crianças tenham forças para, pelo menos, sobreviver ao hoje.

Mas também D. Zilda imaginava uma distribuição de alimentos ou de qualquer outro bem ou serviço não

como uma dívida ou como um mecanismo compensatório qualquer, quase como uma limpeza de consciência, mas como uma construção efetiva da cidadania.

É preciso desmontar as estruturas que nos mantêm, embora nos primeiros lugares da economia, na rabeira dos índices de distribuição de renda em todo o planeta.

Como em todas as histórias de vida daqueles que mais se parecem com anjos ou santos de Deus, ela procurou arrebanhar seguidores. E foram muitos. Aliás, são muitos. E ainda serão mais.

No texto de seu último discurso, escrito para os haitianos, ela afirmava:

Aquilo que era uma semente, que começou na cidade de Florestópolis, Estado do Paraná, no Brasil, se converteu no Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, presente em 42 mil comunidades pobres e nas 7 mil paróquias de todas as dioceses no Brasil.

Por força da solidariedade fraterna, uma rede de 260 mil voluntários, dos quais 142 mil são líderes que vivem em comunidades pobres [...] e participam permanentemente da construção de um mundo melhor, mais justo e mais fraterno, a serviço da vida e da esperança.

E continua a D. Zilda:

Cada voluntário dedica, em média, 24 horas ao mês a essa missão transformadora de educar as mães e famílias pobres, compartilhar o pão da fraternidade e gerar conhecimentos para a transformação social.

Dona Zilda – e nisso me identifico com ela – também viveu a dor da perda de dois filhos. Pertencia a uma família plena de religiosidade. Como não se lembrar, neste momento, por exemplo, de seu irmão Dom Paulo Evaristo Arns? Um nome intimamente ligado à história da nossa democracia e da nossa fé. Sem ele, teriam sido ainda mais doloridos os calabouços e as masmorras. Sem ele, o véu da noite teria sido ainda muito mais longo e muito mais doloroso.

Foi Dom Evaristo quem convidou a sua irmã a lançar as primeiras sementes do projeto de criação de uma rede de combate à mortalidade infantil e de atendimento às gestantes. Afinal, ninguém melhor do que ele para conhecer uma figura humana enviada por Deus, que, desde cedo, dedicou a sua vida à catequese dos chamados grotões e, aos 25 anos, quando as meninas do seu tempo ainda buscavam os seus respectivos caminhos, já era voluntária no atendimento aos pobres e aos enfermos nas igrejas e nos hospitais.

Ela tinha, quase que pela linearidade de seus gestos, que exercer a medicina. Para curar a dor. Tinha que se especializar em saúde pública. Para curar a dor coletiva, de todos.

Percebeu, na experiência, que o seu trabalho deveria envolver agentes multiplicadores de saúde. E que o início de todo o seu esforço deveria contar com a participação estreita das mães. Não é à toa que, no mesmo discurso que levou para o Haiti, que permanecerá para a história, D. Zilda afirma que, de todos os voluntários no trabalho da Pastoral da Criança, 92% são mulheres.

Ela tinha consciência de que ainda é alarmante o número de mulheres que morrem em decorrência de complicações da gravidez e do parto, em todo o mundo. Sem falar que quase a totalidade dessas mortes acontece nos países mais pobres. Sem contar as sequelas de problemas decorrentes da gravidez e do parto. Quase dez milhões de mulheres no mundo nessa situação, por ano. Para cada mulher que morre por esses motivos, vinte outras ficam com sequelas, quase sempre irreversíveis.

Então, embora tenhamos avançado muito, principalmente nos últimos tempos, em especial pelo trabalho da equipe de voluntários comandados por D. Zilda Arns, ainda temos muito o que caminhar.

Eu tenho dificuldade de chamar de humanidade seres que permanecem inertes frente à miséria de semelhantes, principalmente crianças e idosos. Fosse uma verdadeira humanidade, nem necessitaria o trabalho de pessoas como Zilda Arns.

Eu sou autor de um projeto, que se transformou em lei, que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância. Quando o projeto foi aprovado por este Congresso Nacional, bateu-me um sentimento contraditório: enfim, uma ideia que sempre considerei das mais importantes ser transformada em instrumento legal. Cumpra-se, portanto. Por outro lado, uma enorme decepção ao me deparar com o fato de que tenhamos, ainda, que instituir uma lei para lembrar ao mundo a necessidade de prevenir atrocidades praticadas contra nossos semelhantes, ainda mais contra indefesos.

Ora, nem mesmo os outros animais, os chamados animais irracionais, necessitariam, na prática, de algo parecido, para proteger os filhotes de suas respectivas raças.

Talvez a D. Zilda vivesse esse mesmo dilema. Talvez o seu trabalho devesse ter um prazo de validade. Até o dia da sua mais pura desnecessidade. E que ele seja breve.

Era este, com certeza, o objetivo da D. Zilda: fazer com que o seu projeto não mais fosse necessário,

no mais curto espaço de tempo. Até o dia do resgate do verdadeiro sentido de humanidade.

O Senado Federal tem a honra de conviver, diariamente, com um querido representante da família Arns. Que bom, meu amigo, meu irmão, meu companheiro Flávio Arns, poder continuar, neste nosso convívio, essa lembrança de D. Zilda, pela sua conduta ética e inspiradora, própria de toda a sua família. A sua voz, aqui também, é uma melodia de paz, meu querido amigo Flávio Arns.

D. Zilda Arns, na verdade, transcendeu. Cabe-nos agora continuar a sua missão.

Se eu pudesse falar com o Papa, neste momento, eu lhe diria que a D. Zilda Arns tem todos os méritos e critérios para ser iniciado um processo de beatificação. Aliás, talvez fosse um mero formalismo canônico. Para nós, ela já é uma beata, quase uma santa.

Milagres? Ora, ela já os fez, e foram tantos!

Quantas crianças e quantos idosos foram, verdadeiramente, “ressuscitados” por sua ação?

No seu último discurso, ela cita o Evangelho de São João: “Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância.”

Poderia eu atribuir-lhe uma nova versão do milagre da multiplicação dos pães. Não teria sido mera coincidência.

Ela veio para que todos tenham vida e a tenham em abundância. Para isso, multiplicou pães e disseminou a verdadeira cidadania. Buscou resgatar a humanidade imaginada pelo Criador.

Salve, D. Zilda!

A bênção, igualmente, aos nossos irmãos soldados no Haiti e ao nosso querido diplomata Luiz Carlos da Costa, que também partiram em nome da paz. A difícil missão de pregar a paz onde a vida depende, muitas vezes, de um prato de comida. Ou de uma mão estendida.

Heróis que deram a sua vida pela humanidade no seu verdadeiro sentido de natureza humana, de gênero humano, de benevolência, de clemência, de compaixão. De construção da cidadania, aqui, no Haiti, ou em qualquer outro canto do mundo.

É meu dever, como brasileiro, neste instante, citar o nome de cada um desses conterrâneos, soldados da Pátria, que aqui deixaram esposas, filhos, pais, irmãos, amigos, gente que agora chora a definitiva partida.

Uma partida, queira Deus, não seja em vão, porque seus ideais eram divinos, na pregação da liberdade, da cidadania e da fraternidade.

Não desejo, apenas, que seus nomes constem, a partir de agora, dos Anais do Senado Federal. Seria muito pouco, porque vocês já são personagens a serem exaltados na nossa história.

Que estes nomes representem todos os brasileiros que morrem em todos os campos na luta pela paz. Incluo, aqui, o nome de Sérgio Vieira de Mello, cuja morte em missão de paz, no Iraque, deu ensejo à ONU a instituir o Dia Mundial Humanitário.

A cada leitura, de cada nome de nossos verdadeiros heróis, no silêncio de cada um de nós, a palavra “presente”.

Sérgio Vieira de Mello.  
Luiz Carlos Costa.  
Davi Ramos de Lima.  
Felipe Gonçalves Júlio.  
Douglas Pedrotti Neckel.  
Washington Luis de Souza Serafim.  
Antonio José Anacleto.  
Rodrigo Augusto da Silva.  
Tiago Anaya Detimermani.  
Ari Dirceu Fernandes Júnior.  
Kleber da Silva Santos.  
Raniel Batista de Camargos.  
Leonardo de Castro Carvalho.  
Francisco Adolfo Vianna Martins Filho.  
Bruno Ribeiro Mário.  
Marcus Vinícius Macedo Cysneiros.  
Emílio Carlos Torres dos Santos.  
Márcio Guimarães Martins.  
Rodrigo de Souza Lima.  
João Eliseu Zanin.

A bênção, portanto, a cada um de vocês, sacerdotes da paz!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos, agora, para usar da palavra a Senadora Fátima Cleide, que substitui o orador inscrito do seu Partido, Senador Aloizio Mercadante.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, quero cumprimentar a Mesa em nome de Marina Martins, dizer que aqui não ousou substituir a fala do meu Líder Aloizio Mercadante.

Mas eu quero pedir permissão aos familiares, a todos os familiares aqui presentes, amigos – e esses familiares têm nomes: são esposas, filhos, mães, irmãs, irmãs dos nossos militares que tombaram no cumprimento do dever, além das nossas fronteiras, lutando numa guerra pela paz –, então pedir permissão para prestar homenagem a todos eles, homenageando a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns.

E quero abraçar o Senador Flávio Arns e, abraçando S. Ex<sup>a</sup>, abraçar a família, aquela da primeira hora da Dr<sup>a</sup> Zilda.

Também dizer que é com elevada honra que venho a esta Sessão Solene para reverenciar a memória e a trajetória de uma das mulheres mais admiráveis deste País, que nos deixou vitimada pelo trágico terremoto em Porto Príncipe, lutando, como aqui já colocaram os meus antecessores, contra a fome, contra a miséria, contra as doenças e, principalmente, contra o subdesenvolvimento estrutural que acontece no Haiti e que acontece também em diversas nações pelo mundo afora.

Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, mulher brasileira de grande fibra, médica pediatra, militante católica dedicada aos mais pobres, fundadora da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, nascida no sul do Estado de Santa Catarina em 1934, deixou entre nós um grande vazio nos corações e mentes de todos aqueles que acompanharam e admiraram até o fim a sua exemplar trajetória de vida. O seu encontro inevitável com a morte se deu ao final de uma manhã, em uma Igreja de Porto Príncipe, pouco depois de proferir uma palestra para religiosos que seriam engajados em mais uma de suas missões.

De origem alemã, Zilda Arns, desde cedo, revelou grande vocação para os trabalhos sociais e isso a levou a se aprofundar nas questões de saúde pública, pediatria e sanitarismo, com o objetivo de salvar crianças pobres da mortalidade infantil, da desnutrição, da violência em seu contexto familiar e da marginalidade. Em sua missão pastoral, entendia que a educação de base e a conscientização eram as melhores formas para combater as raízes das injustiças sociais, a maior parte das doenças decorrentes das desigualdades, e salvar milhares de vidas inocentes.

Eu mesma sou testemunha, como disse aqui o nosso querido Senador Pedro Simon, de diversos milagres que podemos atribuir a esta missão humanitária da Pastoral da Criança e da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns. Crianças que, no meu Estado de Rondônia, foram salvas da fome por meio de uma tecnologia simples, que é a utilização da farinha de multimisturas. Eu me emociono, porque conheço crianças que estavam à beira da morte e que hoje já têm 15, 16, 18 anos, em função desse trabalho, que é brilhante e que teve na Dr<sup>a</sup> Zilda Arns a grande propulsora, a grande incentivadora.

Ao deixar a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, em 1959, onde obteve o diploma de médica pediatra, a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns estava pronta profissional e ideologicamente para iniciar a sua caminhada como missionária. Sua presença logo se tornou marcante como servidora do Hospital de

Crianças César Pernetta, em Curitiba, e pouco mais tarde, como Diretora de Saúde Materno-Infantil da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná. Ao mesmo tempo, não parava de aprofundar seus conhecimentos em cursos avançados de Educação e Saúde Materno-Infantil, Saúde Pública para Graduados em Medicina, Administração de Programas de Saúde Materno-Infantil, Pediatria Social e Educação Física.

Em 1980, já com larga experiência profissional e formação consolidada na área de Saúde Pública, aceitou o convite para coordenar a campanha de vacinação Sabin para combater a primeira epidemia de poliomielite que começou em União da Vitória, no Paraná. Convém destacar que, durante essa campanha, a Dr<sup>a</sup> Zilda criou um método próprio para enfrentar a doença, que logo se tornou bastante eficiente e foi adotado pelo Ministério da Saúde.

Em 1983, a CNBB, com apoio de Dom Paulo Evaristo Arns, então Cardeal de São Paulo, e Dom Geraldo Majella, na época Arcebispo de Londrina, no Estado do Paraná, decidiu colocar em prática a ideia da criação da Pastoral da Criança, que teria como objetivo a redução da mortalidade infantil no País.

Para realizar o projeto, convocaram a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, que abraçou a causa com fervor, estruturou a entidade e definiu seus passos iniciais. Dessa forma, em 1983, na Paróquia de São João Batista, no Município de Florestópolis, Arquidiocese de Londrina, escolhida como área piloto por apresentar naquele momento um alto índice de mortalidade infantil – 127 crianças para cada mil nascidas vivas –, o trabalho foi iniciado. Após um ano de atividades, de maneira surpreendente, a mortalidade infantil caiu para apenas 28 crianças em cada mil nascidas vivas.

Hoje, após 27 anos de ação social bem organizada, graças aos esforços que foram empreendidos pela Dr<sup>a</sup> Zilda, a Pastoral, que passou a ser coordenada a partir de 2008 pela irmã Vera Lúcia Altoé, conta com cerca de 300 mil voluntários. Seus missionários acompanham, diariamente, em todo o País, o desenvolvimento de mais de dois milhões de crianças de zero a seis anos e assistem a cerca de 100 mil gestantes em mais de 42 mil comunidades pobres espalhadas por mais de quatro mil Municípios brasileiros.

Finalmente, convém acrescentar que os resultados alcançados pela Pastoral ao longo desses anos ganharam fama em outros países. Sem dúvida, isso levou a Dr<sup>a</sup> Zilda a divulgar sua experiência fora das fronteiras do Brasil. No momento do violento abalo sísmico que ceifou sua vida, ela acabara de apresentar, para um auditório de mais de 150 pessoas, o relatório final do maior trabalho de sua vida, que era realizado na Pastoral da Criança.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras, a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns foi uma verdadeira líder e ajudou a transformar vidas. Seus admiradores são unânimes em afirmar que, durante toda sua trajetória, foi uma mulher simples, desapegada de bens materiais, desprovida de fortunas e de vaidades pessoais. Prova disso é que recebia muitos títulos e honrarias, mas dedicava cada um deles a todos aqueles companheiros de missão. Para ela, o mais importante na vida era o amor ao próximo, a dedicação ao trabalho, a devoção, a pregação da paz e do amor e a mobilização permanente contra o sofrimento dos mais humildes. Certamente, podemos dizer que ela foi uma das maiores heroínas dessas causas nobres e, por isso, repousa placidamente na galeria das mulheres mais dignas de nossa história.

Gostaria de dizer que sou tomada de grande emoção, neste momento, porque tenho orgulho de saudar essa cidadã brasileira tão especial e prestar-lhe esta singela homenagem.

Inegavelmente, o trabalho da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns já havia sido consagrado antes mesmo de sua morte, porque ela foi uma batalhadora extraordinária. Pelos frutos de sua dedicação ao trabalho social, ela foi por duas vezes apontada como merecedora do Prêmio Nobel da Paz. Lamentamos que não tenha sido homenageada em vida com tão importante prêmio. Hoje ela está em outra dimensão: na vida eterna, no Reino de Deus. Descansa em paz no verdadeiro paraíso e, certamente, ora por todos, ora todos os dias por homens e mulheres, pelas crianças e pelos idosos de todo o mundo e pelo povo sofrido do nosso País.

Antes de terminar este pronunciamento, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que desejo também me solidarizar com todo o povo haitiano. Nós choramos aqui a dor da perda dos nossos guerreiros e da nossa guerreira, falecidos na luta pela paz no Haiti. E o povo haitiano chora as centenas de milhares de mortos.

Sr. Presidente, quero ressaltar que uma coisa me intrigou nesse episódio. Nós estivemos em Copenhague – eu, o Senador Jefferson Praia, o Senador José Nery, dos que estão presentes são os que me lembro estarem lá –, e, naquela Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o meio ambiente, os que lá estiveram, na esperança de que as Nações Unidas tirassem uma posição mais dura com relação à questão do meio ambiente e das mudanças climáticas, saíram de lá bastante frustrados. Para mim, ficou uma lição muito triste: o fato de que, logo em seguida, poucos dias após a frustração que foi a Conferência de Copenhague, a gente viu acontecer a tragédia no Haiti, a gente viu acontecer a tragédia aqui mesmo no Brasil, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, também em São Paulo,

no Rio Grande do Sul, quando nós ainda chorávamos as dores das enchentes de Santa Catarina.

Eu penso que esse episódio, essa tragédia deixa para nós a missão urgente de tomarmos decisões acerca das questões ambientais. Porque a resposta dura chega, em primeiro lugar, com urgência e numa velocidade drástica, para os mais pobres. Chega primeiro para aqueles que são pobres, não apenas do ponto de vista econômico, mas pobres em função de todas as necessidades, como é o que ocorre com o povo do Haiti.

Ao terminar este pronunciamento, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de citar um trecho do último discurso proferido na Casa Paroquial da Igreja **Sacré Coeur de Tugéau**, que se situava em um bairro pobre de Porto Príncipe, pela Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, poucos minutos antes de ser vitimada pela tragédia. Ela disse:

(...) Sabemos que a força propulsora da transformação social está na prática do maior de todos os mandamentos da Lei de Deus: o amor, expressado na solidariedade fraterna, capaz de mover montanhas. 'Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos' significa trabalhar pela inclusão social, fruto da justiça; significa não ter preconceitos, aplicar nossos melhores talentos em favor da vida plena, prioritariamente daqueles que mais necessitam. Somar esforços para alcançar os objetivos, servir com humildade e misericórdia, sem perder a própria identidade (...).

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador inscrito Mozarildo Cavalcanti. Ele é Senador por Roraima e representa também a classe médica, além de ser um dos maiores líderes da instituição secular Maçonaria do Brasil.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa. Já que V. Ex<sup>a</sup> citou que sou de Roraima, eu sou, portanto, do lugar do Brasil mais próximo do Haiti. Todos os voos que saíram daqui rumo ao Haiti pousaram em Boa Vista.

Senador Mão Santa, eu quero cumprimentar aqui os parentes da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, os parentes dos militares mortos e os militantes da Pastoral da Criança e fazer algumas reflexões.

Primeiramente, é bom que tenhamos noção – e o Senador Pedro Simon disse isso aqui – porque às vezes perguntamos por que Deus tira deste mundo

uma pessoa que está fazendo um trabalho tão bom numa hora que achamos não ser a adequada.

A mesma coisa podemos perguntar em relação ao Haiti: por que um terremoto daquela proporção num País já tão sofrido? Será que não é um alerta para o mundo todo? Será que não é um modo de balançar a consciência de toda a humanidade em relação àquele País, que foi o primeiro País da América Latina a se declarar independente? E uma independência feita diferentemente dos outros Países da América Latina: não pela elite pensante, não pelas forças armadas, não por acordo outros, mas exatamente pela população escrava. Isso, Senador Romeu Tuma, Senador Mão Santa, em 1804. Passados mais de dois séculos, todos os grandes Países ignoraram a existência do Haiti.

O Brasil está lá com uma missão de paz desde o dia 1º de junho de 2004 e hoje nós estamos aqui reverenciando a memória de 21 brasileiros e brasileiras, sendo 2 civis – a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns e o Sr. Luiz Carlos Costa, representante da ONU, – e 19 militares, que estavam lá muito mais fazendo uma ação cívico-social do que mesmo qualquer outro tipo de atividade. E eram admirados pelos haitianos.

Mas será que a grande preocupação da ONU com o Haiti, portanto de todos os Países, se resumia em ordem lá? E os seres humanos do Haiti? É aí que entra a figura da Dr<sup>a</sup> Zilda. Ela foi lá preocupada com as pessoas, com os seres humanos. Foi levar justamente o amparo e os seus ensinamentos para melhorar a qualidade de vida daquelas pessoas. Então o Brasil deu a sua cota de sacrifício: 21 heróis faleceram em virtude daquele terremoto. Mas como disse aqui a Senadora, mais de 200 mil haitianos morreram e o País ficou praticamente destruído. Aí é de perguntar: por que exatamente no Haiti aconteceu uma tragédia dessa proporção? Será que Deus seria tão malvado a ponto de fazer isso com o País mais pobre? Por que não interpretamos esse fato exatamente como disse o Senador Pedro Simon, ou seja, como um grande sinal para os Países ricos se voltarem para o Haiti para ajudar a reconstruí-lo, para que os haitianos vivam com dignidade e tenham oportunidade como outras pessoas têm e não fiquem apenas próximos de Países ricos, muito ricos. Inclusive Países dos quais eles se libertaram. Que ajuda eles tiveram durante esses dois séculos de independência para construir a sua sociedade e ter condições de vida na área da saúde, da educação e da segurança?

Então, acho que este é o momento, sim, de reverenciar, como é o objetivo desta sessão, os mortos brasileiros, como também os mortos haitianos; homenagear os heróis brasileiros que faleceram nesse

terremoto; mas, acima de tudo, que o sacrifício deles não tenha sido em vão.

Não continue, portanto, a mesma trajetória apenas de estarmos lá para garantir a segurança e a ordem, mas olharmos além da montanha. Olharmos cada cidadão e cidadã que lá estão. Como vivem no que tange à alimentação, ao vestuário, à educação, à oportunidade de serem gente? Esse é um grande recado que precisa ser dado ao mundo todo, principalmente ao mundo rico.

Eu quero, também por ser de Roraima, fazer aqui um registro, Senador Flávio Arns, que talvez outro não pudesse fazer porque não sabe.

Eu era membro do Conselho Universitário da Universidade Federal de Roraima em 1993, quando ousamos pensar em criar um curso de Medicina em Roraima. Na Amazônia, só havia um curso de Medicina no Pará e outro em Manaus, e a nossa universidade, que tinha poucos anos de existência, ousou pensar em criar um curso de Medicina.

E aí, Senador Nery, juntamente com outro colega médico e com uma professora de Biologia, eu tive a honra de elaborar o plano de criação do curso de Medicina em Roraima.

Fui encarregado de defender esse projeto junto ao Conselho Nacional de Saúde. Na época, eu já tinha sido Deputado Federal por duas vezes, e, talvez por isso, o Conselho Universitário tenha achado que eu teria mais facilidade de dialogar a respeito dessa questão.

Na primeira reunião a que fui, Senador Flávio Arns, havia unanimidade do Conselho Nacional de Saúde contra a criação de curso de Medicina em qualquer lugar do país, e especialmente em Roraima, que era, à época, Território Federal - aliás, recentemente havia passado a Estado.

Sabe qual foi a única voz que se levantou a favor do curso de Medicina? Justamente a da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns. Não sabia que ela era médica. Eu achava que ela fosse uma freira, uma religiosa. Ela se posicionou a favor da criação do curso de Medicina e usou justamente os argumentos sociais que estou usando agora com relação à população do Haiti. Aí, outro membro do Conselho pediu vista do processo.

Na outra reunião, adquirimos mais um adepto: o Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde.

Para encurtar a história, conseguimos aprovar o projeto no Conselho Nacional de Saúde.

Hoje, o nosso curso de Medicina já formou 11 turmas. Desde 2007, ele é avaliado pelo MEC como o melhor curso de Medicina da Região Norte, pas-

sando até a Faculdade de Medicina do Pará, onde me formei.

Então, vejam como uma pessoa iluminada como a Dr<sup>a</sup> Zilda soube antever, há tanto tempo, o que poderia significar para Roraima, para a Região Norte, a criação do curso de Medicina, num lugar em que não tinha cabimento haver esse curso.

Lembro-me de que o Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde disse: “Eu fui da oitava turma do curso de Medicina da Unicamp. Quando eu chegava ao *campus*, era só poeira; os equipamentos, precários. E, hoje, quem ousa discutir se o Curso de Medicina da Unicamp não é de excelência?”

Então, nesse particular, como Senador por Roraima, quero prestar uma homenagem especial a todos aqueles brasileiros e brasileiras, quer militares, quer representantes da ONU, quer a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, que, naquele dia – vamos dizer assim –, foram imolados em benefício de um Haiti melhor.

Mas deixo aqui o registro claro de que não basta homenagear e reverenciar esses heróis mortos se os países ricos e todos os países não olharem para o Haiti, que está aí e precisa caminhar para realmente ser um país cada dia melhor e merecer, digamos, o aplauso de todos por ter tido o seu povo – podíamos dizer a plebe – a coragem de se tornar independente e declarar sua independência antes de todos os países da América Latina.

Assim, quero fazer este apelo, ao homenagear os nossos heróis: olhemos esse sinal como um sinal de que todos nós precisamos, principalmente o povo da América Latina, ser solidários com o Haiti.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Chamamos, para usar da palavra, como próximo orador inscrito, o Senador Eduardo Suplicy, que representa São Paulo e o Partido dos Trabalhadores.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Mão Santa, Presidente desta sessão; Exm<sup>o</sup> Sr. Embaixador do Haiti no Brasil, Idalberto Pierre-Jean; Srs. Subscritores da presente sessão: Senadores Flávio Arns, Romeu Tuma, Aloizio Mercadante – que infelizmente hoje está fazendo um exame – Magno Malta, Paulo Paim e João Pedro; Sr. Comandante-Geral da PM, Cel. Ricardo da Fonseca Martins; Sr. Chefe da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Comandante do Exército, Cel. João Chalella Júnior; Sr. Assessor Parlamentar do Comandante da Aeronáutica no Senado Federal, Tenente-Coronel Aviaador Leopoldo José Lavers Hernandez; Sr. Coordenador Residente Interino da ONU no Brasil e Representante

da Unesco no Brasil, Sr. Vincent Defourny; Sr. Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Exm<sup>o</sup> Revm<sup>o</sup> Dom José Alberto Moura; Sr. Nelson Arns Neumann, filho da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns; Sr<sup>a</sup> Ana Paula Policarpo Torres, viúva do General de Brigada, Exm<sup>o</sup> Sr. Emílio Carlos Torres dos Santos; Sr<sup>a</sup> Emília Ribeiro Rodrigues Martins e Marina Rodrigues Martins, viúva e filha do Tenente-Coronel Francisco Adolfo Vianna Martins Filho; Sr<sup>a</sup> Maria Batista Luz Neiva, Sr. Adimilson dos Santos Neiva, Adriana de Fátima Batista Neiva e Handerson Batista Neiva, mãe, pai e irmãos do Capitão da polícia Militar do Distrito Federal, Cleiton Batista Neiva; Sr<sup>a</sup> Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança Revm<sup>a</sup> Irmã Vera Lúcia Altoé; Sr<sup>a</sup> Líder da Pastoral da Criança do Distrito Federal, Sr<sup>a</sup> Maria Alves Rolim; Sr. Sergio Danese: Sr. Coordenador-Geral de Preparação de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho e Emprego, Sr. Felipe Augusto Teixeira; demais familiares e amigos dos Militares do Exército Brasileiro e da Polícia Militar do Distrito Federal, da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns Neumann, do Sr. Luiz Carlos Costa, vítimas do terremoto no Haiti; eu gostaria de saudar também os Srs. Aregado Mantenque Té e Agustin da Costa, respectivamente Presidente e Secretário do Partido dos Trabalhadores da Guiné-Bissau, que, visitando-nos nesta tarde, resolveram vir a esta sessão para homenagem o povo do Haiti e aqueles que faleceram nessa missão heroica.

Querido Senador Flávio Arns, acompanhei o momento em que o Presidente Lula, no velório e funeral de sua tia Zilda Arns, em Curitiba, se encontrou com toda a sua família, com as irmãs e os irmãos. Só não pôde estar lá, porque sua saúde não está tão boa, Dom Paulo Evaristo Arns, mas estava ali presente com todos vocês. Foi um momento muito belo aquele encontro em que as pessoas que estavam ao lado de Zilda Arns quando ela proferiu aquela última palestra de sua vida na igreja em Porto Príncipe puderam acompanhar, com emoção, o extraordinário trabalho dessa senhora, que se constitui num exemplo notável de ser humano não só para todas as mulheres mas também para todos nós, homens e mulheres do Brasil.

O Senador Pedro Simon, a Senadora Fátima Cleide e outros já citaram belas passagens dessa última fala da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, mas eu gostaria inclusive de homenageá-la com a citação de outras partes igualmente belas. No seu último discurso, em 12 de janeiro de 2010, ela disse:

Agradeço o honroso convite que me foi feito. Quero manifestar minha grande alegria por estar aqui com todos vocês em Porto Príncipe, no Haiti, para participar da Assembleia de Religiosos.

Como irmã de dois franciscanos e de três irmãs religiosas da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora, estou muito feliz entre todos vocês.

Dou graças a Deus por este momento.

Na realidade, todos nós estamos aqui neste encontro, porque sentimos dentro de nós um forte chamado para difundir no mundo a boa notícia de Jesus. A boa notícia, transformada em ações concretas, é luz e esperança na conquista da paz nas famílias e nas nações. A construção da paz começa no coração das pessoas e tem seu fundamento no amor, que tem suas raízes na gestação e na primeira infância e se transforma em fraternidade e corresponsabilidade social.

A paz é uma conquista coletiva. Tem lugar quando impulsionamos as pessoas, quando promovemos os valores culturais e éticos, as atitudes e práticas da busca do bem comum, que aprendemos com nosso mestre Jesus: 'Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância.'

Espera-se que os agentes sociais continuem, além das referências éticas e morais de nossa Igreja, a ser como ela, mestres em orientar as famílias e comunidades, especialmente na área da saúde, educação e direitos humanos. Deste modo, podemos formar a massa crítica das comunidades cristãs e de outras religiões em favor da proteção da criança, desde a sua concepção e mais excepcionalmente até os seis anos, e do adolescente. Devemos nos esforçar para que nossos legisladores elaborem leis e os governos executem políticas públicas que incentivem a qualidade da educação integral das crianças e saúde como prioridade absoluta.

O povo seguiu Jesus porque ele tinha palavras de esperança. Assim, nós somos chamados para anunciar as experiências positivas e os caminhos que levem as comunidades, famílias e o país a nos tornarmos muito mais justos e fraternos.

Não vou ler este belo discurso inteiro, mas apenas recomendar a todos vocês que o façam – inclusive o original aqui está em espanhol. Mas passo ao parágrafo final, Presidente Mão Santa:

Desde a sua fundação, a Pastoral da Criança investe na formação de voluntários e no acompanhamento de crianças, de gestantes, na família e na comunidade. Atualmente

são 1.985.347 meninos e meninas, 108.342 gestantes, de 1.553.717 famílias. Sua metodologia comunitária e seus resultados, assim como sua participação na promoção de políticas públicas, com a presença em Conselhos de Saúde, Direitos da Criança e do Adolescente e em outros Conselhos, tem levado a transformações profundas no País, melhorando os indicadores sociais e econômicos.

Os resultados do trabalho voluntário, com a mística do amor a Deus e ao próximo, em sintonia com nossa mãe Terra, que a todos deve alimentar, nossos irmãos, os frutos e as flores, nossos rios, lagos, mares, bosques e animais, tudo isso nos mostra como a sociedade organizada pode ser protagonista de sua transformação. É nesse espírito, ao fortalecer os laços que unem a comunidade, que podemos encontrar as soluções para os graves problemas sociais que afetam as famílias pobres.

Como os pássaros, que cuidam de suas crianças ao fazerem um ninho no alto das árvores e nas montanhas, distantes dos predadores, das ameaças e dos perigos, e mais perto de Deus, devemos cuidar de nossas crianças como um bem sagrado, promover o respeito aos seus direitos e protegê-las.

“Muchas gracias” [disse ela].

Que Deus acompanhe a todos.

São significativos aqueles caminhos colocados como exemplo para nós, ao longo de seus 75 anos. Como também o são os exemplos de todos aqueles que deram sua vida para o povo do Haiti, para que ali pudéssemos todos nos unir no sentido da fraternidade, que precisa mais e mais caracterizar a vida de todos os povos.

Ontem, fiquei preocupado de ver que palmeirenses e são-paulinos, de repente, estavam se digladiando. Até mortes ocorreram! Será que não podemos promover mais ações de paz no mundo, querido Embaixador do Haiti no Brasil, Idalbert Pierre-Jean?

Eu tive a felicidade de ver uma coisa bonita em agosto de 2004. Estava eu ali, pois, numa missão de Senadores, e eis que tinha acontecido uma guerra civil entre haitianos – inclusive ali, em Porto Príncipe, alguns dos bairros mais pobres haviam entrado em conflito. E houve uma guerra civil. E diversos países resolveram fazer uma missão de paz e democratização para o Haiti.

Coube ao Brasil comandar a Minustah – essa missão. Para se criar um clima de boa vontade, avaliou o Brasil que seria uma boa ação a Seleção Brasileira

de Futebol, campeã do mundo, fazer uma partida ali no Haiti. O Presidente Lula estava lá, e a Seleção Brasileira chegou à República Dominicana, na ilha onde também está o Haiti, para ficarem próximos. Logo no início da tarde, os jogadores chegaram ao aeroporto de Porto Príncipe.

O estádio de futebol haitiano comportava vinte mil pessoas, mas estavam ali, desde o aeroporto até o estádio, um milhão de pessoas para saudarem a Seleção e dizerem da felicidade das mulheres, dos homens e das crianças do Haiti por receberem Ronaldo, Ronaldinho, Romário e os craques da Seleção Brasileira. Eu os vi entrar no estádio. Quando a Seleção do Haiti fazia boas jogadas, o povo aplaudia, mas, quando a Seleção Brasileira fez bonitos gols – e foram muitos –, o povo haitiano aplaudiu também. E lembro-me muito bem de que, ao término do jogo, o Presidente Lula foi ao vestiário cumprimentar os jogadores, e eles, então, disseram: “Presidente, pode nos chamar sempre para missões dessa natureza, missões de paz, de solidariedade”.

Eu me lembro disso porque, nesta bonita sessão, estamos sentindo que o exemplo dessas palavras tão belas de D. Zilda Arns e o exemplo de todos aqueles que faleceram nessa missão no Haiti, como brasileiros, têm muito daquele espírito. E é muito importante que possamos ajudar o Haiti a se reconstruir, a realizar reformas e a se tornar também um país que esteja à altura, inclusive, de um dos atos mais importantes da história das Américas, que foi o fato de o Haiti ter sido o primeiro país a se libertar da escravidão nas Américas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos a usar da palavra o Senador Sérgio Zambiasi, que é do Rio Grande do Sul e representa aqui o Partido Trabalhista Brasileiro.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Mão Santa, colegas Senadoras, colegas Senadores, aos familiares das vítimas daquela tragédia, que choramos até hoje, no Haiti; ao povo haitiano, por intermédio do Embaixador aqui presente; aos familiares dos nossos civis e militares lá falecidos; à família da Dr<sup>a</sup> Zilda, os nossos sentimentos.

O que me traz aqui à tribuna é esta sensação de emoção. Ouvindo todas as manifestações aqui do meu querido mestre Senador Pedro Simon; do Senador Flávio Arns, querido amigo, caríssimo amigo do nosso convívio cotidiano na Comissão de Educação e aqui dentro deste plenário; do Senador Mozarildo, colega médico – colega da Dr<sup>a</sup> Zilda, pois eu não sou

médico – que testemunhou os atos que uma pessoa pode produzir durante a sua passagem aqui.

E é exatamente isso que me traz aqui, porque essa mulher eu não tive o privilégio de conhecê-la pessoalmente, mas as pessoas públicas se tornam nossas íntimas mesmo que não tenhamos possibilidade do contato físico, da presença física. Então, a Dr<sup>a</sup> Zilda era íntima para todos nós brasileiros, com os seus ensinamentos, sua fé e sua obra. Está muito explícito para quem ouve eventualmente os ensinamentos do grande livro, que é a Bíblia, que não há fé sem obra. E foi isso que nós, mais uma vez, consolidamos ao observarmos a história dessa mulher. Uma história com muitas obras consolidadas por sua fé. Isso é algo que nos remete a uma enorme reflexão realmente.

Observamos todos os dias, e muitas vezes nos flagramos pedindo milagres, mas onde está nossa obra? Eis que vemos uma pessoa executando verdadeiros milagres por sua fé através de sua obra. E é por esta razão que estamos aqui: reverenciarmos a pessoa por sua fé, por sua obra, por tudo o que fez, pelo que representou e por que continuará representando para todos nós brasileiros e para todos os povos que se utilizarão de sua experiência. A gente vai lendo e aprendendo, vai ouvindo e vai captando as muitas mensagens que Dr<sup>a</sup> Zilda nos deixou. Lições de cidadania. Eu acompanhava Fátima Cleide que dizia da experiência da multimistura lá em seu Estado e me lembrei de uma coisa tão singela e tão simples que só alguém com muita credibilidade, Senador Paim, pode transformar em um movimento nacional, que é a reidratação oral. Nós estamos vivendo um calor fenomenal. Nós estamos vendo gente morrendo desidratada por aí. Mas, se nós resgatarmos uma de nossas mais singelas receitas que Dr<sup>a</sup> Zilda nos ensinou, nós vamos continuar salvando vidas.

E eu estou aproveitando, exatamente, este momento daqui da tribuna, dos veículos de comunicação desta Casa, do Senado, para lembrar àqueles que, eventualmente, se esqueceram de uma fórmula extremamente simples, Dr. Mão Santa – V. Ex<sup>a</sup> como médico e querido colega Tuma –, que é o soro caseiro. Ela nos ensinou que, com um litro de água filtrada ou fervida, duas colheres de açúcar e uma colherinha de sal, a gente salva vidas.

Agora, para dizer isso ao Brasil, tem que ter credibilidade, sob pena do ridículo. Foi exatamente a voz de credibilidade da Dr<sup>a</sup> Zilda que ensinou àquelas mães das periferias, sem acesso a médico, sem acesso a uma orientação melhor, mas por intermédio daquele voluntariado que sai de casa e que cumpre as 24 horas mensais que essas vidas foram salvas. Dizia às mães: “Mãe, pegue um litro de água filtrada,

ponha duas colheres de açúcar e uma pitadinha de sal e está feita a receita.” Pronto, vai evitar a diarreia e, em consequência, a desidratação e providenciará que, nos primeiros momentos, essa vida que está a perigo comece a se regenerar e a ser resgatada. Isso é obra. Isso é fé. E é esse ensinamento que estamos resgatando hoje no plenário desta Casa.

Aliás, Presidente Mão Santa, se tem algo que posso sugerir aqui para resgatar e possibilitar que permaneça viva a memória da Dr<sup>a</sup> Zilda é que o Senado, que publica tantas coisas maravilhosas – já falamos desta tribuna quantas publicações esta Casa já fez resgatando fatos históricos da vida brasileira –, se associe à Pastoral da Criança e à Pastoral do Idoso e faz chegar a esses rincões mais longínquos uma cartilha com meia dúzia de páginas, bem simples, bem didática oferecendo essas informações?

No meu conceito, é a informação que transforma a vida e o cotidiano do cidadão. É a informação que faz a verdadeira cidadania.

Pois Dr<sup>a</sup> Zilda nos proporcionou e propôs ao Brasil informação. O que seria ela? Uma pessoa. Mas ela percebeu que, pela grande rede social que a Igreja montou, ela poderia mobilizar milhares de pessoas, 100 mil, 150 mil, 200 mil pessoas. Meu Deus! É uma mobilização que pode comparar-se à do Exército. Nós temos aqui nossos representantes das Forças Armadas, eu não sei se o Exército disponibilizaria 150 mil homens e mulheres, para serem mobilizados, espontaneamente, voluntariamente, de um momento para outro como essa rede social propôs. São esses os aprendizados. Essa causa que nos traz aqui.

Lendo também um pouco do discurso que não foi pronunciado, o discurso que não foi lido e que agora está sendo lido, a cada pouco, nós encontramos realmente o quanto ela significou para todos nós brasileiros, sul-americanos, e tantos países que receberam a sua mensagem, obviamente e muito para os nossos irmãos haitianos. Aliás, todos nós, de alguma maneira, passamos a entender um pouco aquele povo, Embaixador, do seu povo, do nosso povo, temos tantas afinidades. E acho que não há haitiano, em qualquer local deste Planeta, que, de alguma maneira, não esteja chorando a perda de alguém, de um amigo, de um irmão, de um familiar.

Lá na minha amada Porto Alegre, eis que em dezembro recebo como meu vizinho de porta, ali ao lado, uma pessoa que se transformou em grande amigo da minha família, que é Giles Sazine, com sua querida Tânia, servidor da Embaixada do México, que estão lá em Porto Alegre. Esse querido amigo foi impactado com a morte de seu amado avô. Ele contava as histórias do avô. Em nossas reuniões de domingo, quando

ele aprendeu a fazer o nosso churrasco gaúcho, ele falava do avô como uma das suas referências da sua amada terra, o Haiti. E eis que, no dia seguinte ao trágico terremoto, o Giles chorava a perda do avô e de dezenas de amigos.

Então, o Haiti é para nós, como bem comentaram aqui o Senador Mozarildo e o Senador Simon, referência de uma tragédia, mas também um desafio para todos nós como cidadãos e seres humanos, um desafio para o resgate, um resgate que pode vir dos ensinamentos que nós estamos trazendo aqui do discurso que não foi lido e que pode levar-nos a ações e reflexões. E o Senado pode contribuir com isso, com suas publicações. Eis aqui as campanhas.

Ela citava, no seu discurso, campanhas, como a campanha dos saís de reidratação oral, a receitinha singela, simples, que cada voluntária, cada voluntário ensinou, está ensinando e está salvando vidas agora, neste verão fora do normal que o Brasil está vivendo. A campanha da certidão de nascimento! Tudo isso nasceu dessa gestão, de uma gestora, de alguém que realmente tinha uma percepção e uma capacidade social acima do normal, mas, acima de tudo, tinha credibilidade, Flávio, para produzir os efeitos que essas ações devem produzir junto aos órgãos judiciais e junto à sociedade também.

E encontro aqui a campanha da certidão de nascimento – isso é cidadania. Cidadania! A campanha para promover o aleitamento materno – isso é desmistificar, é colocar de volta a mãe e o bebê juntos neste principal sentido da vida. A campanha de prevenção da tuberculose, pneumonia e hanseníase, as três doenças que continuam a afetar muitas crianças e adultos em nosso País. A campanha de saneamento, o acesso à água potável e ao tratamento de águas residuais. A campanha do teste HIV/Aids e sífilis, durante o pré-natal, que permite a redução de 25% para 1% do risco de transmissão para o bebê. A campanha para prevenção da morte súbita de bebês – dormir de barriga para cima é mais seguro. A campanha da prevenção do abuso infantil, que merece, inclusive, uma CPI aqui, nesta Casa, Senador Suplicy. A campanha 20 de novembro, dia de oração e de ação para todas as crianças.

Enfim, eu dizia que o Senado pode oferecer uma contribuição para perenizar os ensinamentos de Dr<sup>a</sup> Zilda, auxiliando e pegando junto à Pastoral da Criança e do Idoso uma pequena cartilha, bem simples, que possa chegar a todas as escolas do Brasil, especialmente as mais periféricas. Que aquela professora que muitas vezes não tem material para oferecer aos seus alunos possa oferecer-lhes esses ensinamentos, esses conhecimentos através dessa contribuição que o

Congresso brasileiro pode fazer. Nós podemos fazer isso. E é uma maneira de fazer com que esse trabalho ganhe inclusive uma nova dimensão.

Quero deixar à Mesa esta sugestão, Presidente Mão Santa, esta proposta para que nos somemos a este momento que estamos vivendo.

Eu quero aproveitar para prestar minhas homenagens aos demais brasileiros que tombaram naquela tragédia, entre eles o Dr. Luiz Carlos da Costa, ilustre diplomata, que era o vice-representante do Secretário-Geral da ONU no Haiti, aos nossos bravos militares, entre os quais dois gaúchos, o 1º tenente Bruno Ribeiro Mário, nascido em São Gabriel, Rio Grande do Sul, que tinha apenas 26 anos e servia no 5º Batalhão de Infantaria, em Lorena, interior de São Paulo; e o cabo Douglas Pedrotti Neckel, de 23 anos, natural de Cruz Alta, Rio Grande do Sul. Cito-os nominalmente por nossos vínculos de origem, porém os nossos sentimentos se estendem estreitamente a todos os familiares desses heróis que lá estavam para, com o seu trabalho, com a sua determinação, fazer do Haiti um país melhor.

Sei que não existem palavras ou ações que confortem essas famílias, mas o mínimo que podemos fazer é assisti-las da melhor maneira possível. E com esse objetivo o Presidente Lula encaminhou ao Congresso Nacional o projeto que prevê o pagamento de indenização para cada família dos militares vitimados. Além disso, o texto prevê a concessão de bolsa educação para cada um dos seus dependentes, até os 24 anos de idade.

Ainda no dia 3 de fevereiro, a Câmara aprovou, por unanimidade, a proposta, que agora tramita no Senado Federal e que, com certeza, terá também sua aprovação unânime e muito breve.

Para concluir, socorro-me, mais uma vez, do encerramento do texto daquele discurso que não foi lido publicamente pela Dr<sup>a</sup> Zilda, mas que está sendo lido por milhares e milhares de pessoas em todo o mundo, mostrando sempre sua preocupação especial com a infância, para dar a ela a expectativa de um futuro realmente mais sólido para o mundo.

“Como os pássaros, que cuidam de seus filhos ao fazer um ninho no alto das árvores e nas montanhas, longe de predadores, ameaças e perigos, e mais perto de Deus, deveríamos cuidar de nossos filhos como um bem sagrado, promover o respeito a seus direitos e protegê-los”.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Quarenta e três Senadores estão presentes e quase

todos se inscreveram para prestar homenagem às vítimas brasileiras.

Convidamos para usar da palavra o Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Não estando, passamos a palavra ao orador seguinte, Senador João Pedro, que também subscreveu o requerimento para esta sessão especial em homenagem aos que faleceram no Haiti.

O Senador João Pedro pertence ao Partido dos Trabalhadores e ao grandioso Estado do Amazonas.

**O SR. JOÃO PEDRO** (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa; Sr. Embaixador do Haiti, Idalberto Pierre-Jean; Srs. Senadores que subscreveram esta Sessão Solene; Senador Flávio Arns, que, além de Senador, é sobrinho da homenageada; Sr. Chefe da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Comandante do Exército, Coronel João Chalella Júnior, que compõe a Mesa; Sr. Assessor Parlamentar da Aeronáutica no Senado, Tenente-Coronel Aviador Leopoldo José Lavers Hernandez; Sr. Representante da Unesco, da ONU, Sr. Vincent Defourny; Sr. Arcebispo de Montes Claros, que está aqui conosco, Dom José Alberto Moura, que não compõe a Mesa mas prestigia esta sessão; Sr. Nelson Arns Neumann, filho da nossa homenageada e Coordenador Nacional Adjunto da Pastoral da Criança e Coordenador da Pastoral da Criança Internacional; Sr<sup>a</sup> Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança, Irmã Vera Lúcia, que está nos prestigiando; Sr<sup>a</sup> Ana Paula Policarpo Torres, que compõe a Mesa, viúva do General-de-Brigada Emílio Carlos Torres dos Santos; ex-Assessor Parlamentar do Exército no Senado Federal, que conheci pessoalmente nesta Casa e com que estive no Haiti; Sr<sup>a</sup> Maria Batista Neiva; Sr. Edmilson dos Santos Neiva; Adriana de Fátima Batista Neiva; Anderson Neiva, mãe, pai e irmãos do Capitão da Polícia Militar do Distrito Federal Sr. Cleiton Batista Neiva; Srs. Senadores; Sr<sup>s</sup> Senadoras; mulheres, homens que estão aqui nesta sessão, Brasil que nos assiste, como outros Senadores, eu fui tomado pela iniciativa de propor esta sessão. É uma justa homenagem do Senado da República, por conta da perda, em trabalho, de brasileiros que tombaram no Haiti.

Quis também essa tragédia chamar a atenção do mundo sobre o Haiti.

Junto com outros Senadores, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Azeredo, o Senador Gerson Camata, o Senador Flávio Torres, do PDT do Ceará, que não está aqui, o Senador Eurípedes, tive a oportunidade de conhecer o Haiti em agosto de 2009.

Esta homenagem é por conta de várias instituições que estavam e continuam no Haiti nessa missão.

Eu pude testemunhar o trabalho de vários brasileiros e quero chamar a atenção para o trabalho de várias ONGs. Às vezes se generaliza na crítica, mas não se enxerga trabalhos importantes, fundamentais para o ser humano, de várias ONGs que estão lá no Haiti. Eu encontrei uma senhora, daqui de Brasília, mãe de três filhos, trabalhando no Haiti com o tratamento do lixo, num bairro de Porto Príncipe.

Vi o trabalho relevante de um ONG do Rio de Janeiro, a Viva Rio. Vi uma juventude trabalhando ali, fazendo capoeira, fazendo educação ambiental, tratando o lixo, o que é um desafio. Fiquei em um acampamento, em um ambiente com a presença do Exército brasileiro, da Aeronáutica e da Marinha e pude ver o trabalho dessas organizações, dessas instituições.

Fico aqui a imaginar um cenário: se não tivesse ocorrido o terremoto, a Sr<sup>a</sup> Zilda Arns iria ao Haiti, faria todo o trabalho dela e da sua organização, da sua entidade, voltaria, e ficaria uma coisa sem mensurarmos, ficaríamos sem reconhecer o trabalho da Pastoral da Criança em nível internacional, porque aqui, no Brasil, ela está presente pelo interior deste querido e imenso Brasil: lá, na Amazônia; lá, no Nordeste; aqui, no Centro-Oeste. Enfim, é o trabalho desta grande entidade porque, aí, a ONG acaba trabalhando com a CNBB, acaba trabalhando com a Igreja Católica e com outras Igrejas aqui no Brasil, e faz um trabalho que, nesta sessão, quero reconhecer como um trabalho abnegado, solidário, um reconhecimento eterno do que faz a Pastoral da Criança.

Quero, nesta sessão, chamar a atenção para a juventude brasileira que morreu no Haiti com a farda do Exército brasileiro: jovens com 22 anos, 23 anos, numa missão internacional. Sou daqueles que entende a relevância da presença do Exército brasileiro, da Marinha, da Aeronáutica no Haiti.

Quero chamar a atenção também à uma frase que, às vezes, ouvimos: “O Haiti é aqui”. O Haiti não é aqui! É lá! E só aqueles que estão ali trabalhando podem entender a magnitude dessa tragédia que vive o povo do Haiti.

Imaginem uma capital com seis milhões, sete milhões de pessoas onde não há luz elétrica. Há uma escuridão todas as noites no Haiti. Uma capital sem água potável.

Nesta sessão, além de reconhecermos o trabalho desses heróis do Brasil, precisamos refletir acerca da solidariedade latino-americana a um país tão relevante, tão importante, a que a tragédia chama a atenção. O mundo não pode falar em solidariedade e deixar o Haiti nas condições em que se encontra. O terremoto é mais um episódio, é mais uma tragédia, talvez a mais dolorida. São mais de 200 mil haitianos mortos.

Mas o que nós vimos no Haiti...Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores desta sessão, autoridades, a nossa comitiva encontrou uma criança que estava descartada para morrer! É a ausência absoluta do Estado! E como compreender a complexidade política de ajudar o Haiti sem intervir no Haiti?

A comitiva brasileira teve oportunidade de conversar com o Presidente do Haiti, lá no palácio que ruiu: “Presidente, qual é a prioridade?”. Ele disse: “Tudo aqui é prioridade. Tudo é prioridade”. “E a participação do Brasil na Minustah?”. Ele disse: “O Brasil é importantíssimo, não pode sair daqui”.

E eu fiz também uma pergunta a uma Senadora sobre a presença brasileira, também sobre a Minustah. Ela disse: “Nós não podemos abrir mão do Brasil”. E o Brasil exerce uma grande liderança no Haiti. Joga papel estratégico no sentido de reconstruir aquele país. E a história do Haiti precisa de reflexão a toda hora, por nós inclusive.

O Haiti tem 3% apenas de floresta em pé. Senhores presentes na sessão, a monocultura devastou aquele país. A dominação de países ricos é parte dessa tragédia.

Há poucos dias, o Presidente Sarkozy estava sobrevoando o Haiti – na semana que passou. A França tem muito a ver com essa pobreza, com essa tragédia. A última presença ostensiva da França no Haiti foi a mando do seu grande general. O Haiti, os escravos do Haiti, para fazer a sua independência, tiveram que derrotar 25 mil soldados da França, antes de 1800.

Senhores, é preciso refletir sobre a dominação, sobre a monocultura. O Haiti, em meados do século XX, era um grande exportador de açúcar. Está lá o seu povo: tiraram o seu suor, o seu sangue, a sua terra mais fértil e deixaram o Haiti nessa situação. A ONU precisa exercer a sua liderança no sentido de ajudar a soerguer, a reconstruir a história de um povo tão bonito, que é o povo do Haiti.

Eu espero que esta sessão de solidariedade em memória da Sr<sup>a</sup> Zilda Arns, de Luiz Carlos Costa, que lá estava trabalhando pelo Itamaraty, dos soldados brasileiros, em missão... Apesar da dor, eu vi, pela televisão, a ida da nova tropa, renovando os soldados, todos sorridentes, alegres, para uma missão desafiadora. Desafiadora!

Senhores, esposas, viúvas, filhos, dirigentes, oficiais do Exército, da Marinha, da Aeronáutica que se fazem presentes aqui, da ONU, o Haiti precisa não só do nosso discurso de solidariedade, de ações; o Haiti precisa de uma atitude internacional para reverter essa pobreza.

Ninguém escolhe a pobreza. A pobreza é consequência da exploração, da dominação. A história

do Haiti foi a de um povo que foi explorado até a sua última gota. Nós precisamos criar um novo paradigma para trabalharmos, sem intervir.

O Haiti tem filhos, tem uma organização política para superar essa dor, essa crise e essa situação, mas precisa de todos nós. Ele precisa da presença da Pastoral, que a Pastoral da Criança continue lá, com a dor, com a lembrança eterna da Sr<sup>a</sup> Zilda Arns.

O Exército Brasileiro precisa estar lá, sentindo a dor pela perda dos seus oficiais. No Haiti, tombou do general ao soldado. Foi destaque aqui. A todas as instituições, quando eu estive no Haiti perguntei o que achavam, até quando ia a missão. “Essa missão não tem uma data, nem um prazo, mas nós não abrimos mão da presença do Brasil aqui”.

Eu discutia muito com o Senador Flávio Torres sobre essa situação, e saímos convencidos de que a presença dessa missão é fundamental no processo de reconstrução do Haiti.

Srs. Senadores, Presidente Mão Santa, quero dizer aqui da minha solidariedade, por todas essas perdas. Do falecimento desses brasileiros em trabalho, em missão, nós não podemos esquecer. E o Senado faz, nesta tarde, esta homenagem aos soldados, aos generais, ao coronéis, à Sr<sup>a</sup> Zilda Arns, que representa a mãe, a mulher, todos. A solidariedade do povo brasileiro não nos deixa esquecer, e temos de tirar lições. O Brasil precisa cuidar dos brasileiros, mas precisa cuidar também de países irmãos na América Central, na América Latina e na África, que precisam da presença das instituições do Brasil, como a Embrapa – a Embrapa está lá, no Haiti –, instituições que precisam ajudar a debelar essa mazela internacional, que é a pobreza que submete milhares, milhões de seres humanos no planeta Terra.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos para usar da palavra o próximo orador inscrito, Senador Jefferson Praia, que representa o PDT de Leonel Brizola e também o Estado do Amazonas.

**O SR. JEFFERSON PRAIA** (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, autoridades que compõem a Mesa, familiares das vítimas da tragédia no Haiti, oficiais militares, minhas senhoras, meus senhores, voluntários e voluntárias da Pastoral da Criança, quero, inicialmente, estender os meus sentimentos de respeito e pesar às famílias dos valorosos militares brasileiros, de todos os militantes, servidores civis e voluntários que, juntamente com a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, desapareceram na tragédia do Haiti.

Para não ser repetitivo, Sr. Presidente, deixarei de lado o discurso que tinha preparado para, rapida-

mente, pedindo licença a todos, reportar-me a uma matéria que trata da questão importante que é o trabalho da Pastoral da Criança no meu Estado, o Estado do Amazonas.

Tenho aqui, Sr. Presidente, nesta matéria feita pela jornalista Ana Célia, do jornal **A Crítica**, relato sobre o que tem sido feito lá. Hoje temos milhares de pessoas que trabalham na Pastoral da Criança no Estado do Amazonas e temos tido, Sr. Presidente, grandes resultados. A todas essas pessoas, a todas essas senhoras, a todas aquelas que trabalham de manhã, de tarde e de noite, buscando levar uma melhor qualidade de vida para as crianças do meu Estado, eu quero agradecer.

De forma bem breve, Sr. Presidente, quero também fazer uma rápida reflexão depois de ter ouvido diversos pronunciamentos feitos aqui, como o pronunciamento do Senador Pedro Simon e de outros Senadores que falaram antes de mim.

Entendo, Sr. Presidente, que este é um momento de reflexão. Nós estamos aqui para falar do trabalho realizado pelos militares no Haiti, da Dr<sup>a</sup> Zilda e de todo o trabalho da Pastoral da Criança no Brasil. É importante pensarmos sobre o nosso papel aqui, além, é claro, de fazermos esta justa homenagem.

Primeiro, a Dr<sup>a</sup> Zilda ela não esperou o Estado resolver o problema das crianças desnutridas em nosso País. A Dr<sup>a</sup> Zilda não se candidatou, ela não foi para um partido político; ela não agiu como alguns que acham que só podem resolver o problema do Brasil se estiverem num partido político ou se forem eleitos. Ela foi na direção do problema, junto com todas as voluntárias que deram e continuam dando uma grande contribuição ao nosso País. Esse é o primeiro ponto.

O segundo diz respeito à nossa responsabilidade, à responsabilidade dos que estão aqui, a responsabilidade dos políticos brasileiros, daqueles que estão nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas, no Congresso Nacional, nas prefeituras, nos governos dos Estados, nos ministérios, a responsabilidade de agir da forma mais rápida possível para irmos ao encontro das soluções no sentido de promover uma melhor qualidade de vida para o nosso povo e, principalmente, para as crianças do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Segundo a lista, a próxima inscrita é a Senadora Lúcia Vânia (*Pausa.*)

Não estando no plenário, passamos a palavra ao Senador José Nery. (*Pausa.*)

Não estando no plenário, passamos a palavra ao Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Não estando também no plenário, ao Senador Garibaldi Alves Filho. (*Pausa.*)

Não estando no plenário, ao Senador Romeu Tuma.

O Senador Romeu Tuma é do PTB, representa o glorioso Estado de São Paulo e é Corregedor do Senado da República.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Meu caro Presidente Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Membros da Mesa, meu caro amigo Flávio Arns, eu e V. Ex<sup>a</sup> requeremos, junto com Mercadante, com Paulo Paim e com Magno Malta, cada um por si, uma sessão especial em homenagem a D. Zilda e a todos aqueles heróis que vieram a falecer no triste acontecimento no Haiti.

A Mesa, inteligentemente – e V. Ex<sup>a</sup> já se referiu a isso –, achou que não poderia fazer quatro ou cinco sessões especiais, ainda que o merecessem aqueles que estamos homenageando hoje. A decisão foi que V. Ex<sup>a</sup>, por justeza do parentesco, mas também pela liderança em vários segmentos desta Casa, fosse o primeiro signatário do requerimento, e eu me senti honrado em seguir a sua assinatura. Ela traz, sem dúvida nenhuma, uma força muito grande ao Senado hoje, quando buscamos homenagear aqueles que faleceram durante o trágico acontecimento no Haiti. Acontecida em país marcado pelas mazelas do homem e pelos caprichos da natureza, a tragédia enlutou o Brasil pelas perdas irreparáveis de homens e mulheres de luta, dignos de serem considerados como verdadeiros heróis brasileiros.

Dr<sup>a</sup> Zilda Arns: Mulher-Amor, Mulher-Coragem, Mulher-Abnegação, Mulher-Determinação, Mulher-Exemplo, Mulher-Devoção. São muitos os adjetivos que fizeram da pediatria sanitária Zilda Arns uma das figuras mais admiráveis que já conheci. O trabalho incansável em defesa das crianças pobres é exemplo para todas as nossas gerações.

Aí vem Mulher-Coragem, onde eu descrevo, Senador Pedro Simon – não lerei porque o tempo já passou, e outros fizeram, inclusive V. Ex<sup>a</sup> – um pouco da história da Mulher-Coragem, da Mulher-Determinação, da Mulher-Devoção e, em cada capítulo, eu procurei descrever o porquê dessa rotulagem sadia em homenagem a essa brilhante mulher.

Ela usou a sabedoria e a metodologia que Jesus utilizou para saciar a fome – aqui já foi falado – de mais de cinco mil homens, mulheres e crianças, segundo relato bíblico. Eles estavam há horas ouvindo os ensinamentos do Mestre. Era noite e tinham fome. Os discípulos, ainda aprendizes do amor-maior, disseram a Jesus que era melhor que todos voltassem para suas casas, mas Jesus ordenou: “Dá-lhes vós de

comer”. Atordoados diante da multidão e da falta de alimento, viram o milagre da multiplicação dos pães e peixes. Grupos de 50 a 100 pessoas foram formados como pequenas comunidades e o alimento distribuído saciou a fome de todos.

Essa era uma das narrativas bíblicas da qual mais gostava Zilda Arns. E ela costumava contá-la em todos os locais onde comparecia, inclusive na igreja em Porto Príncipe, onde, infelizmente, durante a sua palestra, veio a falecer. Isso mostra a importância da Pastoral da Criança e da solidariedade fraterna, o amor e o conhecimento sobre os cuidados com as grávidas e as crianças para que sejam saudáveis e felizes.

Era uma Mulher-Exemplo: fazia um palestra a 15 religiosos de Cuba quando o País foi atingido pelo violento terremoto. O Dr. Luiz Carlos da Costa, brasileiro, 60 anos, também foi vitimado nessa triste ocorrência. Como representante da ONU, participou das missões de manutenção da paz no Kosovo e na Libéria, além de ter ocupado diferentes cargos no Departamento de Operações de Paz nas Nações Unidas.

Aqui explico um pouco do que ele representava na ONU como cidadão brasileiro a serviço da paz mundial. Vou deixar e pedir que seja considerado como lido.

Há 15 dias, Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, Senador Marco Maciel, estive em Lorena, no 5º BIL, Batalhão de Infantaria Leve. Falei com o General Esper, no aeroporto de Congonhas, quando ele embarcava para Brasília e eu também. Eu disse que gostaria muito de homenagear àqueles que, a serviço da paz, faleceram com o uniforme glorioso do Brasil, e aqui homenageio a senhora esposa do Emílio, um grande amigo que tivemos nesta Casa, hoje General, pela promoção merecida.

O General Esper, bom amigo, antigo soldado, a quem conheci ainda como Capitão, General-Comandante Sudeste, quando assumi o comando das forças terrestres aqui em Brasília, disse-me: “Tuma, é uma boa ideia, mas eu gostaria muito de estar presente. Segura um pouco para que eu possa dela participar”. Isto aconteceu. Esperei. O General-Comandante do Vale do Paraíba, General Araújo Lima me ligou, marcando a data e a hora para que, em nome do Senado, autorizado pelo Senador Sarney, Presidente desta Casa, pudesse ir lá levar uma mensagem em homenagem ao número maior de dez soldados que faleceram e que serviam no 5º BIS.

Eu lá estive, Coronel, e pude, com muita dificuldade, Presidente Mão Santa, chegar ao fim do meu pronunciamento, porque a emoção era terrivelmente destruidora, embargando a voz daqueles que ousassem lembrar os heróis que serviram à Pátria pela paz. E eu vi, Senador Flávio Arns, uma coisa bonita. Tive a hon-

ra de vestir a farda do Exército Brasileiro, como vários de nossos companheiros aqui nesta Casa, e aprendi a canção do soldado. E eles cantaram, na minha presença, o Hino Nacional, o Hino do 5º BIS e o Hino ao Soldado. Tem uma estrofe tão bonita, Presidente:

A paz queremos com fervor  
A guerra só nos causa dor.  
Porém se a Pátria amada  
For um dia ultrajada,  
Lutaremos com fervor.

Extraíndo a frase dessa estrofe “a paz queremos com fervor”, nós podemos imaginar a dignidade e o trabalho do soldado brasileiro no Haiti. Por amor à paz, deram a sua vida, como D. Zilda também o fez, em benefício das crianças sofridas e de todo aquele povo que, miseravelmente, tem dificuldade até para comer.

Desculpem a emoção, mas não podemos deixar passar em branco, porque as lágrimas, provavelmente, falam mais alto do que Cristo quis nos ensinar, hoje, com a Campanha da Solidariedade que o Senador Flávio Arns descreveu desta tribuna. Ninguém pode amar dois senhores: a economia e o povo e os mais pobres. Quem pensa no dinheiro sacrifica o povo que não tem do que viver.

Há pouco, Coronel, quando a banda tocava o Hino Nacional, nós nos emocionamos, porque ela fala alto o que é o nosso País. Mas quando o corneteiro levantou a sua corneta e tocou o “Toque de Silêncio”, a emoção aflorou de uma vez. O toque do silêncio é como a alma que chora, é como as lágrimas que caem ao som que nós ouvimos, lembrando o sofrimento de Maria e de todos aqueles que, por solidariedade, repetem o sofrimento de Cristo na cruz.

Eu não tive dúvida. Eu posso chorar! Sou homem, tive um trabalho difícil como policial, mas a dignidade humana, a solidariedade nos emociona sempre.

Pois não, Senador Marco Maciel.

Desculpem.

**O Sr. Marco Maciel (DEM – PE)** – Nobre Senador Romeu Tuma, eu gostaria de interrompê-lo por alguns minutos para me associar à homenagem que V. Exª presta à Drª Zilda Arns, que foi o modelo de caridade humana, cuja vida dedicou integralmente a servir os mais carentes e morreu de forma – diríamos – heroica, posto que se encontrava numa missão de alto valor não somente humano, mas também de um alto significado social, por isso eu gostaria de dizer a V. Exª que o seu depoimento sobre Dona Zilda Arns de alguma forma expressa o sentimento da Casa com relação ao trabalho que ela realizou durante sua proba e densa vida. E nós sabemos que a morte, como disse certa feita Rui Barbosa, não divorcia, aproxima,

e por isso nós estamos juntos aqui, hoje, para nos associarmos a esse reconhecimento que fazemos da obra de Zilda Arns e que o exemplo da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns sirva, quem sabe, para que nós continuemos na nossa caminhada no sentido de construirmos também uma Nação menos desigual, menos assimétrica, mais justa e, conseqüentemente, atenta às preocupações que foram reveladas ao longo da vida pela Dr<sup>a</sup> Zilda Arns. Por isso, eu queria cumprimentá-lo pelas palavras que V. Ex<sup>a</sup> profere neste instante e desejo acrescentar que elas refletem o sentimento não somente do Senado Federal, mas – eu diria aqui com toda a certeza – também da sociedade brasileira.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP) – Grato, Senador Marco Maciel. Eu peço licença a V. Ex<sup>a</sup> para incorporar ao meu discurso o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Tenho a tristeza da saudade de Dona Zilda, pelo seu falecimento, e tenho a alegria de ter casado com uma Zilda, professora, que sempre teve um amor profundo às crianças. Então, essas senhoras que aqui estão, usando com orgulho e disposição a camisa da Pastoral da Criança, sem dúvida, terão de contar sempre com o apoio do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Coronel, peço licença para, em homenagem a todos que morreram a serviço da paz, bater continência sem cobertura.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.**

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

### **PRONUNCIAMENTO DO SENADOR ROMEU TUMA**

**Reverenciar a memória da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns Neumann, do Dr. fundadora da Pastoral Nacional e Internacional da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, do Dr. Luiz Carlos Costa, representante da ONU, e dos Militares Brasileiros vitimados pelo terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti.**

A presente Sessão de Homenagem foi solicitada por vários parlamentares desta Casa, dentre os quais faço questão de me incluir, e deve-se ao Requerimento que teve como Primeiro Signatário o Senador Flávio Arns, sobrinho da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns.

Faço questão de homenagear a memória daqueles, militares e civis, que abraçaram a nobre missão de ajudar a reconstruir o Haiti, um país marcado pelas mazelas do homem e pelos caprichos da natureza. A

tragédia enlutou o Brasil pelas perdas irreparáveis de homens e mulheres de luta, dignos de serem considerados como verdadeiros Heróis Brasileiros.

Dr<sup>a</sup> Zilda Arns: Mulher-amor. Mulher-coragem. Mulher-abnegação. Mulher-determinação. Mulher-exemplo. Mulher-devoção. São muitos os adjetivos que fizeram da pediatra sanitarista Zilda Arns uma das figuras mais admiráveis que já conheci. O trabalho incansável em defesa das crianças pobres é exemplo a todas as gerações.

A mulher-coragem ousou sonhar com um mundo melhor. Desse sonho, nasceu, em 1983, o trabalho da Pastoral da Criança, uma organização não-governamental vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Essa história de amor pelas crianças desassistidas começou um ano antes, numa reunião sobre a paz mundial, da ONU, em Genebra. O então diretor executivo do Unicef (Fundo das Nações Unidas para Infância e Adolescência), James Grant, convenceu o ex-cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, irmão de nossa heroína, de que a Igreja poderia ajudar a salvar a vida de muitas crianças, que morriam de doenças de fácil prevenção, como a desidratação causada pela diarreia. De volta ao Brasil, Dom Evaristo fez o convite à irmã, que aceitou desenvolver um projeto nas periferias, junto às famílias, especialmente, às mães.

A mulher-determinação lançou mão ao arado e trabalhou arduamente na conscientização social. Hoje, já são um milhão e meio de crianças atendidas pela Pastoral, que atua em mais de três mil municípios brasileiros. Todo mês, os voluntários acompanham o desenvolvimento de cada criança, orientam as mães e coordenam a produção da multimistura, um complemento alimentar que muitos chamam de “farinha milagrosa”. Associada a outras ações, como campanha de aleitamento materno, a fórmula vem alcançando resultados surpreendentes.

Zilda Arns, a mulher-devoção viveu o Cristianismo com intensidade. A sua moral foi moldada pelo preceito bíblico de amar ao próximo como a si mesmo, o que resultou numa grandeza de caráter que serve de exemplo a todos. A médica-missionária não usou as dificuldades da população pobre com proselitismo e demagogia, como fazem, infelizmente, algumas entidades e ONGs, movidas tão somente pelos interesses político e pessoal. Não!! Para Zilda Arns, o sofrimento dos menos assistidos era o seu sofrimento. E mesmo assim, não deixou que a pobreza extrema, que via de perto, abalasse sua fé.

A missionária usou com sabedoria a metodologia que Jesus utilizou para saciar a fome de mais de cinco mil homens, mulheres e crianças, segundo

relato bíblico. Eles estavam há horas ouvindo os ensinamentos do Mestre. Era noite e tinham fome. Os discípulos, ainda aprendizes do amor-maior, disseram a Jesus que era melhor que todos voltassem para suas casas, mas Jesus ordenou: “Dá-lhes vós de comer”. Atordoados diante da multidão e da falta de alimento, viram o milagre da multiplicação dos pães e peixes. Grupos de 50 a cem pessoas foram formados, como pequenas comunidades, e o alimento distribuído saciou a fome de todos.

Zilda Arns costumava contar essa narrativa bíblica em suas palestras mundo a fora, como acabara de fazer, naquela igreja, em Porto Príncipe. O milagre de mais de dois mil anos atrás poderia ser realizado, hoje, assegurava com paixão. A exemplo dos grupos formados no episódio do milagre dos pães e peixes, a Pastoral da Criança organiza as pessoas em pequenas comunidades e identifica aqueles que queiram trabalhar voluntariamente em ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania. Esses líderes compartilham com as famílias a solidariedade fraterna, o amor, os conhecimentos sobre os cuidados com as grávidas e as crianças, para que esses sejam saudáveis e felizes.

Mas Zilda Arns mulher-exemplo, morreu como viveu: servindo próximo. Ela encontrava-se em Porto Príncipe, em missão humanitária, para introduzir a Pastoral da Criança no país. No dia 12 de janeiro, pouco depois de proferir uma palestra para cerca de 15 religiosos de Cuba, o país foi atingido por um violento terremoto.

O Dr. Luiz Carlos da Costa, Brasileiro de 60 anos, também vitimado pelo terremoto. Entrou para as Nações Unidas em 1969 e fez carreira no secretariado. Ocupou posições importantes nas missões de manutenção da paz no Kosovo e na Libéria, além de diferentes cargos no Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas.

Cabia a Da Costa (assim como era chamado), na sede de Nova York, planejar cada uma das missões de paz conforme a situação específica de cada país, criando os cargos e escolhendo, dentro ou fora da ONU, pessoas capazes para ocupá-los.

Assumi o cargo no Haiti em novembro de 2005, após ser indicado pelo então secretário-geral da ONU, Kofi Annan e desde então exercia as funções de Representantes Especial Adjunto no Haiti.

Segundo suas palavras, as ações da força de paz da ONU no Haiti explicam a valorização do soldado brasileiro na ONU, que tinha por objetivo melhorar a qualidade de vida da população haitiana.

Os nossos militares das Forças Armadas, neste momento, também não posso deixar de lembrar dos

militares brasileiros que deram suas vidas para ajudar o povo haitiano a reconstruir seu país e a resgatar a cidadania e a dignidade humana.

A atuação das Forças Armadas Brasileira contou com um sentimento comum de todos esses homens, militares idealistas, qual seja: O espírito de solidariedade e de amor ao próximo que eles carregavam em seus corações. Não resta dúvida que foi o amor ao próximo, o sentimento que motivou os nossos heróis a deixar suas famílias para ajudar aquela nação caribenha.

Assim, celebremos o exemplo de vida e de amor da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, do Dr. Luiz Carlos da Costa e todos os nossos militares das Forças Armadas Brasileira, vitimados pela tragédia do terremoto no Haiti.

A eles o nosso respeito e admiração.

Muito Obrigado. – Senador **Romeu Tuma**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Quis Deus que eu estivesse presidindo esta sessão. Eu estava com um livro aqui, **100 Discursos Históricos**, e o nosso Senador Romeu Tuma perguntou qual eu admirava mais. Eu disse que era Cícero, “As Catilinárias”.

Eu quero dizer o seguinte: V. Ex<sup>a</sup> reviveu Cícero, quando ele dizia: “o Senado e o povo de Roma”. V. Ex<sup>a</sup> chorou com o povo do Brasil. Então, aqui, o Senado da República traduz esse momento de choro, de pesar, nesta homenagem que fazemos. V. Ex<sup>a</sup> se igualou a Cícero, que está aqui. Na próxima edição dos **100 Discursos Históricos**, vamos pedir para incluir o de V. Ex<sup>a</sup> do dia de hoje.

Chamamos, para usar da palavra, o próximo orador inscrito. Estamos seguindo a ordem de inscrição. Se não estiver no plenário, passaremos para o seguinte.

Ideli Salvatti. (*Pausa.*) Não está no plenário.

Então, o inscrito seguinte é o Senador Osmar Dias. O Senador Osmar Dias representa o Estado do Paraná e é do PDT, do saudoso líder Leonel Brizola.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. que compõem a Mesa, familiares da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, Srs. Senadores, Srs. Militares, eu serei breve, até porque nós tivemos uma tarde de homenagens justas às pessoas que deram suas vidas por uma causa muito justa.

Mas eu quero me referir especificamente à Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, cujo sobrinho está aqui e nos honra muito a sua convivência, o Senador Flávio Arns. E eu também tive o privilégio de, quando Secretário da Agricultura do Governo do Paraná, viajar com um dos filhos da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns para o Canadá, onde nós fomos adquirir reprodutores de gado leiteiro. Então, eu tive o privilégio de conviver com a família da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns e com a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns pessoalmente, pois em viagens

para Brasília ela sempre sentava na primeira fileira e tínhamos oportunidade de trocar ideias.

Levei muitas broncas da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns. Ela sempre chamava a atenção em relação às matérias que estavam em votação aqui no Senado Federal. Lembro-me de que o Senador Flávio Arns e eu passamos um apuro danado, porque estava para ser votada aqui a prorrogação ou não da CPMF. A CPMF, evidentemente, era uma contribuição, um imposto que a sociedade sempre repudiava, mas o pensamento da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns era um só: era preciso colocar dinheiro para a saúde das pessoas e aquele era um dinheiro que ia para a saúde das pessoas. Tinha que ir para saúde. Se não ia, tinha que ir. E essa bronca eu recebi ao lado do Senador Flávio Arns. Ela disse: “Vocês não vão votar contra a prorrogação da CPMF”. Lembro-me de que, depois de muito debater esse assunto aqui no Senado foi aí que nós fomos convencidos e votamos. Tanto o Senador Flávio Arns quanto eu votamos a pedido... Aliás, não foi um pedido, foi uma ordem da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns para que nós votássemos pela prorrogação da CPMF.

Havia outros projetos tramitando na Câmara, e ela já nos chamava atenção aqui no Senado. Evidentemente, não vou citar os projetos, mas todos eles tinham uma conotação muito forte na questão dos direitos humanos. E ela nos orientava muito porque, muitas vezes, temos de estudar um projeto de lei imenso e escapa-nos um detalhe. Mas dela não escapava o detalhe, ela tinha noção da essência, daquilo que seria o resultado se aquela lei fosse aprovada. Há alguns projetos tramitando ainda na Câmara.

Tenho na memória o ensinamento que ela me deixou e posso dizer que vou segui-lo, porque estamos aqui hoje reunidos para homenagear aquela que foi um verdadeiro exemplo, um símbolo de defesa dos direitos humanos, aquela que ajudou a construir um ambiente onde as crianças, por meio da Pastoral da Criança, foram salvas graças à sua ação, muitas tiveram devolvidas as suas vidas em função da sua ação. Muitas pessoas que hoje vivem nesse mundo afora devem a sua vida à Dr<sup>a</sup> Zilda Arns e à sua ação humanitária.

É claro que é muito triste termos perdido a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, mas a gente tem de lembrar que o que ela deixou não vai acabar nunca. O que ela construiu jamais deixará de existir, porque ela deixou exemplos, deixou caminhos que nós temos de seguir.

É uma pena que não possamos mais nos sentar ao lado da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns para perguntarmos como votar em determinado projeto, mas, conhecendo-a como a conhecemos, podemos até nos orientar espiritualmente. Sei que espiritualmente ela está acompanhando todas aquelas mulheres que continuam com o trabalho na

Pastoral, todas aquelas pessoas que continuam mundo afora seguindo os passos que ela iniciou e que ajudam a salvar vidas e a construir um mundo mais justo, uma sociedade mais justa.

Eu tive orgulho de ser conterrâneo da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns. Sou um paranaense, e todos os paranaenses se orgulham muito de ela ter escolhido o Paraná para viver e lá iniciar esse trabalho que se espalhou pelo mundo afora. Quero dizer que, se nós perdemos a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, nós não perdemos a obra da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns. Ela continua viva e muitos vão querer dar prosseguimento a essa grandiosa obra humanitária.

Eu quero lembrar aqui ao seu filho um fato que ocorreu no ano passado. O Senador Flávio Arns deve ter sido um, acho que o Senador Alvaro Dias também participou disso... O jornal **Gazeta do Povo** convidou cem personalidades do Paraná para escolher aquela que teria sido a maior personalidade da história do Paraná. À Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, então viva, eu disse: eu vou votar na senhora. E votei.

Então, agora, eu posso falar com autoridade de minha admiração pela Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, porque, quando ela estava viva, eu escolhi a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns como a maior personalidade da história do Paraná – isso foi no ano passado. Agora, para mim, ela continua sendo a maior personalidade da história do Paraná e talvez do Brasil.

Eu quero cumprimentar os seus familiares, a todos aqueles que seguem os seus passos. E também, aqui, quero cumprimentar os militares, que prestam seus serviços relevantes nessa causa humanitária do Haiti.

Quero dizer que é um orgulho muito grande para mim e, creio, para todos os paranaenses, para todos os brasileiros ter podido conviver, pelo menos um pouquinho, com esta grande personalidade: Dr<sup>a</sup> Zilda Arns.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador, do Piauí, Heráclito Fortes. Ele é do DEM.

Há 48 Senadores presentes, e quase todos se inscreveram para manifestar seu pesar.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhores familiares das vítimas do terremoto do Haiti, aqui representados pela família de Dona Zilda Arns e dos militares e civis desaparecidos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, talvez se fizesse desnecessário, diante de tudo o que foi dito aqui, nesta tribuna, que eu usasse a palavra para falar dessa tragédia. Mas as circunstâncias me levaram, em determinado momento, ao Haiti.

Eu presidia a Comissão de Relações Exteriores, e uma ONG estrangeira de origem americana, mas com sede no Haiti, resolveu fazer acusações imerecidas contra a participação dos militares brasileiros naquele País.

Criou-se um mal-estar terrível naquela Comissão e uma desconfiança com relação ao real papel das Forças Armadas brasileiras em missão humanitária naquele País. Exibiram vídeos que não passavam de montagens grosseiras, mas que, infelizmente, angariaram o apoio de alguns.

Como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, realizamos algumas viagens não para países do primeiro mundo, mas para países onde poderíamos, como brasileiros e gozando da extraordinária posição que gozamos hoje no contexto internacional, ser úteis com nossa presença. Fomos a países da Ásia, incluindo o Timor, fomos à África e, por fim, fomos ao Haiti e escolhemos passar em Porto Príncipe o 7 de setembro de 2008. E, lá, não ficamos em hotéis; ficamos exatamente nos contêineres do quartel, onde se hospedavam os militares brasileiros naquela missão.

Quero dizer que sou de um País que tem contraste, que tem miséria. Vi a miséria do Timor, vi a miséria da África, mas nada, nada que chegue, meu caro Flávio, aos pés daquilo que encontrei na minha viagem, com alguns companheiros desta Casa, a Porto Príncipe.

Dois fatos me marcaram: o primeiro deles era a ternura com que os haitianos tratavam o soldado brasileiro; e o segundo, meu caro Flávio Arns, foi que, ao visitar uma obra assistencial de duas freiras brasileiras – quero crer que uma, do Rio Grande do Norte; e a outra, do interior do Paraná, que coordenam o trabalho no Haiti –, dois anos atrás, vi, na sala da freira, uma fotografia destacada de D. Zilda. Há dois anos! Aquilo me tocou profundamente, porque nada melhor do que você, estando num país estrangeiro, ver o reconhecimento do esforço de algum brasileiro, principalmente quando tem como objetivo a paz.

É verdade que essas tragédias acontecem, são inevitáveis, mas o povo haitiano recebeu um castigo em demasia, porque juntou o sofrimento do cotidiano, daquela pobreza quase absoluta, separada apenas por pequenos grotões de riquezas, instaladas no alto da cidade, onde tivemos a desventura de ver crianças recebendo pedaço de barro pintado com um pouco de anilina, para dar um gosto, como se aquilo fosse alimento, ao terremoto.

Vimos a miséria, a fome e, de repente, somos surpreendidos com a notícia desse terremoto.

O Brasil, enlutado; enlutado pelas perdas dos soldados, da Dona Zilda e do diplomata. O Brasil inteiro não se refez e não se recuperou ainda da orfandade

que lhe trouxe como consequência o falecimento de Dona Zilda. Talvez por Brasília ser uma cidade blindada a esse tipo de sentimento, o verdadeiro papel dessa extraordinária figura não tenha a dimensão que tem para mim, que sou nordestino e oriundo de um Estado onde a pobreza convive com dados alarmantes, que é o Estado do Piauí.

Comoveu-me muito, meu caro Mão Santa, um relato que me fez um extraordinário empresário piauiense, Lourival Parente, que me revelou um encontro que teve com Dona Zilda poucos dias antes da sua morte, no aeroporto de Brasília. Encontraram-se, ele me disse que teve a ousadia de procurá-la – ela estava esperando um avião, não sei para onde ia – e travou com ela uma conversa. Primeiro, saiu encantado pela maneira com que foi recebido; segundo, pela soluções que ela apresentava; e, terceiro, por não haver concluído aquela conversa. Houve um espaço para uma segunda etapa, que, infelizmente, o destino não permitiu que acontecesse.

O Brasil tem perdido, ao longo dos tempos, pessoas que desempenham, mundo afora, missões em nome da paz. Perdemos no Iraque um outro ilustre brasileiro, já cantado aqui e exaltado pelo Simon, e, agora, a perda da Dr<sup>a</sup> Zilda.

Mas quero crer que esse exemplo é marcante, meu caro Senador José Nery. V. Ex<sup>a</sup> foi um dos que faltaram – não pôde ir – àquela viagem ao Haiti. Talvez, se tivesse ido, tivesse tido a emoção que todos nós, que lá fomos, tivemos, principalmente ao ver a maneira pela qual as tropas brasileiras lá são respeitadas; pelo trabalho que desempenham, um trabalho social, um trabalho feito com a maior dignidade.

Portanto, ao reverenciar os falecidos, ao reverenciar essa figura extraordinária da Dr<sup>a</sup> Zilda, quero também, por dever de justiça, fazer referência a um militar lá falecido, mas que, até poucos dias atrás, convivia de maneira muito positiva com esta Casa do Senado e com o Congresso Nacional, que era o Coronel Emílio. O Coronel Emílio era o assessor parlamentar das Forças Armadas aqui, na Casa, e tinha, com todos nós, um diálogo altamente maduro.

Não me esqueço da felicidade dele quando nós fomos a essa missão, em 2008, e, mais ainda, quando ele me procurou para me comunicar que ia realizar um sonho, que era ajudar o povo do Haiti nessa missão de paz.

Partiu cheio de entusiasmo, cheio de esperanças e, infelizmente, não voltou. Não voltou, mas faço questão, como ex-Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado e porque tive a oportunidade de conviver com essa figura, de fazer este registro por dever de justiça.

Quando estive no Haiti, comandava aquela tropa o Coronel Fioravante, um pernambucano. Ele já foi substituído, porque aquelas funções têm tempo limitado, até para que se dê oportunidade a todos de servir ao País nessas missões de paz no exterior.

Portanto, Sr. Presidente, para dar este testemunho, para reverenciar e para prantear os militares brasileiros e os civis que lá morreram, ocupo esta tribuna, sem nenhuma pretensão de superar ou suplantar todos aqueles oradores que ocuparam esta tribuna.

Por dever de consciência e por lealdade aos meus princípios, eu não poderia me omitir de fazer justiça aos já citados aqui e de colocar, de maneira bem clara, para que fique registrada nos Anais da Casa, esta homenagem especial que presto ao Coronel Emílio, como exemplo dos militares que, ao longo dos meus 26 anos no Parlamento brasileiro, têm tido a função difícil de ser o elo de ligação entre o Poder Executivo, as Forças Armadas e o Legislativo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos o orador inscrito, Senador Antonio Carlos Valadares, que está no plenário e está-se aproximando da tribuna. S. Ex<sup>a</sup> é de Sergipe e do PSB.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminentes componentes da Mesa, voluntárias e voluntários do movimento pastoral iniciado e fomentado pela saudosa Zilda Arns, a quem saúdo em nome da minha conterrânea Ana Ruth Góes, que trabalhou durante 25 anos com essa figura imortal da vida pública brasileira.

Esta é uma sessão promovida pelo Senado Federal de homenagem àqueles que, numa missão de solidariedade, foram dizimados naquela tragédia, que todos nós lamentamos, ocorrida no Haiti, onde faleceram mais de duzentas mil pessoas, e pessoas queridas do Brasil, militares e civis que ali estavam mostrando o espírito progressista, avançado, de solidariedade humana do povo brasileiro. Uma dessas pessoas, que não poderíamos deixar de enaltecer pelas suas qualidades, pelas suas virtudes, sempre em defesa dos direitos humanos das populações mais pobres; uma figura que não poderíamos deixar de enfatizar e que todos nós admiramos: a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns.

Solidariedade, amigos, não se agradece, se comemora – foi Betinho quem disse. A comemoração que devemos fazer, neste instante, é a exaltação, como exemplo, dessa personalidade marcante. Eu mesmo, que já estou aqui no Senado Federal há muitos anos – já vou completando 16 anos de mandato eletivo –, já vi muitas vezes, pelos corredores desta augusta Casa, a Dr<sup>a</sup> Zilda.

Numa dessas oportunidades, eu relatava a chamada PEC da Saúde, que terminou sendo promulgada como Emenda Constitucional nº 29, de 2000. Essa proposição passou aproximadamente sete anos no Congresso Nacional. Quando ela veio para o Senado Federal, já no último ano de sua tramitação, fui designado Relator e de logo contei com o seu apoio, com a sua solidariedade, com a sua força e a sua energia, porque aqui veio, pessoalmente, pedir ao então Presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, que colocasse logo em votação essa matéria.

De fato, enquanto a matéria passou uns seis anos lá na Câmara dos Deputados, aqui, com o trabalho que foi feito pela Dr<sup>a</sup> Zilda para sensibilizar os parlamentares, inclusive os nossos dirigentes do Legislativo, a emenda constitucional foi aprovada num toque de magia – a emenda que terminou sendo a Emenda nº 29, que trata do financiamento público da saúde, obrigando os Municípios, os Estados e a própria União a disponibilizarem recursos permanentes, certos e determinados em favor da população mais pobre do Brasil.

Então, quando alguém tem uma vida como a da Dr<sup>a</sup> Zilda, de luta incessante, retilínea, quando falece, como aconteceu, inclusive em circunstâncias trágicas, esse é um acontecimento que nos deixa abalados, tristes, mas, ao mesmo tempo, convencidos de uma realidade que sempre lembrava o Millôr Fernandes: “viver é desenhar sem borracha”. É não cometer erros. Desenha, erra, passa a borracha. A vida é cheia de altos e baixos. Cometemos erros e acertos, mas a vida desenhada pela Dr<sup>a</sup> Zilda foi uma vida perfeita, consagrada no sacrifício em prol de nossos semelhantes.

Se ela desaparece do nosso meio, deixou o exemplo, assim como nos afiançou aquele grande alemão, Goethe: “A vida é a infância da imortalidade”. Se a nossa vida é tão curta, tão breve, naqueles dias tão breves que ela por aqui passou, neste mundo ela realmente construiu a sua imortalidade, construiu um patrimônio que jamais será destruído. Aqui ela viveu a sua infância, a infância da imortalidade.

E ao encerrar minhas palavras, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de acentuar que, se nós temos um país tão pobre e miserável como o Haiti, se nós temos no mundo mais de 1 bilhão de pessoas passando fome, se há a desnutrição infantil invadindo os lares dos países subdesenvolvidos, isso se deve, principalmente, à ambição desmedida pelo lucro, à falta de solidariedade humana daqueles que enriqueceram demais e se esqueceram que o nosso Planeta é constituído de pessoas humanas.

E isso ficou comprovado: nos Estados Unidos, o país mais rico do mundo, o mais poderoso do mundo,

que dificilmente divide sua riqueza com os países mais pobres e que tem como prioridade a manutenção do seu império econômico. Nós vimos a crise última que aconteceu, a do **Subprime**, em que a fome grassou mais ainda, porque a crise se avolumou e atingiu os países mais pobres. Por quê? Porque, lá, as empresas ligadas ao setor habitacional criaram fraudes, falsificações, erros clamorosos, que repercutiram no sistema financeiro e econômico daquela grande nação, espalhando-se pelo mundo inteiro.

**O Sr. Renato Casagrande** (Bloco/PSB – ES) – Senador Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Antes de terminar minhas palavras, concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Casagrande, do Espírito Santo, nosso companheiro do PSB.

**O Sr. Renato Casagrande** (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado, Senador Valadares. Vou fazer um aparte muito rápido a V. Ex<sup>a</sup>. Estou inscrito, mas vou cortar minha inscrição, porque já está ficando tarde e as pessoas aqui presentes já estão cansadas. Mas eu não poderia deixar de fazer, pelo menos, o meu registro. V. Ex<sup>a</sup> faz seu registro como Líder do nosso partido. Quero apenas incorporar ao discurso de V. Ex<sup>a</sup> a minha homenagem a Zilda Arns, a Luiz Carlos Costa, aos civis e militares que, em uma missão, em um trabalho humanitário, perderam suas vidas. E que o trabalho desenvolvido por Zilda Arns no Brasil e no mundo todo, com as crianças e as pessoas de mais idade, possa, de fato, ter continuidade, através das ações de diversas outras pessoas neste País. Que ela possa servir como referência, como marco, como exemplo desse trabalho. E que o trabalho dos nossos diplomatas, dos nossos civis e militares no Haiti seja um exemplo daquilo que precisamos fazer como líderes de um continente, como líderes da América. O Brasil é um país líder deste nosso continente. Temos um papel na relação com os demais países e que possa ser um exemplo desse trabalho com os demais países. E que agora nós tenhamos, com o sofrimento dos familiares e a perda dessas vidas, energia para ajudar o Haiti a se reconstruir, com a sua soberania, que tem que ter, mas com a nossa colaboração, com a nossa ajuda, que já estamos dando, com os nossos militares lá, com os nossos diplomatas lá, com diversas autoridades e lideranças participando dessa reconstrução do Haiti. Obrigado, Senador Valadares, por esta oportunidade.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Agradeço e finalizo, portanto, minhas palavras, concitando os países mais ricos para que diminuam suas ambições e passem a colaborar, não

em termos de caridade, não em termos de doações, mas deixando que as nações mais pobres participem ativamente do processo de desenvolvimento do mundo, não só o Brasil, como as nações subdesenvolvidas, inclusive o Haiti.

O processo de desenvolvimento econômico não é um patrimônio somente dos países desenvolvidos, é uma conquista que deve ser de todos os países que compõem a Terra. Essa é a solidariedade, esse é o legado, essa é a lição deixada por Zilda Arns, essa mulher brasileira que orgulha a todos nós. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Consultando a lista dos oradores inscritos, está inscrito o Senador Arthur Virgílio. Está no plenário? *(Pausa.)*

O Senador Casagrande não está no plenário.

Está no plenário Paulo Paim. Aliás, está aqui do meu lado. Paulo Paim é do Partido dos Trabalhadores e representa o Estado do Rio Grande do Sul.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, nossos convidados, militares, representantes dos familiares que faleceram no Haiti, Senadores, Deputados, convidados.

Senador Mão Santa, neste momento, depois que cerca de trinta Senadores usaram a palavra, entendo eu que talvez a melhor forma de homenagear a Dr<sup>a</sup> Zilda, os militares e os civis que morreram no Haiti, Senador Flávio Arns, meu amigo, seria falar muito pouco. E pretendo fazer isso.

Primeiro, Senadora Patrícia Saboya – aqui ao lado, sentada –, como foi bom, naquela reunião da Comissão de Direitos Humanos e também de Assuntos Sociais, quando a Dr<sup>a</sup> Zilda veio para defender projeto de sua autoria, que eu relatava, de ampliar a licença maternidade de quatro para seis meses.

Senador Flávio Arns, como foi bom, lá na Câmara ainda, quando foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente, ter lá a mão, a marca, o carinho e a grandeza da Dr<sup>a</sup> Zilda. Como foi bom, Senador Flávio Arns, quando nós aprovamos o Estatuto do Idoso e a CNBB teve um papel fundamental. Estava ali a marca, o carinho também da nossa querida Dr<sup>a</sup> Zilda.

Falar nesta tarde da Dr<sup>a</sup> Zilda seria repetir todos os discursos que aqui fizeram. Eu diria: a Dr<sup>a</sup> Zilda para mim lembra a Madre Teresa de Calcutá. Eu diria: a Dr<sup>a</sup> Zilda para mim lembra pessoas que são marcas que guiam nossas vidas, como Ghandi. Por isso, a melhor forma de homenageá-la, entendo eu neste momento, é me dirigir a vocês que estão aqui, da Pastoral da Criança, da Pastoral dos Idosos, e dizer o seguinte: vamos bater uma grande salva de palmas para a Pastoral das Crianças e a Pastoral dos Idosos. *(Palmas.)*

Tenho certeza de que, lá do alto, ela vai dizer: “Que bom, que bom!”. A Dr<sup>a</sup> Zilda para mim entra para a história como aqueles homens e mulheres que nunca morrem, porque seus ideais estarão sempre vivos, e muito vivos, junto de todos nós.

Eu quero, com esta rapidez, deixar aqui o meu carinho ao nosso representante na ONU, que estava lá nessa missão de paz e faleceu, o Sr. Luiz Carlos Costa, e dizer: Luiz Carlos Costa, você está presente. Queria aqui também dizer para todos vocês que, muito mais do que falar do trabalho dos nossos dezenove militares que lá faleceram, se eu pudesse – sei que não tenho esse poder –, eu olharia lá para a Banda da Cavalaria da Guarda do Exército e, se o momento permitisse, diria para vocês: toquem, sim, os clarins; rufem os tambores, porque eu vou aqui – não importa se repito – citar o nome de cada um desses heróis. Toquem os clarins, rufem os tambores, nem que quebrems o protocolo, toquem os clarins porque eu vou ler o nome de cada um dos nossos heróis e vou dizer presente:

Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, presente; Ismo Sr. Luiz Carlos Costa, presente;

General de Brigada do Exército Brasileiro Sr. Emílio Carlos Torres dos Santos, presente;

General de Brigada do Exército Brasileiro Sr. João Eli-seu Souza Zanin, presente;

Coronel do Exército Brasileiro Marcus Vinícius Macedo Cysneiros, presente;

Tenente-Coronel do Exército Brasileiro Francisco Adolfo Vianna Martins Filho, presente;

Tenente-Coronel do Exército Brasileiro Márcio Guimarães Martins, presente;

Capitão do Exército Brasileiro Bruno Ribeiro Mário, presente;

Capitão da Polícia Militar do Distrito Federal Cleiton Batista Neiva, presente;

2º Tenente do Exército Brasileiro Raniel Batista Carmagos, presente;

1º Sargento do Exército Brasileiro Davi Ramos de Lima, presente;

1º Sargento do Exército Brasileiro Leonardo de Castro Carvalho, presente;

2º Sargento do Exército Brasileiro Rodrigo de Souza Lima, presente;

3º Sargento do Exército Brasileiro Ari Dirceu Fernandes Júnior, presente;

3º Sargento do Exército Brasileiro Washington Luis de Souza Serafin, presente;

3º Sargento do Exército Brasileiro Douglas Pedrotti Neckel, presente;

Cabo do Exército Brasileiro Rodrigo Augusto da Silva, presente;

Cabo do Exército Brasileiro Antônio José Anacleto, presente;

Cabo do Exército Brasileiro Felipe Gonçalves Júlio, presente;

Cabo do Exército Brasileiro Tiago Anaya Detimmermanni, presente;

Cabo do Exército Brasileiro Kleber da Silva Santos, presente.

Muito obrigado à Banda, muito obrigado aos senhores. (*Palmas.*)

(*Apresentação da Banda.*)

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Encerro esta minha pequena fala dizendo a todos os senhores que, quando eu olhava para aquele telão e via o sorriso jovem da Dr<sup>a</sup> Zilda, olhei também cada um dos nossos heróis que faleceram. Ali eu via homens de 22, de 24, de 25, de 35, de 45 anos e falava com o senhor que sentava ao meu lado, que me dizia: “Éramos mil e duzentos. Depois do que aconteceu, mandamos mais novecentos. Somos dois mil hoje lá ajudando na reconstrução do Haiti”.

Meus amigos, tenho filhos na idade dos que eu vi ali e quero aqui dividir a dor de vocês e a dor do Brasil, dos pais e mães dos que perderam a vida no Haiti. O filho de 22, de 24, de 26, de 28, de 35 ou de 40 anos é, para nós, sempre o “meu menino”. Sei da dor que cada um de vocês sentiu. Sei, meu amigo Flávio Arns, que a Dr<sup>a</sup> Zilda, lá do alto, está dizendo. Muito daqueles meninos que ali faleceram – meninos como força de carinho e de expressão, pois eram homens, guerreiros, soldados – estavam fazendo a segurança dela e faleceram com ela nessa grande missão.

Eu só posso dizer, depois de agradecer pelo carinho da Banda, que me ajudou no pronunciamento, aos senhores e senhoras que acompanharam de pé esse momento bonito de homenagem a todos que perderam a vida no Haiti que a emoção que tomou conta deste plenário neste dia é uma coisa bonita, é uma coisa linda, de solidariedade, de generosidade, de grandeza e de uma política de igualdade.

Eu daria vivas às Forças Armadas brasileiras. Viva, principalmente, neste momento, o Exército Brasileiro, porque foram todos heróis do nosso Exército que lá faleceram! E viva, viva, sim, todos aqueles que estão ajudando na reconstrução do Haiti!

Termino dizendo, com muito carinho – e não fica aqui nenhuma conotação político-partidária –, que a melhor frase do Presidente Lula no Fórum Social Mundial de Porto Alegre foi: “Meus amigos do mundo todo que estão aqui, se vocês tirarem somente uma decisão e se a decisão for de nós todos sairmos daqui para ajudar a reconstruir o Haiti, o Fórum Social Mundial já cumpriu a sua obrigação”.

Muito obrigado a todos!

Viva toda nossa gente! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Após emocionante pronunciamento do Senador Paulo Paim, enriquecido pela participação da banda do nosso glorioso Exército nacional, vamos dar sequência aos oradores inscritos.

Então, está inscrito, na sequência, o Senador Eduardo Azeredo, que representa o Estado de Minas Gerais e o PSDB.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esta homenagem, que já recebeu a palavra de tantos Senadores, é uma homenagem que se faz a brasileiros e brasileiras, é uma homenagem justa, é uma homenagem que vem mostrar como o brasileiro sabe ser solidário quando necessário.

Uma grande lição de vida foi o que nos legou a homenageada, a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, uma vida de dedicação e de entrega total às causas dos mais necessitados e mais frágeis. E foi esse envolvimento com as causas mais difíceis que a levou ao fim trágico de que tivemos notícia no início deste ano, quando se tornou mais uma das vítimas do terremoto que arrasou grande parte de uma nação que já era digna de comiseração antes desta desgraça natural, o pobre Haiti. A notícia de que quase 200 mil pessoas se foram nessa tragédia evidentemente causa tristeza a todos.

Os nobres colegas que estão aqui, no Senado, devem se lembrar de que, em agosto, tivemos oportunidade de integrar a comissão de parlamentares brasileiros que visitaram o Haiti. Naquela ocasião, conhecemos as condições de extrema miséria que aflige a maioria da população daquele país. Com certeza, repito, a Pastoral da Criança seria, como penso que será, de suma importância para aquele povo, e Dona Zilda Arns tinha essa consciência.

Não quero aqui repetir toda a bela vida, toda a biografia de Dona Zilda. O seu trabalho todos conhecemos e tem sido lembrado. Foi um trabalho que salvou e continua salvando vidas não só no Brasil, mas também fora, e, certamente, continuará salvando vidas no Haiti. Eu quero lembrar que a sua atuação junto à

Pastoral da Criança se espalha já por dezenove países, além do Brasil.

O nosso colega Senado Flávio Arns, que representa sua família, sempre nos trouxe aqui as notícias desse belo trabalho que Dona Zilda desempenhava. Ela se foi como um exemplo, junto com todos os brasileiros que morreram lá, os soldados brasileiros que lá faleceram.

Nós estivemos lá. O Senado Flávio Arns não pôde ir naquela época. Ele ainda me disse como é o destino, porque, na época, ele não pôde ir, e acabou indo ao Haiti para buscar o corpo de sua tia. Nós estivemos no Haiti. Sinceramente, eu nunca vi tanta miséria na minha vida. Conheço, evidentemente, as favelas da cidade que dirigi, Belo Horizonte, onde fui Prefeito. Mas não há nada igual ao que vimos no Haiti. Isso em agosto! Agora, imaginem bem como está hoje!

Alguns chegaram a discutir: “Ah, o Brasil tem também focos de miséria”. Sim. É possível fazer as duas coisas. Esse é um pensamento pequeno de alguns que chegaram a criticar. Em janeiro, nós aprovamos aqui, por unanimidade, o aumento das tropas brasileiras solicitado pelo Governo, porque não há o que discutir. Neste momento, todo o mundo tem que estar realmente solidário. As vidas que se perderam foram vidas em defesa do Brasil, porque o Brasil está lá. Nós dormimos lá junto ao batalhão e vimos que o trabalho que eles desempenham é feito com muito amor e muita dedicação. O Exército Brasileiro, sem dúvida alguma, desempenha uma função que dá orgulho a todos nós, e a questão social é uma questão que marca indelevelmente a atuação brasileira.

Nós precisamos dar um passo a mais. O Presidente da República, o Presidente Lula está indo ao Haiti. Li nos jornais de hoje que ele estaria anunciando a construção de uma hidrelétrica com financiamento brasileiro. É importante que isso aconteça, sim. É importante que o Brasil não fique, então, na questão da garantia, da segurança, que vem sendo tão bem feita pelas Forças Armadas Brasileiras, e também não apenas na questão do apoio das nossas organizações não-governamentais, que visitamos – visitamos Cité Soleil, visitamos Bel Air. Não é apenas nesses dois setores. São dois setores fundamentais, mas o Brasil tem que trabalhar também na área de infraestrutura.

Eu disse aqui que nós temos, no Exército Brasileiro, também equipes de engenharia, tanto de engenharia rodoviária quanto de engenharia ferroviária. São equipes que podem ajudar nesse processo de infraestrutura. É uma situação em que não é possível ter apenas uma ação emergencial. Neste momento, é preciso também uma ação que seja de longo prazo na infraestrutura.

Portanto, o Governo brasileiro terá o apoio de todos nós. Eu que sou da oposição, sou do PSDB, nós estaremos seguramente apoiando o Governo brasileiro nas ações que vier a tomar também na área de apoio dessa estrutura necessária para soerguer um país que sofre tanto.

Mas é fundamental que estejamos aqui – e quero encerrar as minhas palavras – trazendo o agradecimento do povo brasileiro, o agradecimento dos mineiros – também perdemos mineiros entre os soldados que se foram. Ao trabalho feito pelo Exército Brasileiro, ao trabalho feito por Dona Zilda, a nossa homenagem e o nosso agradecimento!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Agora convidamos para usar da palavra a Senadora Patrícia Saboya. Ela representa o Estado do Ceará, o PDT e é autora da lei que ampliou a licença maternidade. Ela é uma brava Senadora guerreira.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA** (PDT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador. Presidente Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, autoridades que compõem esta Mesa nesta tarde de hoje, todos os meus colegas, Senadores e Senadoras que eu gostaria de citar em nome da pessoa do Senador Flávio Arns, não só pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pela sua sensibilidade, mas, mais do que isso, pela sua proximidade, pelo seu sangue, que vem de uma mulher tão extraordinária, uma mulher tão maravilhosa, como era a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns; minhas senhoras e meus senhores, na verdade eu preparei, Senador Mão Santa, um pronunciamento, mas, quando a gente pensa em falar de uma pessoa, e eu começo meu pronunciamento com a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, é melhor a gente deixar o coração falar mais alto. Ainda mais eu, que tive o privilégio e a honra de ter tido a possibilidade de conviver e de aprender um pouco com essa grande mulher tantas coisas maravilhosas que aconteceram no mundo. Estou na política já há um bom tempo: já fui Vereadora pela minha cidade de Fortaleza, já fui Deputada Estadual pelo meu Estado, o Ceará, e agora represento o povo do meu Estado e o meu Estado, sendo a primeira mulher Senadora eleita.

Isto para mim é um orgulho muito grande, mas confesso aos senhores e às senhoras que quando cheguei a esta Casa, Senador Paulo Paim, me assustei um pouco. Em primeiro lugar, pelas pessoas com quem eu iria conviver: ex-governadores, ex-ministros, ex-presidentes da república, e eu pensava no meu íntimo se eu seria capaz de dar conta de poder representar o meu Estado – com tanto carinho, tanto respeito que tenho pelo meu povo – à altura do povo cearense nesta Casa. Foi dando continuidade a uma luta que eu

comecei há muitos anos na minha vida, que era a luta em defesa das crianças e dos adolescentes, que eu pude me espelhar ainda mais na figura dessa mulher tão encantadora.

Penso que com a morte da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, no primeiro momento – por favor não quero fazer nenhum discurso pessimista – morre um pouquinho também dentro de mim. Morro um pouquinho dentro de mim, porque venho de um Estado muito pobre, onde a gente é muito sofrida. Em 1986 foi a presença dessa mulher, nesse Estado tão pobre, que fez com que o Estado do Ceará, um dos Estados mais pobres da Nação brasileira, pudesse receber um prêmio mundial, que é o prêmio do Unicef, pela redução em 32% da mortalidade infantil de meninas e meninos.

Portanto, posso dizer e posso afirmar – e creio que todos nós que estamos hoje neste Plenário, e tantos outros que não puderam comparecer – que não há nenhum brasileiro ou brasileira que tenha salvo tantas vidas como fez a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, com a sua inteligência, com a sua sensibilidade. Usando a sua vocação de médica e o seu coração tão grande e generoso foi que ela conseguiu salvar milhares e milhares de vida. E essa é uma lição que nós temos para o resto da vida e a responsabilidade de cada um de nós que ficou aqui, seja de cada uma das senhoras, dos senhores, que trabalham lá na esquina, lá na ponta deste País, com tanta dificuldade, mas com tanto prazer, com tanta alegria de poder salvar a vida de uma criança, a vida de uma pessoa mais velha. Sonhando e acreditando nesse sonho é que eu continuo a lutar pelas crianças, Senador Paulo Paim, porque eu tenho certeza de que muitos talvez tenham dito para a Dr<sup>a</sup> Zilda que já estava bom; mas ela não se contentou, tanto é que morreu em missão.

E eu fico me perguntando, e nesses momentos eu penso muito: o que está acontecendo com este mundo de meu Deus? O que está acontecendo e se essas calamidades, esses desafios não são todos para nos acordar, aos homens e mulheres desta humanidade, para a gente pensar um pouco, botar a mão na cabeça, botar a mão na consciência, para ver se nós estamos fazendo aquilo que devemos fazer, se estamos cuidando das nossas crianças, se estamos cuidando dos nossos jovens ou se não estamos querendo aqui penalizá-los mais uma vez, como muitas vezes chegam propostas de se reduzir a idade penal? Porque a violência é muito grande neste nosso País, e os jovens são os grandes responsáveis pela violência no nosso País.

Esquecem essas autoridades que nós, principalmente nós políticos, somos os verdadeiros responsáveis por essa violência, pela desnutrição, pelo trabalho forçado das nossas crianças, por tantas e

tantas mazelas que existem à solta por esse mundo. E, muitas vezes, a gente acha mais fácil esconder a poeira debaixo do tapete.

Dr<sup>a</sup> Zilda, não. Ela botou a poeira para cima. Ela mostrou o que a gente tinha e que o maior patrimônio de uma humanidade são os nossos filhos. Que um país só pode ser melhor, só pode ser verdadeiramente justo e saudável se os nossos filhos estiverem bem criados, estiverem bem acolhidos, tiverem o direito a um lar, tiverem direito à saúde, tiverem direito a ter um pai, uma mãe, uma escola digna. E foi por tudo isso que a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns lutou.

E aqueles que a admiravam sentiram, talvez como eu, uma dor muito forte, como se estivesse apagando um pedacinho da gente, de uma chamazinha que está lá dentro. É tão difícil quem milita pela criança, porque elas não votam, elas não têm voz. É prioridade na eleição para todo o mundo; no dia seguinte, todo o mundo se esquece dos compromissos, se esquece de melhorar a educação, se esquece de melhorar a saúde. Muitas vezes são contra os direitos que a gente tenta preservar, como o aleitamento materno, por que a Dr<sup>a</sup> Zilda lutou tanto, me ajudou tanto nesta Casa e a tantos Senadores com a sua palavra forte. Quantas vezes pedindo também para não ser reduzida a idade penal, porque essa não era a saída para a violência no nosso País? E essa mulher estava lá, naquele dia, fazendo uma palestra, mostrando no Haiti, uma terra tão pobre e miserável, como era possível salvar a vida das crianças. E ali mesmo morreu.

Ao ver aquela imagem muitas vezes na televisão, eu via sempre aquela igreja demolida, destruída e, ao mesmo tempo, via aquele crucifixo enorme em pé inabalável. Não caiu!

Só posso pensar aqui na minha cabeça – posso estar errada – que Deus quer nos mostrar alguma coisa.

Um dia desses, no meu Estado, morreu uma criança de quatro anos. Ela estava dentro da igreja, de onde foi levada, estuprada e morta. Dentro da igreja. Às vezes fico pensando se Deus, que já deu tanto exemplo para a gente, se cansou e vai dizer assim: “Talvez eu fazendo, dentro da minha Casa, essas coisas acontecerem, talvez, a humanidade acorde e veja o tanto que estamos perdendo!”. O tanto que nós estamos perdendo neste País, neste mundo de homens e mulheres que nasceram para ser felizes, que nasceram para ter um lar, que nasceram para ter um trabalho, para ter uma casa, para ter uma família.

Ao mesmo tempo, ao me lembrar, presto homenagem a esses 19 homens que foram certos de que poderiam contribuir, de que poderiam ajudar, de que iriam lá, se fosse preciso, com sua própria vida, para

ajudar a reconstruir aquele lugar, aquele país, aquele pedaço de terra tão sofrido. E 19 deles não voltaram.

Senador Paulo Paim, quando o senhor falava, eu passava também ali e via em cada um deles o retrato dos meus filhos. Tenho uma filha de 26, um de 25, um de 21, e um de 4. Cada um deles que eu via, eu me lembrava também dos meus filhos.

Portanto, só posso naqueles que ficam aqui, no seu parentesco, na sua amizade com esses homens que, de forma tão generosa, tão desprendida, estavam lá para lutar por seus sonhos, por aquilo que acreditam e certamente por uma humanidade muito melhor, que não seja tão perversa, que, em vez de construir a paz, fique cada vez lutando mais por guerras, guerras e guerras, onde nossos filhos e nossos corações de mãe e de pai muitas vezes só ficam dilacerados... Um vazio, um buraco muito grande muitas vezes acompanham tantas mães, tantos pais, tantas irmãs e irmãos, amigos e amigas.

Que essa tragédia possa servir para nos alertar. Mesmo vivendo em outro país, mas que também tem tanta miséria, tanto sofrimento e ainda tanta perversidade, que isso sirva para nos orientar, nos fortalecer. Que Deus nos ajude, e a mim também, para que essas chamazinha que eu tinha tão acesa, na certeza da liderança de uma mulher tão forte, não se apague. Que ela se acenda dentro de mim e que eu continue lutando e gritando, berrando, chorando, se for preciso, por todas as crianças que são nossa responsabilidade.

Um beijo no coração de todos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI)

– Convidamos para usar da tribuna a Senadora Rosalba Ciarlini, que representa o Rio Grande do Norte pelo DEM.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Mão Santa, senhores convidados aqui presentes, esposas, mães, parentes de maneira geral dos nossos heróis que partiram, aqui viemos, nesta tarde, ao Senado Federal para unir nossas vozes, nossos pensamentos e nossos corações nesta homenagem. Não poderíamos deixar de registrar, para ser lembrado sempre, o exemplo, a luta, a coragem desses homens e dessa grande mulher, que, no cumprimento de sua missão, não deixaram, em instante algum, de colocar seu coração e sua solidariedade na busca de reconstruir o Haiti, de salvar vidas, de solucionar questões, de valorizar os direitos humanos, de fazer valer a cidadania.

Na homenagem que fazemos a todos eles, eu gostaria dar um depoimento pessoal também sobre a colega e médica pediatra Zilda Arns. Conheci a Dr<sup>a</sup> Zilda quando eu ia para um curso, quando participava

de um encontro sobre saúde da criança. Tivemos a oportunidade de conviver por alguns dias. Eu não era política. Aliás, na realidade, políticos todos nós somos, mas eu não tinha cargo público naquele momento. Depois, pelo meu destino, fui Prefeita da minha cidade e fiz uma administração voltada prioritariamente para a criança. As lições e o ideal da Pastoral da Criança, como o combate à mortalidade infantil, tudo isso vi na minha cidade, Mossoró, onde cheguei recém-formada em 1977. Aquelas crianças, quando chegavam à presença da médica, estavam morrendo de fome e de desnutrição, e já não havia muito o que pudéssemos fazer. Quantas vidas se perderam porque faltava soro caseiro e porque ainda não havia uma campanha como as de hoje?

Nisso a Dr<sup>a</sup> Zilda foi fundamental, foi importante. Ela conseguiu passar esse ideal para muitos, para milhares de companheiras, de amigos, de pessoas da sua comunidade, do seu bairro e da sua rua, que abraçaram essa missão de fé e a responsabilidade social de dar um pouco àquela mulher que precisava de orientação na gravidez, de acompanhar aquela criança que estava precisando de orientações ou de fomentar programas como o que apresentou a multimistura, que salvou muitos e muitos desnutridos neste País e que continua salvando vidas. E ela não se preocupava apenas com a criança, mas também com a mãe, por entender que esta, quanto mais conhecimento tivesse – a educação da mãe também é fator fundamental –, quanto mais conseguisse crescer pelo caminho da educação, mais consciente e preparada estaria para tratar melhor seus filhos, para cuidar melhor dos seus filhos. E, assim, mais vidas poderiam ser salvas. Não acredito que, no mundo, alguém tenha conseguido fazer essa corrente de solidariedade e de fraternidade, chegando a todos os recantos, chegando principalmente aos mais pobres, aos mais carentes, aos mais necessitados.

Tive, e ainda tenho hoje, no exemplo, no trabalho de todos os que fazem a Pastoral – hoje, a Pastoral é mais ampla, já olha também para os da terceira idade, já cuida deles com muito carinho –, algo para me espelhar, para fazer crescer mais as nossas ações. Hoje, com a responsabilidade que tenho e que me foi dada pelo povo norte-rio-grandense, de ser a primeira mulher do meu Estado no Senado Federal, luto pelas causas sociais, colocando sempre em primeiro lugar nossa criança. Foi isso que me trouxe aqui. Defendo também a saúde como bem maior, porque é vida, porque diz respeito à defesa da vida em todos os seus aspectos. Nada é mais importante do que isso.

Neste mandato, procuro conseguir isso, com meu trabalho, com minha luta. E essa luta não é somen-

te minha, mas de todos os que aqui estão, daqueles que comungam desse mesmo sentimento, como nós, médicos, Senador Mão Santa, e como a Senadora Patrícia, que começou o trabalho para ampliar a licença-maternidade e que fez um projeto, já aprovado e sancionado, em que as empresas podem aderir a esse programa. Foi exatamente por relatar esse projeto que apresentamos uma proposta ainda mais ampla, uma proposta de emenda à Constituição, para que todas as mães, todas as mulheres – não apenas aquelas que trabalhassem em empresas que fizessem essa opção – pudessem contar com a licença-maternidade de seis meses. Tenho de dizer, Senadora Patrícia, que V. Ex<sup>a</sup> deu esse primeiro passo decisivo. Estou nessa estrada e sei que estamos lado a lado, porque essa proposta de emenda à Constituição visa a mudar de quatro para seis meses o período da licença-maternidade. Esse período é fundamental para que a criança seja amamentada, para que a criança conte por mais tempo com a presença de sua mãe, para que a criança possa ser mais forte, mais saudável. Com isso, ganha o nosso Brasil, pois o custo da saúde no Brasil, com certeza, irá diminuir. Essa proposta, Senadora, já foi aprovada nas Comissões e se encontra pronta para entrar em plenário. Quero, aqui, pedir aos Srs. Senadores, ao Líder José Agripino e aos demais líderes de partido que nos ajudem, para que essa proposta seja logo encaminhada ao plenário, para ser aprovada e dar esse direito maior à mulher, à mãe, mas, principalmente, às nossas crianças.

Tenho a certeza de que a Dr<sup>a</sup> Zilda, de onde estiver, mandará sua luz, uma luz realmente importante para uma proposta como essa, porque era algo que ela defendia e cuja importância ela conhecia.

Então, é justa a homenagem que hoje aqui prestamos à Dr<sup>a</sup> Zilda Arns e aos dezoito heróis brasileiros que perderam suas vidas nesse momento trágico, nessa fatalidade. Mesmo assim, o Exército brasileiro continua de cabeça erguida, trabalhando mais do que nunca para que o trabalho humanitário que vem realizando ganhe ainda mais força.

Temos de nos colocar lado a lado e de somar esforços nessa ajuda humanitária em benefício daqueles que estão desprotegidos, que estão numa situação de calamidade e que muito sofreram com o terremoto em seu país. É preciso dizer a todos os brasileiros: temos de nos inspirar no exemplo de homens e mulheres como esses para reunir mais força, mais coragem, mais garra e mais determinação para lutar por justiça, por um mundo de paz, por um mundo onde, realmente, possamos dizer que somos iguais, por um país onde o povo seja, realmente, feliz e não chore as crianças

que morrem por fome, por desnutrição e por falta de aleitamento materno.

Esse era o sonho da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns. Sua morte foi bonita, porque ela morreu fazendo aquilo em que acreditava. Aqui, queremos nos somar e dar as mãos para dar continuidade a esse trabalho, acreditando, sim, que esse é o caminho que levará à superação das desigualdades, à superação das injustiças, à superação dessa grande pobreza que ainda existe em nosso País, onde as mulheres ainda morrem no parto. É inadmissível o número de mulheres que morrem no parto por falta de uma estrutura melhor nas maternidades, por falta de um pré-natal bem acompanhado!

Aqui, clamamos por mais recursos para a saúde, por mais estrutura, por mais ação, porque os recursos para a saúde são recursos que têm retorno no bem-estar da população. Um povo que tenha uma saúde que esteja, realmente, dentro dos parâmetros, dentro da normalidade, é um povo que vai trabalhar mais, que vai fazer este País ainda mais forte, que vai fazer deste País o país que desejamos e com que sonhamos para nossos filhos e para nossos netos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador José Agripino, que é Líder do DEM e representa o Estado do Rio Grande do Norte.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, familiares dos falecidos, senhores militares, há menos de uma semana eu via, num *blog*, uma fotografia do Presidente Sarkozy, de paletó e gravata, num helicóptero. Era uma fotografia tomada por trás dele, que o mostrava observando os destroços de Porto Príncipe.

As imagens que as televisões, os jornais e as revistas do mundo inteiro e as nossas do Brasil divulgaram da destruição de Porto Príncipe, no Haiti, foram uma coisa singular no mundo, absolutamente singular.

O Haiti já era um dos mais pobres países das Américas, pobreza decorrente do processo de independência, do processo político de independência. Eu não sei se V. Ex<sup>a</sup> conhece a República Dominicana, Presidente Paim. Eu estive lá, há poucos meses, são territórios contíguos. Eu estive, inclusive, com o Presidente da República, Dr. Fernández, que me causou muito boa impressão. Um país, de certa forma, arrumado, investindo no turismo, investindo na indústria, na agricultura e que teve um processo de desenvolvimento completamente diferente do processo do Haiti.

Enquanto o Haiti tinha o François Duvalier, o Papa Doc, e, depois, o Baby Doc, eles tinham outros. Enquanto a República Dominicana tinha se emanci-

pado de uma forma; a emancipação política do Haiti anterior tinha ocorrido de outra forma, gerando outros vícios e outros problemas que vitimaram o povo e o território do Haiti, produzindo, repito, uma das mais pobres nações das Américas.

O Brasil foi chamado a transferir um contingente militar, sob a tutela da ONU, para garantir a ordem num momento de desordem política no Haiti. E para lá foram os nossos militares. Nós aqui votamos muitas vezes, e temos votado sempre, a aprovação de recursos financeiros para a manutenção das tropas brasileiras num país irmão, como é o Haiti, numa ação humanitária.

Mas eu tenho a consciência, Senador Paulo Paim, de que só quem é capaz de modificar a realidade do Haiti são os haitianos. Fora isso, nada feito. Você pode, por uma intervenção, por uma presença, mudar circunstancialmente, mas se a essência, se o povo não se preparar para as mudanças, como o povo da vizinha República Dominicana se habituou ao longo do tempo, nada feito. Este era e é o papel que nós, brasileiros, pelos nossos contingentes militares, temos a desempenhar no Haiti: promover, com ações fraternas – até incluída aí a presença da Seleção Brasileira –, a consciência política, a cidadania no Haiti, pela introdução da busca à educação, da busca à saúde, aos hábitos sanitários, a objetivos de vida, a objetivos de industrialização, de implantação, de metas do campo agrícola.

É preciso que se faça uma consciência nacional. Acho que muito dessa tarefa precisa estar entregue ao contingente militar que o Brasil para lá mandou. Por que razão? O haitiano, com certeza absoluta, deve ver no brasileiro um ser semelhante. Não vê em outros que foram seus dominadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador José Agripino, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, quero, com muita honra, passar a Presidência neste momento ao Senador Flávio Arns – este ato, inclusive, é uma homenagem –, como primeiro signatário.

Senador Flávio Arns.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Cumprimento o Senador Flávio Arns, a quem procurei cumprimentar na oportunidade em que recebi a notícia do falecimento da Dona Zilda Arns, sua parenta muito próxima.

Mas eu dizia que a presença brasileira, mais do que apartar brigas, mais do que diminuir rebeliões, mais do que diminuir índices de violência, tem a obrigação de formar uma consciência nacional. E o brasileiro, diferentemente do francês, do americano, é visto pelo haitiano como irmão fraterno e tem a condição de estabelecer o bom diálogo, o que ficou claro no episódio do terremoto.

A presença de Dona Zilda, Dr<sup>a</sup> Zilda, é emblemática. Não se faz a mudança num país com grandes gestos, com grandes investimentos – esses precisam ser feitos e até devem ser feitos –, mas as mudanças se fazem com gestos que podem ser pequenos, mas que têm que ser permanentes, de efeito e de consequências práticas.

Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, com a sua beleza interior e com a sua singeleza de atitudes, fez uma coisa como essa a que me refiro no Brasil. Ela diminuiu a mortalidade infantil com a introdução de um hábito: o soro caseiro, uma coisa tão simples e que produziu, a um custo baixíssimo, compatível com o que o Haiti precisa – soluções desse tipo – a diminuição da perversa mortalidade infantil.

A Dr<sup>a</sup> Zilda Arns estava no Haiti. Curioso! O que ela estava fazendo no Haiti? Palestra. De quê? Cidadania. Onde? Numa igreja. Falando para um contingente de milhões? Não! De dezenas de pessoas, uma ação quase catequética de multiplicação de pequenos grupos, das pequenas ações que podem e devem ser permanentes, ao modelo dela.

Se eu entendo que os militares brasileiros no Haiti... E é por isto que nós temos, permanentemente, destinado verbas para que o vai e vem de tropas aconteça e para que o nosso contingente esteja lá, mesmo discutindo que não mandam o dinheiro das enchentes do Rio Grande do Norte, de Santa Catarina, mas mandam o dinheiro para manter as tropas do Haiti. Está correto!

É uma ação que eu entendo correta no plano internacional. Mas entendo que a ação não pode ser, repito, para apartar briga ou para eliminar rebeliões. A ação tem que ser para fazer aquilo que a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns se propunha a fazer e morreu dando o exemplo: a pequena ação de caráter permanente, a pequena palestra na igreja para um contingente pequeno, mas que muda hábito, muda postura, constrói cidadania.

Eu quero, com esta palavra, manifestar o meu orgulho pelo fato de nós continuarmos a participar desse esforço, agora, mais do que nunca, de reconstrução do Haiti.

Senador Flávio Arns, quando ocorreu o terremoto e me chegou a notícia do falecimento da Dr<sup>a</sup> Zilda, eu estava no Município de Parelhas, na Festa de São Sebastião, que é o padroeiro de Parelhas, como é o padroeiro de Caraúbas, onde eu estive, no dia anterior, no dia seguinte. E eu falava na igreja, no púlpito da igreja para muitos milhares de pessoas. E, na minha fala – porque o padre me pediu para dirigir uma palavra – eu mencionei o exemplo da Dr<sup>a</sup> Zilda. Foi muito aplauso. Como foi muito aplauso dentro da igreja de Caraúbas. A sua parenta era uma pessoa estimada

pelo Brasil inteiro. Ela fez por onde. Ela era uma pessoa discreta, competente e que ajudou muito o Brasil e estava querendo ajudar muito o mundo.

Eu quero, com isso, manifestar o meu aplauso ao esforço brasileiro de manutenção da ordem e de reconstrução do Haiti. Eu quero manifestar a minha solidariedade pela perda de 18 brasileiros militares e um diplomata. Quero, com a minha palavra, chegar a cada coração de cada parente pela ação que desenvolviam, que está sendo desenvolvida pelos que se seguiram. Quero trazer com a minha palavra o estímulo à solidariedade e à fraternidade internacional.

Mas, mais do que isso, que sirva a minha palavra de relevo especial à figura de uma brasileira de quem, eu como brasileiro, tenho muito orgulho pelo que ela é pelo Brasil e pelo que é para o mundo, a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, a quem eu peço que Deus a guarde e a mantenha em paz. *(Palmas.)*

*Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim..*

*Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Arns.*

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR)  
– Agradeço ao Senador José Agripino.

Passo, em seguida, a palavra à Senadora Kátia Abreu, do Estado do Tocantins. Na sequência, nós voltaremos à lista. Há, na verdade, três ou quatro Senadores que já foram chamados, não estavam presentes no momento, mas retornaram aqui ao plenário e serão chamados, então, na sequência.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente, Senador Flávio Arns, a quem eu também aqui quero externar os meus sentimentos com relação à perda, que não é só da família Arns, mas de todo o Brasil; quero aqui também abraçar as famílias de todos os militares que estavam lá cumprindo o seu dever, todos aqueles que ficaram na tragédia que abalou todo o mundo, inclusive o nosso Brasil; quero abraçar especialmente as meninas Ana Paula e Emília, pois eu tenho total sentimento do que vocês estão passando neste momento. Comigo aconteceu há muito tempo a perda também do meu marido, há 23 anos, e eu sei exatamente o que cada uma de vocês está sentindo neste momento; a todos os familiares e quero aqui, Sr. Presidente, também lamentar tudo isso.

Com relação a essa tragédia gigantesca, eu acho que todos os brasileiros puderam, na medida do pos-

sível, fazer um pouco pelo Haiti, por aquelas pessoas que têm sofrido tanto naquele País.

A Confederação Nacional da Agricultura, junto com as indústrias do agronegócio também fizeram uma pequena parcela. Enviamos dez aviões de alimentos, com treze toneladas cada um deles. A Cutrale mandou suco de laranja; a Abiec – Associação Brasileira das Indústrias de Exportadores de Carne mandou carne pronta para o consumo; a única produção de açúcar do País também mandou açúcar; a Itambé mandou leite pronto na caixinha para consumo; e também a CNA e o Senar enviaram alimentos em nome dos agropecuaristas de todo o País. Mas ainda continuamos coletando e tentando organizar mais alimentos para socorrer, ajudar essas pessoas.

A CNA e o Senar também já assinaram com a ABC – Associação Brasileira de Cooperativismo do Itamaraty e, assim que estiver em condições, o mais rapidamente possível, nós vamos levar o nosso *know-how* do nosso “S” Senar, do nosso “S” rural para reconstruir a área rural. Tentar reconstruir a área rural, no que diz respeito ao treinamento dos pequenos agricultores haitianos, para que eles possam organizar a sua produção.

E junto com a ABC, com o Itamaraty, nós do Senar, que tenho também o prazer de presidir, levaremos o nosso *know-how*. Nós não abriremos mão de dividir o nosso conhecimento, neste momento, de levar para qualquer parte do mundo, como estamos levando também para África, esse *know-how* e esse aprendizado que o Brasil tem na agropecuária, na produção de alimentos.

Fico aqui pensando como mãe, como mulher, como avó, o que mais poderíamos fazer para minimizar essa tragédia infinita. E sempre que eu imagino algum programa, sempre que eu imagino alguma ação, por incrível que pareça, vem Dona Zilda Arns à minha cabeça. Não lamentando a sua morte, mas imaginado que, se aqui ela estivesse, em todos os programas que imagino ela seria o carro-chefe, encabeçaria qualquer programa de socorro ao Haiti. Infelizmente, ela se foi, ela se foi com essa tragédia. E nós ficamos sem o nosso carro-chefe, nós ficamos sem a nossa comissão de frente, nós ficamos sem aquela alegria, aquela bondade, aquela força nacional que tinha credibilidade para propor qualquer ação. E bastava ela dizer, e nós todos a acompanhávamos.

Estou muito sentida porque, apenas em outubro do ano passado, nós começamos um trabalho pelo Paraná. Estive lá com a Dona Zilda, ela esteve na CNA comigo e assinamos um convênio inicial, que seria feito com todo o Brasil, pelo Senar, pelo nosso “S”. E nós já tínhamos pelo Paraná, pelo Senar Paraná, pela Fe-

deração da Agricultura do Paraná, com o Presidente Ágide Meneguette, um pequeno treinamento de 392 pessoas, agentes pastorais que foram treinados em culinária básica, em plantas medicinais, a pedido de Dona Zilda, para serem multiplicadores das famílias pobres, para que elas possam aprender a trabalhar melhor com os alimentos.

Mas eu quero aqui dizer ao seu filho, Nelson Arns, que nós não romperemos esse convênio com a ausência da Dr<sup>a</sup> Zilda. Muito pelo contrário, nós vamos dar força ainda mais para que toda essa parceria possa continuar em nome dela, para alegria dela.

Infelizmente, não deu tempo de nós fazermos o que tínhamos planejado, mas os sonhos continuam e nós precisamos continuar trabalhando e seguindo o seu exemplo.

Se a Dr<sup>a</sup> Zilda estivesse aqui, eu teria feito uma proposta a ela, que quero neste momento também propor ao Brasil, ao Governo, a todos aqueles que possam ajudar. Eu estou aqui com o meu pouco conhecimento nesta área, mas com muita solidariedade como ser humano, como mulher. Por que não fazermos um grande programa brasileiro para trazer crianças do Haiti para fazerem aqui um estágio de línguas? Tantas crianças vão para os Estados Unidos por seis meses, tantos americanos vêm para cá por seis meses, num intercâmbio cultural! Por que essas crianças não poderiam vir num intercâmbio cultural, até que seus pais pudessem se restabelecer? Qual brasileiro se negaria de receber uma criança do Haiti por seis meses até que os seus pais pudessem reconstruir parcialmente suas vidas, até que essas casas pudessem ser construídas, até que os empregos pudessem ser retomados?

Eu tenho certeza de que a agropecuária brasileira, os produtores rurais deste País não se furtarão a colaborar. Nós precisamos do Governo brasileiro para essa aliança e esse projeto, mas estaremos à disposição, lançando não só a ideia, mas queremos ser parceiros dessa ideia. Nós estamos com as nossas casas abertas, os produtores rurais do País estão com as suas casas abertas para receberem essas crianças para esse intercâmbio cultural, onde elas pudessem sofrer um pouco menos do que sofrem agora no Haiti.

Mas, Sr. Presidente, eu ainda preciso continuar homenageando, vou chamar de amiga, embora não tão íntima, a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns. Mas ela era amiga de todos os brasileiros, e eu também sou brasileira, graças a Deus, e eu quero chamá-la de amiga, de querida amiga do Brasil.

Qual era a grande vantagem, o maior exemplo dessa mulher? A caridade, o voluntariado, a sensibilidade ou a continuidade? Se avaliarmos o Brasil, os programas sociais brasileiros dos últimos 20, 30, 40

anos e pode ir longe, qual é o programa social deste Brasil que conseguiu persistir, que conseguiu ter continuidade, que conseguiu sobreviver, ano após ano? Só com a liderança da Dr<sup>a</sup> Zilda.

Infelizmente, as ideias são muitas, os programas têm muitos nomes, governos vão, governos vêm, os programas se vão e os pobres continuam os mesmos. Se avaliarmos, numa pesquisa como já foi feita neste País, nos últimos 20 anos, infelizmente, os pobres do Brasil são os mesmos.

O sonho de cada pai e cada mãe é poder deixar uma formação universitária para seu filho como herança, uma pequena casa, um pequeno lote, um pedaço de chão, um carro, um pequeno comércio, mas os pobres do Brasil estão recebendo de herança de seus pais apenas a miséria e a pobreza, sem expectativas, porque os programas sociais do Brasil, nas últimas décadas, são programas rasos, que apenas admitem a gestão da pobreza, a administração da pobreza e não o fim da pobreza.

No Brasil, nos últimos anos, comemora-se a entrada de tantas dezenas e centenas de famílias nos programas sociais, mas não há uma comemoração, não há um evento festivo comemorando a saída dessas pessoas da pobreza.

Não quero usar a palavra, em nenhum momento, para criticar A, B ou C. Quero apenas cumprir com meu dever, como Senadora do Brasil, como mãe, como mulher, no sentido de que precisamos acabar com esse processo contínuo de pobreza, como a Dr<sup>a</sup> Zilda tanto sonhou e tanto lutou.

Sr. Presidente, eu queria ainda aqui falar a respeito da importância da escola e da educação no Brasil. Enquanto tivermos esses índices e esses números na educação brasileira, a pobreza vai ser passada de pai para filho como herança maldita. Com esses números na educação do Brasil, vamos condenar essa geração a mais um ciclo de pobreza.

Se pegarmos os números que todos os dias estão aí, segundo o IBGE, veremos que há sessenta milhões de pessoas pobres neste País que se sustentam apenas com a transferência de renda. Vejo que essas pessoas pobres recebem essa transferência de renda há anos, desde o Governo anterior. As mesmas pessoas, sem esperança, sem brilho nos olhos. Pergunto a elas: esse pequeno recurso que você recebe há anos e anos, há quase 20 anos, fez com que você deixasse de ser pobre?

A pobreza não pode ser findada ou não se pode pretender que a pobreza seja findada apenas com a transferência de renda. A transferência de renda é necessária, mas não pode ser continuada, não pode ser separada, não pode ser divorciada da esperança e

de projetos consistentes e profundos, para que essas pessoas possam, um dia, pegar essa transferência e repassá-la a outra pessoa que precisa, a fim de que tenha uma porta de saída.

O Brasil, infelizmente, adotou, como política própria, a gestão da pobreza e nunca entendeu o mergulho que Dr<sup>a</sup> Zilda Arns sempre propôs para esse Brasil. De forma humilde, serena, simples, prática, objetiva, como nós, mulheres, somos, ela conseguiu fazer o impossível: ela conseguiu reverter números na saúde que nenhum governo conseguiu reverter. Nem este, nem o outro. E, se Dr<sup>a</sup> Zilda Arns conseguiu fazer, por que nós não podemos? Por que não podemos copiar o exemplo da Dr<sup>a</sup> Zilda e fazer com que as políticas tenham continuidade, tenham consistência, tenham começo, meio e fim? Mas o fim de um programa não pode ser o fim de um governo; o fim de um programa tem que ser o fim da pobreza para aquela família. Que seja a família Silva, que seja a família Pereira, que seja a família Campos, mas que aquela família possa ser libertada e que ela possa ter a esperança de repassar para seu filho um pequeno patrimônio, ou o saber ou um patrimônio físico, porque isso não é pecado em lugar nenhum do mundo.

Em 2009, quatro milhões de crianças entraram na primeira série do ensino fundamental; e, no mesmo ano, só 2 milhões – a metade – de jovens terminaram o ensino médio. Portanto, 1,8 milhão de jovens não tinham esperança. Herdaram apenas a possibilidade da pobreza, da miséria, da falta de otimismo e da falta de esperança.

Precisamos não só mais do discurso. Todos os Senadores e Senadoras têm lutado, têm feito um grande trabalho aqui com relação à educação, mas precisamos ir mais longe; precisamos ir mais fundo em tudo isso.

Estamos tentando também, no campo brasileiro, implementar um tipo de escola que possa fazer a diferença. Estamos chamando de Escola Viva, o Farol da Cidadania. Estamos tentando conseguir isso no campo brasileiro, e vocês verão, em poucos dias, os índices da escola rural brasileira, que nunca foi medida pelo Ideb, que nunca foi medida pela Prova Brasil. Mas estamos terminando o estudo e vamos mostrar ao Brasil como está a escola rural brasileira. Quanta tragédia, quanto abandono há décadas! Há décadas!

A escola rural brasileira se concretizou e se resumiu no transporte escolar. Apenas isso! Sem conteúdo, sem aparelho, sem equipamento, sem treinamento e com péssimo pagamento aos professores.

Com a Escola Viva, o Farol da Cidadania, estamos tentando um novo modelo, para que uma educação integral possa ser implementada em um grande mutirão

de alunos, de pais, da comunidade, dos professores, dos produtores rurais, que se interessam por tudo o que acontece no campo. E estamos tentando um mutirão pela vida, por meio da educação, para que essas pessoas que estão abandonadas sejam, de verdade, libertadas.

Como disse nosso poeta Guimarães Rosa, “a vida é um mutirão de todos”. E a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns representava muito bem o trecho de um poema de Cecília Meireles, que diz que “a esperança é um dom”. Ela exercia esse dom, que é a esperança. E fez de sua vida uma missão. A vida é uma missão de todos nós, não só da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, não só dos militares, que faleceram no Haiti em combate, em ação, em trabalho. A vida é uma missão de todos nós.

Encerro, conclamando o Brasil a fazer programas de continuidade que tragam, de verdade, a superação da pobreza. Que Dr<sup>a</sup> Zilda seja uma mártir, lembrada por várias gerações como exemplo de superação, de continuidade, de determinação e de coragem.

Vamos usar esse exemplo para o bem, não só apenas para palavras vãs, mas que ela possa ser exemplo para cada brasileiro, para cada um de nós, que somos voluntários. Cento e noventa milhões de pessoas podem, de alguma forma, ser voluntárias, de forma mais arrojada, de forma mais abrangente ou de uma pequeníssima forma, mas todos nós, nesse grande mutirão pela vida, através desse exemplo, podemos mudar os rumos do Brasil e fazer com que a herança maldita da pobreza seja findada para as nossas gerações.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

*Durante o discurso da Sra. Kátia Abreu, o Sr. Flávio Arns, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença de uma comitiva de parlamentares do Sudão, que nos visita, agora, no plenário do Senado. Viemos de recebê-los há pouco no gabinete da Presidência. Trata-se de uma comitiva formada pelo Deputado Osman Modawi e Deputado Gutbi Almahadi, ambos membros do Parlamento sudanês, além de assessores do Presidente da Federação dos Estados e também do Sr. Embaixador do Sudão.

É uma honra recebê-los neste momento em que o Senado da República do Brasil presta uma justíssima homenagem, nesta sessão especial, reverenciando a memória da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns Neumann, fundadora da Pastoral Nacional e Internacional da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, e Dr. Luiz Carlos da Costa,

representante especial adjunto da ONU, no Haiti, e os militares brasileiros integrantes da Força de Paz.

Portanto, é uma honra recebê-los aqui, nesta sessão solene, em homenagem a todos esses grandes heróis brasileiros.

Tenho a satisfação de convidar para fazer uso da palavra a Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa, em nome da Presidência, cumprimento todas as autoridades que compõem a Mesa e os familiares das vítimas do terremoto no Haiti; cumprimento todos os senhores e as senhoras que aqui estão.

O mundo ainda está abalado pela tragédia que atingiu o Haiti, um dos países mais pobres do planeta.

Todos ficamos consternados pelos números que nos chegam, todos eles de amplitude dantesca: pelo menos 200 mil pessoas morreram, 300 mil ficaram feridas, 4 mil amputadas. Um milhão de pessoas ficaram desabrigadas.

Nesse palco de horror e dor, 21 brasileiros perderam a vida: 18 militares que integravam as forças de paz da ONU, além do diplomata Luiz Carlos da Costa, segundo homem da missão brasileira, e da médica e fundadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns.

Dentre as inúmeras sessões de homenagens que esta Casa realizou, certamente esta é a que mais gera comoção. Estamos aqui não apenas para reverenciar a memória desses heróis que perderam suas vidas, mas também porque todos estavam em missão humanitária naquele país.

Foi com muita tristeza que recebemos a notícia sobre essa tragédia. Acompanhamos os acontecimentos com muita angústia. Um sentimento de dor se apoderou de todos nós. E é exatamente por tudo que sentimos naqueles momentos que ocupo esta tribuna para prestar minha homenagem a todos, inclusive os haitianos, que perderam suas vidas.

Quero expressar meus sentimentos às vítimas falando especificamente sobre a médica sanitarista Zilda Arns. Acredito que ela não gostaria de ser enaltecida nesse contexto onde tantas outras pessoas morreram e de grande sofrimento para a pobre população do Haiti.

Tive o prazer de conviver intensamente com a Dr<sup>a</sup> Zilda quando ocupava a Secretaria Nacional de Assistência Social, no primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Ela estava implantando inúmeros programas naquela época, inclusive o do enriquecimento dos farelos, fundamental na formação da cadeia alimentar

das crianças assistidas pelos programas da Pastoral da Criança.

Enquanto fui Secretária, assinamos convênios anuais de repasse de recursos, que, sabíamos, iriam estender a capacidade de atuação de um dos mais extraordinários e eficazes programas de atendimento à infância brasileira.

A sua aparência, sempre, transparecia um mundo interior de paz, de quem estava consciente de que tentava fazer o melhor no atendimento aos milhares de lares visitados pelas visitadoras da Pastoral da Criança, a quem eu faço uma homenagem neste momento. Mas o seu exemplo é incomum e merece uma reflexão de todos nós. Existem muitas carências no mundo. Carência de alimento, de condições sanitárias, de amor ao próximo e de pessoas voluntárias como Zilda Arns. Daí a crença de que ela deixa uma lacuna no lastro do trabalho social em nosso País.

Sobre o voluntariado, certa vez ela disse: “Eu acho que o voluntariado está dentro da gente, o que falta é ser despertado. Qualquer pessoa tem vontade de ser voluntária, porque o voluntário dá, mas ganha muito mais quando trabalha com o espírito”.

Essa alma voluntária acreditava que os problemas sociais vêm de duas áreas: uma é a família, que forma o tecido social humano. A outra área são as políticas públicas.

Visionária, usou sua inteligência para obter resultados. Com isso, conseguiu maior poder de transformação na sociedade.

Não falava mal de políticos e governos, não teorizava critérios de administração, nem procurava culpados para a miséria do mundo.

Ela costumava ir a lugares mais carentes para ensinar às mães os conceitos básicos e de baixo custo para criar os filhos. Envolvia todos numa grande conspiração do bem.

Na sua vida, tudo sempre foi ocupado pela solidariedade e doação. Com isso, criou clubes de mães para ensinar planejamento familiar, nutrição e formação de filhos.

A vida de Zilda Arns, cujo magnífico trabalho à frente da Pastoral da Criança já salvou milhares de vidas, lhe rendeu uma indicação ao Prêmio Nobel da Paz.

A famosa “farinha múltipla”, uma mistura milagrosa de farelos, combateu a desnutrição e salvou da morte tantas crianças brasileiras. Era com empolgação e originalidade que essa grande mulher marcava suas ações.

Segundo a Pastoral da Criança, Zilda coordenava cerca de 155 mil voluntários, presentes em mais de 32

mil comunidades em bolsões de pobreza, em mais de 3,5 mil cidades brasileiras.

A entidade informa que, atualmente, cerca de dois milhões de crianças e mais de 80 mil gestantes são acompanhadas todos os meses em ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania.

Seu trabalho serviu de modelo para vários países. Além do trabalho, reconhecido mundialmente, com as crianças, Zilda também era fundadora e coordenadora da Pastoral da Pessoa Idosa, fundada em 2004. A entidade tem por objetivo capacitar líderes locais para ajudar os idosos a controlar as vacinas, evitar acidentes domésticos e identificar doenças físicas e emocionais.

Quero, nesta oportunidade, também cumprimentar todos os militares que estão e estiveram na missão de paz no Haiti. A eles, a nossa homenagem e, principalmente, o nosso orgulho, como brasileiros, de ver a solidariedade e a generosidade do Exército Brasileiro ali representado. Cumprimento, também, a equipe de saúde do Hospital Albert Einstein, que acabou de chegar do Haiti e que pôde ali mostrar a solidariedade e a generosidade do povo brasileiro.

Não tenho dúvida de que ficamos órfãos, além de mais pobres. Todos os brasileiros que perderam suas vidas no Haiti deixam ao mundo um legado de ação solidária, de trabalho, de decência e de caráter.

Não tenho dúvida de que o povo brasileiro, hoje, é mais brasileiro, é mais verde e amarelo pelo que foi representado no Haiti por nossa gente.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

*Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Arns.*

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR) – Agradeço a Senadora Lúcia Vânia pelo pronunciamento e convido em seguida, para ocupar a tribuna, o Senador José Nery, do Estado do Pará.

Eu quero destacar aos presentes que, após o Senador José Nery, há três Senadores inscritos: Senador Arthur Virgílio, Senador Garibaldi Alves Filho e Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, primeiro signatário do requerimento que, juntamente com vários Srs. Senadores e Senadoras, ensejou a que a Hora do Expediente desta sessão do Senado Federal fosse solene; Srs. Senadores, Senador Mão Santa, Senadores que aqui se pronunciaram, Sr. Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, Sr. Coronel Ricardo da Fonse-

ca Martins; familiares dos militares brasileiros vítimas do terremoto do Haiti, que se encontram à Mesa e no plenário; Sr. Nelson Arns Neumann, filho da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns e coordenador adjunto da Pastoral da Criança – e é bom que se diga: Pastoral Nacional e Internacional da Criança; saúdo com especial entusiasmo este plenário do Senado Federal repleto, com a participação de dirigentes ou, como são popularmente conhecidos e conhecidas, líderes da Pastoral da Criança, que aqui representam milhares de brasileiros e brasileiras que, em muitas das nossas comunidades, se dedicam à causa da vida, contribuindo decisivamente para o atendimento e para salvar as vidas de milhões de crianças em nosso País nos últimos 27 anos de atuação da Pastoral da Criança. Saúdo também o Rev<sup>mo</sup> Dom José Alberto Moura, aqui representando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Senhoras e senhores convidados, saúdo os milhares de brasileiros que acompanham esta sessão do Senado Federal, porque sabem que, além da homenagem à memória da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns Neumann, fundadora da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, aqui nesta sessão também homenageamos a memória do Dr. Luiz Carlos Costa, Representante Especial Adjunto da Organização das Nações Unidas no Haiti, e dos bravos militares brasileiros, integrantes da missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR) – Senador José Nery, eu o interrompo só por um minuto...

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Pois não, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR) – (...) para prorrogar a sessão do Senado até as 20 horas, para que haja oportunidade de os três outros Senadores já mencionados se manifestarem, entre eles o Senador Arthur Virgílio, e fazermos um pausa, para que, então, se houver outros oradores para os assuntos pertinentes ao cotidiano do Senado, possam se manifestar também.

Então, está prorrogada a sessão até as 20 horas.

Obrigado.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, Senador Mão Santa, Senador Romeu Tuma, que também compõem a Mesa dos trabalhos, em primeiro lugar, quero manifestar meu profundo pesar aos familiares da nossa saudosa Dr<sup>a</sup> Zilda Arns e aos familiares dos soldados e civis brasileiros mortos no trágico terremoto do Haiti, tanto os que estão presentes nesta sessão como aqueles que nos acompanham pelo Sistema de Comunicação do Senado Federal. Também quero estender, como cristão

e militante socialista, minha solidariedade e a do meu partido, o PSOL, ao povo haitiano, aos sobreviventes, aos familiares das vítimas de uma das maiores tragédias que o mundo presenciou ao longo da história da humanidade.

As agências internacionais de notícias e as organizações humanitárias falam em mais de 200 mil mortos em decorrência do terremoto que arrasou o Haiti. Tomei conhecimento, na manhã do dia 13 de janeiro, primeiro, do terremoto e da notícia de que o sismo havia ceifado vidas de alguns militares brasileiros. Só no meio da manhã, quando me dirigia, juntamente com a professora e ex-Deputada Araceli Lemos, para uma viagem ao Município de Tucuruí, no interior do Pará, fui informado de que, entre os mortos daquela tragédia, encontrava-se a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, que tive a honra e a felicidade de conhecer, quando, em Belém, celebravam-se os 15 anos da Pastoral da Criança, que reuniu, na capital do meu Estado, no ginásio da Universidade do Estado do Pará, mais de 5 mil pessoas da Pastoral, líderes e militantes da causa em defesa das crianças e dos adolescentes no Estado do Pará.

E, desde ali, tentei um contato com o Senador Flávio Arns para manifestar a minha solidariedade. Contudo, àquela altura, o Senador Flávio Arns já estava fazendo os seus preparativos para viajar ao Haiti. Queria manifestar meus pêsames através de um telegrama, mas não me senti... Queria encontrá-lo pessoalmente para manifestar meus pêsames, com certeza extensivos a toda a família, o nosso pesar e a nossa dor pelo ocorrido, o que só pude fazer no início dos trabalhos do Senado.

Mas, Senador Flávio Arns, V. Ex<sup>a</sup>, ao propor esta sessão, subscrita por mais de duas dezenas de Senadores, valoriza e reconhece a importância do trabalho de inúmeros brasileiros que deram a vida para ajudar na reconstrução de um país em que, antes do terremoto, já havia uma grave situação política e social, decorrente principalmente das velhas políticas dos grandes centros do imperialismo que atuaram e atuam como *gendarmes* de um povo e de uma nação cuja história, desde os momentos de sua independência, como colônia da França, é uma das mais importantes das Américas e do Caribe, destacando que foi esse país o primeiro que aboliu a escravidão nessa região do Planeta.

Independente dos aspectos políticos que envolvem o debate sobre a necessidade ou não da presença de tropas estrangeiras no Haiti, quero registrar meu posicionamento contrário a qualquer tipo de intervenção militar de qualquer nação ou Estado nos assuntos internos desse país, mas não posso deixar de reconhecer o trabalho desenvolvido pelos militares

brasileiros, que, longe da nossa Pátria, buscam contribuir para a edificação de um novo país e de uma nova sociedade, desenvolvendo suas atividades laborativas, sociais, esportivas, educacionais, de amparo à saúde, entre outras atividades.

Quero me dirigir ao Senador Flávio Arns, sobrinho de Dr<sup>a</sup> Zilda, e, por extensão, também a Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo Emérito de São Paulo, que teve um papel fundamental no estímulo à organização, à estruturação da Pastoral da Criança, como, decerto, o papel histórico da CNBB ao apoiar essa iniciativa nascida no Sul, que se espalhou pelas diversas regiões do Brasil e alcançou mais de vinte países no mundo.

Quero dizer, Senador Flávio Arns, que a Dr<sup>a</sup> Zilda, ao perder a sua vida, fazia aquilo que a projetou como uma das mais respeitadas lideranças no trabalho em defesa das crianças, jovens e idosos de nosso País e da América Latina. Sua missão no Haiti, naquele trágico dia 2 de janeiro de 2010, era exatamente a de promover as melhorias entre as crianças, jovens, adultos e idosos haitianos, a partir de sua experiência nas Pastorais, onde sempre atuou em defesa desses segmentos sociais, quase sempre explorados e marginalizados pelos modelos econômicos vigentes na maioria dos países da América do Sul, da América Central e do Caribe.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ilustres convidados, gostaria de destacar também a justeza de nossas homenagens e reconhecimento ao profícuo e humanitário trabalho desenvolvido por Dr<sup>a</sup> Zilda Arns em nosso País. Julgo, por essas razões, que seria absolutamente acertada a indicação, mais uma vez, para receber, *post mortem*, o Prêmio Nobel da Paz, por tudo que fez em sua vida, defendendo os direitos das crianças, jovens e idosos em nosso País e em outras regiões do mundo, onde ela interagia com organizações humanitárias na promoção do bem-estar das camadas populares mais necessitadas de assistência e cuidados especiais.

Registro também, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com profundo pesar, o falecimento da Sr<sup>a</sup> Frineida Vieira, mãe do General de Brigada Floriano Peixoto Vieira Neto, Comandante da Minustah – Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, cujo sepultamento ocorreu na manhã de hoje, na cidade de Tombos, situada na Zona da Mata, em Minas Gerais. Ao General Floriano e à sua família quero transmitir meus votos de pesar pela perda irreparável.

Quero também me dirigir aos familiares dos militares brasileiros mortos durante o terremoto do Haiti. Lembraremos sempre que esses profissionais estavam a serviço de nossa Pátria em missão em outro país,

buscando o aperfeiçoamento técnico e cumprindo uma missão humanitária. Como brasileiros, reverenciaremos sempre a memória de nossos 18 jovens soldados e oficiais que perderam a vida cumprindo sua missão naquele país.

Espero que, no mais breve espaço de tempo possível, todos os soldados brasileiros estejam de volta à nossa Pátria, encerrando essa missão, desejando que o Haiti, por seus próprios meios, de forma autônoma, soberana e livre, consiga trilhar o caminho da paz, da democracia, da prosperidade econômica e do desenvolvimento social sem a presença de tropas estrangeiras em seu território, a não ser com um único objetivo humanitário, mas sem funções relacionadas à segurança interna daquele país.

Espero, sinceramente, que o governo norte-americano e que todos os governos que têm presença de tropas naquele país possam substituí-las por professores, médicos, técnicos, engenheiros e outros profissionais que possam ajudar na reconstrução do país e na promoção da paz e do bem-estar do povo haitiano.

E ainda, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mesmo que alguns dos oradores que me antecederam já o tenham feito, pois sei que não custa para o tamanho do exemplo de dedicação desses servidores brasileiros no Haiti, sejam eles civis ou militares, quero citar, desta tribuna, para todo o País, o nome de cada um deles, porque é uma homenagem a cada um dos seus familiares, que sofrem com a dor dessa perda irreparável. Portanto, cito, mais uma vez, o nome de todos os brasileiros que foram vítimas dessa enorme tragédia: Dr<sup>a</sup> Zilda Arns; Exm<sup>o</sup> Sr. Luiz Carlos da Costa, diplomata da Missão Brasileira no Haiti; Exm<sup>o</sup> Sr. Emílio Carlos Torres dos Santos, que foi Chefe da Assessoria Parlamentar das Forças Armadas aqui no Congresso Nacional; General de Brigada do Exército Brasileiro João Eliseu Souza Zanin; Coronel do Exército Brasileiro Marcus Vinícius Macedo Cysneiros; Tenente-Coronel do Exército Brasileiro Francisco Adolfo Vianna Martins Filho; Tenente-Coronel do Exército Brasileiro Márcio Guimarães Martins; Capitão do Exército Brasileiro Bruno Ribeiro Mário; Capitão da Polícia Militar do Distrito Federal Cleiton Batista Neiva; 2º Tenente do Exército Brasileiro Raniel Batista Camargos; 1º Sargento do Exército Brasileiro Davi Ramos de Lima; 1º Sargento do Exército Brasileiro Leonardo de Castro Carvalho; 2º Sargento do Exército Brasileiro Rodrigo de Souza Lima; 3º Sargento do Exército Brasileiro Ari Dirceu Fernandes Júnior; 3º Sargento do Exército Brasileiro Washington Luiz de Souza Serafin; 3º Sargento do Exército Brasileiro Douglas Pedrotti Neckel; e Cabos do Exército Brasileiro Rodrigo Augusto da Silva, Antônio

José Anacleto, Felipe Gonçalves Júlio, Tiago Anaya Detimermani e Kleber da Silva Santos.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores e ilustres convidados,

repetimos aqui o nome de todos que foram vítimas dessa tragédia, civis e militares, não só porque jamais poderemos esquecer a perda desses brasileiros, mas pelo que tem de significado esse terremoto que ceifou mais de duzentas mil vítimas no Haiti, que agora clama pela ajuda internacional de todos os países. O Brasil tem feito a sua parte, mas é preciso que as nações mais ricas do mundo e também as nações mais pobres possam se unir verdadeiramente no exemplo de solidariedade para com o povo haitiano enviando alimentos, educadores e, sobretudo, técnicos que possam ajudar na reconstrução daquele país, que tem um povo irmão tão sofrido, tão abandonado, tão perseguido, tão discriminado em toda sua história.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – É com honra que concedo um aparte ao Senador Garibaldi Alves.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Eu quero, neste instante, dizer também do sentimento do povo do Rio Grande do Norte com relação a essa tragédia que vitimou 21 brasileiros, entre eles a professora Zilda Arns. Eu sei que aqui já falou a Senadora Rosalba Ciarlini, inclusive em nome da mulher potiguar, que tem uma presença muito forte, muito importante na história do Brasil, pelo fato de termos tido uma mulher índia guerreando contra os holandeses e, depois, a primeira eleitora do Brasil, a primeira Deputada eleita no Brasil, a primeira Prefeita do Brasil. Mas estamos aqui para render homenagem a Zilda Arns, que foi uma mulher que nos deu um exemplo que deve se perenizar na nossa história, de uma personalidade marcante. Eu me lembro – sem querer fazer um discurso paralelo ao de V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Nery – de que, quando ela visitou o Rio Grande do Norte, eu era Governador. Acho que talvez tenha sido uma das suas últimas visitas. Nós fomos ao interior do Estado. Ela queria conhecer uma creche no Município de Equador, já que queria estimular o trabalho que lá estava sendo feito. Enfrentamos uma estrada terrível! Eu passei por uma dificuldade, porque eu era Governador, e a estrada estava muito ruim. Fiquei em maus lençóis com a professora Zilda Arns. Mas, graças a Deus, quando nós chegamos à creche, a impressão da estrada desapareceu, porque o trabalho social que estava sendo realizado naquela cidade nos deixou muito felizes perante D. Zilda Arns, que era uma pessoa de uma generosidade extraordinária. Eu não tive maior intimidade com o seu trabalho, a não ser durante essa visita. Devo confessar que,

convivendo aqui com o Senador Flávio Arns, que está ao lado do seu filho, eu vi que Zilda Arns não era uma pessoa isolada, era uma família que tinha um poder de fazer o bem, porque esse Flávio Arns, esse Senador que aí está, esse homem tem muito de santo, na medida em que é um homem que se dedica aos deficientes, às pessoas que precisam de uma educação especial. Mas ele se dedica, não é esse trabalho só parlamentar, não; é um trabalho que transcende as fronteiras do Parlamento. Então, eu vi que essa família Arns é extraordinária. Isso para não falar de Dom Evaristo Arns. Então, eu estou aqui penalizado desde aquele dia. Perdoe-me, Senador José Nery, se eu escolhi V. Ex<sup>a</sup> para pedir este aparte.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – É uma honra.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Estou penalizado. Um orador aqui – acho que foi o Senador Pedro Simon – disse que “não sei por que Deus arranca de nosso convívio as pessoas melhores, nos momentos em que nós mais necessitamos delas”. Quero dizer que graças a Deus a professora Zilda Arns vai ser uma mulher que, com o seu legado, vai continuar a nos dar uma grande lição, sobretudo de esperança. Muito obrigado, Senador José Nery.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Eu é que agradeço ao Senador Garibaldi Alves, do Rio Grande do Norte, o seu aparte, que, na verdade, enriquece o meu pronunciamento. O senhor falar com tanto entusiasmo do seu Estado, remete-me a dizer duas palavras, Senador Garibaldi, sobre a atuação da Pastoral da Criança no Estado do Pará.

Participei, Senador Flávio Arns, da missa de sétimo dia em memória de Dr<sup>a</sup> Zilda, na Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, no centro de Belém, que reuniu quase duas mil pessoas. Não havia lugares para todas as pessoas sentarem, elas ficaram amontoadas para participar da missa em memória da Dr<sup>a</sup> Zilda e dos militares e civis brasileiros mortos no Haiti.

De modo que a palavra das coordenadoras e dos coordenadores da Pastoral da Criança enfatizou a enorme contribuição à luta contra a mortalidade infantil, que diminuiu sensivelmente nos últimos trinta anos no País e também no nosso Estado. Faço questão de homenagear toda a coordenação da Pastoral da Criança no Pará, mas especialmente na Diocese de Abaetetuba, a dedicação da Irmã Antonieta Negreto, da Sr<sup>a</sup> Carmem Lúcia dos Santos e de toda a equipe, que desenvolvem um trabalho dos mais relevantes. Só no Pará, no último trimestre, cem mil crianças foram atendidas pela Pastoral da Criança – e a população total do Pará tem algo em torno de 7,3 milhões habitantes.

São mais de 800 voluntários só na Diocese de Abaetetuba. No Pará, como um todo, disse-me a coordenadora da Pastoral, a Pastoral está presente na quase totalidade dos 144 Municípios do Estado do Pará. Não há nenhuma rede de proteção social em políticas públicas que consiga ter uma inserção e uma presença tão grandiosa porque ela está no meio do povo e com a criatividade, com exemplo, com a participação, com aquele acompanhamento minucioso e detalhado da evolução da nutrição, do peso, da saúde de cada criança. Quão bonito é visitar uma casa de uma líder da Pastoral da Criança para assistir mensalmente ao que eles chamam “o dia do peso”! Ali eles podem aquilatar a evolução do acompanhamento que prestam às crianças.

Portanto, homenageando a memória de Dr<sup>a</sup> Zilda, a memória dos demais brasileiros, civis e militares, que tiveram suas vidas ceifadas, ficam para nós, Sr. Presidente, os seus exemplos e o compromisso de procurarmos continuar a caminhada na luta por um Brasil mais justo, onde todos tenham acesso e garantia de seus direitos fundamentais, onde todas as crianças sejam respeitadas nos seus direitos.

Portanto, este é um compromisso que deve ser do Congresso Nacional, dos que exercem cargo público na administração pública, no Poder Executivo, em todos os níveis, mas, sobretudo, é um compromisso da sociedade brasileira continuar lutando por melhores dias, tendo como espelho a memória da luta desses bravos brasileiros e brasileiras que são um exemplo de vida para todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR)

– Agradeço ao Senador José Nery.

Passo, em seguida, a palavra ao Senador Arthur Virgílio do Estado do Amazonas.

Enquanto o Senador Arthur Virgílio se dirige à tribuna, eu só quero esclarecer que o Nelson Arns Neumann – que está, aqui, à minha esquerda – é filho da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, não é meu filho. Mas, de qualquer forma, é um elogio também, porque ele é uma pessoa altamente dedicada, interessada e competente, que acompanha a Pastoral da Criança nesses últimos 27 anos. Então, o Dr. Nelson Arns Neumann, por indicação, inclusive, da CNBB, está coordenando a Pastoral Internacional. É médico como a Dr<sup>a</sup> Zilda, e todos são professores também; na verdade, até os soldados, os oficiais que estavam lá no Haiti – a satisfação de vê-los acompanhando a construção da creche, do orfanato, da escola, o atendimento para a criança, não comendo iogurte uma vez por semana, para dar todo aquele iogurte para as crianças de lá que precisavam ter acesso ao iogurte! Isso é um trabalho médico, social,

humano, solidário e educacional também. A Pastoral da Criança e a Pastoral da Pessoa Idosa, sem dúvida, têm muitos professores; é uma educação não formal, que não acontece na escola, mas é um processo de educação, sem dúvida alguma.

Com muita alegria, temos a palavra do Senador Arthur Virgílio, do PSDB do Amazonas e Líder do PSDB no Senado Federal.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, Ilmo. Cel. João Chalella Júnior, Chefe da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Comandante do Exército; Dr. Nelson Arns Neumann, filho da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, Coordenador Nacional Adjunto da Pastoral da Criança e Coordenador da Pastoral da Criança Internacional; Sr<sup>a</sup> Ana Paula Policarpo Torres, viúva do General de Brigada e ex-assessor parlamentar do Exército no Senado Federal, Exmo. Sr. General Emílio Carlos Torres dos Santos; Sr<sup>a</sup> Emília Ribeiro Rodrigues Martins, viúva do Tenente-Coronel Francisco Adolfo Vianna Martins Filho; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados e participantes desta justíssima homenagem. Afinal de contas, a sessão começou às 14 horas e percebi que diversos Senadores optaram por apartear Colegas, até porque estavam, talvez, no fim da fila. Mas, se todos tivessem realizado os seus discursos, iríamos até 10h da noite, e iríamos tranquilamente até 10h, 11h da noite, porque essa missa vale a pena.

Eu, antes de mais nada, gostaria de falar um pouco do Haiti. Pode até... e vou insistir em dizer: Deus escreve certo por linhas tortas. O Haiti, não bastassem todos os anos e séculos de opressão colonial, de espoliação econômica e de ditaduras, passa agora por esse terrível momento de crise econômica e social que veio pelo terremoto. Mas, quando eu digo que Deus escreve certo por linhas tortas é porque a miséria no Haiti antecede o terremoto. O terremoto desnudou a miséria e agravou as suas condições, chamando a atenção da comunidade internacional. E ele serve para dois tipos de reação: para a reação sincera de quem é solidário e até para quem queira apaziguar falsos sentimentos.

Mas o Haiti tem problemas, e eu gostaria muito de falar um pouco sobre a sua história.

Ele chegou a ser vítima, ao longo da sua trajetória histórica, de teorias racistas que diziam que ele não se desenvolvia pela cor da pele dos seus filhos, e teorias de preconceito religioso – suas religiões de origem afro não permitiriam a um povo que se desenvolvesse plenamente do ponto de vista cultural.

O Haiti resistiu a tudo isso. O seu povo continua negro, mantém suas crenças religiosas, o que parece

até um desafio. Eu respeito profundamente... Sou católico praticante, mas respeito profundamente quem quer que professe sua religião de acordo com sua própria consciência, com seu direito de arbitrar sobre a sua vida. Mas o fato é que nós percebemos até nos filmes “politicamente corretos” a tentativa de desqualificar o Haiti, seu povo, sua religião, seus costumes, e o terremoto vem e impõe dores terríveis a um povo que já não tinha nem corpo para sofrer mais dor nenhuma, para pagar mais pena qualquer. É uma hora para nós mergulharmos nas águas profundas da sociologia política haitiana e encontrarmos um país cheio de contradições, um país que, por exemplo, libertou seus escravos antes de nós; um país que proclamou sua independência antes do Brasil e depois apenas dos Estados Unidos da América; um país que passou por terríveis vicissitudes que explicam as vicissitudes atuais sociais e econômicas do seu povo.

Em 1697 ele é cedido à França pela Espanha, como se fosse uma coisa. Foi cedido à França pela Espanha e aí teve seus braços, sua mão-de-obra trabalhadora servindo de mão-de-obra escrava para a produção de café em larga escala, de açúcar, de cacau, o que rendeu muitas divisas para a França, muito conforto para quem comprava aqueles bens.

Em 1803, porém – estou falando de 1697, com mais três anos, 1700 –, 106 anos depois, os negros incultos do Haiti, de religião atrasada, derrotaram os franceses militarmente e, então, viram raiar sua independência política 12 anos antes da brasileira, ou seja, em 1812.

Aqui no Brasil, houve um arranjo de elites graças a dois estadistas: Dom Pedro I –, que, para mim é responsável pela unidade nacional, teve uma enorme antevisão – e José Bonifácio; e graças também à antevisão de um rei – Dom João VI – que costumam caricaturar como se fosse um comedor de pernil, de frango, como se fosse um glutão e não alguém que tivesse sabedoria. E ele teve sabedoria de resguardar Portugal do domínio francês, de resguardar a soberania que estava representada não precisamente no território de Portugal. Quando trouxe para o Brasil a Família Real, ele preservou a sua dinastia e disse: “Nós continuamos governando numa das nossas possessões”, que era o Brasil. Eu hoje faço uma enorme reflexão sobre Dom João VI e o vejo como muito bem absolvido pela História. Teve antevisão, e essa antevisão levou dois estadistas – um muito jovem e outro maduro, respectivamente Dom Pedro I e José Bonifácio – a declararem a Independência brasileira.

Agora, houve uma diferença essencial: no Brasil houve o pacto das elites, como costuma acontecer no nosso País, Senador Flávio Arns.

No Haiti, foram os negros incultos, de religião atrasada, que resolveram tudo sozinhos, o que mostra que, se esse país é atrasado hoje, isso se deve muito mais a influências externas, ações exógenas, do que a deficiências internas, a deficiências endógenas. Se soube libertar os escravos antes, se soube se tornar independente antes, se teve, inclusive, a capacidade de dar abrigo a Simón Bolívar, quando Simón Bolívar precisou de abrigo em terra estrangeira, na sua pregação libertária, na sua pregação por uma América livre – e não me confundam com Hugo Chávez, pelo amor de Deus –, mas soube dar asilo a Simón Bolívar, eu me indago se esse povo era mesmo atrasado e inculto, incapaz do desenvolvimento econômico e social pleno, ou se forças externas impediram que ele se desenvolvesse plenamente.

Aí eu chego a um outro dado: houve um bloqueio promovido por Estados Unidos e Europa, de um modo geral, França, em particular, que durou décadas. Um bloqueio econômico terrível! Para se livrar dele, o Haiti pagou 150 milhões de francos, à época, dos seus de-pauperados cofres.

A gente sempre imagina que a tragédia que se está vivendo é a última. Mas não era, não era nem a penúltima. A última foi o terremoto, ou melhor, o terremoto foi a penúltima. Os estupros, o tráfico de órgãos, o tráfico de crianças têm sido o último ato, até o momento, da tragédia haitiana que bem merecia uma ópera no estilo Evita.

Após tudo isso, e ainda em função da influência estrangeira, entra em cena a ditadura Duvalier. Primeiro, Papa Doc, sanguinário, criminoso, frio, corrupto, como costumam ser sanguinários, corruptos e frios os ditadores; e, depois, seu filho Baby Doc, degenerado a ponto de eu fazer um trocadilho e dizer que suas faculdades mentais não eram nem ginasianas, suas faculdades mentais eram abaixo de ginasianas. Baby Doc, então, completou todo aquele ciclo de perversidade social, de perversidade econômica e de atraso político para o Haiti, nada a ver com a religião, nada a ver com a cor da pele.

Eu traço aqui um quadro hipotético. Se o Plano Marshall tivesse atingido o Haiti, o Haiti seria rico hoje, desenvolvido. Estou falando algo absurdo do ponto de vista da geopolítica que se esboçava naquele momento de Guerra Fria entre os Estados Unidos, que emergiam como potência principal do mundo ocidental, e a União Soviética, que emergia como outro pólo militar. Claro que o Haiti não caberia naquele jogo, estou só dizendo que, se tivesse havido cooperação internacional efetiva, o Haiti não teria necessitado de tanta solidariedade internacional por causa do terremoto. O terremoto transforma em aguda a necessidade da

ajuda internacional, porque o Haiti é um país depauperado, explorado, espoliado, sofrido, humilhado, traído, roubado há décadas, há séculos. Eu espero que paremos por aqui essa contagem.

Eu ainda gostaria de, falando sobre o Haiti, dizer que, daqui desta tribuna, concordei com o envio de tropas brasileiras para o Haiti. Entendi que era uma ocasião já plenamente realizada, aliás, em plena realização, de o Brasil assumir o comando, a liderança de uma missão de paz, uma missão visando garantir a ordem num país que estava conflagrado por uma guerra civil de cores cruéis, desumanas, servindo também de enorme possibilidade de transferência de experiência para o Exército brasileiro.

Os que foram para o Haiti voltaram, ou voltam, outros do ponto de vista do treinamento e da capacidade de ação militar. Tenho muito respeito pelo papel que desempenha o Exército brasileiro no país chamado Haiti.

E aqui eu cito um notável romancista brasileiro do meu Estado, o Márcio Souza, que se refere ao herói da independência haitiana, Jacques Dessalines, para dizer que quem produz um Jacques Dessalines é capaz de produzir o progresso, a independência e a justiça, e é isso que eu espero que o Haiti encontre.

Por outro lado, meu querido Flávio, eu ouvia o aparte do Senador Garibaldi Alves, que a mim me tocou muito, porque o Senador Garibaldi falou, como sempre faz, com o coração e, ao se referir a você, Presidente, ele transmitiu algo – com a peculiaridade dele, com a forma de falar e de se explicitar do Garibaldi Alves, que é do Garibaldi Alves, que nós tanto queremos bem, tanto admiramos –, ele falou o que a Casa pensa, porque, de fato, alguém aqui pode não concordar com determinada posição do Senador Flávio Arns – se todo mundo concordasse com o Senador Flávio Arns, estaria estabelecida a unanimidade burra, tão condenada por Nelson Rodrigues –, mas não há ninguém neste Senado que não respeite o Senador Flávio Arns, o que é uma diferença substancial. Gostar ou não gostar – estou repetindo o início da palavra – é gostoso.

Agora, respeitar ou não respeitar, me parece ser uma questão de obrigação, não se deve respeitar quem não merece respeito, e deve se respeitar quem se impõe ao respeito das pessoas. É o caso do Flávio Arns.

Eu hoje pensava numa situação que poderia ser delicada, mas que vou tratar com a maior tranquilidade, até porque eu não vejo que tenhamos que ter nenhuma vergonha dos episódios que a história do Brasil viveu, até porque a história do Brasil vai prosseguir vivendo os seus dramas, suas epopéias, os seus episódios todos.

Vejo o Exército brasileiro, hoje, merecendo todos os encômios, todos os elogios. Em algum momento, divergi muito francamente, quando aqui se quis implantar um regime de cor, de tom autoritário. Eu não podia concordar com aquilo. Não foi minha opção pegar em armas, porque eu não queria substituir uma ditadura por outra. Não foi imaginava que seria possível meia dúzia de pessoas derrotarem a força que representava o Exército brasileiro, mas fui às ruas, paguei meu preço, meu pai foi cassado pelo Ato nº 5, paguei meu preço. Eu queria o que nós obtivemos ao final: queria o Exército, como ele está hoje – porque ele quer e porque tem de ser assim, e com muito prazer ele faz assim, com muito mérito ele faz assim –, submetido aos ditames da Constituição brasileira, cumprindo seus deveres constitucionais com muita nobreza e de maneira admirável.

Eu quero um Congresso funcionando, com suas mazelas, com seus defeitos, mas funcionando e buscando o seu aperfeiçoamento. Eu quero um Judiciário independente. Eu quero um Executivo limitado pelo Judiciário, pelos órgãos de fiscalização e pelo Congresso Nacional.

Nós queríamos eleições diretas para os prefeitos de capital, e obtivemos; para governadores de Estado, e obtivemos; para Presidente da República, e obtivemos. Queríamos Assembléia Nacional Constituinte, e obtivemos, e temos hoje uma Carta Constitucional que, já bastante emendada e bastante aperfeiçoada, está aí a nos garantir, a nos dar garantias.

Não sou a favor de se mexer em nenhuma ferida pós-Lei de Anistia porque seria insensato. Não sou a favor, porque seria injusto; não sou a favor, porque fizemos um acordo muito claro, um pacto nacional que determinou que a anistia colocava uma pedra em cima de tudo aquilo. Portanto, nenhum sentimento revanchista anima a minha alma, ainda que eu tenha todas as condições de ter sentimento revanchista, até pelo que passei, pelo que minha família passou. Mas não quero isso, quero paz.

Entretanto, vou falar de um episódio que, a meu ver, cria um fio que me leva à Drª Zilda Arns e que passa, obviamente, pela vida do Flávio Arns.

Quem sou eu para absolver quem quer que seja. Não sou juiz, mas, se eu pudesse, no meu modesto juízo, fazer um julgamento, eu absolveria o General Castelo Branco, eu absolveria o General Ernesto Geisel, eu absolveria o General Figueiredo. Eu não absolveria o General Costa e Silva, não absolveria a Junta Militar, não absolveria o General Garrastazu Médici, eu não absolveria o General Sílvio Frota, não absolveria o General Ednardo. Absolveria o General Geisel porque teve a coragem de demitir Sílvio Frota e demitir Ednardo.

do para por cobro, por fim à tortura que havia no País àquela altura, à tortura que matou Vladimir Herzog, cujo sacrifício serviu para que se começasse a abrir um novo caminho na direção da verdadeira abertura democrática neste País. Pois houve uma missa... Missa não, missa é coisa nossa, de católico. Houve um culto ecumênico em São Paulo, na Praça da Sé, reunindo – que eu saiba, pela primeira vez – diversas religiões, pelo menos três delas, três muito importantes, através de três grandes líderes dessas religiões, pedindo paz no Brasil e dizendo que não se podia deixar impune o que se passara com o jornalista Herzog.

Estavam lá Dom Paulo Evaristo Arns, irmão da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, o Pastor James Wright – não sei se era anglicano, não me recordo, realmente não sei – e o meu querido amigo Henry Sobel, que passou por momentos difíceis. Observo, a propósito, que vivemos numa sociedade midiática, a gente tem de se acostumar com isso. A notícia vale mais do que tudo. De repente, aconteceu um drama na vida do Reverendo Sobel e todos se arvoraram em juízes do Reverendo Sobel.

O Reverendo Sobel, visivelmente sob efeitos de remédios, remédios com os quais é preciso ter muito cuidado, cometeu excessos e equívocos nos Estados Unidos – de maneira tão primária, que estava visível que não era de má-fé que ele fazia o que tinha feito.

E todo mundo o condenava. Parece até que o Reverendo Sobel não tinha valor algum e nunca tinha feito algo bom por ninguém, parece até que o Reverendo Sobel não havia participado do culto ecumênico por Vladimir Herzog, parece até que era um cidadão qualquer que merecia mesmo a execração pública. Não sei viver assim e, desta tribuna, prestei minha reverência, e, hoje, eu a repito, ao Reverendo Sobel.

Mas, muito bem, juntaram-se democratas de três credos, pensando no mesmo Deus e pedindo aquilo por que o povo inteiro ansiava – e tenho certeza de que a maioria esmagadora dos militares ansiava também por isso –, por liberdade no País, por reconstitucionalização do País, por democracia. E, hoje, existe tudo isso no Brasil.

Então, estou vendo que há um “quê” de genético nisso. Chegamos a Dom Paulo, chegamos ao Flávio – não tenho dúvida alguma do Nelson ou de quem quer que seja da família Arns – e chegamos à Dr<sup>a</sup> Zilda. Tenho muita desconfiança das pessoas que se julgam superiores às demais ou melhores do que as demais, tenho profunda desconfiança dessas pessoas.

Estou aqui com um discurso muito bonito feito pela minha assessoria, muito competente, um discurso irreparável. Não há uma vírgula para se trocar. Está aqui um discurso que daria para ler, desincumbindo-me desta missão muito honrosa de homenagear a

Dr<sup>a</sup> Zilda Arns. Mas não vou ler o discurso. Vou dizer apenas que – já falaram tanto que ela reduziu a mortalidade infantil, já disseram da sua dedicação ao fundar a Pastoral e da sua bondade, e tenho muito pouca coisa a dizer mais – a Dr<sup>a</sup> Zilda era mesmo melhor que as demais pessoas.

Havia um membro da Câmara dos Lordes, na Inglaterra, que tinha o hábito muito intenso de o tempo inteiro se autoelogiar, colocando-se como a única pessoa honesta que havia no Reino Unido. Sir Edmund Burke dizia que, para o mal triunfar, bastava os bons não se meterem na vida pública, por exemplo. Sir Edmund Burke, que era, por outro lado, além de grande orador, um homem muito irônico, muito sarcástico, vira-se para o Lorde e diz: “Sr. Lorde, permite-me um aparte?”. Ele diz: “É claro, Sr. Lorde”. E ele diz: “Não me leve a mal, não é nada pessoal, mas o Sr. Lorde me provoca uma enorme desconfiança. Não me leve a mal. Não é nada objetivo. É subjetivo apenas”. O tal Lorde se desfez, desmanchou-se: “Mas como? Logo eu, que a Inglaterra inteira conhece? Logo eu? Todos sabem da minha pureza. Logo eu? Todos sabem da minha honestidade. Logo eu? E não sei mais o quê. Logo eu? E não sei mais o quê”. E ele diz: “Mas, Sr. Lorde, eu lhe disse que não era objetivo. Era subjetivo. Não fique tão apouquentado assim! Não fique tão inseguro! Estou apenas dizendo que desconfio de V. Ex<sup>a</sup>. Alguma coisa não me traz confiança quando V. Ex<sup>a</sup> fala, quando o eminente Lorde fala”. Lá não chamam os lordes de V. Ex<sup>a</sup>. Então, reza a história do Parlamento inglês que esse Lorde, cujo nome não ficou – o de Edmund Burke ficou, tanto que aqui estamos a citá-lo –, não teria mais aparecido com assiduidade às sessões. Ou seja, procurava passar por melhor do que os outros e não era melhor do que ninguém, não era melhor, por exemplo, do que essa grande figura inglesa que era Sir Edmund Burke.

Mas Dr<sup>a</sup> Zilda Arns era melhor, sim. Era melhor pela capacidade de não ambicionar, pela capacidade de ambicionar para os outros, pela capacidade de querer para os menores, pela capacidade de lutar por justiça, pela capacidade de fazer coisas pequenas que depois ficaram grandes, e as pessoas pequenas é que não entendiam que eram grandes aquelas coisas que pareciam pequenas que ela fazia e que tomaram toda essa dimensão. Era melhor, sim.

Quando soube do falecimento da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, eu estava no interior do meu Estado, no interior do Amazonas. Recebi a notícia truncada. Eu não estava com Internet à disposição, e me disseram: “Morreu a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns”. Eu procurei falar com o Flávio, que estava em um avião presidencial indo para o Haiti. Eu não sabia sequer do terremoto. Soube, momentos depois,

horas depois, que tinha havido um terrível terremoto. Pensei em causas de morte comuns, como enfarte, derrame cerebral, acidente, essas coisas que a gente lê no cotidiano. Não pensei que tivesse sido no Haiti e não pensei que tivesse sido no terremoto.

Morreram dois agentes diplomáticos, morreram cerca de duas dezenas de bravos militares, que merecem toda a nossa honra, toda a nossa reverência, todo o nosso respeito, toda a nossa melhor saudação, e morreu a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns. Se pensamos de maneira fatalista que todos nós temos de morrer, que é um desígnio divino nascer, viver e morrer, pelo ciclo curto ou longo que Deus nos reserva, que Deus reserva para cada um de nós, pergunto, Presidente Flávio Arns: onde mais poderia ter morrido a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns? Em um leito de hospital, com o médico medindo sua pressão, com a família esperando os últimos momentos? Em um acidente de trânsito? Onde mais poderia morrer a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns? Que lugar Deus poderia ter escolhido melhor para culminar essa vida tão bondosa e tão generosa do que no Haiti, em um terremoto, no meio das pessoas mais miseráveis da América Latina?

Percebi que havia algo de simbólico nisso, como há muito de simbólico no que estamos fazendo aqui, nesta tarde. Estou aqui, há horas, esperando minha vez de falar. E há gente que está aqui há horas, e há pessoas que vão esperar não sei quanto tempo. Vinte horas não me parecem sequer o bastante. O Senador Flávio Arns, nosso Presidente, terá de prorrogar esta sessão, para que alguns Senadores se manifestem mais, pelo que estou a supor.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR) – Faço, então, uma interrupção e prorrogo a sessão pelo tempo que for necessário.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Digo, então, que aconteceu o desfecho de um destino muito bonito, de uma maneira muito bonita. A Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, que fundou a Pastoral da Criança no Brasil, que reduziu a mortalidade infantil por onde passou, que salvou muitas vidas como médica, como cristã, como mulher de muita fé e de muita coragem, prosseguiu em uma trajetória de astro, de cometa, e foi morrer junto com os seres que ela mais certamente haveria de amar, os que mais precisavam dela: o povo do Haiti. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP. *Fora do microfone.*) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> permitiria que eu fizesse um pequeno aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR) – Tenho a impressão de que há um problema com o seu microfone, Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Eu queria perguntar, Senador Arthur Virgílio...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, se V. Ex<sup>a</sup> ainda puder considerar...

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Enquanto V. Ex<sup>a</sup> passa pela Bandeira, gostaria de saber se eu poderia dar uma palavrinha, um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Numa sessão como esta, vale aparte até depois do discurso.

**O Sr. Romeu Tuma** (PTB – SP) – Peço até desculpas, porque ouvi com atenção o discurso de um diplomata, de um homem de cultura, que faz uma análise perfeita de todos os acontecimentos históricos. Mas V. Ex<sup>a</sup> passou por um fato – e eu pediria permissão para falar – e não citou o nome, quando falou da missa para Herzog, dos três pastores de cada uma das religiões. Tive uma conversa profunda com Dom Paulo Evaristo Arns sobre a caminhada pela cidade e sobre a missa, que seria religiosa, sem qualquer tipo de provocação ou coisa que pudesse trazer qualquer tipo de confronto. Eu disse a ele que eu era um delegado de polícia e que pouco poderia fazer no sentido de convencer as autoridades que comandavam o País a não intervirem naquela passeata, caminhada, procissão, como queiram chamar, mas que eu iria ver o que poderia ser feito. Em seguida, na praça, no Largo General Osório, procurei-me Fernando Henrique Cardoso – é isto que eu queria lembrar a V. Ex<sup>a</sup> –, que falou comigo, debaixo de uma torrencial chuva, sobre a importância de interferirmos para que se realizasse aquele ato, que era o princípio da possibilidade de uma abertura importante. Realmente, eu também disse a ele: “Eu sou um simples delegado de polícia”. Fui com ele a gabinetes, fiz vários telefonemas a Brasília, e veio a autorização para que a caminhada e a missa se realizassem, sem incidentes. Então, só quis citar que Fernando Henrique também participou da solução para que nada acontecesse durante esse fato histórico do País, num momento de dificuldade, em que V. Ex<sup>a</sup>, já num prejulgamento, absolveu todo mundo.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Senador Tuma, aproveito o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que enriquece minha fala – aliás, eu até a retomo –, para relatar uma conversa que tive com um querido amigo que admiro muito, que foi um dos maiores Senadores que já passaram por esta Casa, que era um adversário – se eu tivesse sido Senador àquela altura, eu teria sido adversário dele – e que é um dos mais notáveis oradores

que já conheci: o Senador Jarbas Passarinho. O Senador Jarbas, uma vez, justamente quando falei que, no meu julgamento histórico – olhe que prepotência! –, eu absolveria Geisel e condenaria Médici, disse-me: “Arthur, você está enganado. A questão toda é o momento”. Ou seja, se Geisel tivesse sido governante no período Médici, ele teria tido de aturar aquilo que Médici teve de aturar. Ele governou no momento em que era mais possível se fazer uma abertura e ele estava desejoso de principiá-la. Acreditava Passarinho que Médici também faria a mesma coisa. “Quero apenas ser justo.”

E me veio à baila um pensamento que me remeteu à União Soviética, a Gorbachev. Ele disse, em liberdade, propiciando uma abertura política significativa na então União Soviética, aquilo que outros disseram, mas esses outros foram encarcerados. É que ele disse no momento em que a sociedade estava pronta para ouvir e em que havia força suficiente para respaldar aquilo que ele estava dizendo.

Então, eu me ponho muito – recorro à minha consciência – a relembrar as palavras do sábio Senador Jarbas Passarinho, que, até hoje, acredita que o movimento militar de março e de abril de 1964 foi alguma coisa boa para o País. Eu acredito que não o foi. Ele, se Deus quiser, com muita vida, vai morrer achando isso, e vou morrer achando o contrário. Mas tenho por ele um carinho e um respeito muito grande. Tenho por ele uma amizade pessoal, tenho por ele carinho. Respeito sua figura pública, sua honradez pessoal.

O fato é que, naquele momento, foram tomadas atitudes sábias. E V. Ex<sup>a</sup> faz referência ao ex-Presidente Fernando Henrique, então um sociólogo de nome internacional que já havia sido punido pelo regime e que estava, àquela altura, ainda sem seus direitos políticos devolvidos. Eu poderia chegar ao Presidente da República, ao Presidente Lula, que tantas campanhas fez ao lado de Fernando Henrique nessas lutas por liberdade, por justiça.

E, certa vez, quando a democracia começava a raiar no País, um colega, o Deputado Djalma Bom, do PT, que comigo enfrentou tanto o que considerávamos o arbítrio do regime, disse-me assim: “Arthur, a única coisa ruim disso é que, agora, começamos a divergir”. E eu disse: “Não, Djalma. A melhor coisa disso é que agora nós podemos divergir”. Antes, não podíamos divergir. Éramos obrigados a ficar todos na mesma trincheira, combatendo pelas mesmas ideias. Não podíamos especificar nossas ideias. Queríamos ver realizadas cinco ou seis bandeiras. Cinco ou seis plataformas tinham de acontecer, e éramos obrigados a ficar presos a isso. O Brasil está muito mais rico hoje. Ou seja, não tenho saudade do tempo em que eu

concordava com o Presidente Lula, e ele não deve ter saudade do tempo em que ele concordava comigo. Era preciso que ele, brilhantemente, e eu, modestamente, fizéssemos o que fizemos, mas, com certeza, hoje, é melhor eu ter o direito de questioná-lo, de criticá-lo, e ele ter o direito de me criticar e de me questionar quantas vezes ele quiser. Não estamos mais sob a camisa-de-força de regras que peiam a nacionalidade.

E, novamente, meu prezado Coronel, voltando ao Exército Brasileiro, mesmo nos momentos mais agudos, eu jamais confundi o Exército Brasileiro em si com os que praticaram arbitrariedades, exageros e excessos, como também sei distinguir, historicamente, a diferença entre o exército alemão brioso e combativo que, em algum momento, teve de servir ao Reich da SS brutal, degenerada. Não misturar as coisas é fundamental para não cairmos no sectarismo de que sou melhor do que Fulano, porque não acho que eu seja melhor do que ninguém, simplesmente acho que temos de buscar a razão das coisas para expressarmos nossa melhor razão.

Agradeço ao Senador Romeu Tuma. Há esta coisa inédita, prezado Nelson, de recomendar um discurso. Mas valeu pelo Senador Tuma, valeu por ter vivido ele aquele momento, valeu pela lembrança que trouxe e valeu pela oportunidade de poder repetir que, de fato, quando pensamos nas pessoas, vemos que elas, de um modo geral, têm coisas muito boas dentro delas. Algumas poucas têm dentro delas coisas muito ruins, só coisas ruins, mas a maioria tem coisas boas e coisas ruins. Não há ser humano sem suas misérias, não há ser humano sem seus defeitos graves, não há ser humano sem suas mesquinhas. A inveja não é um sentimento alheio à natureza humana, a inveja é algo que faz parte da natureza humana. Temos de limitá-la, de combatê-la, de cerceá-la, de enfrentá-la, de vencê-la, de derrotá-la. Mas há alguns poucos que são diferentes. Dom Paulo é diferente, James Wright é diferente, Henry Sober é diferente, e Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, sem dúvida alguma, é diferente, melhor do que nós, não tenho dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR)  
– Agradeço.

Passo a palavra à última oradora inscrita, a Senadora Ideli Salvatti, que representa o Estado de Santa Catarina, lembrando também que a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns é nascida em Forquilha, Estado de Santa Catarina. É com alegria que ouvimos V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)  
– Agradeço, Sr. Presidente.

Quero, de forma muito carinhosa, cumprimentar a todos os que se fazem presentes nesta longa sessão

de homenagem às pessoas que faleceram no terremoto do Haiti, os nossos militares, os representantes do nosso corpo diplomático e, de forma muito especial, a nossa querida Zilda Arns.

Eu tive conhecimento da morte da Dr<sup>a</sup> Zilda no Palácio do Planalto. Naquele dia, eu estava na antessala do Presidente Lula quando veio a notícia da morte da Dr<sup>a</sup> Zilda, e tive a oportunidade de acompanhar toda a movimentação não só do Presidente, mas de todos os seus assessores mais diretos, mais imediatos. O Ministro da Defesa estava, juntamente com o Ministro Vannuchi, no gabinete do Presidente quando veio a notícia. Tive a oportunidade, Senador Flávio Arns, de acompanhar o doloroso telefonema do Gilberto Carvalho a V. Ex<sup>a</sup>, comunicando aos familiares, dando oficialmente a notícia do falecimento da Dr<sup>a</sup> Zilda, colocando à disposição toda a estrutura do Governo brasileiro para que a família pudesse se deslocar até o Haiti para fazer o resgate.

Tive, inclusive, a incumbência... Não me coloquei assim, mas, como eu estava no Palácio para tratar de outros assuntos, na saída, a imprensa queria saber o resultado da reunião que tinha havida naquele dia, a respeito de questões relacionadas ao plano dos direitos humanos. A reunião do Presidente Lula, exatamente com o Ministro da Defesa e o Ministro Vannuchi, estava programada para tratar dessa questão. Na saída, a imprensa toda me abordou, querendo saber do resultado da reunião do Ministro Jobim e do Ministro Vannuchi com o Presidente Lula. Acabei sendo eu a comunicar à imprensa brasileira que nada havia sido tratado, até porque um assunto de muito maior relevância tinha ocorrido: o falecimento da Dr<sup>a</sup> Zilda.

Então, para todos nós que a conhecíamos pessoalmente, que sabíamos de toda a história, pelo fato de a Dr<sup>a</sup> Zilda ser catarinense, nascida no Município de Forquilha, em Santa Catarina, no sul do Estado, de ainda haver familiares nascidos no nosso Estado – há irmãs, parentes muito próximos da Dr<sup>a</sup> Zilda e do Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns em nosso Estado –, foi um momento muito duro, muito triste, realmente de uma emoção muito forte.

Acho que muitas pessoas, nesse período, depois da sua morte, resgataram o papel evangélico, pedagógico, extremamente solidário, de doação da Dr<sup>a</sup> Zilda, mas fiz questão de buscar realçar algo em que a Dr<sup>a</sup> Zilda teve um papel fundamental. Hoje, temos no Brasil, solidificada, uma política de saúde que tem no programa Saúde da Família um dos seus principais pilares. E a Dr<sup>a</sup> Zilda, através do desafio que ela aceitou, de Dom Paulo Evaristo, de organizar a Pastoral da Criança, não tenho a menor dúvida, foi uma das principais precursoras dessa concepção de saúde,

que é a organização, o trabalho na comunidade onde as pessoas residem, no local de moradia, com acompanhamento direto, organização local, aproveitando, inclusive, os talentos locais, a doação de milhões, de milhares de pessoas, que, no voluntariado, dedicam-se a fazer o acompanhamento. E – veja bem, Senado Flávio Arns – com muito pouco dinheiro. Hoje, não tem fim a necessidade de dinheiro para a saúde. Quanto mais se põe, mais se necessita para poder dar um atendimento, até porque, infelizmente, lucra-se – e lucra-se muito – com a doença. Muito, muito!

E exatamente essa concepção de saúde – está aí comprovado – conseguia diminuir os índices de mortalidade e melhorar os de subnutrição com recursos extremamente escassos, mas com resultado fantástico. Fantástico! Então, essa concepção diferenciada de saúde, organizada na comunidade, com os recursos da comunidade, com, inclusive, instrumentos muito simples...

Quais são os instrumentos que a Pastoral da Criança adotou em praticamente quase todos os Municípios brasileiros, e não só no Brasil, em outros países, na América Latina, na África, em todos os países onde a Pastoral da Criança está? Uma mistura e o soro, uma pesagem e o acompanhamento mensal. Não é uma UTI, não é um medicamento de ponta de linha, que leva não sei quantas décadas para ser descoberto. Agora, o resultado, a quantidade de crianças que foram salvas, de crianças que passaram a ter mais qualidade de vida com o resultado desse trabalho é algo que precisa ser realçado, precisa ser colocado.

É interessante porque – e tivemos aqui muitos discursos – ela sempre surpreendeu. Eu me lembro do debate, do embate que ocorreu aqui, neste Senado da República, por ocasião da nossa discussão sobre a CPMF, o quanto de ideológico teve para ser derrubada a CPMF, para se retirarem recursos da saúde. A CPMF era isto: recursos fundamentalmente para a saúde; e tinha um viés tributário, porque, pela CPMF, cruzavam-se dados com o Imposto de Renda e descobriam-se as pessoas que sonegavam. Isso porque, pelo banco, se passasse dinheiro legal ou ilegal, a CPMF identificava, e o cruzamento permitia, inclusive, descobrir lavagem de dinheiro, narcotráfico, banditagem das mais diversas.

Foi interessante, porque, naquele debate, muito poucas personalidades tiveram coragem de vir a público fazer a defesa. E a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns foi uma das que, corajosamente, vieram. Eu me lembro – porque aqui não estava fácil o debate a respeito da CPMF – do documento assinado pela Dr<sup>a</sup> Zilda, uma médica, que teve essa visão totalmente inovadora, revolucionária, da saúde pública comunitária, a partir do local, a partir

das forças locais e das condições pedagógicas e sanitárias onde as pessoas moram. Ela não se omitiu.

Então, naquele dia em que veio a notícia, eu, como Senadora catarinense, como professora, mãe, senti, como todos os catarinenses, como todos os brasileiros e todos os seres deste planeta que tiveram a oportunidade de conhecer o trabalho da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns. Para nós, foi uma grande perda, e ela continua muito viva entre nós, muito viva, pelo exemplo e pelo resultado do trabalho que desenvolveu.

Então, eu queria aqui, em nome dos mais de seis milhões de catarinenses, prestar esta homenagem e agradecer por tudo o que ela fez.

Tivemos a oportunidade de estar no velório da Dr<sup>a</sup> Zilda, acompanhando, inclusive, a comitiva do Presidente da República; tivemos a oportunidade, Senador Flávio Arns, de viver aquele momento do Presidente com todos os familiares e do agradecimento que o Presidente Lula fez à família da Dr<sup>a</sup> Zilda pelo trabalho magnífico que ela desenvolveu.

Eu queria também deixar aqui registrado o reconhecimento do povo brasileiro ao maravilhoso trabalho que o Exército Brasileiro faz, já há vários anos, na missão de paz no Haiti. Aos nossos militares que perderam a vida, às suas famílias, nós temos a obrigação de agradecer pela disposição de estarem numa área de conflito, numa situação como a que o Haiti vivencia, há tantos anos, de instabilidade política, instabilidade institucional, de domínio, inclusive, da violência.

Todos os que para lá foram, que lá estiveram, colocaram a sua vida em risco e nós tivemos os que perderam a vida no episódio do terremoto, mas tem uma pessoa que eu acho que simboliza, dos nossos militares mortos, uma situação de doação muito especial, que é o Capitão Cleiton.

O Capitão Cleiton esteve no Haiti, oficialmente, cumprindo a missão, em 2004. Quando ele quis retornar, desejou retornar, ele não pôde fazê-lo na condição de militar da Polícia Militar do Distrito Federal. Ele estava tão convencido da importância de ir, do trabalho importante que as Forças Armadas Brasileiras desempenhavam no Haiti, que se licenciou para poder cumprir mais um período de missão. Então, ele esteve no Haiti oficialmente, como representante da Polícia Militar, em 2004, e retornou em 2007.

No meu gabinete, há uma pessoa que compartilhou com o Capitão Cleiton um período de formação e me entregou, para que eu pudesse fazer a leitura, uma correspondência do Capitão aos colegas de turma aqui de Brasília. Ele a encaminhou ao Professor Felipe, que atuou no curso que eles tiveram oportunidade de fazer juntos.

Eu vou ler alguns trechos, porque é uma mensagem muito forte e muito bonita a que ele mandou:

Prezado Professor Felipe:

Como há muito não falo com o senhor e com os queridos colegas da turma aproveito a oportunidade para relatar um pouquinho do que está se passando por aqui comigo.

Finalmente, após pegar o voo do dia 2 de junho no sábado (meu aniversário), parti em direção a Brindisi na Itália onde fiz o treinamento para a missão por uma semana.

Ele ficou uma semana em Brindisi, na Itália, se preparando.

(...)

Cheguei no Haiti no dia 10 de junho e comecei outro treinamento específico para a missão. Fui designado para descascar o abacaxi mais difícil que conheci aqui depois de Cite Soleil.

Professor, quanto a Cite Soleil, o senhor não vai acreditar, mas a cidade está irreconhecível...virou jardim de infância. Eu nunca vi tanta criança brincando na rua como vi por lá e claro o comércio de ambulantes e no Haiti uma das impressões mais claras de tranquilidade e vida mais próxima do normal.

O Capitão Cleiton, em 2004, tinha atuado diretamente em Cité Soleil. Então, no retorno, ele ficou muito admirado ao ver o resultado do trabalho.

No meu programa de treinamento estava incluída também uma manhã de patrulha com a equipe tática da Segurança da ONU.

Então fomos para Cite Soleil, mas os seguranças estavam super tranquilos que sequer colocaram os coletes. Agora naturalmente os bandidos se dispersaram. Alguns claro foram presos. O índice de sequestros reduziu assustadoramente (eu continuo curioso para saber das estatísticas). Isso é o que as sessões oficiais dizem, mas estou já checando os critérios de verificação para saber se são fidedignos.

Como dizia, eu fui designado para uma zona quente como Regional Security Officer (chamada de GONAIVES), que tem por missão zelar pela segurança do STAFF LOCAL E INTERNACIONAL da ONU em uma região que é comparada a uma das regiões do Brasil, mas claro que bem menor dadas as dimensões continentais do nosso país.

Lá há muito conflito entre gangues, há problemas de catástrofes naturais, como a que matou mais de quatro mil pessoas em agosto de 2004. O furacão Jane. Local onde muitos membros da ONU ficaram

desalojados. E também local marcado por todos os focos de movimentos revolucionários na História do Haiti, desde a revolução de 1804 até as insurreições mais atuais.

O Cleiton já fez suas orações e está indo na próxima segunda-feira para a assunção das novas funções. Estou vibrando muito pois talvez seja o maior desafio da minha vida até agora.

Muitas saudades das aulas, dos amigos, mas aplico muitas das nossas discussões em momentos de diálogos entre parceiros da missão.

Obrigado porque de uma maneira ou de outra vocês estão comigo.

Um forte abraço e até breve.

Cleiton Neiva. FIQUEM COM DEUS!!!!

Essa é uma correspondência do Capitão Cleiton, de 2007. Ele faleceu em janeiro e estaria retornando depois da segunda etapa de missão, em fevereiro, para o Brasil.

Então, ao Capitão Cleiton e à Dr<sup>a</sup> Zilda Arns os agradecimentos do Brasil e, tenho certeza, de todo o povo haitiano por essa verdadeira doação que tem representado a presença do Brasil naquele tão sofrido país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR) – Agradeço à Senadora Ideli Salvatti pelo pronunciamento.

Quero, também, me associar àquilo que foi dito durante as manifestações e ao pesar pelo falecimento da mãe do General Floriano Peixoto, que é o comandante das Forças de Paz no Haiti.

Quero transmitir a ele o voto de solidariedade de toda esta assembleia, que está discutindo, especificamente, os acontecimentos naquele país.

Quero reavivar o fato de que Florestópolis, no Paraná, a 80km de Londrina, é o Município berço da Pastoral da Criança no Brasil e no mundo.

A imagem que sempre me vem de Florestópolis é aquela que presenciei na celebração dos 20 anos da Pastoral da Criança no Município: os jovens, no ofertório, levando para o altar fotografias de crianças desnutridas, em pele e osso, doentes e que iriam morrer. As crianças que estavam sendo levadas ao altar nas fotografias, desnutridas, eram aqueles jovens de 15, 20 anos, saudáveis, estudando, tendo uma vida boa, de qualidade, com cidadania, com direitos. Quer dizer, eles estavam levando as fotografias das crianças quando eles eram crianças. A Pastoral da Criança significou para aqueles jovens e para milhões de outros jovens, no Brasil e no mundo, toda a diferença para se ter uma vida boa, digna, com oportunidades.

E eu quero ressaltar que é isso que os militares estão fazendo no Haiti. Quer dizer, é um trabalho de educação, um trabalho social, de organização, de estruturação, como a Senadora Ideli Salvatti acabou de colocar. Os depoimentos dos militares são no sentido de que se observava o início de organização e de estruturação. Eu comentava, inclusive, agora há pouco, com o Coronel João Chalella Júnior que um dos pontos altos da celebração desta tarde, do uso desta sessão para esta finalidade, foi observarmos a convergência de pontos de vista em relação à importância do trabalho que os militares vêm fazendo, que a diplomacia vem fazendo, e que o povo organizado vem fazendo também.

Então, esta é a lição: nós queremos organizar o povo, que o povo seja o sujeito da sua história, que tenha informações, que tenha acesso a iniciativas que podem ser feitas. E isso está sendo realizado pelas Forças Armadas no Haiti, sem dúvida alguma – Exército, Marinha e Aeronáutica –, com o apoio das pastorais, das igrejas e da sociedade, e esperamos que isso continue a acontecer cada vez com mais vigor aqui no Brasil e em todos os países do mundo. Não é verdade?

Parece que a Senadora Ideli Salvatti pede também...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Senador Flávio Arns, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR) – Pois não.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – É que o Prefeito Vanderlei Alexandre, do Município de Forquilha, Santa Catarina, cidade natal da Dr<sup>a</sup> Zilda, está presente na sessão. E nós, em Santa Catarina, não deixaremos de homenageá-la com toda a dimensão, com todo o respeito e o reconhecimento pelo trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR) – Exato.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – A Prefeitura de Forquilha já está se adiantando nessa direção, exatamente de podermos ter, no Município de Forquilha, um grande centro de referência, de lembrar e de incentivar esse belo exemplo de vida que foi a da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR) – Eu agradeço a presença do Prefeito de Forquilha, que também esteve em Curitiba, com uma delegação grande do Município, no velório da Dr<sup>a</sup> Zilda.

Forquilha tem a Casa Mãe Helena, que é uma grande casa da Pastoral da Criança, de organização e de treinamento. Eu tive a felicidade de estar lá neste final de semana, comemorando os 90 anos de idade de

Irmã Gabriela, que é uma das irmãs da Dr<sup>a</sup> Zilda, da Ordem das Irmãs Escolares de Nossa Senhora. Então, toda a família, de fato, se reuniu em Forquilha.

Parabéns pelo trabalho.

Mas quando eu falo tudo isso do Exército, da Pastoral, do trabalho, sempre penso nas famílias das pessoas que nós estamos homenageando. Por isso quero levar esta mensagem forte também para a Ana Paula, para a Emília – que está aqui –, para a Marina – que está lá embaixo, filha da Emília – e para todos os demais que estão acompanhando esta sessão solene, este momento solene do Senado Federal. Ao Nelson Arns Neumann, meu primo, que também continue batalhando, lutando, como tem feito nesses últimos 27 anos, desde o início da Pastoral da Criança.

E lembro o trabalho das Forças Armadas e o trabalho da Pastoral no sentido de que quem faz a diferença é o povo unido, com informação, com entusiasmo, com determinação, com esperança, sabendo que todos são capazes e competentes, e, se organizados, podem fazer a grande diferença, não é verdade?

Então, Vera Altoé, que ainda está aqui também e é Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança, e Dom José Moura, que está aqui também presente, representando a CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – a Pastoral da Criança e a Pastoral da Pessoa Idosa são pastorais da CNBB –, antes de eu declarar encerrado este primeiro momento para depois termos um intervalo, ouviremos, agora, a música *Valsa da Despedida*, composta por Robert Burns, na versão de Alberto Ribeiro e Braguinha, apresentada pelo Exército Brasileiro, a quem também agradecemos a presença, transmitindo mensagem de esperança, mensagem de paz e mensagem de continuidade do legado de cada um dos homenageados.

*(Procede-se à execução da música Valsa da Despedida.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR)

– Agradecemos novamente a participação brilhante de todos vocês e, ao mesmo tempo, agradecemos a presença das lideranças, muitas delas, não todas, porque são quase 300 mil lideranças no Brasil, representando as 300 mil da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa.

E aproveito este momento para dizer: vamos em frente, o trabalho continua, há muita coisa a ser feita e muita coisa boa para mostrar para a tia Zilda, a Dr<sup>a</sup> Zilda Arns: que todos nós somos bons, entusiasmados, competentes e trabalhamos com esperança, assim como as Forças Armadas, a favor das pessoas, particularmente das crianças e dos idosos, para terem

vida, vida plena, vida em abundância, com dignidade e com cidadania. Isso é possível.

Agradecemos a presença de todas as autoridades e de todas as pessoas que estão aqui presentes, agradecemos a todos que nos acompanharam pelos meios de comunicação do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR) – Os Srs. Senadores Marconi Perillo e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa, alusivos à presente homenagem, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

**DISCURSO PROFERIDO PELO SENADOR MARCONI PERILLO NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL EM 23/02/2010.**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

O Senado Federal presta justa homenagem nesta Sessão ao reverenciar a memória da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns Neumann, fundadora da Pastoral Nacional e Internacional da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, do Dr. Luiz Carlos Costa, Representante Especial Adjunto da Organização das Nações Unidas no Haiti, e dos militares brasileiros integrantes da Força de Paz, a saber:

- 1) Coronel Emílio Carlos Torres dos Santos;
- 2) Coronel João Eliseu Souza Zanin;
- 3) Tenente-Coronel Marcus Vinicius Macedo Cysneiros;
- 4) Major Francisco Adolfo Viana Martins Filho;
- 5) Major Márcio Guimarães Martins;
- 6) Primeiro-Tenente Bruno Ribeiro Mário;
- 7) Subtenente Raniel Batista de Camargos;
- 8) Segundo-Sargento Davi Ramos de Lima;
- 9) Segundo-Sargento Leonardo de Castro Carvalho;
- 10) Terceiro-Sargento Rodrigo de Souza Lima;
- 11) Cabo Douglas Pedrotti Neckel;
- 12) Cabo Washington Luis de Souza Seraphin;
- 13) Cabo Ari Dirceu Fernandes Júnior;
- 14) Soldado Tiago Anaya Detimermani;
- 15) Soldado Antonio José Anacleto;
- 16) Soldado Kleber da Silva Santos;
- 17) Soldado Rodrigo Augusto da Silva; e
- 18) Soldado Felipe Gonçalves Júlio.

Sem dúvida, o terremoto no Haiti chocou o mundo por ter-se tornado uma das maiores tragédias de nosso tempo, com um número de mortos da ordem de mais de 200 mil pessoas.

O tremor devastador arrasou as já precárias instalações urbanas do Haiti, casas, hospitais, escolas, igrejas, embaixadas e até a sede do Governo, além de colocar nas ruas e sem abrigo mais de um milhão de pessoas.

Trata-se, portanto, de uma calamidade, que se agrava em razão de própria pobreza do país e entristece a todos nós, em particular as famílias dos nossos homenageados.

Mas, se o corpo sucumbe à morte, permanece vivo e perene o exemplo de dedicação às causas humanitárias deixado pela Dr<sup>a</sup> Zilda Arns, pelo Dr. Luiz Carlos Costa e pelos militares brasileiros.

Nesta homenagem a pessoas com tamanho espírito solidário, gostaríamos de observar que o desafio do Haiti demanda de todos nós, independentemente da nacionalidade, esforço maior, que vai além do socorro imediato às vítimas do terremoto.

Numa lição de fraternidade, que retoma não só as máximas cristãs, mas também o espírito iluminista, nós precisamos reconstruir essa nação e ajudar o povo haitiano a se organizar política, econômica e socialmente.

O Haiti é a nação mais pobre da América e a segunda mais pobre do mundo. Exatamente por isso, nós devemos nos unir num concerto de nações para reerguer esse país e quem sabe até transformá-lo num

exemplo da lição de solidariedade neste momento de construção da sociedade contemporânea, da sociedade do conhecimento, da sociedade da tecnologia.

Nós temos o dever solidário de ajudar o povo haitiano não só neste primeiro momento emergencial, mas ao longo dos próximos anos, como forma de proporcionar ao país as condições mínimas para que possa caminhar e se desenvolver por conta própria.

Essa atitude, sem dúvida, seria a maior homenagem que poderíamos prestar não só aos brasileiros que morreram no terremoto, mas também a todas as vítimas dessa catástrofe.

Todavia, devemos observar que a ajuda ao Haiti não pode, em hipótese alguma, significar qualquer intenção de ocupar aquela nação como ponto de domínio estratégico no Caribe.

O Haiti é um país independente, aliás, o primeiro a se tornar independente na América em 1801. Se ajudado de forma adequada, tem condições de encontrar o caminho para a sustentabilidade econômica e a organização social e política de seu povo.

Muito obrigado!

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

## DO SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA)

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Ainda abalados pela tragédia que assolou o Haiti, os brasileiros choram o desaparecimento inestimável de heróicos conterrâneos naquele país. O terremoto de janeiro último causou comoção em todo o mundo, mas no Brasil, o sentimento de perda irreparável foi muito profundo.

Como se não bastassem as quase 20 vidas ceifadas de militares brasileiros em missão no Haiti, ficamos particularmente consternados com a morte de dois brasileiros ilustres. De um lado, Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança, médica sanitaria e pediatra, de enorme talento e dedicação; e, de outro, Luiz Carlos da Costa, Vice-Chefe diplomático da Missão da ONU de Estabilização do Haiti (Minustah), ocupando um dos cargos de prestigioso destaque na organização.

Aliás, há poucos dias, a *Folha de S. Paulo* publicava a chegada de haitianos ao Brasil, trazendo um caderno de anotações e duas

câmeras fotográficas que guardam os registros dos últimos dias de Zilda Arns, morta em 12 de janeiro. Entregue aos familiares da médica, o material havia sido salvo por um seminarista haitiano, que participou da última palestra proferida pela médica em Porto Príncipe.

Vale recordar que Zilda Arns havia viajado ao Haiti para participar de conferência religiosa e compartilhar a experiência da pastoral, que lá planejava implantar. No caderno de anotações, há registros feitos por ela a respeito de seus compromissos naquele país. A palestra proferida pela brasileira está resumida em tópicos como "criação de uma cultura da vida" e "respeito aos direitos da pessoa". Segundo os seminaristas, o caderno era um testemunho da vida e da obra dela, que morreu com o povo sofrido por uma causa justa.

Do ponto de vista institucional, o soro caseiro e os preparados de farinha que a Pastoral da Criança ajudou a difundir pelo Brasil, salvando milhões de crianças, atravessaram fronteiras e oceanos livrando da morte por desnutrição e diarreia pelo menos 200 mil bebês em três continentes. Liderada por Zilda Arns, a Pastoral da Criança Internacional foi lançada oficialmente no Paraguai em 1996.

Desde 1989, entretanto, recebia no Brasil a visita de organizações interessadas em difundir o método de baixo custo em outras partes do mundo. Hoje, equipes da pastoral se espalham em 19 países, além do Brasil. Em todos eles, o trabalho começa com uma articulação

que até o fatídico dia 12 era feita pessoalmente por Zilda – para engajar lideranças religiosas, governos e organizações locais.

Senhor Presidente, com o mesmo sentimento de lástima, a perda do diplomata brasileiro Luiz Carlos da Costa é de incalculável e insuperável dor nacional. Prestando, de início, serviço temporário na Assembléia Geral da ONU em 1969, tal emprego lhe uma carreira de 40 anos. Não por acaso, na condição de funcionário brasileiro, ocupava o mais alto cargo nas Nações Unidas. Costa trabalhou dez anos no Departamento de Conferências e mais dez no de Recursos Humanos da ONU. Em 1992, se transferiu para o recém-fundado Departamento de Missões de Paz, onde serviu no Kosovo, na Libéria e, desde 2006, no Haiti.

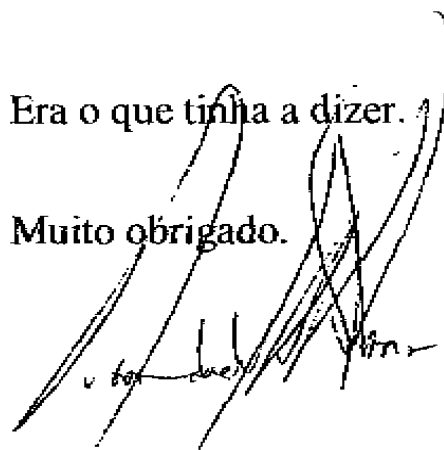
Com perfil de diplomata habilidoso, preparado e com credibilidade, chegou ao Haiti tendo como tarefa-chave resolver divergências entre a então chefia da missão e o comando militar brasileiro. À época, enquanto a ONU pressionava por uma ação mais forte da área militar, Costa se esmerou em atuar como eficaz ponto de equilíbrio. Com justiça, seu profundo conhecimento das engrenagens do organismo internacional e o sucesso na carreira lhe valeram uma comparação correta com outro ilustre diplomata brasileiro, Sérgio Vieira de Mello, que também começou na ONU com a mesma idade e morreu no Iraque, em 2003, num ataque terrorista.

Por fim, cabe uma sincera, homenagem aos bravos militares mortos no terremoto. O Batalhão de Infantaria de Força de Paz perdeu 18 de seus 1.048 militares – mais do que o triplo de todas as baixas desde o início da missão no Haiti, em 2004. O terremoto ainda destruiu as instalações de duas bases destacadas, ambas com capacidade para 130 homens, e dois pontos fortes, que abrigavam um pelotão cada. Além disso, 16 feridos voltaram ao Brasil. A cada um deles, a certeza de que, no coração de todos os brasileiros, a fatalidade do ocorrido equivale, em nome da Pátria, a um heróico serviço prestado em campo de batalha.

Para encerrar, Senhor Presidente, aos familiares de todos, ao Senador Flávio Arns, enfim, externamos nossas sinceras condolências, com a convicção de que o súbito e trágico desaparecimento de tão valiosos brasileiros motive com seus exemplos de vida a vocação do País para a intermediação da paz, para a reconstrução de nações solapadas e, acima de tudo, para a erradicação da desnutrição infantil em todo o mundo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to Senator Flávio Arns, is written over the text "Muito obrigado." and extends upwards into the space above "Era o que tinha a dizer."

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. PSDB – PR) – Neste momento, suspendo a sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

Obrigado.

*(Suspensa às 20 horas e 29 minutos horas, a sessão é reaberta às 20 horas e 33 minutos.)*

*A cadeira da Presidência, é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Brasília, vinte horas e trinta e três minutos. Está reaberta a sessão do Senado da República. Isto faz parte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, em 23 de fevereiro de 2010.

A primeira parte foi uma homenagem do Grande Expediente à memória de Drª Zilda Arns Neumann, fundadora da Pastoral Nacional e Internacional da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, ao Dr. Luiz Carlos Costa, representante da ONU, e aos militares brasileiros vitimados pelo terremoto de 12 de janeiro de 2010, no Haiti.

Reaberta a sessão, sob as bençãos e a proteção de Deus e a orientação da nossa competente Secretária Executiva, Drª Claudia Lyra.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Congressis-

tas que a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Centenário de Nascimento de Tancredo Neves, convocada para o dia 3 de março do corrente, quarta-feira, às 10 horas, será realizada no Plenário do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Congressistas que está convocada sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se no dia de 9 de março do corrente, terça-feira, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e agraciando as vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Em sessão anterior foi lido o **Requerimento nº 72, de 2010**, do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores e Senadoras, em aditamento ao Requerimento nº 20, de 2010, solicitando que a Sessão Especial destinada a comemorar o Dia dos Comerciários seja transferida para o dia 24 de maio de 2010.

Em votação o Requerimento. *(Pausa.)*

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## **PARECER Nº 88, DE 2010**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 799, de 2009 (nº 1.475/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Letônia, assinado em Riga, em 9 de junho de 2008.

**RELATOR: Senador HERÁCLITO FORTES**

### **I – RELATÓRIO**

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 799, de 2009, que resulta da Mensagem nº 815, de 21 de outubro de 2008, enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VII, da Constituição, para apreciação do acordo acima ementado.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o Projeto de Decreto Legislativo em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e da Comissão de Educação e Cultura. O ato internacional foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 24 de setembro de 2009.

O tratado veio ao Senado Federal, onde foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 7 de outubro de 2009 e a este Relator no dia 29 subsequente, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos (EM Nº 00329 MRE DODC/DAI/DE II/- PAIN-BRAS-LETO) assinada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, o acordo prevê intercâmbio de experiências e realizações na área cultural, destacando e valorizando os conceitos de diversidade cultural e diálogo intercultural.

## II – ANÁLISE

O acordo que ora se submete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é consoante a outros celebrados pelo Brasil com o mesmo objeto.

Versado em dezessete artigos, prevê a participação de instituições públicas e privadas no esforço de cooperação cultural, que passará pelo aperfeiçoamento e incremento do grau de conhecimento e ensino recíprocos das culturas do outro Estado parte, o intercâmbio de experiências no campo das artes plásticas, artes cênicas, música e educação cultural, por via da participação de artistas em eventos culturais realizados pelo outro país, do contato direto entre os respectivos museus para, entre outros fitos, intercambiar experiências em matéria de restauração, proteção e conservação do referido patrimônio cultural, bem como para colaborar com a preservação desse patrimônio e do patrimônio cultural oral e intangível.

A promoção das respectivas literaturas, a cooperação entre as respectivas bibliotecas e arquivos, nas áreas de radiodifusão, cinema, televisão, a adoção de medidas preventivas e coercivas da importação, exportação e transferência ilegais de bens que integrem os respectivos patrimônios culturais, o intercâmbio de informações e a colaboração na área dos direitos autorais e dos direitos conexos, fazem parte do objeto do tratado em apreço.

O acompanhamento da execução do Acordo ficará ao encargo de uma Comissão Mista, a ser coordenada pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Cultura do Brasil e pelo Ministério da Cultura da Letônia. As partes deverão facilitar a entrada, a permanência e a saída dos participantes oficiais nos projetos de cooperação e da Comissão Mista, bem como deverão facilitar os trâmites administrativos necessários à entrada e saída dos equipamentos e materiais a serem utilizados na execução dos projetos.

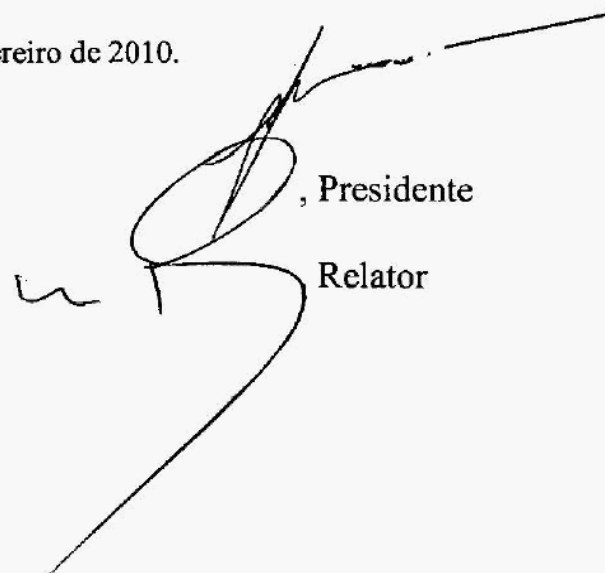
As controvérsias referentes à interpretação e à implementação do acordo serão dirimidas pela via diplomática.

Vê-se, assim, que o Acordo não enfrenta óbice técnico ou de mérito, vindo a sinalizar contribuição promissora para o desenvolvimento das relações bilaterais Brasil-Letônia.

### III – VOTO

Por todo o exposto, e visto estarem observadas a adequação legislativa e regimental, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 799, de 2009.

Sala da Comissão, 4 de fevereiro de 2010.



, Presidente  
Relator

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 799, DE 2009****IV – DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Heráclito Fortes, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 799, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Wellington Salgado de Oliveira (Presidente em exercício), Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho, Valdir Raupp, Rosalba Ciarlini e Romeu Tuma.

Sala da Comissão, em 04 de fevereiro de 2010.



**Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**

Presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 799, DE 2009.ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/02/2010, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

<b>PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: SENADOR WELLINGTON SALGADO</b>	
<b>RELATOR: SENADOR HERÁCLITO FORTES</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)</b>	
EDUARDO SUPLEY (PT)	1 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
<b>PMDB, PP</b>	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>Presidente em exercício</i>
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPIANO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
<b>PTB</b>	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
<b>PDT</b>	
PATRÍCIA SABOYA	1 - CRISTOVAM BUARQUE

## PARECER

### Nº 89, DE 2010

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 56 de 2010 (nº 49/10, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil na vaga da Senhora Maria Celina Berardinelli Arraes.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em votação secreta, realizada em 23 de fevereiro de 2010, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Eduardo Suplicy sobre a Mensagem nº 56 de 2010, opina pela APROVAÇÃO da escolha do Senhor **CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO**, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por 23 votos favoráveis, 01 contrário(s) e NENHUMA ABSTENÇÃO.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)

EDUARDO SUP LIC Y (PT) 

1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) 

DEL CÍDIO AMARAL (PT)

2-RENATO CASAGRANDE (PSB) 

ALOIZIO MERCADANTE (PT) 

3-JOÃO PEDRO (PT) 

TIÃO VIANA (PT) 

4-IDELI SALVATTI (PT) 

MARCELO CRIVELLA (PRB)

5-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)

INÁCIO ARRUDA (PCdoB)	6-SADI CASSOL (PT)
CÉSAR BORGES (PR)	7-JOÃO RIBEIRO (PR)
Maioria (PMDB e PP)	
FRANCISCO DORNELLES (PP)	1- ROMERO JUCÁ (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	2- GEOVANI BORGES (PMDB)
GERSON CAMATA (PMDB)	3-WELLINGTON SALGADO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	4-LEOMAR QUINTANILHA (PMDB) *
NEUTO DE CONTO (PMDB)	5-LOBÃO FILHO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	6-PAULO DUQUE (PMDB)
RENAN CALHEIROS (PMDB)	7-ALMEIDA LIMA (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE (DEM)	1 GILBERTO GOELLNER (DEM)
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)	2-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3-HERÁCLITO FORTES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	6-JOSÉ AGRIPINO (DEM)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ALVARO DIAS (PSDB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	8-SÉRGIO GUERRA (PSDB)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	9-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	10-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
PTB	
JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
GIM ARGELLO	2- FERNANDO COLLOR DE MELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA

\* O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

**RELATOR: Senador EDUARDO MATARAZZO SUPLCY**

É submetida à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal, a indicação do Senhor CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, na vaga da Senhora Maria Celina Berardinelli Arraes.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Presidente da República para nomear e ao Senado Federal para aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, entre outros servidores públicos, o Presidente e os demais diretores do Banco Central do Brasil.

De acordo com a Lei nº 6.045, de 1974, que alterou a Lei nº 4.595, de 1964, o Presidente e os diretores do Banco Central do Brasil serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

Trata-se, portanto, de uma indicação Presidencial, feita por meio da Mensagem nº 56, de 2010, acompanhada do *Curriculum Vitae* do indicado.

O Senhor Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo é brasileiro, nascido em Sobral, Ceará. Ele se formou em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Ceará – UFC em 1989.

Ele se tornou Mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas – EPGE/FGV em 1997. Três anos depois, em 2000, recebeu o título de Doutor em Economia pela mesma instituição.

Vasconcelos Araújo cita em seu currículo dois cursos de pequena duração: "Políticas Públicas e Gestão Governamental" na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, em 1990, e "*Financial Programming and Policies*" no Instituto do Fundo Monetário Internacional, IIMF, em 2003.

A experiência profissional do indicado abrange três instituições. De 1984 a 1990, ele trabalhou no Banco do Estado do Ceará. De 1990 a 1992, exerceu suas atividades profissionais na Secretaria do Tesouro Nacional. E, ~~de 1992 até o presente~~ tem trabalhado no Banco Central do Brasil, onde ingressou por meio de concurso público.

No Banco Central, o Senhor Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo exerce, desde março de 2006, a função de Chefe do Departamento de Pesquisa. Suas funções anteriores foram: Chefe Adjunto e Consultor do Departamento de Pesquisas e Chefe da Mesa de Operações no Departamento de Operações do Mercado Aberto.

O indicado relaciona, como outras atividades, o trabalho docente em duas instituições. Ele foi professor de Macroeconomia na Fundação Getúlio Vargas e exerceu a mesma cadeira no Instituto de Mercado de Capitais – IBMEC-RJ.

Por último, o currículo do pleiteante lista cinco publicações:

*"Componentes de Curto e Longo Prazo das Taxas de Juros no Brasil", Trabalho para Discussão nº 55, Banco Central do Brasil, novembro de 2002, com a co-autoria de Osmani Teixeira de Carvalho Guillén;*

*"Mudanças de Regime no Nível e na Volatilidade do Câmbio Real Brasileiro", Trabalho para Discussão nº 41, Banco Central do Brasil, junho de 2002, com a co-autoria de Getúlio Borges da Silveira Filho;*

*"Mercado de Títulos Públicos e Operações de Mercado Aberto no Brasil", Nota Técnica nº 12, Banco Central do Brasil, janeiro de 2002;*

*Movimentos de Capitais: O Financiamento Externo à Economia Brasileira 1991-1998. Tese de Doutorado, 2000, EPGF/FGV;*

*Reforma Tributária no Brasil: Efeitos Alocativos e Impactos de Bem-Estar. Dissertação de Mestrado, 1997, EPGF/FGV.*

A formação acadêmica e profissional do Sr. CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO obedece aos requisitos necessários para a ocupação do cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, para o qual foi indicado pelo Presidente da República.

Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, o nome em apreço está em condições de ser apreciado por esta Comissão.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2010.



Senador Eduardo Matarazzo Suplicy



**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, Aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia que passo a ler.

É lido o seguinte:

**AVISO DO MINISTRO DE ESTADO  
DE MINAS E ENERGIA**

– Nº 20, de 2010, de 18 de fevereiro do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.505, de 2009, do Senador Artur Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, o **Aviso nº 57/2010**, de 3 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 132/2010, proferido nos autos do TC 005.996/2004-6, bem como do Relatório e do voto que o fundamentam, em resposta ao Requerimento nº 373, de 2004, do Senador Antero Paes de Barros.

O Requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2010

Acrescenta o § 7º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a educação para o trânsito na educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigor acrescido do seguinte § 7º:

**Art. 26.**.....

§ 7º A educação para o trânsito constituirá tema transversal dos currículos da educação básica." (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor a 1º de janeiro do ano subsequente ao da data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A cada dia somos assombrados por tragédias ocorridas nas ruas e nas rodovias de nosso País. As estatísticas sobre acidentes de trânsito, envolvendo mortes e outros danos irreparáveis, nos chocam constantemente. Apesar dos programas educativos promovidos pelos órgãos responsáveis pelo controle do trânsito, a impressão que temos é a de que o comportamento de significativa parcela dos motoristas brasileiros no volante não prima pela cortesia, civilidade e respeito às normas de tráfego.

Entendemos que os fundamentos para formar motoristas conscientes e responsáveis devem ser construídos nas escolas de educação básica. É

bem verdade que a legislação do ensino valoriza, no desenvolvimento curricular, temas como ética, cidadania e respeito às leis. Todavia, julgamos que o direcionamento desses valores para o ato de dirigir veículos automotores constituiria grande avanço na formação de cidadãos mais plenos e na consolidação da paz no trânsito.

Com esse propósito, esta iniciativa altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Todavia, em vez de propor a criação de disciplina escolar a respeito da matéria, sugerimos a abordagem transversal, que busca construir uma ponte entre os conhecimentos aprendidos e as questões da vida real. Essa opção, que tem estreita relação com a interdisciplinaridade, evita, ainda, a sobrecarga curricular.

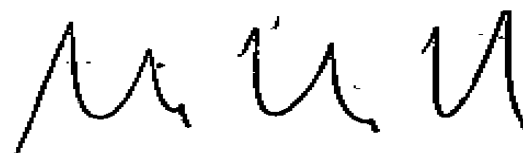
Ademais, o conhecimento das regras do trânsito é necessário não apenas aos condutores, mas também aos demais atores do trânsito, como pedestres e passageiros, isso desde a infância.

O conhecimento do trânsito pela criança pode colocá-la, como pedestre, a salvo de diversos perigos, bem como torná-la capaz de dialogar com seus pais acerca da conduta adequada ao volante. A criança pode, igualmente, conhecedora que seja dos princípios elementares da direção defensiva, relatar aos pais eventuais atitudes indevidas de condutores que as transportam na rotina diária, como o motorista do transporte escolar, por exemplo.

Estamos convictos de que a educação no trânsito deve constituir mais um tema transversal a ser desenvolvido nas escolas de educação básica de nosso País, como forma de criar uma nova cultura de boa convivência no trânsito.

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio parlamentar para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 23 de Fevereiro de 2010.



Senador **FLÁVIO ARNS**

**LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 26.** Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;

II – maior de trinta anos de idade;

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;

V – (VETADO)

VI – que tenha prole.

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa.)*

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 2010

Altera o § 4º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para agravar as penas dos crimes de homicídio e lesões corporais motivados por discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, orientação sexual ou procedência nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 4º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 121. ....

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos, ou se é motivado por discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, orientação sexual ou procedência nacional.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) e a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) modificaram os artigos referentes ao homicídio e/ou lesões corporais do Código Penal.

Cada uma delas há seu tempo e a seu modo agravou as penas previstas para o autor de crime contra a parcela da população que se propôs a proteger.

Tal proceder acabou por relegar tratamento mais brando aos que cometem crimes motivados por discriminação ou preconceito, quando a própria Constituição Federal emprestou especial gravidade ao crime de racismo, que qualificou como inafiançável e imprescritível (CF, art. 5º, XLII).

Nossa proposição corrige esse descompasso ao ampliar as hipóteses de causa especial de aumento de pena previstas no § 4º do art. 121 do Código Penal, com reflexo ainda no § 7º do art. 129 do mesmo diploma legal, que faz remissão expressa ao primeiro dispositivo, sendo o acréscimo estabelecido à razão de 1/3 (um terço) da pena para os crimes motivados por discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, orientação sexual ou procedência nacional.

Esse o contexto, buscamos o apoio de nossos Nobres Pares para apenar mais severamente também a violência racista ou discriminatória.

Sala das Sessões, 23 de Fevereiro de 2010.

Senador JOSÉ NERY

PSOL/PA

DECISION 1511, 2018, 1577 DE FÉVRIER DE 2019.

### References

**COPY SENT:**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

\*\*\*\*\*

## PARTE ESPECIAL

## TÍTULO I

### DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

## CAPÍTULO I

### DOS CRIMES CONTRA A VIDA

### Homicídio simples

**Art 121. Matar alguém:**

**Pena - reclusão, de seis a vinte anos.**

[illegible]

resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as conseqüências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.

*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)*

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2010

Acrescenta § 4º ao art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o pagamento do ~~salário-maternidade~~ no caso de micro e pequenas empresas com dez ou menos empregados e dá outras providências.

~~CONGRESSO~~ NACIONAL decreta:

~~Art. 1º~~ O art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 72. ....

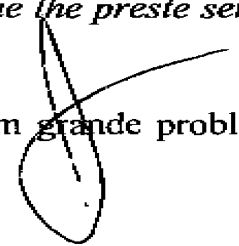
§ 4º O salário-maternidade devido às trabalhadoras empregadas em micro e pequenas empresas com dez ou menos empregados será pago diretamente pela Previdência Social, consistindo numa renda mensal igual a sua remuneração integral.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A Legislação Previdenciária estabelece que o salário-maternidade, no caso das empregadas, deverá ser pago diretamente pela empresa, com posterior ou imediata compensação *quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço* (§ 1º do art. 72 da Lei nº 8.213, de 1991).

Nas grandes empresas isso não representa um grande problema,



pois os encargos previdenciários, via de regra, permitem a compensação quase imediata. O mesmo não ocorre nas micro e pequenas empresas, que podem ter um pequeno número de empregados e levar meses para conseguir uma compensação, ocorrendo, assim, um encargo social indireto, espécie de adiantamento salarial, que pode até inviabilizar o empreendimento.

Nessa situação, os micro e pequenos empresários ou empregadores individuais ficam receosos de contratar mulheres jovens, em idade fértil e com a propensão de, obtido um emprego, aproveitar a estabilidade para ter filhos e realizar o sonho da maternidade.

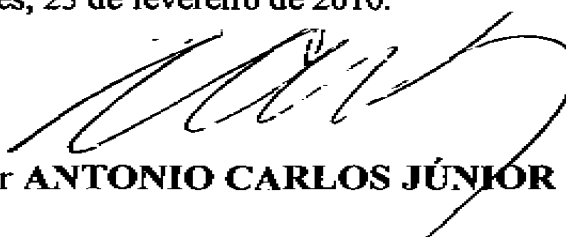
Muitas delas, se casadas recentemente, vão sofrer uma espécie de discriminação indireta, escamoteada. Sabemos que, no momento da contratação, muitas outras razões subjetivas ou objetivas podem ser alegadas para que não seja firmado o contrato e é muito difícil provar uma discriminação de gênero.

Nossa proposta, então, repassa à Previdência Social a responsabilidade pelo pagamento do salário-maternidade, em se tratando de empregadas de micro e pequenas empresas com dez ou menos empregados. Esse número parece-nos equilibrado.

Ademais, o pagamento direto pela Previdência Social do salário-maternidade já acontece em relação às mães adotantes, trabalhadoras avulsas, empregadas domésticas e seguradas especiais. A estrutura burocrática já existe, portanto.

Pelas razões expostas, estamos convencidos de que a iniciativa merecerá o acolhimento e os aperfeiçoamentos que se fizerem necessários por parte dos ilustres membros desta Casa.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2010.



Senador **ANTONIO CARLOS JÚNIOR**

## **LEGISLAÇÃO CITADA**

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2010**

Acrescenta § 4º ao art. 72 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o pagamento do salário-maternidade no caso de micro e pequenas empresas com dez ou menos empregados e dá outras providências.

### **LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.**

**Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **TÍTULO I DA FINALIDADE E DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Art. 71. O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade. (Redação dada pela Lei nº 10.710, de 5.8.2003)

Art. 71-A. À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade, de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 10.421, de 15.4.2002)

Parágrafo único. O salário-maternidade de que trata este artigo será pago diretamente pela Previdência Social. (Incluído pela Lei nº 10.710, de 5.8.2003)

**Art. 72.** O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração integral. (Redação dada pela lei nº 9.876, de 26.11.99)

§ 1º Cabe à empresa pagar o salário-maternidade devido à respectiva empregada gestante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço. (Redação dada pela Lei nº 10.710, de 5.8.2003)

§ 2º A empresa deverá conservar durante 10 (dez) anos os comprovantes dos pagamentos e os atestados correspondentes para exame pela fiscalização da Previdência Social. (Incluído pela Lei nº 10.710, de 5.8.2003)

§ 3º O salário-maternidade devido à trabalhadora avulsa será pago diretamente pela Previdência Social. (Incluído pela Lei nº 10.710, de 5.8.2003)

**Art. 73.** Assegurado o valor de um salário-mínimo, o salário-maternidade para as demais seguradas, pago diretamente pela Previdência Social, consistirá: (Redação dada pela Lei nº 10.710, de 5.8.2003)

I - em um valor correspondente ao do seu último salário-de-contribuição, para a segurada empregada doméstica; (Incluído pela lei nº 9.876, de 26.11.99)

II - em um doze avos do valor sobre o qual incidiu sua última contribuição anual, para a segurada especial; (Incluído pela lei nº 9.876, de 26.11.99)

III - em um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a quinze meses, para as demais seguradas. (Incluído pela lei nº 9.876, de 26.11.99)

*(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão encaminhados às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## **REQUERIMENTO Nº 82, DE 2010**

Nos termos do art. 49, X, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com os arts. 215, I, a e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando:

- o anúncio da criação da Fluvialba, empresa de transporte fluvial de capital misto destinada à exploração de transporte de cargas na hidrovia Paraguai-Paraná, pelos governos da Venezuela e da Argentina, a partir da união da Albanave, filial de Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), e da empresa de navegação argentina Fluviomar;
- a preocupação manifestada por produtores do Centro-Oeste brasileiro quanto à possibilidade da formação de monopólio pela Fluvialba na exploração da hidrovia, e sua repercussão sobre o escoamento de minérios de ferro e da safra agrícola da região;

requeiro sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro dos Transportes as seguintes informações:

1. Qual a política do Ministério dos Transportes para o desenvolvimento da navegação na hidrovia Paraguai-Paraná?
2. O governo federal conta com algum programa destinado a incentivar a participação de empresas brasileiras de navegação na referida hidrovia?

Sala das Sessões,

Senadora **MARISA SERRANO**

# **REQUERIMENTO**

## **Nº 83, DE 2010**

**(REQUERIMENTO Nº 6, DE 2010 – CRE)**

**Requeiro, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministro das Relações Exteriores, as seguintes informações:**

- a) **As justificativas pelas quais o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças, assinado em Paris, em 29 de janeiro de 2008, objeto do Projeto de Decreto Legislativo nº 722, de 2009, apresenta aspectos substancialmente diferentes dos demais tratados de mesma natureza, com grau de detalhamento bastante mais acurado?**
- b) **Há expectativas entre as partes contratantes de que o referido acordo seja base para acordos militares ulteriores, incluindo tecnologias nucleares e aquisições de aeronaves, pelo nível diferenciado de pactuação estabelecido?**
- c) **Há outras exigências não explicitadas no Acordo para intercâmbio em matéria de defesa que serão desencadeadas após sua ratificação?**

## JUSTIFICAÇÃO

O Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças, assinado em Paris, em 29 de janeiro de 2008 — composto de *consideranda* e 24 artigos —, segue, em linhas gerais, acordos de semelhante natureza (cooperação militar) que nos vincula a outras soberanias.

O presente texto, no entanto, é mais detalhado. Ele engloba, em único documento, aspectos usualmente versados em instrumentos distintos. Assim, por exemplo: isenção de impostos, assistência militar, cooperação industrial-militar. Ele vai além do Tratado de Cooperação Técnico-Militar que nos vincula à República Francesa desde 1976. Essa circunstância convida a atenção para o estreitamento de parceria que há muito está instalada.

O texto do acordo está estruturado em cinco títulos, a saber: (i) Objeto e forma e a Cooperação (arts. 1º a 3º); (ii) Estatuto dos Membros do Pessoal Militar e Civil (arts. 4º a 12); (iii) Contencioso (art. 13); (iv) Apoio da Parte Anfitriã (arts. 14 a 22); e (v) Disposições Finais (arts. 23 e 24).

Na Câmara dos Deputados, o Acordo foi aprovado em 27 de agosto de 2009 após passar pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Nessa Comissão, a relatora, Deputada Maria Lúcia Cardoso, produziu voto de que extraímos o seguinte trecho:

“[N]a sua essência, o Acordo celebrado entre os Governos do Brasil e da França representa uma parceria estratégica e militar sem precedentes, possibilitando o acesso de nossa indústria bélica e nossas Forças Armadas à tecnologia existente em um país do quilate da França, rompendo barreiras no acesso à tecnologia sensível, normalmente negadas ao Brasil pelas potências militares, permitindo-se vislumbrar a **aquisição de tecnologia para a produção de nosso submarino nuclear, bem com a renovação de nossa aviação de combate**, além de muitas outras perspectivas nos campos militar, científico e comercial.

Há de se perceber que esse Acordo se concatena com a Estratégia Nacional de Defesa, divulgado em dezembro pelo Governo Federal, em que há a preocupação com a revitalização da indústria bélica nacional e com a reestruturação e reequipamento de nossas Forças Armadas.

Também não pode passar despercebido que, enxergando-se a Guiana Francesa, temos, também, interesses territoriais que nos aproximam e que esse Acordo é visto como a ponta de lança de uma colaboração maior em outros campos, além do militar, de modo que o Brasil e a França se consolidem como parceiros estratégicos na América Latina e na Europa, respectivamente” (ênfase acrescida).

A nosso sentir, a manifestação parlamentar na Câmara dos Deputados carregou suas ênfases no aspecto da aquisição de material bélico nomeadamente relacionado com a renovação de nossa aviação de combate. Isso convida a atenção para mais um desdobramento da disputa que se coloca na esplanada dos ministérios relacionada com o programa de compra de aviões de caça pela Força Aérea Brasileira. Pode-se suspeitar que seja um reducionismo imaginar que o Acordo em apreciação cuida, somente, desse assunto. É certo que ele trata de “aquisição de produtos, equipamentos e serviços de defesa” (art. 3º, a, no final)<sup>1</sup>. Analisar assim o presente ato seria antecipar o resultado de decisão de fundamental importância que comprometerá a República não só em valores significativos, mas também em parceria pelos anos que estão por vir.

Tudo isso convida a atenção para o fato de o referido programa não estar sendo devidamente divulgado pelos setores envolvidos. Claro que o assunto encerra informações sigilosas. Porém, a sociedade, ou pelo menos seus representantes no Congresso Nacional, deveriam ter noção mais exata do objeto do referido programa. Do contrário, poder-se-ia imaginar que o processo esteja viciado desde a origem e que, muito antes da divulgação oficial do resultado, o Executivo já entabulava negociações com país que apresentou proposta para venda de aeronaves no programa mencionado.

Essas as circunstâncias, parece-nos que conviria ouvir os Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa sobre a gênese do presente acordo, bem como em que ele destoa dos demais tratados de idêntica natureza que temos com outros países.

---

<sup>1</sup> Dicção semelhante pode-se ler no Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre Brasil e Colômbia em apreciação nesta Casa (Projeto de Decreto Legislativo n. 1.478, de 2009). Com efeito, o art. 1º, a, no final, do documento referido dispõe sobre promoção de cooperação na “aquisição de produtos e serviços de defesa”.

Neste sentido, propomos este requerimento de informações e propugnamos por sua pronta aprovação e encaminhamento para que estabeleçamos um procedimento parlamentar abastecido satisfatoriamente das informações pertinentes.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2010.



Senador HERÁCLITO FORTES

REQUERIMENTO Nº 06, DE 2010 - CRE,

ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 11 / 02 / 2010, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

<b>PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO</b>	
TITULARES	SUPLENTE
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)</b>	
EDUARDO SUPPLY (PT)	1 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
<b>PMDB, PP</b>	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 - GEOVANI BORGES
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 - JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
<b>PTB</b>	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
<b>PDT</b>	
PATRÍCIA SABOYA	1 - CRISTOVAM BUARQUE

**2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.  
REALIZADA NO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2010, ÀS 10 HORAS E 44 MINUTOS.**

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):**

Bom-dia! Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada. Passamos à apreciação da pauta. Nós temos na pauta...

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Pela ordem, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):**

Só um momento, por favor. Nós temos na pauta a indicação do Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e temos aqui, também, extrapauta, são dois requerimentos e também o texto do acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, ampliando os vistos de cinco para dez anos, que é um projeto já aprovado pela Câmara. Pela ordem, primeiro, o Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Eu queria só solicitar a V. Exa., se for possível, durante a sessão, como V. Exa. foi o relator de [ininteligível] Figueiredo, que merece todo o nosso respeito e admiração pelo seu trabalho, pela folha corrida aí que V. Exa. leu a carta sobre o incidente que ocorreu. Então os tópicos principais, para que todos nós e a população também tome conhecimento da carta que, como relator, V. Exa. recebeu. Se for possível, senão eu retiro o pedido, mas eu acho muito importante--

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):**

Não, perfeitamente.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Porque eu estava no Plenário e vi a importância, e a imprensa, hoje, repercutiu bastante as colocações de V. Exa.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):**

Está ótimo. Eu vou pedir, então, no meu gabinete, que eu faria essa leitura que eu fiz ontem. Foi os pontos principais que eu li ontem.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** [pronunciamento fora do microfone]

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):**

Está certo, perfeito. Senador Heráclito Fortes.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):** Sr. Presidente, podia ver com V. Exa. para inserir na pauta um requerimento de minha autoria, a respeito do PDS 722, que é o que estabelece um acordo Brasil-França. Eu sou o relator da matéria e tenho algumas dúvidas, estou fazendo um requerimento de informações ao Ministro das Relações Exteriores, baseado em três questionamentos, e gostaria que V. Exa. colocasse em votação essa aprovação, para que eu possa, o mais rápido possível, relatar a matéria.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):**

Coloco em discussão. Não havendo ninguém que coloque obstáculo, podemos, então, incluir também nessa pauta.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):** Muito obrigado. O segundo ponto. Um requerimento: *"Com fundamento no Regimento Interno, requeiro a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que convide o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim e o Dr. Nelson Jobim, respectivamente, para, em data marcada, de comum acordo, virem a esse órgão parlamentar para prestar esclarecimentos sobre o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federativa Francesa, relativo à cooperação do domínio de defesa e o estatuto da suas forças". É exatamente para esclarecer dentro desse contexto, para que essa Casa tenha, nos seus anais, todos os pontos que tratam da matéria.*

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):**

Perfeito. Eu quero ainda esclarecer que o Ministro Jobim já está convidado para vir à Comissão, provavelmente deverá ser logo após o carnaval, ainda estive com ele ontem à noite, ele vai exatamente falar sobre o processo geral dos caças e também sobre o chamado Plano de Direitos Humanos que foi anunciado. Mas é essa questão exatamente mais ampla-

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):** Se incluiria o Ministro da Defesa, serviria à conveniência que se... da presença conjunta ou separadamente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):**

Aí ficaria a cargo dele, se ele quiser falar do mesmo assunto, já são dois outros assuntos, se ele quiser falar desse também. Coloco, portanto, em discussão o requerimento do Senador Heráclito Fortes. Não havendo quem queira discutir, coloco, portanto, em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado, portanto, o requerimento do Senador Heráclito Fortes, extrapauta, em relação ao PDS 722, do acordo Brasil-França, convidando os Ministros Nelson Jobim e Celso Amorim para comparecerem nesta comissão.

Então, vamos colocar, também, já, Senador Heráclito, o outro requerimento de informação. Já coloco em votação também, em discussão. Se alguém tiver, algum senador tiver alguma objeção... Não havendo quem queira discutir, coloco, portanto, também, em votação o requerimento de informações a respeito deste PDS para o acordo Brasil-França e a audiência que nós já tínhamos aprovado anteriormente. Agora coloco, então, o acordo. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está também aprovado este requerimento. Senador Mozarildo Cavalcante.

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR):** Presidente, queria só uma informação e até um pedido. Já foi aprovada a convocação do superintendente da Polícia Federal para vir aqui, à Subcomissão da Amazônia desta comissão. Então eu gostaria de marcar uma data, na próxima semana ou na seguinte, para que nós pudéssemos ouvir o superintendente sobre a questão da faixa de fronteira, das fronteiras.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Está bem. Vamos, então, contatar, para eu poder fazer esse agendamento.

Eu quero lembrar que nós vamos ter esse ano um primeiro semestre, eu diria, bem atribulados, a perspectiva de número de embaixadores que estão sendo trocados é grande, número superior a 20 embaixadores, por volta de 30 embaixadores, até que nós deveremos ter este ano, não que todos sejam no primeiro semestre, mas evidentemente que nós vamos ter no segundo semestre as eleições e será mais difícil termos as audiências de sabatina. Portanto, nós vamos ter várias Audiências Públicas e também as discussões sobre os embaixadores.

Eu quero, então, convidar o Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, para que possa se assentar aqui, à Mesa, que nós possamos iniciar a sabatina.

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Senador, enquanto ele entra, eu queria... A presença da Embaixadora Ana, que vai pra Angola, e nós teremos a honra de sabatiná-la, e o que vai para o Equador, que se fazem presentes para prestigiar esta comissão por antecipação.

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):** Saúdo a embaixadora e o embaixador, ambos vão para dois países amigos, Angola e Equador. O embaixador para o Equador já está agendado para a próxima semana. Na próxima semana, teremos dois embaixadores, embaixador para Venezuela e embaixador para Equador. Não na semana que vem, a semana que vem não temos reunião, é a semana do carnaval, na outra semana...

**SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):** Depois do carnaval.

*(À Mesa para decisão)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI)

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão encaminhados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

São lidos os seguintes:

## REQUERIMENTO Nº 84/2010

*Requeiro VOTO DE APLAUSO ao sociólogo BOLÍVAR LAMOUNIER, pela entrevista “A Classe C quer muito mais”, publicada na Revista Veja, em 24 de fevereiro de 2010.*

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao sociólogo BOLÍVAR LAMOUNIER, pela entrevista concedida à Revista Veja, intitulada “A classe C quer muito mais”.

### JUSTIFICATIVA

Na entrevista “A classe C quer muito mais”, o sociólogo Bolívar Lamounier traz luz sobre as reflexões que discutem as classes sociais no Brasil.

O sociólogo diz que os milhões de brasileiros emergentes da pobreza pretendem continuar subindo na escala social e vão punir os candidatos sem compromisso com a estabilidade.

Bolívar Lamounier alerta que para consolidar a ascensão dessa nova classe média, as famílias precisarão investir mais em si mesmas. “A ascensão da classe C não é fruto do atual governo. Sua origem deve ser creditada à globalização, que nos aproximou dos outros países. Mas isso só foi possível porque a economia do país fora estabilizada, e a sua moeda passou a ser respeitada”, diz ele.

E conclui: “Não acredito que essa nova classe média tenha fidelidade partidária. Ela forma um grupo social que disputa no mercado, diariamente, a sua sobrevivência. Se um governo a prejudicar de alguma maneira, não terá o seu apoio. Ela não é eleitorado cativo do PT.”

Sala das Sessões,

Senador **Marconi Perillo**  
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**REQUERIMENTO Nº 85, DE 2010**

Requeiro VOTO DE APLAUSO ao empresário rural MILTON FRIES, pela doação de 150 hectares de terra ao Parque Nacional das Emas, em Goiás.

REQUEIRO, no termos do art. 222, do Regimento Interno ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao empresário do agronegócio de Goiás, para a recuperação da nascente do Rio Araguaia no Parque Nacional das Emas,

**Justificação**

Ao doar 150 hectares de terra ao Parque Nacional das Emas, com sede em Mineiros (GO), o empresário

Milton Fries demonstra preocupação em conter os processos erosivos na regiões das preocupação em conter os processos erosivos na regiões das nascentes e promove, depois de três décadas, a conexão com o Rio Araguaia, formado por diversas nascentes, na divisa entre Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Além de servir como um exemplo para outros produtores rurais, a ação do empresário goiano vai ajudar no Projeto “Pró Legal”, do IBAMA, que desenvolve programas de reflorestamento com plantas típicas para recuperação da fauna e flora da região.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2010. – Senador **Marconi Perillo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal.

**REQUERIMENTO Nº 86 /2010**

*Requer VOTO DE APLAUSO à Escola de Samba REINO UNIDO DA LIBERDADE, vice-campeã no desfile de Carnaval de 2010 em Manaus, com enredo em homenagem ao ex-Senador e ex-Governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho.*

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE APLAUSO à Escola de Samba “Reino Unido da Liberdade”, pela homenagem prestada, no Carnaval, ao saudoso ex-Senador e ex-Governador (em três mandatos) do Estado do Amazonas, Gilberto Mestrinho.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos dirigentes, participantes e fãs da Escola, por intermédio de seu Presidente Jairo de Paula Beira Mar

**JUSTIFICATIVA**

Tive a sorte de assistir ao desfile carnavalesco de 2010, em Manaus. Em particular, impressionou-me o maravilhoso espetáculo que foi exibido ao povo da Capital amazonense pela Escola de Samba “Reino Unido da Liberdade”, que prestou expressiva homenagem ao ex-Governador (em três mandatos) e ex-Senador Gilberto Mestrinho. O tema escolhido foi “O Morro canta, o Amazonas se encanta, com a saga do boto que navegou sem medo”. A Escola é dirigida por Jairo de Paula Beira Mar, seu Presidente, a quem saúdo, com cumprimentos extensivos aos demais membros e demais dirigentes, a saber:

**Carnavalesco:** Almir Nascimento

**Autores do Enredo:** Ivan de Oliveira e Anik Sena

**Autor da Sinopse do Enredo:** Almir Nascimento

**Elaboradores do Roteiro do Desfile:** Almir Nascimento,  
Jairo de Paula Beira-Mar, Ivan de Oliveira

**Samba-Enredo**

**Autores:** Marquinho Negritude, Marcão do Reino, Herlon,  
Cabeça e Ney Butica

**Presidente Da Ala Dos Compositores:** Ricardo Cabral

**Ala Dos Compositores:** 60 integrantes

A tradicional Escola de Samba “Reino Unido da Liberdade” decidiu entrar no clima do hexa do Flamengo e saiu às ruas da Capital amazonense para, acima de tudo, homenagear o saudoso Gilberto Mestrinho, o ex-governador e ex-Senador que tanto honrou o Amazonas, este Plenário e o Brasil.

A Escola preparou enredo significativo para a homenagem: “O Morro Canta o Amazonas”. De forma descontraída, cantou a saga do nosso “Boto Navegante”, como era carinhosamente chamado o Senador Mestrinho.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2010

  
**Senador ARTHUR VIRGÍLIO**  
**Líder do PSDB**

**REQUERIMENTO Nº 87 DE 2010**

*Requer VOTO DE APLAUSO à ESCOLA DE SAMBA VITÓRIA-RÉGIA, grande vencedora do Carnaval Manaus 2010.*

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE APLAUSO à ESCOLA DE SAMBA VITÓRIA RÉGIA (G.R.E.S.VITÓRIA-RÉGIA), classificada em 1º lugar no Carnaval de 2010, em Manaus/AM.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos dirigentes, participantes e fãs da Escola, por intermédio de seu Presidente Maurício Vieira de Castro.

**JUSTIFICATIVA**

Com o tema “Cantando o pensamento na Amazônia”, a Escola de Samba Vitória-Régia foi a grande vitoriosa no Carnaval de 2010 de Manaus/AM. Foi a 13ª vitória dessa escola, localizada na Praça 14, que, com o samba-enredo, também homenageou os membros da Academia Amazonense de Letras. Ela conquistou 358,40 pontos, vindo a seguir a Reino Unido, que ficou com 356,85 pontos, e a Grande Família, com 355,90 pontos.

A Escola é, pois, merecedora do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2010

  
**Senador ARTHUR VIRGÍLIO**  
**Líder do PSDB**

## REQUERIMENTO Nº 88, DE 2010

Nos termos do Art. 218, inciso VII do RISF, **REQUEIRO** voto de pesar pelo falecimento de **Luiz Tenório de Lima**.

Luiz Tenório de Lima – o Tenorinho, faleceu no dia 23 de janeiro, aos 93 anos, na cidade de São Paulo, completando, hoje, um mês do falecimento deste que era um dos maiores líderes sindicais da história deste país.

O companheiro Tenorinho sempre esteve na frente de batalha em defesa dos direitos dos trabalhadores e o do movimento sindical.

Luiz Tenório de Lima era pernambucano de Palmares, aos 17 anos foi para São Paulo trabalhar numa destilaria do Vale do Jequitinhonha, tornando-se presidente do Sindicato de Laticínios de São Paulo, da Federação dos Trabalhadores da Alimentação de São Paulo, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e um dos fundadores do Dieese e da Nova Central Sindical.

Em 1953, ele foi um dos responsáveis pela deflagração da chamada Greve dos 700 mil trabalhadores. Foi eleito para o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro em 1962 e com o golpe de 1964 foi destituído de todos os seus cargos sindicais e teve cassados seus direitos políticos por dez anos.

Após militar na clandestinidade, exilou-se em Praga e passou a atuar na Federação Sindical Mundial (FSM).

Em fins de 1979, com Gregório Bezerra, Hércules Corrêa dos Reis e Lyndolpho Sylva, retornou ao Brasil, sendo recepcionado por uma verdadeira multidão no aeroporto do Rio.

Submetido ao voto popular, Tenorinho conquistou cadeira na Câmara Municipal de São Paulo, no pleito de 1984, cumprindo o mandato em estreita ligação com os sindicatos e movimentos de bairros.

Fixando residência em São Paulo, passou a editar, a partir do ano seguinte, o *Correio Sindical de Unidade*, que teve vida efêmera, idéia que ele reproduziu sob a forma de um programa de rádio, de muita audiência, nos anos 2000.

Mais recentemente esteve em várias audiências e manifestações contra o fim do fator previdenciário e pelo aumento dos benefícios dos aposentados.

Ele tinha um programa semanal na rádio Imprensa de São Paulo, onde comandava como apresentador o “Bom Dia, Companheiro”. Por várias vezes fui entrevistado por ele.

Luis Tenório deixou um legado de vida e de luta por um Brasil mais justo e soberano. As novas e as futuras gerações o terão como exemplo a ser seguido.

Para tanto, gostaria que o presente voto fosse enviado para sua viúva Senhora **LÍDIA NOGAEVA TENÓRIO** no endereço sito à Rua Caiova n° 1236, Apto. 224 - Bairro Perdizes São Paulo – CEP 050018-001 Telefone (11) 3865-2778

Sala das Sessões,



Senador **PAULO PAIM**

**REQUERIMENTO Nº 89, DE 2010****Requer VOTO DE PESAR pelo falecimento do Presidente do PC do B do Estado do Pará, Camarada Neuton Miranda.**

Requeiro, nos termos regimentais do arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em Ata, de VOTO DE PESAR pelo falecimento do dirigente comunista, Superintendente Regional de Patrimônio da União no Pará (SPU-PA), ex-vereador e Deputado Estadual, Presidente do Diretório Estadual do Pará do PC do B, NEUTON MIRANDA, combativo companheiro das causas socialistas, falecido dia 20 de fevereiro p.p., vítima de um ataque cardíaco, quando estava a trabalho em Belterra, cidade do Oeste paraense.

Requeiro, ainda, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família, doas Diretórios Regional e Nacional do PC do B, com as devidas condolências.

Sala das Sessões, Senador **José Nery** – PSOL/PA.

**Justificação**

O presidente regional do PC do B e superintendente do Patrimônio da União no Pará, Neuton Miranda Sobrinho, de 61 anos, morreu na noite dia 20 de fevereiro, após sofrer um infarto, por volta das 23 horas, em Belterra, região oeste do Estado, onde fora fazer a doação de uma área da União ao município.

Amigos, companheiros os de partidos e admiradores políticos de Neuton Miranda, que seria candidato a deputado federal nas eleições deste ano, ficaram abalados com a perda repentina.

Tratava-se de um político íntegro, honesto, que dedicou toda a sua vida na luta por uma sociedade melhor. Neuton ajudou na reconstrução do partido, no final da década de 80, e estava a quatro anos na presidência regional, cargo que ocupou em outras ocasiões.

Homem de visão socialista, respeitado e correto, não se negava a reconhecer um bom trabalho em prol da comunidade, estará era uma de suas marcas, a de valorizar os bons resultados, sua luta por uma sociedade mais justa era uma constante, uma idéia fixa. Além de deputado estadual, Neuton Miranda Sobrinho foi presidente da Companhia de Habitação do Estado (COHAB), durante a gestão de Almir Gabriel, e secretário municipal de Habitação, quando Edmilson Rodrigues foi prefeito de Belém. Nascido em Marabá, sul do Estado, Neuton ingressou na política no final da década de 60, ao se filiar ao PC do B, partido em que atuou durante toda a sua vida pública.

Chegou a atuar em São Paulo e foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Estava à frente da Superintendência do Patrimônio da União do Pará há cerca de cinco anos. Neuton Miranda deixa a esposa, Leila Mourão, e uma filha, Janaína Miranda.

O PSOL do Pará enviou a seguinte nota de Pesar aos companheiros do PCdoB:

“Queridos companheiros do PCdoB,

Profunda do valoroso companheiro Neuton Miranda, transmitimos em nome da militância do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), no Pará, nossos votos de sincero pesar diante desta enorme perda.

A política no Pará fica mais pobre e a luta das classes trabalhadoras perde um de seus mais dedicados baluartes.

Neste momento de dor, reiteramos a convicção de que a trajetória de Neuton, marcada pela coerência, firmeza de propósitos e lealdade para com seus aliados, seguirá sendo uma referência e animar as atuais e futuras gerações de lutadores e de lutadoras.

Que sigamos batalhando por um mundo de justiça e liberdade, melhor homenagem que se pode prestar a um militante da estirpe de Neuton Miranda.

Belém, 21 de fevereiro de 2010.

Sala das Sessões, – Senador **José Nery**, PSOL/PA

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

A Presidência transfere as matérias constantes da pauta de hoje para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 469, DE 2009**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 469, de 2009, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais, para os fins que especifica.*

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Geovani Borges  
(Sobrestando a pauta a partir de: 20-11-2009)

Prazo final prorrogado: 15-3-2010

2

### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2009**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello  
(Sobrestando a pauta a partir de: 28-11-2009)

Prazo final prorrogado: 23.03.2010

3

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador César Borges  
(Sobrestando a pauta a partir de: 17-2-2010)

Prazo final: 3-3-.2010

4

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009**

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)*

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que

estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a Formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Sobrestando a pauta a partir de 19-12-2009)

5

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador

Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13

#### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o

atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

14

#### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15

#### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16

#### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tripliques do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (no 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

19

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “me-

dida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

20

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

21

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

22

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

23

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

24

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

25

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Moraes.

26

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a Advertência em rótulos

de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

28

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

29

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris),

que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

30

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

31

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

32

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almei-

da), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

**33**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

**34**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

**35**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008**

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

**36**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

**37**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

**38**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

**39**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abi-

calil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

40

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

41

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

42

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

43

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

44

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2009**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

45

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)*

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as

condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

46

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

47

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regula o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

48

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º

da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

49

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

50

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

51

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003– COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

52

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

53

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que

os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

54

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de

1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de

condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece,

de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea “g” do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008**

*(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível

agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

#### PROJETO DE LEI DO SENADO

##### Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que altera a redação da alínea *¿b¿* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

#### PROJETO DE LEI DO SENADO

##### Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obri-

gatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

72

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

73

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

74

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

75

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

76

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

77

**REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).

78

**REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

79

**REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

80

**REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

81

**REQUERIMENTO Nº 1.313, DE 2009**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.313, de 2009, do Senador Flávio Arns, solicitando voto de rejúbilo ao embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, e ao Instituto Goethe de Curitiba, por ocasião do centésimo octogésimo aniversário da primeira imigração alemã recebida no Estado do Paraná, comemorado em 30 de setembro de 2009.

Parecer favorável, sob nº 2.772, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares.

82

**REQUERIMENTO Nº 1.443, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.443, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006; 340, de 2007; e 375, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal).

83

**REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.452, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2009; com o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da Câmara nºs 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, por regularem a mesma matéria (alteram dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro).

84

**REQUERIMENTO Nº 1.474, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2009, do Senador Álvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004, por regularem a mesma matéria (regularizar a participação de Torcidas Organizadas em competições esportivas).

85

**REQUERIMENTO Nº 1.516, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.516, de 2009, do Senador Lobão Filho, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 355, de 2004; 8 e 18, de 2005; 45, de 2006; 42, de 2007; 54, de 2009; e com os Projetos de Lei da Câmara nºs 106, de 2007; 55 e 75, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (prestadoras de serviços públicos).

86

**REQUERIMENTO Nº 1.549, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.549, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 465, de 2008; e 194, de 2009; com os Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003; 106, de 2006; 470 e 681, de 2007; 138, de 2008; e 115, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (deduções na base de cálculo do imposto de renda de pessoas físicas).

87

**REQUERIMENTO Nº 1.576, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.576, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 318, de 2003; e 64, de 2005, por regularem a mesma matéria (reintegração de posse).

88

**REQUERIMENTO Nº 1.580, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.580, de 2009, do Senador João Tenório, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 86, de 2004; e 345, de 2006, por regularem a mesma matéria (inseção de impostos sobre instrumentos musicais).

89

**REQUERIMENTO Nº 1.582, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.582, de 2009, do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera o art. 192 da CLT para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade).

90

**REQUERIMENTO Nº 1.590, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.590, de 2009, do Senador Efraim Morais, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 149, de 2008; e 251, de 2009, por regularem a mesma matéria (denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da rodovia BR-116, no Estado do Ceará).

91

**REQUERIMENTO Nº 1.591, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.591, de 2009, do Senador Efraim Morais, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (utilização de recursos arrecadados pela União das indústrias que exploram o fumo e as bebidas alcólicas para utilização na saúde).

92

**REQUERIMENTO Nº 1.596, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.596, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2009, a fim de aguardar documentação prevista na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal (outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada).

93

**REQUERIMENTO Nº 1.628, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.628, de 2009, do Senador Sérgio Zambiasi, que solicitando a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008 (permissão de porte de arma de fogo a carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal).

94

**REQUERIMENTO Nº 1.629, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.629, de 2009, do Senador Renato Casagrande, que solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 201, de 2003; 475, de 2007; e 342, de 2008; por regularem a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).

95

**REQUERIMENTO Nº 1.630, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.630, de 2009, do Senador Antonio Carlos Valadares, que solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 158 de 2002; nº 201 de 2003; e nº 475 de 2007, com o de nº 107 de 2009, por versarem sobre a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).

96

**REQUERIMENTO Nº 1.631, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.631, de 2009, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (arrendamento das retransmissoras de televisão na Amazônia Legal).

97

**REQUERIMENTO Nº 1.633, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.633, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (divulgação de lista de material escolar antecipada).

98

**REQUERIMENTO Nº 1.635, DE 2009**

Votação do Requerimento nº 1.635, de 2009, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 243, de 2004; 123, de 2007, e 252, de 2008, que já se encontram apensados por regularem a mesma matéria (práticas de telemarketing).

99

**REQUERIMENTO Nº 1.641, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.641, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 131, 142 e 304, de 2007; e 34, 64, 65 e 78, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (incentivo fiscal pela preservação florestal).

100

**REQUERIMENTO Nº 1.643, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.643, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro por meio eletrônico).

101

**REQUERIMENTO Nº 1.693, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.693, de 2009, do Senador Renato Casagrande, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (equiparar a pesca à atividade agropecuária).

102

**REQUERIMENTO Nº 1.714, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.714, de 2009, do Senador João Vicente Claudino, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2004 – Complementar, com o Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 2008 – Complementar e o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007 – Complementar, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (local do recolhimento do ISS).

103

**REQUERIMENTO Nº 13, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 13, de 2010, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera a Lei 8.112, de 1990, para acrescentar o adicional de risco de vida).

104

**REQUERIMENTO Nº 38, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 38, de 2010, do Senador Inácio Arruda, solicitando a criação de Comissão Representativa do Senado Federal, composta por dois Senadores, com o objetivo de comparecer à posse do Presidente do Uruguai, José Mujica, do Vice-Presidente Danilo Astori e demais Ministros de Estado e participação no Seminário sobre Experiência de Construção Unitária da Frente Ampla, que se realizarão entre os dias 1º a 3 de março de 2010, em Montevideo, Uruguai.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Há oradores inscritos para a sessão deliberativa de 23 de fevereiro de 2010.

Presentes na Casa 66 Senadores da República do Brasil.

O primeiro orador inscrito é o Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Senadoras e Senadores, Senador Suplicy, Senador Arthur Virgílio, Senador Flávio Arns e Senador Jayme Campos, fiz questão de participar desta sessão que se inicia às 20 horas e 30 minutos, depois da emocionante sessão de homenagem a todos os brasileiros que faleceram no Haiti.

Sr. Presidente, é que hoje completa um mês do falecimento daquele que, para mim, Senador Eduardo Suplicy, foi, nas últimas décadas, um dos maiores líderes sindicais da história do nosso País. Estou falando do líder sindical Luis Tenório de Lima, o Tenorinho, que faleceu no dia 23 de janeiro, época em que estávamos em recesso. Tenorinho tinha 93 anos e morava em São Paulo.

O Tenorinho era meu amigo pessoal, daqueles que, como diz a música de Fernando Brant e Milton Nascimento, “amigo é coisa prá se guardar do lado esquerdo do peito”. Esse é um homem que guardarei eternamente no meu coração. Tenorinho, com 93 anos, era um ativista, um líder, mais que um amigo, era um irmão das causas populares.

Tenorinho sempre esteve à frente nas batalhas em defesa dos direitos dos trabalhadores, do movimento sindical e de todos os aposentados e pensionistas.

Recentemente, esteve aqui, com 93 anos, no Congresso Nacional, participando de manifestações pelo fim do fator, pelo reajuste dos aposentados, no combate aos preconceitos e na luta pela redução de

jornada para 40 horas semanais – todos projetos que apresentei, tanto na Câmara, como no Senado, e estão sendo debatidos.

Sr. Presidente, conforme o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Luís Tenório de Lima era, de fato, um grande combatente. Pernambucano de Palmares, aos 17 anos foi para São Paulo trabalhar numa destilaria do Vale do Jequitinhonha. Tornou-se, então, Presidente do Sindicato de Laticínios de São Paulo, da Federação dos Trabalhadores da Alimentação de São Paulo, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, um dos fundadores do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, em 1953 – nessa data, eu tinha somente três anos –, Tenorinho liderou a chamada Greve dos 700 mil trabalhadores.

Tenorinho foi eleito, em 1962, líder do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. Infelizmente, com o golpe de 1964, foi destituído de todos os seus cargos sindicais e políticos e teve seus direitos cassados por dez anos.

Após militar na clandestinidade, exilou-se em Praga e passou a atuar na Federação Sindical Mundial (FSM).

Em fins de 1979, com Gregório Bezerra, Hércules Corrêa dos Reis e Lyndolpho Sylva, ele retorna ao Brasil, sendo recepcionado por uma enorme multidão no aeroporto do Rio de Janeiro.

Tenorinho, então, fixa residência em São Paulo e passa a editar, a partir do ano seguinte, o **Correio Sindical de Unidade**, que teve vida efêmera. Tenorinho sempre pregou a unidade como forma de avanço do nosso povo.

Tenorinho se submeteu ao voto popular e conquistou cadeira na Câmara Municipal de São Paulo, em 1984, cumprindo o mandato com uma relação direta com os movimentos sociais, sindicais e de bairros.

No ano de 2000, reproduziu a ideia que havia tido com o **Correio Sindical** sob a forma de um programa de rádio que teve uma enorme audiência. Depois disso, manteve um programa semanal na Rádio Imprensa de São Paulo, onde comandava, como apresentador, o programa “Bom Dia, Companheiro”. Por várias vezes, fui entrevistado por ele.

Recentemente, eu, ele e o Presidente da Central Sindical, José Calixto Ramos, estivemos com o Ministro Carlos Lupi no II Congresso da Nova Central Sindical.

Sr. Presidente, lembro-me como se fosse hoje, da garra, da fibra de Tenorinho. No último encontro que tive com ele, com a presença de mais de 700 líderes

sindicais, ele foi ao microfone e fez um apelo para que os sindicalistas fossem com ele ao Rio Grande do Sul, em 2010, para caminhar ao lado da nossa gente.

Tenorinho me chamava, de forma carinhosa, de Senador dos trabalhadores, dos aposentados e de todos os discriminados.

Luís Tenório deixou um legado de vida e de luta para o Brasil. As novas e as futuras gerações terão que lembrar sempre de Tenorinho como exemplo a ser seguido.

Luís Tenório, 93 anos. Sua vida foi pautada na causa dos trabalhadores e dos idosos. Ele é daqueles homens que nunca morrem, pois seus ideais estarão sempre vivos entre nós.

Sr. Presidente, concluo, dizendo que encaminho neste momento à Mesa um requerimento de voto de pesar pela perda desse jovem guerreiro – repito, jovem guerreiro – de 93 anos. Peço que este voto seja encaminhado aos seus familiares e ao Movimento Sindical. Aproveito e peço também ao Movimento Sindical que, no próximo dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, sejam feitas as justas homenagens em todo o País ao nosso querido Tenorinho. Eu farei uma homenagem aqui do plenário.

Sr. Presidente, Luiz Tenório de Lima, um líder, um guerreiro, mesmo aos 93 anos. A sua voz era forte, era um brado, sempre à frente das causas do nosso povo. Vivam eternamente os ideais de Luís Tenório de Lima!

Termino, Presidente, encaminhando a V. Exª o requerimento de voto de pesar.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – V. Exª será atendido na forma do Regimento, e vamos formalizar o voto de pesar solicitado por V. Exª ao Tenorinho, Luís Tenório de Lima.

Chamo aqui o Sr. Secretário, Dr. José Roberto, para fazer o encaminhamento regimental do voto de pesar pelo falecimento de Luís Tenório de Lima, solicitado pelo Senador Paulo Paim.

Convidamos agora o Senador Jayme Campos, por cessão do orador inscrito, Senador Papaléo Paes, para ocupar a tribuna.

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srªs e Srs. Senadores, serão breves as minhas palavras, entretanto, hoje foi um dia de muitas manifestações, sobretudo um dia de homenagens que nós prestamos a essa valorosa mulher brasileira, essa grande médica, Drª Zilda, bem como aos nossos militares que, lamentavelmente, faleceram no Haiti.

Ao ensejo desse dia de homenagens, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu não poderia, nesta oportunidade, deixar de dizer que há dois anos nosso País também perdia um verdadeiro baluarte das causas do Brasil interiorano. Um homem que, nascido na solidão e na beleza das barrancas pantaneiras, compreendeu como poucos a vocação rural desta Nação. Falo com orgulho do Senador Jonas Pinheiro, que, ao partir, nos deixou um legado de serviços e lutas pela agricultura nacional.

Não tenho medo de dizer que se o agronegócio apresenta hoje a portentosa marca de 45% do PIB brasileiro, muito desse desempenho se deve às conquistas alcançadas com a ação parlamentar do inesquecível Senador Jonas Pinheiro.

No início, era uma jornada solitária, como a de um profeta pregando no deserto; mas, aos poucos, o destemor e a crença férrea desse mato-grossense, filho de Santo Antonio do Leverger, foi derrubando barreiras, superando obstáculos, até mostrar ao mundo o valor e a fertilidade do setor agrário deste imenso País.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, dizem que não existem homens insubstituíveis. Quando olho o vazio político que se formou no meu Estado com o desaparecimento do nosso querido companheiro Jonas Pinheiro, chego a duvidar dessa assertiva. Sim, Jonas faz falta para o Senado; Jonas Pinheiro faz falta aos democratas; Jonas Pinheiro faz falta para Mato Grosso, assim como Jonas Pinheiro faz falta para o Brasil.

Na última sexta-feira, um ato religioso, realizado na Igreja São Gonçalo, em Cuiabá, lembrou o segundo ano de falecimento desse grande brasileiro. Foi uma missa singela, como o próprio Jonas, mas intensa e forte, como também era o seu caráter.

Jonas Pinheiro não precisa de eventos pomposos para reverenciar a sua memória, pois cada grão que brota nos cerrados e cada boi em pé no pasto já é um monumento em homenagem à sua luta pela agricultura e pela pecuária brasileira.

Tenho a honra de ter dividido a bancada de Mato Grosso neste Senado com esta ilustre figura, mesmo que por breve tempo; sobretudo porque ele não assumiu a caricatura do matuto ingênuo que defende o homem do campo, mas adotou, sim, a postura do sábio que valoriza os ensinamentos de sua gente.

Nobre colegas Senadores, para se ter compreendido a alma de Jonas Pinheiro, seria necessário antes ter conhecido a amplitude das tardes pantaneiras: belas, mas misteriosas; límpidas, mas profundas; comoventes, mas sóbrias...

Jonas Pinheiro, meu caro e ilustre Senador, não tenho dúvida, está descansando em paz.

Eu concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa (PSC – PI)** – Senador Jayme Campos, V. Ex<sup>a</sup> revive aqui a grandeza de Jonas Pinheiro. Ele deixou de ser grande só lá no seu Mato Grosso para ser grande no Brasil. Ele é um homem hoje exemplar. E eu desci da Presidência, vim para cá, e estou no lugar onde ele se sentava. Então, eu acho que foi uma dádiva de Deus. Eu sentava aqui atrás dele. Quer dizer, ele nos guiava, nos orientava. Homem de virtude, simples, mas de muita firmeza. Então, as suas teses eram quase sempre ligadas à produção, ao homem do campo, à grandeza da agricultura e da pecuária lá do Mato Grosso e do Brasil. As suas preocupações eram essas. Em alguns dos seus projetos de lei, ele me pedia para ser o relator. Ele, vamos dizer, é um ícone da produção do Estado de V. Ex<sup>a</sup>. E muito novo! Ele nasceu em 1941, e eu nasci em 1942. Ele formou-se em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mandatos: como Deputado Federal, ele foi eleito três vezes; Senador, a primeira vez... O Governador do Estado devia hoje prestar uma grande homenagem, se ajoelhar, agradecer a Deus e aos santo Jonas Pinheiro, porque quem botou esse Blairo Maggi que ninguém conhecia no mundo político foi o Jonas. Ele foi suplente no primeiro mandato do Jonas. Depois, é esse mandato que nós estamos vivendo, em que o suplente é o nosso companheiro Gilberto Flávio Goellner. Então, ele que abriu espaço, uma avenida para o Governador Blairo Borges Maggi. Nós sabemos que ele é um empresário vitorioso, mas, na política, se ele está sendo vitorioso, é porque ele foi guiado por Jonas Pinheiro. Sou agradecido porque ele sentava aqui e eu atrás dele. Queria relembrar que, além dos cargos legislativos que ele ocupou com grandeza, ele foi Secretário Extraordinário do Estado, Presidente da Emater do seu Estado e, no exterior, ele foi delegado de uma comissão mista do Congresso Nacional a Bangladesh e Índia, a convite do Presidente da Comissão Especial do Sistema Financeiro da Câmara.

Ele recebeu homenagens pelo Brasil todo, no seu Estado. Homem dedicado. As publicações dele: **Amapá no Senado Federal**. Quer dizer, ele era do tamanho do Brasil. Sei que o Mato Grosso é grande, mas ele tem obra publicada em 1991 sobre o Amapá. **Cartilha da Securitização das Dívidas Rurais: uma conquista dos agricultores**. A lei foi dele, número 9.138. Uma publicação sobre a Amazônia, em 1991... **Informações sobre o plano de safra de 1997**. Informações de tudo que é safra. **Lei de Proteção de Cultivares, em 1997. Regime Jurídico Único**. Relatório final sobre os produtos da safra. Então, um homem de relevantes serviços não só ao Estado que ele representou, mas ao Brasil todo. E eu vi, olha, eu vi o povo chorar. Fui ao enterro dele. Até os céus. Choveu, mas,

mesmo na chuva... Quanto mais forte ficava, mais gente aparecia. Estávamos lá V. Ex<sup>a</sup>, eu e vários Senadores. Todos nós choramos e nos lembramos... Era Presidente Garibaldi Alves, e ele fez, com a inspiração da vida daquele homem, talvez o mais belo discurso que ouvi de Garibaldi Alves. Então, queremos nos associar. Vão-se dois anos, mas ficou o exemplo. Olha, um filósofo disse: a humildade une os homens; o orgulho divide os homens. Ali era a humildade que unia todo o Mato Grosso, tanto é que ele deixou aí o Governador, não é? Foi ele que sensibilizou e abriu caminho e uniu aqui... Ele era uma unidade por essa humildade que unia todos os Senadores. E todos nós aprendemos a admirá-lo, a respeitá-lo e a chorar, como hoje estamos nós dois aqui neste plenário.

**O SR. JAYME CAMPOS** (DEM – MT) – Obrigado, Senador Mão Santa, por seu aparte. V. Ex<sup>a</sup> resumiu bem: o Jonas era humilde, era um cidadão do povo, um cidadão que chegou na altura onde chegou pela sua perseverança, pela sua determinação, até porque era filho de pessoas menos afortunadas, pessoas muito humildes e, sem sombra de dúvida, Jonas Pinheiro deixou um legado de amizade e, sobretudo de lealdade aos seus companheiros, invejável.

V. Ex<sup>a</sup> colocou muito bem aqui: quando, naquela oportunidade ele tinha como suplente o Governador Blairo Maggi, ele dizia, Senador Mão Santa, que o Blairo Maggi era filho dele, transgênico. Depois disso, inseriu Blairo no cenário mato-grossense da política, o que lhe permitiu duas vezes ser Governador.

Entretanto, eu encerro minhas palavras dizendo que Jonas Pinheiro, indiscutivelmente, é insubstituível, não só no campo do agronegócio, em que foi um dos grandes baluartes, mas sobretudo na política mato-grossense, por ser hábil, ser uma pessoa mansa na sua expressão e sobretudo na maneira de fazer política. Com isso, esta homenagem que hoje prestamos a ele, Senador Paulo Paim, acho que é uma homenagem justa.

Dois anos transcorreram, mas Jonas Pinheiro sempre estará dentro do coração e da cabeça dos milhares de brasileiros que habitam o nosso grande Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. PMDB – RS) – Esta Presidência faz das suas palavras as nossas palavras, nesses dois anos em que perdemos esse grande Senador da República.

Senador Mão Santa, Senador Jayme Campos, eu recebi momentos atrás um documento que retrata a preocupação do setor exportador de calçado sobre a perspectiva de que possa cair a alíquota de 12,47% com incidência sobre o calçado importado – e estamos falando dos calçados chineses. A repercussão é grande no setor. Empresários e trabalhadores de todo o País estão se mobilizando para que esta alíquota seja mantida. Achem eles até que ela deve ser ampliada.

Os dados que eu recebi aqui demonstram que esse setor movimenta do PIB um montante de R\$40 bilhões. Os dados mostram que, a partir do momento em que houve essa tarifa, que na opinião deles pode ser ampliada, foram gerados outros milhares e milhares de postos de trabalho em nosso País.

Então, o apelo que a gente quer fazer da Presidência do Senado, com a tolerância do Senador Mão Santa neste momento, é que seja mantida a política *antidumping*, para que a concorrência não seja desleal, a gente possa fortalecer a produção de calçados no Brasil, e, com isso, avançar. A partir da alíquota de 12,47%, geramos mais de 30 mil postos de trabalho, só a partir desse momento. A expectativa agora é gerar muito mais, desde que o Governo mantenha a posição, e até amplie essa tarifa, que, na verdade, é uma política *antidumping*.

Eu agradeço aqui a todo o setor e ao empresário, que me mandaram esse documento.

Agradeço ao Deputado Estadual Adão Vilaverde; à presidente da Confederação Nacional dos Calçados, Eunice Cabral; ao líder sindical da Federação dos Sapateiros, João Batista Xavier da Silva; ao líder do Sindicato dos Calçadistas de Novo Hamburgo, Angélica Nascimento; ao líder sindical Arlindo de Igrejinha; ao líder sindical Antônio de Sapiranga; e a todos os prefeitos da região do Vale dos Sinos, berço do calçado no Rio Grande e de todo o País. Repito que a presidente da Confederação Nacional dos Calçados é Eunice Cabral.

Obrigado, Senador Mão Santa, pela tolerância. Eu tinha que fazer esse registro.

Espero que as resoluções da Câmara do Comércio Exterior (Camex), que visam a ampliação da taxa de importação de calçados e de pneus para automóveis de passageiros da China, se concretizem.

Era isso.

Obrigado.

O Senador Mão Santa tem a palavra.

**O SR. MÃO SANTA** (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, Parlamentares na Casa, brasileiras e brasileiros, aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado,

nós vivemos numa democracia. As nossas instituições são muito novas, têm pouco mais de um século, e nós as importamos da Europa.

Tudo do nosso modelo democrático foi importado, mas a inteligência do povo brasileiro transforma a nossa democracia numa das mais avançadas do mundo. As instituições são novas, então, de quando em quando, temos confrontos, conflitos, mas todos visam ao aperfeiçoamento da democracia. Nós as importamos da Inglaterra, da França, dos Estados Unidos e, com a inteligência e a luta dos brasileiros, a democracia vai, cada vez mais, se aperfeiçoando.

Destaque-se Rui Barbosa – ele está ali, ele é o nosso patrono. No nascer da República, ele foi Executivo, Ministro da Fazenda, e Senador no primeiro Governo de Deodoro. No segundo, vendo que a República ia se desvirtuar para o militarismo – um Presidente militar, o Deodoro; o segundo, Floriano Peixoto, militar; caminhava-se rumo ao terceiro militar –, ele disse: “Tô fora”. O Governo foi buscá-lo para convencê-lo a aceitar a situação, e ele disse: “Tô fora”. Ofereceram de novo o Ministério da Fazenda, e ele disse: “Não troco a trouxa das minhas convicções pelo Ministério”. Isso é muito oportuno, porque tem gente aí trocando sua ideologia política por qualquer carguinho, por qualquer boquinha. Aí, ele saiu e fez oposição dura.

O Presidente Marechal Floriano era muito duro, foi chamado de Marechal de Ferro. Ele teve que deixar o Senado e se exilar em Buenos Aires e, em maior tempo, quase dois anos, na Inglaterra. Lá ele viu como agia o líder do Parlamento bicameral inglês. Era uma monarquia democrática, e ele aprendeu que o Rei Carlos I tinha mandado fechar o Parlamento, mas, quando a Inglaterra entrou em guerra, o rei teve medo. Ele não tinha credibilidade, o povo não apoiava o rei, o povo não dava dinheiro para a guerra. Para não perder a guerra para a Irlanda e a Escócia, foi atrás do Parlamento. O líder Oliver Cromwell disse que reabriria o Parlamento – lá é bicameral, a de Lordes e a Comum, como se fosse Senado e Câmara –, mas disse para o rei: “Eu reabro, conseguirei o apoio do povo da Inglaterra, conseguirei os recursos, e a Inglaterra vai vencer. Mas fique certo de que jamais rei algum estará acima da lei”. Assim, nós trouxemos esse modelo de Oliver Cromwell, um modelo democrático, monárquico, bicameral. Depois, Rui viu nascer o presidencialismo do filhote da Inglaterra, os Estados Unidos, também bicameral, com Senado e Câmara.

Esse também é o nosso modelo, que nós avançamos e aperfeiçoamos para oferecer ao povo a nossa democracia. É lógico que tivemos momentos de dificuldade, Paim, mas fomos mais inteligentes do que os franceses, que criaram a República e fizeram rolar

cabeças na guilhotina. Nós tivemos as nossas adaptações, as nossas inteligências e procuramos nos aproximar da Constituição, não nos afastar dela, não fazer um estupro na Constituição.

É oportuno falar nisso quando se pede uma intervenção no Distrito Federal. Nós estamos nos distanciando, estamos estuprando a Constituição. Foram sábios os que fizeram a Constituição. O Paim foi Constituinte, não foi, Paim? Igual a ele, Afonso Arinos, Mário Covas, Ulysses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lula...

**O SR. MÃO SANTA** (PSC – PI) – ... Luiz Inácio. Então, esse pessoal, por amor, fez a Constituição das saídas. Nós não podemos nos afastar dela.

A ignorância é audaciosa. Os aloprados estão aí a gritar: “Intervenção!”. Mas não. Ela dá os caminhos, as alternativas de sucessão. Tanto é verdade que, no momento mais difícil deste País, quando Getúlio Vargas se suicidou – iminência de guerra civil –, o seu vice assumiu. Eram conflitos, confrontos, dificuldades. Ou ele teve um enfarte técnico ou teve um enfarte mesmo e se internou no Hospital dos Servidores do Estado.

E os da Câmara, liderados por Carlos Lacerda, colocaram o Carlos Luz. Ele pegou um torpedeiro da Marinha e, apoiado pelo Almirante Pena Boto, a maior autoridade em balística, achando-se Presidente, ameaçou bombardear o Catete, que era no Rio de Janeiro. E foi buscar apoio em Jânio Quadros, que mostrou-se ajuizado, competente. Lott fez as manobras militares para garantir a posse de Juscelino, mas as manobras políticas e democráticas foram feitas aqui, e o Senado mandou para o Alvorada o Senador de Santa Catarina, Nereu Ramos, que garantiu a posse de Juscelino – os udenistas não o queriam; diziam que ele não tinha tido maioria absoluta, o que naquele tempo não era exigido.

Passamos por outros períodos, tivemos apenas dois partidos, mas até os militares foram sábios: eles fizeram a alternância do poder, a divisão do poder. Algumas vezes esta Casa foi fechada rapidamente, como um relâmpago, mas eles recuaram, respeitaram a divisão de poder, respeitaram a alternância de poder. Eles mesmo se alternaram, os militares.

Mas nós chegamos a isso e voltamos ao pluripartidarismo, e eis que nasce em Minas Gerais, por um que fugiu, e atentai bem, justamente isso, o primeiro revolucionário, Castello Branco; o segundo, Costa e Silva, teve um derrame, Paim, e fugimos da Constituição, não assumiu o Vice-Presidente mineiro, o jurista Pedro Aleixo.

Olha como é perigoso fugir da Constituição! Foi uma sequência de períodos sem liberdade, de exceção.

Por um atropelo, Luiz Inácio, o Vice-Presidente Pedro Aleixo, e foi esse que não assumira porque resistira a assinar os atos arbitrários, os atos institucionais, que foi uma nódoa para a nossa democracia. Mas, na primeira oportunidade, quando nasceu esse homem, injustiçado, mineiro, criou este Partido Social Cristão, do qual hoje eu faço parte, hoje eu sou Senador por ele. Seu símbolo é o peixe, seu *slogan* é a ética, seu programa é o homem em primeiro lugar, o ser humano, e sua doutrina é a doutrina de Cristo.

Neste Partido, aqui temos o Presidente, que é mineiro, Dr. Vítor Nosséis, e o Vice-Presidente é o Pastor Everaldo, que está aqui no jornal, numa reunião. E este Partido está tão pujante, foi o que mais cresceu. No meu Estado do Piauí, onde assumi a presidência, Paim, havia 57 diretórios. Hoje temos 150 cidades com o PSC.

Eu quero convidar todos, daí ter vindo aqui, para o lançamento do meu livro.

O Senador Mão Santa, o Presidente do PSC de Parnaíba, Prof. Flávio Ayres, têm o prazer de convidá-lo para o encontro do Partido Social Cristão da Região Norte, que contará com as presenças de líderes das oposições coligadas, e para o lançamento do livro do Senador Mão Santa, *Minha Vida no Senado*.

Dia: 27 de fevereiro de 2010 (sábado)

Cidade: Parnaíba – PI

Local: Auditório do Hotel Cívico

Horário: das 16 às 19 horas (encerramento)

Mas este Partido é o que mais cresce e o melhor, hoje, em qualidade para este Brasil é a esperança do povo brasileiro.

Aqui estão os seus líderes no jornal.

Marcondes Gadelha representa a Câmara no Parlamento Latino-Americano.

Aprovado requerimento que encaminha proposição ao Ministro Márcio Fortes, do Deputado Silas Câmara, do PSC do Amazonas.

O Deputado Marcondes Gadelha, que já foi Senador, é o Presidente do PSC da Paraíba.

O Deputado Ratinho Júnior, PSC do Paraná, “A saúde não pode esperar”.

Projeto de Filipe Pereira proíbe celular ao dirigir. O Deputado Filipe Pereira é do PSC do Rio de Janeiro.

O Deputado Eduardo Amorim preside o PSC de Sergipe, aprova a PEC 391 dos agentes comunitários de saúde.

O Dia Nacional do Jogo Limpo (**fair play**) é do Deputado Deley, do PSC do Rio de Janeiro.

E do Deputado Jurandy Loureiro, do PSC do Espírito Santo, “Cadastro Nacional do Sistema Carcerário”.

“Laerte Bessa defende reajuste de aposentados”. Ele é do PSC do Distrito Federal, com Roriz.

O nosso Deputado Regis de Oliveira, do PSC de São Paulo: “Luta contra o preconceito marca o Dia Mundial de Combate contra à Aids”.

“Projeto de Cadoca é aprovado no Senado”. Do Deputado Cadoca, do PSC de Pernambuco, é o projeto que reestrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência.

Canuto, Deputado Carlos Alberto Canuto, do PSC de Alagoas: “Redução do preço do combustível”.

O Deputado Mário de Oliveira, do PSC de Minas Gerais: “Fim do horário de verão”, faz pronunciamento na tribuna.

E o Deputado Takayama, do PSC do Paraná: “Serviço religioso sem vínculo empregatício”.

“PSC regionaliza inserções na programação eleitoral gratuita”.

“Hugo Leal”, que é o líder do nosso Partido no Rio de Janeiro, “preside a reunião das bancadas RJ e ES sobre o pré-sal”.

“Santa Catarina realiza encontro de líderes”.

E do Deputado Zequinha Marinho, do PSC do PA: “Pesca do pargo está normatizada”.

O Deputado Milton Barbosa, do PSC da Bahia, assume o mandato.

Então, esse é o grandioso Partido PSC, de perspectivas invejáveis na política do Brasil.

O jornal da Câmara dos Deputados. Atentai bem, Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> que foi Deputado Federal por cinco mandatos. O que tem aqui? No **Jornal da Câmara** hoje:

Marcondes Gadelha [olhe aí o PSC]: orçamento impositivo dará segurança à administração pública.

O Deputado Marcondes Gadelha (PSC-PB) defendeu que a Câmara coloque em pauta as propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam do orçamento impositivo. Ele ressaltou que a aprovação da matéria daria tranquilidade e segurança às diversas instâncias administrativas e consistência às deliberações, propiciando “maturidade” à vida institucional do País. [...]

Não podemos depender dos humores da burocracia, nem deixar a imagem do Congresso exposta a interpretações cavilosas.

Esse é o pronunciamento de Marcondes Gadelha.

Mais ainda: o nosso Deputado Laerte Bessa, que é do PSC do Distrito Federal.

Polícias não aceitarão manual de controle externo, informa Laerte Bessa

As polícias não aceitarão o 'famigerado e infeliz' Manual de Controle Externo da Polícia Judiciária, criado recentemente pelo Conselho Nacional do Ministério Público, segundo declarou o Deputado Laerte Bessa (PSC-DF). Em sua opinião, o documento é inconstitucional e representa 'um dos maiores absurdos do Estado de Direito, porque o Ministério Público esquece que polícias judiciárias têm suas autonomias.

Esse é o PSC, como o partido de V. Ex<sup>a</sup>, que assume, o PCdoB. São esses partidos que se agigantam e dão esperança ao Brasil pela credibilidade de suas lideranças.

Neste instante, assume a Presidência desta Casa o maior Líder do PCdoB, Inácio Arruda. Arruda do bem. Então, ele assume.

Eu quero dizer que a nossa grandeza é tão grande, é tão grande, que está no **Correio Braziliense**: "Roriz quebra o silêncio no PSC. Durante o horário eleitoral gratuito no rádio e na TV, ex-governador comenta hoje, pela primeira vez, a crise política no Distrito Federal".

Ele é como nós. Nós fomos os primeiros a bradar aqui, no País, a advertir o Presidente da República a não estuprar a Constituição. Há os caminhos, os degraus naturais. Na época de Getúlio Vargas, depois da Segunda Guerra Mundial, o País resolveu fazer eleições, o Presidente do Supremo Tribunal Federal assumiu, e foi eleito democraticamente Eurico Gaspar Dutra.

Quando Getúlio se suicidou, num tumulto muito maior e muito complicado, o general Lott resolveu o problema dos quartéis, mas foi a sabedoria do Senado, através de Santa Catarina – Nereu Ramos, que governou 90 dias –, que deu posse a Juscelino Kubitschek de Oliveira. Então, há os degraus constitucionais.

Então, Roriz defende essa tese. E está aqui ele, que simboliza a nossa força em Brasília. E eu falo, e falo com muita força, em Brasília, não porque sou Senador, mas porque sou piauiense. Inácio Arruda, agora nós ganhamos. Eu sei que o cearense está no Brasil todo, no mundo todo e é exemplo de trabalho, mas na Capital da República somos 300 mil piauienses, que ajudamos a construir esta que é a encantadora Capital da República. Trezentos mil aqui somos. Colônia maior só a de Minas Gerais, porque Juscelino criou. Nós somos.

E quero dizer, em nome de todos os piauienses que aqui foram recebidos, aqui foram apoiados por Roriz – não só os piauienses, todos os brasileiros aqui foram acolhidos –, eu termino dizendo: nós sabemos, porque somos do Partido Social Cristão, que Deus fez o mundo, mas Juscelino Kubitschek e Roriz fizeram Brasília.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda.*

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Já convoco o Senador Mão Santa para assumir a Presidência dos trabalhos, mas antes quero anunciar que o Senador Paim será atendido, nos termos do Regimento, no seu requerimento de apoio à indústria de calçados do Brasil. Alerto apenas que é preciso examinar a questão de *dumping*, porque essa é uma acusação permanente contra o Brasil. É preciso ter um certo zelo, um certo cuidado, para nós não cairmos no argumento que é utilizado contra o próprio País. Mas, com toda certeza, o requerimento do Senador Paulo Paim será atendido, nos termos do Regimento.

Passo a Presidência ao Senador Mão Santa. *(Pausa.)*

*O Sr. Inácio Arruda, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Com muita satisfação, convidamos para usar da palavra o Senador Inácio Arruda, do PCdoB do Estado do Ceará. Sem dúvida nenhuma, gosto muito do PCdoB. Nesse fim de semana, eu estive com Osmar Júnior, num casamento. A influência dele hoje é sentida em todo o Brasil. Eu mesmo, em qualquer dificuldade no Piauí, solicito-a. E quero agradecer, em nome dos empresários do Piauí, a aproximação que ele tem feito de empresários e empreendedores do Piauí com o Banco do Nordeste, sediado em Fortaleza.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, quero dizer que o faço com muita alegria, em função da irmandade nossa, do Piauí, do Ceará e, como sempre se fala, do Maranhão. Há muita aproximação entre nós. No caso do Ceará e do Piauí, essa irmandade se soma às relações que estabelecemos entre nossos Municípios vizinhos ali. Nós tivemos sempre uma grande compreensão disso, assim como os piauienses, e lutamos juntos para defender nosso solo sagrado, o Brasil. O sangue dos cearenses está presente na Batalha de Jenipapo, assim, como é evidente, o sangue do povo piauiense, em defesa da nossa Pátria.

Sr. Presidente, quero fazer referência a duas figuras da nossa história, por meios diferentes. Nesse sentido, apresento dois votos de pesar ao Senado Federal e peço a V. Ex<sup>a</sup> que possa acolhê-los. Um deles é uma homenagem a uma figura extraordinária do povo paraense, que é filho de Marabá, mas que também tem uma forte relação com o Ceará, pois sua avó materna era cearense. Trata-se de Neuton Miranda, presidente regional do Partido Comunista do Brasil no Estado do Pará. Neuton Miranda é daqueles que saíram da sua aldeia para ajudar a construir a luta heróica do povo brasileiro em defesa das liberdades e da democracia. Dedicou toda a sua vida de estudante universitário – estudava muito, era muito inteligente e muito capaz – à causa libertária do povo brasileiro nos períodos difíceis de um regime discricionário, militarizado, em favor das elites econômicas brasileiras. Neuton Miranda teve de ir para a clandestinidade, foi perseguido e condenado pelos atos institucionais e ressurgiu com a anistia, retornando ao Pará para reorganizar o Partido Comunista do Brasil. Ali, militou a vida inteira, constituiu família, teve uma filha, que é pesquisadora. Sua esposa é chamada Leila. Eles estavam irmanados ali nessa defesa. Livre o Brasil do período da ditadura militar, Neuton Miranda se dedica a organizar o povo, os movimentos sociais, as organizações de moradores e de camponeses, junto com outra figura extraordinária – está aqui outro cearense, Senador pelo Estado do Pará, José Nery –, que era Paulo Fonteles, assassinado pelo latifúndio.

Esses homens deram a vida, toda a sua vida, a causas sociais. Eles são como aquelas figuras de Brecht, são os imprescindíveis à causa do povo brasileiro. Embora muitos tenham seguido seus exemplos, sabemos que a dedicação, o empenho, a vontade e a determinação desses homens em defesa do Brasil, do povo brasileiro, da causa socialista e da transformação social do nosso País os tornam imprescindíveis.

Então, rendo esta homenagem simples. Ontem, encontramos-nos, eu e José Nery, no velório de Neuton Miranda. E queremos dedicar este momento a essa figura extraordinária do meu Partido. Eu o acompanhei nos últimos instantes, digamos assim, porque estivemos juntos na última reunião do Comitê Central. Ele, numa alegria extraordinária, imensa, falava sobre a regularização fundiária num Estado em que a situação é difícil. Não é fácil fazer regularização fundiária no Pará. A gente fica sempre pensando que é alguma coisa de sonho que a gente está vivendo. E ali estava Neuton Miranda realizando, materializando um sonho acalentado por milhares de paraenses, muitos oriundos de outros Estados, especialmente do Nordeste. Piauienses, maranhenses, cearenses às lavas, diga-

mos assim, sonhavam com esse título em suas mãos. E Neuton praticava esse trabalho quando um infarto o pegou, surpreendendo nosso Partido, que perdeu seu dirigente máximo naquele Estado.

Ontem, ao me dirigir aos nossos militantes e filiados, eu dizia que Neuton Miranda, olhando para aquela cena do seu próprio velório, diria que choraríamos e sentiríamos uma dor imensa com sua perda, mas que nossa dor tinha de ser transformada em energia capaz de fazer com que nosso Partido, a militância do campo popular pudesse se agigantar diante da dor, para sair mais forte, para sair maior daquele momento difícil que estávamos vivenciando. É assim que penso que sairá nosso Partido desta tragédia circunstancial que é perder um grande militante.

Senador Nery, V. Ex<sup>a</sup> tem o aparte.

**O Sr. José Nery (PSOL – PA)** – Senador Inácio Arruda, solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup>, com o Partido Comunista do Brasil, com seu comitê central nacional, com todos os dirigentes e militantes do Partido Comunista do Brasil do Estado do Pará, que, neste momento, sofrem a perda de um líder, de um revolucionário, de alguém dedicado à luta pela transformação social, que foi capaz, durante sua longa trajetória de militância nas lutas populares dos estudantes, dos camponeses, dos trabalhadores do Pará e do Brasil, de enfrentar todo o tipo de violência, de intimidação. Todos nós nos orgulhamos da trajetória desse paraense tão bravo, tão lutador! Ontem, como V. Ex<sup>a</sup> mesmo disse, tivemos aquele rápido encontro, no *hall* da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, que, nesses dois dias, recebeu a visita de centenas de pessoas que foram levar sua solidariedade à família do Neuton, à professora Leila, à sua filha, aos irmãos Péricles, ao Tião Miranda, que, inclusive, foi Prefeito de Marabá, e também aos seus companheiros de luta e de Partido. Hoje, pela manhã, Neuton Miranda foi enterrado e sepultado no cemitério de Belém com grande acompanhamento. Houve o testemunho de companheiros nossos que estiveram lá, na manhã de hoje, sem dúvida, prestando ali a última homenagem a um lutador do povo. Tive a oportunidade de conviver com Neuton Miranda em muitas lutas. Lembro das manifestações contra a violência e a impunidade no campo ainda na década de 1990; lembro do seu destemor ao denunciar os crimes do latifúndio no Estado do Pará, o que, inclusive, levou à morte vários militantes e dirigentes do PCdoB. V. Ex<sup>a</sup> lembrava, há pouco, o Deputado Paulo Fonteles, mas assim foi com os Canutos em Rio Maria, no sul do Pará. Sem dúvida, tive oportunidade de participar de algumas lutas, inclusive lutas políticas e eleitorais. Lembro que, em 2002, quando havia duas chapas da coligação do campo, da esquerda, para o Senado, eu

era candidato a suplente de senador na chapa com a hoje governadora Ana Júlia, e Neuton Miranda era o líder da outra candidatura ao Senado. Tivemos oportunidade de viajar, de trabalhar, de defender as teses que interessavam às mudanças, às transformações tanto no Pará quanto no Brasil. Ele obteve, naquela eleição, uma votação extraordinária para um dirigente, um militante comunista da marca, da história, da estirpe de Neuton Miranda. Quero, finalmente, Senador Inácio Arruda, dizer-lhe que, no último encontro que tivemos, no final do mês de novembro, tratamos da sua intervenção, sobretudo, na área de projetos que se instalaram na região de Barcarena e que se apropriaram de áreas públicas indevidamente. Hoje, há dezenas de ocupações urbanas, e algumas ocupações estão em áreas da União. Era preciso efetivar sua regularização. Fruto desse debate, desse nosso encontro, houve algumas iniciativas do então Superintendente Regional do Patrimônio da União. Neuton Miranda, no último sábado, entregou mais de trezentos títulos a ribeirinhos e moradores da região rural do Município de Barcarena, próximo de Belém, materializando o compromisso assumido na discussão que fizemos e o sonho de milhares de paraenses que lutam para ter direito à terra para produzir e para morar. Ele, com destemor, com competência, com seu brilho, com sua luta, conseguiu avançar a questão da regularização fundiária, a cargo da União, sobretudo, em áreas chamadas terra de Marinha. Da parte do Neuton, houve esse compromisso, e o resultado disso, a cada ano, vinha tendo cada vez mais importância. Neuton faleceu vítima de enfarte, mas sempre no campo de batalha no oeste do Pará, no Município de Belterra. Portanto, aqui, em nome do Partido Socialismo e Liberdade, rendo minhas homenagens à memória, à luta, à história, à dedicação, ao exemplo que ele nos deixa. Tudo isso deve ser preservado e seguido por todos aqueles que acreditam que é possível construir um Brasil mais democrático e justo, onde todos tenham direito ao pão, onde todos tenham direito ao ter e ao saber, onde todos tenham direito à liberdade. Ele, que lutou por tudo isso, merece sempre ser lembrado como um dos lutadores do povo por justiça e por liberdade. Ao mesmo tempo, saúdo V. Ex<sup>a</sup> pelo destemor e pela coragem com que também carrega essa bandeira da luta socialista, da luta por um Brasil realmente transformado. Digo isso porque vejo na atuação de V. Ex<sup>a</sup> a coragem do cearense, do brasileiro que honra a representação popular conquistada pelo voto do povo. Neuton Miranda, que aqui homenageamos, preparava-se brilhantemente para ser, com certeza, um dos Deputados Federais mais votados do Pará, porque ele havia construído as condições políticas e havia articulado os apoios para

que assim ocorresse. Então, a V. Ex<sup>a</sup>, ao PCdoB e aos paraenses que lutavam ao lado de Neuton Miranda, as homenagens do nosso mandato e do Partido Socialismo e Liberdade! Muito obrigado.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Sou eu que lhe agradeço o ilustrado aparte. V. Ex<sup>a</sup> o conheceu. V. Ex<sup>a</sup> conviveu, por longo tempo, com essa figura extraordinária do povo paraense.

Sr. Presidente, esse homem trabalhou até o último minuto da sua vida em defesa do seu povo, do povo do Pará e do povo brasileiro. Por isso, nossa homenagem, a homenagem do Senado Federal, a essa figura ilustre do povo paraense é merecida, não só porque ele fez em vida, mas porque ele deixa um exemplo a ser seguido por cada um de nós.

Em seguida, Sr. Presidente, quero render homenagem a outra figura extraordinária da luta do povo brasileiro. Trata-se de uma mulher cearense: Luiza Gurjão Farias. Ela aguardou, por algumas décadas, a chegada de volta do seu filho, que deixou sua vida no sul do Pará. Ele era um guerrilheiro. Bergson Gurjão Farias era estudante de Química, era uma inteligência fantástica, cantava, tocava violão e dava aula para os pobres da periferia de Fortaleza, para que pudessem ingressar na Universidade Federal, que era praticamente a única universidade que existia na sua época. Quando V. Ex<sup>a</sup> estava saindo, Bergson estava entrando na Universidade Federal do Ceará e dando aula para esses estudantes pobres da periferia. Não suportava injustiça. Ele era um atleta, era da seleção cearense de basquete. Jogava nos clubes elegantes da cidade. Havia bons times de basquete. Bergson, ao não suportar as injustiças, dedicou também sua militância ao Partido Comunista do Brasil, ingressou no Partido Comunista do Brasil. De lá, perseguido pela ditadura, que queria prendê-lo, ele também entrou na clandestinidade e, na clandestinidade, foi para o sul do Pará, onde eram conhecidos como paulistas.

No sul do Pará, médicos, químicos, enfermeiros, operários, trabalhadores, camponeses organizaram o que se chamou de Guerrilha do Araguaia, não porque a guerrilha tivesse enfrentado o Exército, mas porque o Exército resolveu enfrentar qualquer um que pudesse se comunicar com o povo, dizendo que estavam sendo praticadas injustiças e infâmias no Brasil, onde a liberdade se ausentara. E os paulistas faziam um pouco isto: atendiam o povo. Bergson estava ali, no sul do Pará.

É muito interessante. Ontem, eu conversava com o Félix, irmão do Neuton Miranda, e o Félix dizia que o Neuton estava desaparecido e que a conversa, como uma lenda que se espalhava pelo sul do Pará, era a de que Neuton tinha voltado para comandar a guerrilha

e enfrentar a ditadura, junto com Osvaldão, que era conhecido na região, que era um negro forte, jogador de basquete também, como Bergson, e que percorria todas as comunidades, conversava com todos e ensinava as crianças a jogar basquete, lá no sul do Pará, lá em Marabá, numa quadra no meio da rua. Colocaram lá uma cesta e botaram a turma para jogar. Bergson estava ali. Ali, perdeu sua vida, resistindo bravamente à ditadura militar.

No ano passado, numa solenidade especialíssima no Ceará, os restos mortais de Bergson foram enterrados. Parecia um pouco que sua mãe, D. Luiza Gurjão Farias, esperava esse filho, aguardava esse filho há muitas décadas. E, numa solenidade extraordinária, com a presença de Ministro de Estado, do Governador do Estado, do Prefeito de Fortaleza, de vários outros Prefeitos, de Deputados Federais de todo o Brasil e de Senadores, fizemos o enterro de Bergson Gurjão Farias. Parecia que D. Luiza ficava, assim, leve, com a doçura que ela teve sempre. Ela estava como uma pluma. Ela recebeu seu filho. Tantos de nós estávamos chorando, e ela quase abria um sorriso, porque estava recebendo seu filho querido, para que ele fosse, finalmente, enterrado.

Nesse dia 21 também, de um enfarto, aos 95 anos, ela nos deixou. Rendo esta homenagem, porque se trata da mulher brasileira, dessas mulheres fortes do povo, que sabia que seu filho abraçara uma causa justa, honrada. Ela se dedicou, como nunca, à busca do seu filho, como muitas mães brasileiras se dedicaram, entregando-se completamente à luta em defesa da liberdade e da democracia no nosso Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, quero render minhas homenagens à família de D. Luiza Gurjão Farias, às suas filhas, ao seu filho, que estiveram conosco, há poucos instantes, em Fortaleza, no enterro de D. Luiza, e juntar estas duas figuras extraordinárias do povo: uma é a mãe de Bergson Gurjão, que morreu no Pará; a outra é Neuton Miranda, que nasceu, criou-se e faleceu no Pará, mas com a avó do Ceará. Então, eles estão unidos por uma causa justa em defesa da liberdade, da democracia e da construção de um País socialmente justo, de um País socialista, esse alvo, esse objetivo com que eles sonharam e que é nossa responsabilidade, José Nery, que é responsabilidade do nosso Partido, do Partido de V. Ex<sup>a</sup>, e de muitas lideranças políticas que, às vezes, não estão nos nossos Partidos, mas que são lutadoras por essa grande causa.

Então, Sr. Presidente, quero encerrar minhas palavras, dedicando este meu pronunciamento a essas duas figuras extraordinárias do povo brasileiro, que podem ser consideradas, para o mundo político mais amplo do Brasil, quase anônimas, que eram Neuton

Miranda, um dirigente comunista, dedicado por toda vida, e D. Luiza Gurjão Farias, dedicada à causa da liberdade e da democracia e à causa de seu filho, um lutador do povo brasileiro.

Boa noite! Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Mesa se associa ao pesar pelo falecimento de Neuton Miranda e de Dona Luíza Gurjão, externado por V. Ex<sup>a</sup>.

Passo a V. Ex<sup>a</sup> documento de importante empresa do Piauí, porque não só o Ceará precisa do seu apoio. No Piauí, há uma empresa idônea, empreendedora e que promove empregos na região norte do Piauí. Faço-o para que V. Ex<sup>a</sup> o encaminhe a fim de que seja apreciado pelo Banco do Nordeste. Mais uma ajuda que V. Ex<sup>a</sup> dá ao Piauí. Eu vou externar ao nosso amigo Osmar Júnior mais esse motivo de gratidão.

José Nery, V. Ex<sup>a</sup> quer usar da palavra?

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, como V. Ex<sup>a</sup>, na sua gentileza me concede a palavra, quero apenas dizer a V. Ex<sup>a</sup>, ao Senador Inácio Arruda e ao Brasil que encaminhei à Mesa, na data de hoje, solicitação de voto de pesar – tenho certeza de que iniciativa semelhante já tomou o Senador Inácio Arruda – para que nós, conjuntamente, possamos deixar registrado nos Anais do Senado que seja consignado em ata um voto de pesar pelo falecimento de Neuton Miranda, e que desse voto seja dado conhecimento a sua família e aos companheiros do Partido Comunista do Brasil.

Creio que é um gesto muito singelo, mas que representa o nosso reconhecimento a um verdadeiro líder popular, comprometido com a luta por mudanças e que, sem dúvida, merece daqueles que o conheceram e que com ele conviveram, que construíram tantos sonhos, o reconhecimento.

Ao falar, para o Brasil e para o nosso Estado do Pará, sobre Neuton Miranda, também queremos que todas as pessoas que, de alguma forma, tiveram a possibilidade de com ele conviver, trabalhar e lutar possam ter a referência da história de Neuton Miranda para iluminar a nossa caminhada, as nossas lutas, para construir um Pará e um Brasil bem melhores.

Portanto, Sr. Presidente, eu agradeço a gentileza de V. Ex<sup>a</sup> de, a esta hora, às 21 horas e 50 minutos, ainda me conceder a palavra. V. Ex<sup>a</sup>, na sua gentileza, concedeu-me 10 minutos, mas preciso apenas de dois, porque já fiz um aparte ao Líder Inácio Arruda. Sem dúvida, quero apenas dizer que o Senado Federal se manifestará oficialmente, por conta dos requerimentos apresentados por mim, pelo Senador Inácio Arruda e por outros líderes, no sentido de registrar, reconhecer

a história e prestar a nossa homenagem à memória de Neuton Miranda.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 90, DE 2010-PLEN.**

**Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, seja consignado, nos anais do Senado, voto de Aplauso ao cientista brasileiro, Dr. Walter Colli, professor titular da Universidade de São Paulo \_ USP, pelos serviços prestados frente à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança \_ CTNBio, e pelo trabalho desenvolvido no período em que presidiu a CTNBio.**

Requer, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado, do Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo \_ USP, e ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

**Justificação**

De fevereiro de 2006 a janeiro de 2010, período em que o professor Walter Colli presidiu a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança \_ CTNBio, ocorreu a consolidação da aplicação da atual Lei de Biossegurança.

Neste período, diversas manifestações de movimentos contrários à introdução de produtos desenvolvidos pela engenharia genética na matriz produtiva brasileira, especialmente aqueles destinados à agricultura, dificultaram sobremaneira os trabalhos do Colegiado.

Ocorreram invasões aos locais de reunião, aos hotéis onde os membros da Comissão se hospedavam, perseguição aos membros da CTNBio, exposição de fotos e e-mails dos membros do Colegiado com pedido de envio de mensagens denegrindo a função que realizavam, além de diversas ações judiciais e uso de expedientes regimentais procurando retardar ou impedir o trabalho da Comissão.

Mesmo diante de todas essas iniciativas contrárias, o Colegiado, sob a direção do Dr. Walter Colli, seguiu desempenhando suas funções, produzindo resultados sólidos e cultivando um ambiente de entendimento e excelência científica.

Com o Voto de Aplauso que ora proponho, o Senado da República presta justa homenagem ao cientista brasileiro, Dr. Walter Colli, pelo trabalho desenvolvido

no período em que esteve à frente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança \_ CTNBio.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2010. \_  
Deputada **Kátia Abreu**.

**REQUERIMENTO Nº 91, DE 2010**

Excelentíssimo Senhor  
Senador **José Sarney**  
Presidente do Senado Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, a apresentação de condolências à família do ator e humorista Antonio Arnaud Rodrigues, falecido em 16 de fevereiro de 2010, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins.

**Justificação**

Na tarde do último dia 17 de fevereiro, terça-feira de carnaval, um acidente de barco ocorrido no Lago formado pela Usina Hidrelétrica de Lajeado, no Estado do Tocantins, vitimou uma das personalidades mais versáteis da televisão brasileira.

Ator, compositor e humorista, Antonio Arnaud Rodrigues nasceu em Serra Talhada, em Pernambuco, em 1942, revelando desde cedo um extraordinário talento para as artes. Na década de 70 trabalhou com Chico Anysio e formou o grupo musical “Baianos e os Novos Caetanos”. Participou de várias telenovelas e minisséries da Rede Globo, interpretando personagens sempre bem-humorados. Trabalhou em “Lampião e Maria Bonita”, “Bandidos da Falange”, “Roque Santeiro” e “Parido Alto”. Mas foi na novela “Pão Pão, Beijo Beijo”, exibida em 1983, do escritor Walter Negrão, que Arnaud Rodrigues teve seu personagem mais popular, ao interpretar “Soró”, um ingênuo imigrante nordestino, nome pelo qual passou a ser chamado pelo público. Foi tanto o sucesso do personagem que voltou a interpretá-lo no cinema, no filme “Os Trabalhões e o Mágico de Oroz”. Ultimamente, fazia parte do elenco de humoristas do programa A Praça é Nossa, no SBT.

Havia dez anos que Arnaud Rodrigues adotou o Tocantins e sua capital, Palmas como lar. Ele tinha paixão pelas belezas naturais que o estado oferece e tornou-se um embaixador da mais nova unidade da federação. Sem dúvida, a televisão e o público brasileiro ficarão órfãos de um grande talento do humor. Já o Tocantins, sentirá falta da maneira simples e alegre que o grande ator e humorista se reportava à sua gente e às suas belezas.

Arnaud Rodrigues deixou a esposa, Celeste Inês Henriques Rodrigues e os filhos Arnaud Rodrigues

Jr., Rodrigo Rodrigues, Tiago Rodrigues e Mônica Rodrigues.

Nesse sentido, a proposição almeja que o Senado Federal apresente os votos de pesar àquela família enlutada.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2010. – Senador **Sadi Cassol**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 92, DE 2010**

Requeiro, nos termos do art. 255, II, c, 12º, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa seja ouvida durante as discussões do Substitutivo ao PLS 30, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que “Altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória”, tendo em vista entender que o assunto diz respeito a uma questão de Direitos Humanos.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2010. – Senador **Cristovam Buarque**.

#### **REQUERIMENTO Nº 93, DE 2010**

Senhor Presidente, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS nº 425, de 2003, seja encaminhado ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, além da constante no despacho inicial.

Sala das sessões, 23 de fevereiro de 2010. – Senador **Adelmir Santana**.

#### **REQUERIMENTO Nº 94, DE 2010**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS nº 425, de 2003, seja encaminhado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, além da constante no despacho inicial.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2010 – Senador **Adelmir Santana**.

#### **REQUERIMENTO Nº 95, DE 2010**

Nos termos regimentais, requeiro que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2009, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2010 – Senador **ROSALBA CIARLINI**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia posteriormente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 96, DE 2010**

Nos termos do disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado, requeiro tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 562, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2009, por versarem sobre o mesmo tema.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2010 – Senadora **ROSALBA CIARLINI**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

## **PARECERES**

### **Nºs 90 E 91, DE 2010**

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2007 (nº 405/1999, na Casa de origem, do Deputado José Pimentel), *que proíbe as empresas prestadoras de serviços de cobrar dos contratados pela expedição de certidões ou declarações e altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.*

#### **PARECER Nº 90, DE 2010**

**(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

RELATOR: Senador **AUGUSTO BOTELHO**

RELATOR “AD HOC”: Senador **ROMEU TUMA**

### **I – RELATÓRIO**

Vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 40, de 2007 (PL nº 405, de 1999, na origem), que, segundo sua ementa, *proíbe as empresas prestadoras de serviços de cobrar dos contratados pela expedição de certidões ou declarações e altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.*

O projeto é composto de três artigos. O primeiro estabelece seu escopo e o terceiro fixa a vigência da lei em que se converter a proposição para a data de sua publicação. O art. 2º, que constitui seu cerne, acrescenta um art. 39-A ao Código de Defesa do Consumidor (CDC), com a seguinte redação:

“Art. 39-A. É vedada às empresas prestadoras de serviços a cobrança de valores pela expedição de certidões ou declarações requeridas por seus consumidores, ressalvados os custos de eventuais cópias de documentos”.

Em sua justificação, o autor da proposta, Deputado José Pimentel, identifica como abusiva a cobrança por parte de fornecedores de serviços em razão do fornecimento de certidões e documentos de interesse dos consumidores, afirmando que muitas vezes os valores cobrados são desproporcionais aos custos despendidos. Segundo o Deputado, o problema é mais frequente nos estabelecimentos de ensino da rede privada, em que as mensalidades já devem englobar custos de toda natureza.

O projeto tramitou pela Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, que se pronunciaram pela aprovação da matéria. A redação final tomou a forma do substitutivo da CCJC, elaborado pelo relator, Deputado Paulo Magalhães. A proposta foi aprovada em decisão terminativa da CCJC e remetida a esta Casa Legislativa para revisão.

No Senado, a matéria foi distribuída à CCJ e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

## II – ANÁLISE

Dada a competência prevista no art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), limitaremos nossa análise à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposta, deixando o exame do mérito à CMA, em virtude da competência a ela outorgada pelo art. 102-A, III, *b*, do RISF.

O projeto de lei analisado versa sobre proteção do consumidor, matéria da competência da União (art. 24, V, e art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), compreendida entre as atribuições do Congresso Nacional (*caput* do art. 48 da Constituição, além do mencionado art. 48 do ADCT). A iniciativa parlamentar é legítima, por força do *caput* do art. 61 da Constituição e porque a matéria não se inclui entre as reservas do § 1º do mesmo artigo.

Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor do projeto em exame. Ao contrário, a proposta vai ao encontro do princípio da boa-fé e dá cumprimento aos arts. 5º, XXXII, e 170, V, da Constituição, que determinam a promoção da defesa do consumidor, como obrigação do Estado e princípio geral da atividade econômica.

Além disso, a proibição da cobrança por certidões solicitadas pelos consumidores ressalva a possibilidade de se cobrarem os valores despendidos com cópias de documentos, o que elimina qualquer argumentação de *onerosidade* excessiva que pudesse macular o projeto.

No que tange à juridicidade, o projeto observa os aspectos de: a) *inovação*, porque ainda não há, no ordenamento vigente, norma que proíba a cobrança por certidões emitidas por fornecedores de serviços; b) *efetividade*, representada pela clareza do texto normativo quanto à proibição criada, corroborada pela existência de órgãos públicos especializados na investigação de violações aos direitos do consumidor; c) *espécie normativa adequada*, já que as restrições ao direito de liberdade de iniciativa econômica devem ser reguladas em lei, conforme preceitua o art. 170, parágrafo único, da Constituição; d) *coercitividade*, representada pela submissão dos fornecedores à proibição lançada pelo projeto, sob pena serem obrigados a devolver em dobro o valor cobrado indevidamente, conforme previsto no art. 42, parágrafo único, do CDC, e enfrentar as sanções de natureza administrativa previstas no art. 56 do mesmo diploma legal; e e) *generalidade*, uma vez que as normas do projeto aplicam-se, indistintamente, a todos os fornecedores de serviços.

Quanto à técnica legislativa, temos pequenos reparos a fazer, que não interferem na essência da proposta. A ementa dá a entender que o projeto tem dois objetivos distintos – proibir a cobrança e alterar o CDC –, mas o último não passa de meio para a consecução do primeiro. Além disso, ao contrário dos dispositivos do projeto, a ementa fala em “contratados” e não em “consumidores”. A rigor, os consumidores são contratantes e não contratados dos fornecedores de serviços. Na mesma linha, entendemos tecnicamente mais adequado falar em “fornecedores de serviços”, como define o art. 3º do CDC, do que em “empresas prestadoras de serviços”. Por fim, dada a singeleza do projeto – que, além da cláusula de vigência, contém um único dispositivo, curto e sem subdivisões –, reputamos desnecessário o art. 1º e propomos sua supressão, o que não prejudica o cumprimento do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, pois o objeto da lei e seu âmbito de aplicação serão imediata e automaticamente depreendidos do art. 2º, que será renumerado como art. 1º. Apresentamos emendas para corrigir essas distorções.

### III – VOTO

O voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PLC nº 40, de 2007, observadas as emendas abaixo apresentadas.

**EMENDA Nº 1 – CCJ**

Dê-se à ementa do PLC nº 40, de 2007, a seguinte redação:

“Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para proibir aos fornecedores de serviços a cobrança de valores pela expedição de certidões ou declarações requeridas pelos consumidores, ressalvados os custos de cópia de documentos.”

**EMENDA Nº 2 – CCJ**

Dê-se ao art. 2º do PLC nº 40, de 2007, a seguinte redação:

“Art. 2º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 39-A:

**Art. 39-A.** É vedada aos fornecedores de serviços a cobrança de valores pela expedição de certidões ou declarações requeridas pelos consumidores, ressalvados os eventuais custos de cópia de documentos.”

**EMENDA Nº 3 – CCJ**

Suprima-se o art. 1º do PLC nº 40, de 2007, renumerando-se os demais artigos.

Sala da Comissão, 28 de maio de 2009.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES, Presidente

 Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 40 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 28/05/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: "AD HOC": SENADOR ROMEU TUMA	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCA
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

**PARECER Nº 91, DE 2010****(Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)****RELATOR: Senador CÍCERO LUCENA****I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 40, de 2007, de autoria do Deputado José Pimentel, tem por fim acrescentar dispositivo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), no capítulo que dispõe sobre as práticas abusivas vedadas ao fornecedor de produtos e serviços.

O art. 1º propõe o acréscimo de art. 39-A ao CDC, para dispor que é vedada às empresas prestadoras de serviços a cobrança de valores pela expedição de certidões ou declarações requeridas por seus consumidores, ressalvados os custos de eventuais cópias.

O art. 2º prevê que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor na data da sua publicação.

Na justificação do projeto, seu autor alega que se tornou “uma situação extremamente abusiva a cobrança de taxas aos cidadãos que desejem obter, através de entidades privadas, certidões comprobatórias de situações de interesse particular”. Além disso, acrescenta o autor do projeto na justificação que, “não raro, são taxas fixadas ao talante das entidades, cujos valores cobrados não guardam nenhuma relação de proporcionalidade com os custos efetivamente despendidos, qual seja uma simples folha de papel, em que será redigida a certidão, já que o redator é pago para desempenhar aquele mister”.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma de emenda substitutiva elaborada pelo Deputado Paulo Magalhães.

Apreciado em caráter terminativo pelas Comissões, o projeto foi encaminhado ao Senado Federal para revisão e distribuído à Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que apresentou parecer pela aprovação do projeto com três emendas, e a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para manifestação quanto ao mérito da proposta.

Não foram apresentadas outras emendas, além das três aprovadas pela CCJ.

## **II – ANÁLISE**

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida. Também não se verifica vício de injuridicidade.

Quanto à regimentalidade, cabe destacar que seu trâmite observou o disposto no art. 102-A, III, do Regimento Interno desta Casa, de acordo com o qual compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa do tema tratado na proposição, e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada.

No mérito, a alteração proposta visa a garantir mais direitos ao consumidor e representa aperfeiçoamento da legislação consumerista. Temos apenas um reparo a fazer. A gratuidade da prestação do serviço deve abranger apenas a primeira via da certidão requerida, afastando-se a gratuidade no caso de solicitação reiterada de documentos, em virtude dos efeitos que acarreta no mercado de consumo.

O principal setor atingido pelo projeto é a prestação de serviços educacionais, conforme destaca seu autor ao afirmar que “tal ocorrência é amiúde observada em estabelecimentos de ensino da rede privada, onde as mensalidades são, no mais das vezes, bastante gravosas, portanto, já acolhedoras de custos de toda natureza”. E continua o autor do projeto, afirmando que se dá, “na verdade, com a exigência dessas taxas, a cobrança de um *plus* descabido, porque o interessado já mantém vinculação contratual com a empresa expedidora, remunerando-lhe os serviços prestados, ficando caracterizada uma situação apenatória de multa, para a certificação de um *status* de fato e de direito”.

No endereço eletrônico do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça, consta a seguinte orientação técnica do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC): “Cobrança de documentos escolares e diploma: as primeiras vias de documentos escolares (como históricos, declarações e certificados) não devem ser cobradas, pois fazem parte da contraprestação das mensalidades pagas às escolas particulares”.

A orientação do SINDEC de restringir a suposta gratuidade apenas às primeiras vias dos documentos nos parece mais razoável que a proibição irrestrita pretendida pelo projeto.

A proibição irrestrita sugerida pelo projeto incentivaria mecanismos conhecidos na literatura econômica como seleção adversa e risco moral. Em regra, todos os custos da atividade econômica são repassados direta ou indiretamente ao consumidor. A gratuidade seria repassada para o preço da anuidade escolar. Os alunos mais zelosos, que adequadamente conservam as primeiras vias dos documentos, subsidiariam os alunos relapsos, que freqüentemente estão demandando o fornecimento de novos documentos. O valor das anuidades aumentaria, atingindo de maneira desproporcional os alunos zelosos e fazendo com que estes considerassem a anuidade por demais onerosa, o que poderia terminar por afastá-los do curso. Parece-nos, portanto, inadequado que, por lei, o custo da emissão das declarações seja deslocado para a cobrança das anuidades escolares, tendo em vista os efeitos que isso pode provocar no mercado de ensino.

### **III – VOTO**

Assim, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2007, na forma da seguinte emenda substitutiva:

#### **EMENDA Nº – CMA (SUBSTITUTIVO)**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2007**

Acrescenta art. 39-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar aos fornecedores de serviços a cobrança de valores pela expedição da primeira via de certidões ou declarações requeridas pelos consumidores, ressalvados os custos de cópia de documentos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 39-A:

“**Art. 39-A.** É vedada aos fornecedores de serviços a cobrança de valores pela expedição da primeira via de certidões ou declarações requeridas pelos consumidores, ressalvados os eventuais custos de cópia de documentos.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da comissão, 9 de fevereiro de 2010.

 , Presidente  
 , Relator

## **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

### **DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em reunião realizada no dia 9 de fevereiro de 2010, aprovou relatório favorável do Senador Cícero Lucena, que passa a constituir parecer desta Comissão ao Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2007, nos termos da emenda nº I-CMA (substitutiva):

### **EMENDA Nº 4 – CMA (SUBSTITUTIVO)**

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2007**

Acrescenta art. 39-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar aos fornecedores de serviços a cobrança de valores pela expedição da primeira via de certidões ou declarações requeridas pelos consumidores, ressalvados os custos de cópia de documentos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 39-A:

“Art. 39-A. É vedada aos fornecedores de serviços a cobrança de valores pela expedição da primeira via de certidões ou declarações requeridas pelos consumidores, ressalvados os eventuais custos de cópia de documentos.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 9 de fevereiro de 2010.

  
Senador **RENATO CASAGRANDE**  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,  
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

# **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

**PROPOSIÇÃO: PLC Nº 40, DE 2007**  
(PL. Nº 405, de 1999, na origem)

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/02/2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

<b>PRESIDENTE :</b>		(SEN. RENATO CASAGRANDE)
<b>RELATOR :</b>		(SEN. CÍCERO LUCENA)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>		
RENATO CASAGRANDE-PSB	FÁTIMA CLEIDE-PT	
MARINA SILVA-PV	CÉSAR BORGES-PR	
JOÃO PEDRO-PT	INÁCIO ARRUDA-PC DO B	
JOÃO RIBEIRO-PR	DELCÍDIO AMARAL-PT	
<b>Maioria (PMDB)</b>		
VAGO	ROMERO JUCÁ-PMDB	
WELLINGTON SALGADO-PMDB	VALDIR RAUPP-PMDB	
GEOVANI BORGES-PMDB	ALMEIDA LIMA-PMDB	
VALTER PEREIRA-PMDB	GERALDO MESQUITA-PMDB	
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>		
GILBERTO GOELLNER-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM	
KARLA ABREU-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM	
HERÁCLITO FORTES-DEM	MARIA DO CARMO ALVES-DEM	
ELISEU RESENDE-DEM	JAYME CAMPOS-DEM	
ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB	ALVARO DIAS-PSDB	
CÍCERO LUCENA-PSDB	FLEXA RIBEIRO-PSDB	
MARISA SERRANO-PSDB	MÁRIO COUTO-PSDB	
<b>PTB</b>		
GIM ARGELLO	SÉRGIO ZAMBAZI	
<b>PDT</b>		
JEFFERSON PRAIA	CRISTOVAM BUARQUE	

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988****CAPÍTULO I  
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

**CAPÍTULO II  
DA UNIÃO**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
- II - orçamento;
- III - juntas comerciais;
- IV - custas dos serviços forenses;
- V - produção e consumo;

**Seção II  
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

### Subseção III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

## CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

V - defesa do consumidor;

**Parágrafo único.** É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

.....

**TÍTULO X**  
**ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**

.....

**Art. 48.** O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará código de defesa do consumidor.

.....

**LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.**

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá  
outras providências.

.....

**CAPÍTULO I**  
**Disposições Gerais**

.....

**Art. 3º** Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

.....

**SEÇÃO V**  
**Da Cobrança de Dívidas**

.....

**Art. 42.** Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

**Parágrafo único.** O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

.....

**CAPÍTULO VII**  
**Das Sanções Administrativas**

.....

Art. 56. As infrações das normas de defesa do consumidor ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

.....

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29.01.1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III - o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

.....

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 107, DE 26 DE ABRIL DE 2001**

Mensagem de veto nº 393

Altera a Lei Complementar no 95, de 26 de fevereiro de 1998.

.....

## **PARECER**

### **Nº 92, DE 2010**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2008 (nº 1.040/2007, na Casa de origem, do Deputado Regis de Oliveira), que altera o parágrafo único do art. 538 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (determina o valor da multa sobre o valor da causa quando os embargos forem manifestamente protelatórios)

RELATOR: Senador **RAIMUNDO COLOMBO**

RELATOR “AD HOC”: Senador **FLEXA RIBEIRO**

### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 10, de 2008, de autoria do Deputado Regis Oliveira.

Composto de três artigos, o projeto propõe a alteração do parágrafo único do art. 538 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para agravar as sanções impostas à parte litigante que opõe embargos de declaração manifestamente protelatórios. Para tanto, sugere-se a mera alteração dos percentuais condenatórios, de modo a elevar a multa pela oposição dos embargos de declaração manifestamente protelatórios, num primeiro momento, de um para cinco por cento sobre o valor conferido à causa; e, no caso de injustificada reiteração, a multa passa a ser limitada entre dez e vinte por cento sobre o valor dado à causa.

O autor da matéria, em sua justificação, argumenta que os embargos de declaração são utilizados com nítido caráter protelatório, de modo a impedir o trânsito em julgado da decisão recorrida. E, a despeito da sua ampla utilização, os embargos de declaração são, em grande medida, rejeitados, o que demonstra que a sua oposição somente é feita com o intuito de ganhar mais tempo para a interposição de outros recursos. Acrescenta, ainda, que a elevação da multa não se

afigura desarrazoada, já que buscou como parâmetro o mesmo limite máximo já previsto no § 2º do art. 18 do Código de Processo Civil, que trata da responsabilidade das partes por dano processual na litigância de má-fé, de modo geral.

À matéria não foram apresentadas emendas.

## **II – ANÁLISE**

A iniciativa atende os requisitos dos arts 22, inciso I, e 48, da Constituição Federal, competindo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se manifestar sobre a matéria, que se encarta no âmbito do direito processual civil, conforme dispõe o art. 101, incisos I e II, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal.

Por sua vez, a técnica legislativa está de acordo com as exigências da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, ressaltando-se a redação da sua ementa, que carece de melhor explicitação sobre o alcance do objeto da proposição.

O exame da juridicidade revela que a proposição é dotada de generalidade, está de acordo com os princípios gerais do direito, possui potencial de coercitividade, contendo todos os atributos capazes de inovar a ordem jurídica.

No mérito, verifica-se que a matéria é consentânea com os objetivos almejados pela proposição em apreço, no sentido de procurar inibir a prática da litigância de má-fé no âmbito recursal. Sendo assim, mostra-se louvável a iniciativa de propor o aumento da multa pela interposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios, pois a multa atualmente prevista é de apenas um por cento do valor da causa, num primeiro momento, passando a até dez por cento nos casos de reiteração desses embargos, percentuais esses que têm se revelado incapazes de coibir esse tipo de abuso processual.

## **III – VOTO**

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2008, com a seguinte emenda de redação:

**EMENDA Nº 1 – CCJ (de redação)**

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2008, a seguinte redação:

“Altera o parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil, a fim de aumentar a multa pela oposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios.”

Sala da Comissão, 10 DE FEVEREIRO DE 2010.

**Sen. DEMÓSTENES TORRES**, Presidente

, Relator

A handwritten signature in black ink, likely belonging to the Relator, is written over the text 'Relator'.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA****PROPOSIÇÃO: PLC Nº 10 DE 2008****ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/02/2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

<b>PRESIDENTE:</b> <u>SEN. DEMÓSTENES TORRES</u>	
<b>RELATOR:</b> <u>AD HOC: SEN. FLEXA RIBEIRO</u>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)</b>	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
<b>MAIORIA (PMDB, PP)</b>	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GEOVANI BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)</b>	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
<b>PTB</b>	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988****CAPÍTULO II  
DA UNIÃO**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

**Seção II  
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

**Seção VIII  
DO PROCESSO LEGISLATIVO**

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29.01.1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

**LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.**

Institui o Código de Processo Civil.

**CAPÍTULO II**  
**DOS DEVERES DAS PARTES E DOS SEUS PROCURADORES**

**Seção II**  
**Da Responsabilidade das Partes por Dano Processual**

~~Art. 18. O litigante de má-fé indenizará à parte contrária os prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou.~~

~~Art. 18. O juiz, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé a indenizar à parte contrária os prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e as despesas que efetuou. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)~~

Art. 18. O juiz ou tribunal, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé a pagar multa não excedente a um por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou. >(Redação dada pela Lei nº 9.668, de 23.6.1998)

§ 1º Quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juiz condenará cada um na proporção do seu respectivo interesse na causa, ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.

~~§ 2º Não tendo elementos para declarar, desde logo, o valor da indenização, o juiz mandará liquidá-la por arbitramento na execução.~~

§ 2º O valor da indenização será desde logo fixado pelo juiz, em quantia não superior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)

.....

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.

## **PARECER Nº 93, DE 2010**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2008 (nº 2.006/2007, na Casa de origem, do Deputado Carlos Bezerra), que dá nova redação ao art. 483 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.

RELATOR: Senador RAIMUNDO COLOMBO

RELATOR “AD HOC”: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR

### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2008, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, que objetiva alterar o art. 483 do Código de Processo Civil, a fim de adequar a sua redação à mudança operada no art. 105, inciso I, alínea *i* da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que transferiu para o Superior Tribunal de Justiça a competência originalmente atribuída ao Supremo Tribunal Federal para homologar a sentença proferida por tribunal estrangeiro.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

## II – ANÁLISE

A iniciativa atende os requisitos dos arts 22, inciso I, e 48, da Constituição Federal, competindo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se manifestar sobre a matéria, que se encarta no âmbito do direito processual, conforme dispõe o art. 101, inciso II, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal.

A técnica legislativa está de acordo com as exigências da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, ressaltando-se a redação da sua ementa, que carece de melhor explicitação sobre o alcance do objeto da proposição.

Por sua vez, o exame da juridicidade revela que a proposição é dotada de generalidade, está de acordo com os princípios gerais do direito, possui potencial de coercitividade, contendo todos os atributos capazes de inovar a ordem jurídica.

No mérito, resta-nos constatar que há inquestionável necessidade de adequar o teor do art. 483 do Código de Processo Civil ao texto da Constituição Federal, tanto no seu *caput* quanto em seu parágrafo único, tendo em vista que a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, efetivamente transferiu ao Superior Tribunal de Justiça a competência para homologar as sentenças estrangeiras, tarefa que até então competia ao Supremo Tribunal Federal, tornando, assim, a redação do referido dispositivo do Código de Processo Civil dissonante da modificação operada no âmbito constitucional.

## III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2008, com a seguinte emenda de redação:

**EMENDA Nº 1 – CCJ (de redação)**

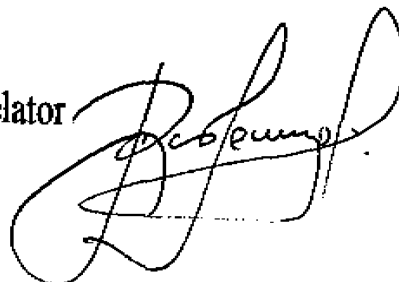
Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2008, a seguinte redação:

“Dá nova redação ao art. 483 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para adequar a sua redação à Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que transferiu ao Superior Tribunal de Justiça a competência para a homologação de sentenças estrangeiras.”

Sala da Comissão, 10 de fevereiro de 2010.

**Sen. DEMÓSTENES TORRES**, Presidente

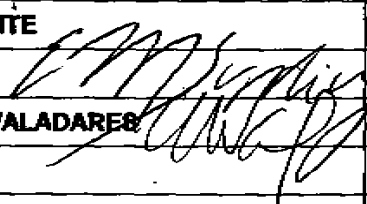
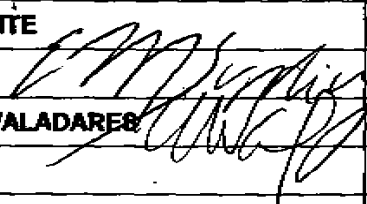
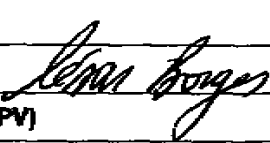


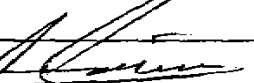


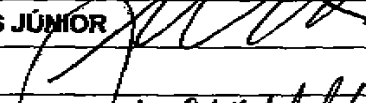
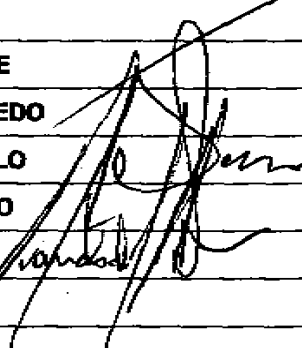
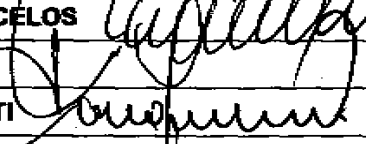
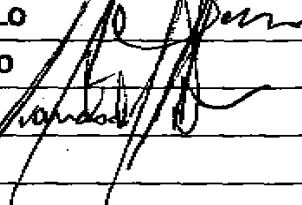
, Relator

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Demóstenes Torres', is written over a horizontal line.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 70 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/02/2010, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Sen. DEMÓSTENES TORRES</u>	
RELATOR: <u>AD HOC: Sen. ANTONIO CARLOS JÚNIOR</u>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)</b>	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLYC 	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES 	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES 
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
<b>MAIORIA (PMDB, PP)</b>	
PEDRO SIMON 	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GEOVANI BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)</b>	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES 	2. ADEL MIR SANTANA 
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL 	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS 	7. MARCONI PERILLO 
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI 	9. FLEXA RIBEIRO 
<b>PTB</b>	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988****CAPÍTULO II  
DA UNIÃO**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

**Seção II  
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

**Seção VIII  
DO PROCESSO LEGISLATIVO**

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29.01.1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004**

Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 90 a 93, de 2010**, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre as seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2007** (nº 405/1999, na Casa de origem, do Deputado José Pimentel), que *proíbe as empresas prestadoras de serviços de cobrar dos contratados pela expedição de certidões ou declarações e altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor*;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2008** (nº 1.040/2007, na Casa de origem, do Deputado Regis de Oliveira), que *altera o parágrafo único do art. 538 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil (determina o valor da multa sobre o valor da causa quando os embargos forem manifestamente protelatórios)*; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2008** (nº 2.006/2007, na Casa de origem, do Deputado Carlos Bezerra), que *dá nova redação ao art. 483 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (sentença proferida por tribunal estrangeiro só terá eficácia se homologada pelo STJ)*.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Os Srs. Senadores Papaléo Paes e Renan Calheiros enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I, §2º, do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é um comportamento quase natural a tendência que temos, no início de cada ano, de realizar um balanço do que realizamos no ano anterior e projetar as iniciativas que pretendemos tomar nos doze meses seguintes.

De fato, vemos o começo de cada ano como o início de um novo ciclo, com a renovação de nossas expectativas e a consolidação do que aprendemos no passado.

É reconfortante constatar, portanto, que o ano de 2009, não obstante a notória crise enfrentada por esta Casa, foi um ano produtivo, no qual se discutiram questões importantes e se votaram matérias de grande relevância.

Ademais, é do seio das grandes crises que surgem as melhores oportunidades. O ano de 2010 promete ser o ano em que aperfeiçoaremos ainda mais o processo legislativo e consolidaremos a mudança de paradigma administrativo esboçada em 2009.

Sr. Presidente, não haveria condições, no tempo de que disponho para este pronunciamento, de proceder a uma retrospectiva de todos os trabalhos desta Casa em 2009. Peço licença, portanto, para limitar-me às minhas modestas contribuições ao conjunto de iniciativas deste Senado Federal no ano passado.

Ao longo de 2009, apresentei um total de oito projetos de lei, que versaram sobre temas diversos.

Um deles, o PLS nº 20, que institui o Dia Nacional da Cidadania, foi aprovado em caráter terminativo na Comissão de Educação e já tramita na Câmara dos Deputados.

Ao declarar o dia 5 de outubro como o Dia Nacional da Cidadania, nossa intenção foi prestar uma justa homenagem à Constituição de 1988, especialmente ao que ela representa para o País em termos de avanços sociais e consolidação dos direitos de cidadania. A homologação dessa efeméride servirá ao propósito de rememorar e celebrar, a cada ano, o

profundo significado desse episódio crucial da nossa história recente.

Os demais projetos por mim apresentados continuam tramitando pelas comissões temáticas do Senado. Sem a pretensão de querer analisar todos em profundidade, gostaria de destacar, rapidamente, os dois ou três que julgo mais relevantes.

O PLS nº 21, de 2009, pretende alterar a Lei nº 11.196, de 2005, ampliando para 365 dias o prazo em que se aplica a isenção do imposto de renda da pessoa física sobre o ganho derivado de venda de imóvel residencial, condicionada à aquisição de outro imóvel da mesma natureza.

O prazo determinado pela lei em vigor, de seis meses, é muito curto, em nossa opinião, para se realizarem, com a devida tranquilidade, operações tão delicadas quanto as que acontecem no mercado imobiliário. A ampliação do prazo para um ano não causará prejuízos ao Erário e permitirá que a lei se ajuste melhor à realidade do mercado.

O PLS nº 296, por sua vez, pretende alterar a Lei de Licitações e Contratos, estabelecendo a responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelos encargos trabalhistas decorrentes da execução de contratos por ela firmados.

O projeto, na verdade, não pretende nada além do que positivar um entendimento cada vez mais comum nas cortes da Justiça do Trabalho, como o fez, por exemplo, o Tribunal Superior do Trabalho em sua Súmula nº 331.

O último projeto que gostaria de mencionar é o PLS nº 516, por meio do qual propomos alteração no Código Civil que exclua a possibilidade de extinção de punibilidade criminal pelo casamento.

Mais uma vez, a ideia é adequar o Código Civil aos valores e costumes dos tempos atuais, consolidando em seu texto um entendimento já pacificado, por exemplo, com as recentes alterações no artigo 107 do Código Penal. A noção de que, com o casamento, a vítima de estupro ou de outra agressão sexual estaria “perdoando” seu agressor não encontra mais lugar na sociedade atual, na qual os casos de violência contra a mulher estão, finalmente, começando a ser punidos com o devido rigor.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, embora a apresentação de projetos de lei seja a parcela, digamos assim, mais visível e contabilizável da atividade legislativa, a participação em reuniões, comissões e projetos especiais, embora menos visível e quantificável, é tão importante quanto o número de proposições legislativas protocoladas.

Em 2009, tive a oportunidade de participar de comissões da maior relevância, tanto no plano externo, de

interesse geral, quanto no plano interno, relacionado às questões administrativas do Senado Federal.

Foi com profunda satisfação que, ao lado de um grupo de Senadores composto por Marco Maciel, Antônio Carlos Valadares, Gerson Camata, César Borges e Inácio Arruda, prosseguimos na elaboração do projeto de resolução para a reforma do Regimento Interno desta Casa, trabalho iniciado em 2008. O relatório final foi entregue em abril ao Presidente José Sarney e continha, em suas determinações, dispositivos para garantir os principais objetivos da reforma, quais sejam dar mais celeridade ao processo legislativo e democratizar a utilização da palavra pelos Senadores.

Participei, sob a presidência do Senador Demóstenes Torres, das reuniões que discutiram o PLS nº 156, de 2009, resultado dos trabalhos da comissão de juristas responsável pela elaboração da reforma do Código de Processo Penal. Relatado pelo nobre Senador Renato Casagrande, o trabalho foi concluído em dezembro de 2009 com a leitura do Parecer Final nº 2.630 da Comissão Temporária.

Em abril de 2009, fui designado para a CPI da Pedofilia. Trabalhando intensamente sob a liderança do Senador Magno Malta, conseguimos chamar a atenção dos brasileiros para essa grave questão, ao mesmo tempo em que, no âmbito da Comissão, promovemos audiências e debates, realizamos sindicâncias e produzimos mais de uma dezena de projetos de lei que tramitaram, em boa parte, em regime de urgência. O Senador Magno Malta, aliás, é um dos membros da Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo, para a qual fomos, o Senador José Nery e eu, eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente.

Minha participação na Comissão de Assuntos Sociais não foi menos gratificante. Como de praxe, a CAS realizou diversas reuniões e audiências públicas da mais alta relevância, além de ter realizado 69 reuniões ordinárias e aprovado 150 projetos de lei. Gostaria de destacar, em meio a tantas realizações, o ciclo de palestras sobre o SUS promovido pela CAS, que contou, na abertura e no encerramento, com participação valiosa do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão. Trata-se de um trabalho que continuará em 2010, quando promoveremos novos debates que farão um balanço dos 20 anos do SUS, com a participação de especialistas e de ex-Ministros da Saúde. Terei a satisfação de, ao final desses trabalhos, apresentar um relatório sobre a iniciativa.

Em maio, tive a honra de ser eleito vice-presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Presidida pelo nobre Colega Augusto Botelho e vinculada à CAS, a Subco-

missão, em conjunto com a CAS, participou ativamente do citado ciclo de debates sobre o SUS.

Na seara administrativa, foi com grande atenção que acompanhei os diversos e intensos debates em torno da reforma administrativa desta Casa. A série de denúncias envolvendo o Senado, relacionadas à questão do uso das passagens aéreas por Senadores, aos chamados “atos secretos” a uma série de outras questões, foi prontamente respondida pelo Presidente José Sarney e pelo Primeiro-secretário, senador Heráclito Fortes, com um pacote de providências firmes e imediatas. Entre essas providências, destacamos a contratação da Fundação Getúlio Vargas para avaliar a estrutura administrativa do Senado, as sindicâncias abertas para apurar a participação de servidores da Casa em esquemas de corrupção e as medidas adotadas com vistas à contenção de gastos, à transparência e à racionalização administrativa.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não pretendo me estender em demasia, de forma que encerro por aqui o balanço de minha atuação em 2009. É um conjunto de realizações do qual me orgulho profundamente, e a partir do qual lanço, ao final deste pronunciamento, minhas principais expectativas para este ano de 2010.

Espero que tenhamos a oportunidade de tomar providências que resultem na regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. A aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 121, de 2007, é tão importante quanto a própria EC 29. Precisamos também dar continuidade à necessária reforma do Código de Processo Penal, que já vai em estágio avançado, terminadas as duas fases iniciais de elaboração pela comissão de juristas e de análise e avaliação pela comissão de parlamentares.

As questões da legalidade das ações do MST, dos direitos dos aposentados e da maioria penal são também outros assuntos que eu gostaria de ver discutidos em profundidade por nossas comissões temáticas e por nosso Plenário.

Essas são, portanto, algumas das minhas expectativas para o ano que se inicia. Espero que consigamos cumpri-las, a elas e muitas outras, e para tal pretendo dedicar toda a minha capacidade e o meu empenho.

Encerro minha fala, Sr. Presidente, desejando a todos nós, Senadores, um 2010 produtivo e pleno de realizações relevantes para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Congresso Nacional produziu há doze anos uma das mais modernas e respeitadas legislações mundiais sobre trânsito. O Código Brasileiro de Trânsito nasceu do inconformismo da sociedade com

o caos em nossas ruas e rodovias. Com penas mais severas e conceitos inovadores, ele revolucionou nosso cotidiano de violência. O Brasil era, então, o campeão mundial de acidentes de trânsito.

O novo Código incorporou no nosso dia-a-dia os conceitos de civilidade, paz, respeito, campanhas educativas e, pelas inovações, foi apontado pelos especialistas no assunto como um dos melhores Códigos de Trânsito do mundo.

Como ministro da Justiça fiz questão de ajudar a implementar dezenas de regulamentações e normas de trânsito nos primeiros anos de vigência do Código. Apenas no primeiro ano, quando presidi o Conselho Nacional de Trânsito na condição de Ministro da Justiça, foram poupadas 6 mil vidas em nossas estradas. Uma redução expressiva de 25% face ao ano anterior.

O número de acidentes também caiu drasticamente. Foram 70 mil acidentes a menos, uma redução de 22%. A quantidade de feridos, consequentemente, caiu em 83 mil, representando uma queda de 26% comparando-se com o ano anterior. Naquele momento pisamos fundo na fiscalização, na melhoria salarial e estruturação da Polícia Rodoviária Federal. Corrigimos salários, compramos novas viaturas e helicópteros que foram decisivos no êxito destes números.

Passada pouco mais de uma década daquela euforia inicial, é com muita preocupação que nos deparamos com novas estatísticas que estão na contra-mão da cidadania. Está havendo um preocupante avanço no número de ocorrências que deve ser motivo de reflexão para todos: Agentes públicos, legisladores, Governo Federal e a sociedade como um todo.

Os números deste carnaval - o maior feriado nacional - precisam ser ponderados. Houve um aumento de 13% na quantidade de acidentes e igual percentual no aumento do número de óbitos.

O percentual de feridos também cresceu em 7%. Então fica a pergunta: Se lá atrás conseguimos em um esforço nacional diminuir as vergonhosas estatísticas, por qual motivo esta violência alarmante está de volta?

Inicialmente o Governo Federal, o Contran o Denatran, Polícias Militares e outros agentes de trânsito não devem afrouxar a fiscalização. A indulgência ou tolerância é sempre traduzida em mais mortes. Temos o fundamental que é uma norma permanente, severa, elogiada e já incorporada ao cotidiano dos brasileiros. Ou seja, o Código não engrossou a relação de leis que não pegaram.

Na outra ponta tivemos o expressivo crescimento da frota nacional em virtude do bom desempenho

da economia brasileira e da venda recorde de carros estimulada pela desoneração tributária. O número de veículos trafegando em nossas estradas cresceu 8,9% em 12 meses. Eram 54,5 milhões e este número pulou para 59,3 milhões de veículos.

A alta octanagem da economia nacional também fez com que o fluxo de veículos nas estradas aumentasse sensivelmente.

Isso porque o turismo interno está aquecido e o transporte de cargas igualmente. Mas a Polícia Rodoviária Federal mantém seu efetivo praticamente estacionado mesmo tendo aumentado sua responsabilidade.

Por fim, senhores senadores, senhoras senadoras, senhor Presidente, a alma do Código de Trânsito é a educação. Através da educação a totalidade dos brasileiros compreendeu a importância do cinto de segurança, do respeito aos sinais de trânsito, ao ciclista e ao pedestre. É através da pedagogia, associada à fiscalização, que devemos perseverar.

Precisamos implantar imediatamente a disciplina de segurança no trânsito nas escolas brasileiras. Com esta providência poderemos, muito em breve, tratar do assunto com notícias muito mais positivas.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

#### ORDEM DO DIA

##### 1

#### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 469, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 469, de 2009, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais, para os fins que especifica.*

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Geovani Borges

(Sobrestando a pauta a partir de: 20-11-2009)

Prazo final prorrogado: 15-3-2010

##### 2

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2009

*(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello  
(Sobrestando a pauta a partir de: 28-11-2009)

Prazo final prorrogado: 23.03.2010

##### 3

#### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 471, DE 2009

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

(Lida no Senado Federal no dia 22-12-2009)

Relator revisor: Senador César Borges  
(Sobrestando a pauta a partir de: 17-2-2010)

Prazo final: 3-3-2010

##### 4

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 280, DE 2009

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)*

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a Formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Sobrestando a pauta a partir de 19-12-2009)

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 28, DE 2009**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 89, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

13

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde,

seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

14

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

17

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tríplexes do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

18

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (no 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

19

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “me-

da sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

20

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

21

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

22

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

23

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

24

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

25

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

26

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a Advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

28

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle,

Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

29

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

30

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

31

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais,

Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

32

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

33

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

34

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

35

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas

as específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

36

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (nº 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

37

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

38

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

39

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

40

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Rusomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

41

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

42

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do  
Recurso nº 18, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

43

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 77, DE 2007**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e  
143 do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

44

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 60, DE 2009**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e  
143 do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fis-

calização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

45

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006**

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e  
143 do Regimento Comum)*

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

46

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do  
Recurso nº 11, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

47

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do  
Recurso nº 5, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regula-

menta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob n<sup>os</sup> 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *“ad hoc”*: Senador Antonio Carlos Valadares, 1<sup>o</sup> pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2<sup>o</sup> pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda n<sup>o</sup> 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

48

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2<sup>o</sup> da Lei n<sup>o</sup> 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob n<sup>os</sup> 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda n<sup>o</sup> 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e
- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

49

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei n<sup>o</sup> 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob n<sup>os</sup> 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1<sup>o</sup> pronunciamento (sobre o projeto): favorável,

nos termos da Emenda n<sup>o</sup> 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2<sup>o</sup> pronunciamento (sobre as Emendas n<sup>os</sup> 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

50

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado n<sup>os</sup> 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1<sup>o</sup> e 22 da Lei Complementar n<sup>o</sup> 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob n<sup>os</sup> 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1<sup>o</sup> pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de n<sup>os</sup> 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2<sup>o</sup> pronunciamento (após a aprovação do Requerimento n<sup>o</sup> 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda n<sup>o</sup> 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

51

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003– COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado n<sup>os</sup> 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que

altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

52

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO**

##### **Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar),

Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

53

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO**

##### **Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

54

#### PROJETO DE LEI DO SENADO

##### Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005–Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

#### PROJETO DE LEI DO SENADO

##### Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005–Complementar,

de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

#### PROJETO DE LEI DO SENADO

##### Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005–Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação

ção conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que

altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006–Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006–Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura

de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6–CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006–Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos

da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 63

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007–Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 64

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007–Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko,

que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

### 65

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004–Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005–Complementares; 141, 231 e 261, de 2006–Complementares; 265 e 684, de 2007–Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008–Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005–Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação

ção conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera

a alínea g do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2008**

*(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea *b* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

*(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003– Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008– Complementares, e 209, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera

a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

72

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições fi-

nanceiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

**73**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

**74**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 17, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

**75**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresen-

tado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

**76**

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

**77**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).

**78**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

79

**REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

80

**REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

81

**REQUERIMENTO Nº 1.313, DE 2009**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.313, de 2009, do Senador Flávio Arns, solicitando voto de rejúbilo ao embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, e ao Instituto Goethe de Curitiba, por ocasião do centésimo octogésimo aniversário da primeira imigração alemã recebida no Estado do Paraná, comemorado em 30 de setembro de 2009.

Parecer favorável, sob nº 2.772, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares.

82

**REQUERIMENTO Nº 1.443, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.443, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando o desapensamento do

Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006; 340, de 2007; e 375, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal).

83

**REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.452, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2009; com o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da Câmara nºs 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, por regularem a mesma matéria (alteram dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro).

84

**REQUERIMENTO Nº 1.474, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2009, do Senador Álvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004, por regularem a mesma matéria (regularizar a participação de Torcidas Organizadas em competições esportivas).

85

**REQUERIMENTO Nº 1.516, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.516, de 2009, do Senador Lobão Filho, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 355, de 2004; 8 e 18, de 2005; 45, de 2006; 42, de 2007; 54, de 2009; e com os Projetos de Lei da Câmara nºs 106, de 2007; 55 e 75, de 2009, que já se encontram apensados, por

regularem a mesma matéria (prestadoras de serviços públicos).

**86**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.549, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.549, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 465, de 2008; e 194, de 2009; com os Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003; 106, de 2006; 470 e 681, de 2007; 138, de 2008; e 115, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (deduções na base de cálculo do imposto de renda de pessoas físicas).

**87**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.576, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.576, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 318, de 2003; e 64, de 2005, por regularem a mesma matéria (reintegração de posse).

**88**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.580, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.580, de 2009, do Senador João Tenório, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 86, de 2004; e 345, de 2006, por regularem a mesma matéria (inseção de impostos sobre instrumentos musicais).

**89**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.582, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.582, de 2009, do Senador Roberto Cavalcanti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera o art. 192 da CLT para

dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade).

**90**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.590, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.590, de 2009, do Senador Efraim Morais, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 149, de 2008; e 251, de 2009, por regularem a mesma matéria (denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da rodovia BR-116, no Estado do Ceará).

**91**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.591, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.591, de 2009, do Senador Efraim Morais, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (utilização de recursos arrecadados pela União das indústrias que exploram o fumo e as bebidas alcóolicas para utilização na saúde).

**92**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.596, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.596, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2009, a fim de aguardar documentação prevista na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal (outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada).

**93**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.628, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.628, de 2009, do Senador Sérgio Zambiasi, que solicitando a tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 239 e

342, de 2006; e 287, de 2008 (permissão de porte de arma de fogo a carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal).

94

#### **REQUERIMENTO Nº 1.629, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.629, de 2009, do Senador Renato Casagrande, que solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 201, de 2003; 475, de 2007; e 342, de 2008; por regularem a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).

95

#### **REQUERIMENTO Nº 1.630, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.630, de 2009, do Senador Antonio Carlos Valadares, que solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 158 de 2002; nº 201 de 2003; e nº 475 de 2007, com o de nº 107 de 2009, por versarem sobre a mesma matéria (dispõem sobre áreas de preservação permanente).

96

#### **REQUERIMENTO Nº 1.631, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.631, de 2009, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (arrendamento das retransmissoras de televisão na Amazônia Legal).

97

#### **REQUERIMENTO Nº 1.633, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.633, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (divulgação de lista de material escolar antecipada).

98

#### **REQUERIMENTO Nº 1.635, DE 2009**

Votação do Requerimento nº 1.635, de 2009, da Senadora Lúcia Vânia, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 243, de 2004; 123, de 2007, e 252, de 2008, que já se encontram apensados por regularem a mesma matéria (práticas de telemarketing).

99

#### **REQUERIMENTO Nº 1.641, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.641, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 131, 142 e 304, de 2007; e 34, 64, 65 e 78, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (incentivo fiscal pela preservação florestal).

100

#### **REQUERIMENTO Nº 1.643, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.643, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro por meio eletrônico).

101

#### **REQUERIMENTO Nº 1.693, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.693, de 2009, do Senador Renato Casagrande, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (equiparar a pesca à atividade agropecuária).

102

#### **REQUERIMENTO Nº 1.714, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.714, de 2009, do Senador João Vicente Claudino, solicitando a tramitação con-

junta do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2004 – Complementar, com o Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 2008 – Complementar e o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007 – Complementar, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (local do recolhimento do ISS).

**103**

**REQUERIMENTO Nº 13, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 13, de 2010, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (altera a Lei 8.112, de 1990, para acrescentar o adicional de risco de vida).

**104**

**REQUERIMENTO Nº 38, DE 2010**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 38, de 2010, do Senador Inácio Arruda, solicitando a criação de Comissão Representativa do Senado Federal, composta por dois Senadores, com o objetivo de comparecer à posse do Presidente do Uruguai, José Mujica, do Vice-Presidente Danilo Astori e demais Ministros de Estado e participação no Seminário sobre Experiência de Construção Unitária da Frente Ampla, que se realizarão entre os dias 1º a 3 de março de 2010, em Montevideo, Uruguai.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Está encerrada a sessão do Senado da República, de 23 de fevereiro de 2010, iniciada às 14 horas.

*(Levanta-se a sessão às 21 horas e 50 minutos.)*

**16ª Reunião da Mesa do Senado Federal,  
realizada em 17 de dezembro de 2009.**

Às onze horas e trinta minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e nove, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador José Sarney. Assinam, também, a lista de comparecimento os seguintes Senadores: Serys Slhessarenko, Segunda Vice-Presidente, Heráclito Fortes, Primeiro-Secretário; Mão Santa, Terceiro-Secretário; Patrícia Saboya, Quarta-Secretária; e Adelmir Santana, Segundo Suplente de Secretário. Compareceram, ainda, os Senadores Aloizio Mercadante, João Ribeiro e Gim Argello. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador José Sarney, agradece a presença de todos e apresenta a pauta proposta, que é parte integrante desta Ata.

**16ª Reunião da Mesa do Senado Federal,  
Em 17 de dezembro de 2009.**

**PAUTA**

**1 - ABERTURA**

**2 – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES, COM RELATÓRIOS FAVORÁVEIS:**

## 2.1 - Relator – Senador **MARCONI PERILLO**:

- **Requerimento nº 1.342, de 2009** (do Senador Gilberto Goellner - ao Ministro das Relações Exteriores)

Assunto: solicita informações sobre os índices de redução de emissão de gases que serão propostos pelo Brasil na 15ª Conferência das Partes sobre o Clima (COP-15), que será realizada em Copenhague, e quais os critérios utilizados como parâmetro para a sua escolha;

- **Requerimento nº 1.354, de 2009** (do Senador Jefferson Praia - ao Ministro do Desenvolvimento Agrário)

Assunto: solicita informações atualizadas e detalhadas acerca do processo de regularização fundiária na região da Amazônia Legal.

- **Requerimento nº 1.374, de 2009** (do Senador Mozarildo Cavalcanti - ao Ministro da Justiça)

Assunto: solicita informações, por intermédio da FUNAI, sobre notícias de que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST irá trabalhar em parceria com o Conselho Indígena de Roraima para cultivar arroz na Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima.

- **Requerimento nº 1.468, de 2009** (da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - ao Ministro das Relações Exteriores)

Assunto: solicita cópia de documento que reúne diferentes sugestões feitas pelos Estados membros da Convenção Marco Zero das Nações Unidas sobre a Mudança Climática e que servirá para adoção de um acordo mundial na Conferência da Organização das Nações Unidas em dezembro, em Copenhague.

- **Requerimento nº 1.501, de 2009** (do Senador João Vicente Claudino - ao Ministro da Educação)

Assunto: solicita o envio das atuais normas e procedimentos para credenciamento e descredenciamento de Centros Universitários; a previsão de andamento dos processos que se encontram com tramitação suspensa; e os critérios de homologação pelo Ministério dos pareceres aprovados pelo Conselho Nacional de Educação.

## **2.2 - Relator – Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO:**

- **Requerimento nº 1.358, de 2009** (do Senador Tasso Jereissati – ao Ministro da Integração Nacional)

Assunto: solicita cópia do relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, por cada um dos Fundos Constitucionais de Financiamento, no exercício de 2008 e no primeiro semestre de 2009.

- **Requerimento nº 1.398, de 2009** (do Senador Marconi Perillo – ao Ministro da Defesa)

Assunto: solicita, por intermédio da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero, a remessa das cópias dos processos licitatórios e contratos para distribuição de espaços a lojas nos aeroportos.

**Parecer preliminar:** “Pela aprovação do requerimento, desde que o autor adite, anteriormente à decisão da Mesa, com o propósito de especificar qual período deverá ser objeto de sua fiscalização.”

- **Requerimento nº 1.480, de 2009 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – ao Ministro da Justiça)**

**Assunto:** solicita informações sobre os equipamentos de interceptação, gravação e vigilância adquiridos pelo Ministério da Justiça e em funcionamento, bem como sobre os setores em que se encontram e os nomes daqueles que são por eles responsáveis e deles fazem uso.

- **Requerimento nº 1.505, de 2009 (do Senador Arthur Virgílio – ao Ministro de Minas e Energia)**

**Assunto:** solicita informações sobre quantas e quais foram as viagens que a ex-Ministra Dilma Rousseff acompanhou o Presidente Lula, e os custos de cada uma dessas viagens, bem como sobre os eventos em que a ex-Ministra participou, com a presença do Presidente Lula, no período de janeiro de 2003 a junho de 2005.

### **2.3 - Relator – Senador MÃO SANTA:**

- **Requerimento nº 1.343, de 2009 (do Senador Gilberto Goellner - ao Ministro da Saúde)**

**Assunto:** solicita informações sobre a regulamentação para registro, uso e comercialização de produtos fabricados a base de *Aloe vera*.

**Observação:** O parecer é favorável, porém o relator apresenta nova redação, conforme quadro a seguir:

**QUADRO COMPARATIVO**  
**REQUERIMENTO Nº 1.343, DE 2009 / EMENDA Nº 1-CDIR**

RQS 1.343/2009	Emenda nº 1-CDir
<p>*Senhor Presidente,</p> <p>Requeiro a V.Exa., com base no art. 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Saúde sobre a regulamentação para registro e uso de produtos fabricados a base de ALOE VERA. Solicito que sejam respondidos os tópicos abaixo para que as informações sejam claras.</p> <p>1 - Informe a legislação que <b>normatiza</b> as ações do Ministério da Saúde em <b>relação à BABOSA ou ALOE VERA</b>;</p> <p>2- Informe a <b>normatização interna do órgão em relação às ações</b> direcionadas ao produto BABOSA ou ALOE VERA;</p> <p>3- Informe quais os documentos científicos que <b>embasam</b> as supracitadas legislações;</p> <p>4- Informe se atualmente o Ministério da Saúde <b>permite</b> o registro de produtos novos <b>contendo BABOSA ou ALOE VERA</b>;</p> <p>5- Informe se o Ministério da Saúde <b>renova</b> os registros de produtos <b>contendo BABOSA ou ALOE VERA</b> e quais as exigências para o seu deferimento; e</p> <p>6- Qual a política adotada pelo Ministério da Saúde <b>relativa à produção, distribuição e comercialização</b> de alimentos e bebidas que <b>contenham ALOE VERA ou BABOSA?</b>"</p>	<p>"Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro <b>sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde</b>, as seguintes informações sobre a regulamentação para registro, uso e comercialização <b>de produtos que contenham extrato Aloe vera</b>, planta vulgarmente conhecida como babosa:</p> <p>1 - Qual a legislação que <b>rege</b> as ações do Ministério da Saúde (MS) ou da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em <b>relação aos produtos terapêuticos, dietéticos ou cosméticos que contêm extrato de Aloe vera?</b></p> <p>2 - Que normas do MS ou da ANVISA <b>regem as ações em relação a esses produtos?</b></p> <p>3 - Que documentos científicos <b>fundamentam</b> as supracitadas normas?</p> <p>4 - O MS <b>permite</b> o registro de produtos novos <b>que contêm extrato de Aloe vera?</b></p> <p>5 - O MS <b>renova</b> os registros de produtos <b>que contêm extrato de Aloe vera? Em caso afirmativo</b>, quais as exigências para o deferimento do pedido de renovação?</p> <p>6 - Qual a política adotada pelo MS <b>relativa à produção, à distribuição e à comercialização</b> de alimentos e bebidas <b>que contenham extrato de Aloe vera?</b></p>

- **Requerimento nº 1.344, de 2009** (do Senador Gilberto Goellner - ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)

Assunto: solicita informações sobre a regulamentação para registro e comercialização de produtos fabricados a base de *Aloe vera*.

- **Requerimento nº 1.388, de 2009** (do Senador Heráclito Fortes - ao Ministro da Saúde)

Assunto: solicita informações sobre a contratação de consultores por intermédio de Organismos de Cooperação Técnica Internacional (tais como a

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, e a Organização das Nações Unidas contra Drogas e Crimes – UNODC, para atuarem no Departamento Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais.

**Observação:** O parecer é favorável, “procedendo-se à devida correção do nome do órgão ao qual se referem as informações solicitadas para “Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais”.

#### **2.4 - Relator – Senador CÉSAR BORGES:**

- **Requerimento nº 1.340, de 2009** (dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho - ao Ministro da Justiça)

Assunto: solicita informações sobre as ações e medidas tomadas pelo governo brasileiro em relação aos fatos mencionados na revista *Veja*, edição nº 2.133, e no jornal *Folha de Boa Vista*, edição de 06.10.2009, relativos ao sequestro do empresário e cidadão brasileiro Vicente Aguiar Vieira, em território venezuelano.

- **Requerimento nº 1.341, de 2009** (dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho - ao Ministro das Relações Exteriores)

Assunto: solicita informações sobre as ações e medidas tomadas pelo governo brasileiro em relação aos fatos mencionados na revista *Veja*, edição nº 2.133, e no jornal *Folha de Boa Vista*, edição de 06.10.2009, relativos ao sequestro do empresário e cidadão brasileiro Vicente Aguiar Vieira, em território venezuelano.

- **Requerimento nº 1.405, de 2009** (do Senador Marconi Perillo - ao Ministro da Justiça)

Assunto: informações sobre a possibilidade de abertura de inquérito da Polícia Federal para investigar a invasão do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) à fazenda da empresa Cutrale, no interior de São Paulo, no dia 6 de outubro de 2009.

- **Requerimento nº 1.411, de 2009** (do Senador Eduardo Suplicy – ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior)

Assunto: solicita informações sobre empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Grupo Fisher, para renovação e ampliação de pomares e instalações de projetos de irrigação de lavouras da empresa Citrosuco, de propriedade do Grupo Fischer, apesar de essa empresa ter demitido 208 funcionários.

- **Requerimento nº 1.415, de 2009** (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - ao Ministro-Chefe da Segurança Institucional da Presidência da República)

Assunto: solicita inteiro teor dos relatórios de inteligência acerca do acompanhamento do referido órgão à recente ação do MST no interior do Estado de São Paulo.

- **Requerimento nº 1.416, de 2009** (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - ao Ministro-Chefe da Segurança Institucional da Presidência da República)

Assunto: solicita inteiro teor dos relatórios de inteligência elaborados durante as investigações e os levantamentos a respeito do “Escândalo dos Aloprados”, ocorrido em meados de 2006.

- **Requerimento nº 1.430, de 2009** (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – ao Ministro da Justiça)

Assunto: solicita cópia da íntegra do inquérito policial relativo à Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal, e das fitas, e respectivas transcrições, referentes a supostos diálogos envolvendo Senadores da República no âmbito da Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal.

- **Requerimento nº 1.431, de 2009** (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República)

Assunto: solicita cópia da íntegra do inquérito policial relativo à Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal, e das fitas, e respectivas transcrições, referentes a supostos diálogos envolvendo Senadores da República no âmbito da Operação Satiagraha, realizada pela Polícia Federal.

### **3 – REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES, COM RELATÓRIO PELA REJEIÇÃO:**

#### **3.1 - Relator – Senador MÃO SANTA:**

- **Requerimento nº 1.404, de 2009** (do Senador Marconi Perillo - ao Ministro da Saúde)

Assunto: solicita informações sobre o atendimento dispensado às pessoas portadoras de xeroderma pigmentoso moradoras do Município de Faina, no Estado de Goiás.

**Observação:** O parecer é pela rejeição, tendo em vista que “o requerimento indaga sobre

**questão cuja competência não é da alçada do Ministério da Saúde”, e sim de competência municipal. De acordo com o inciso I do art. 18 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde.**

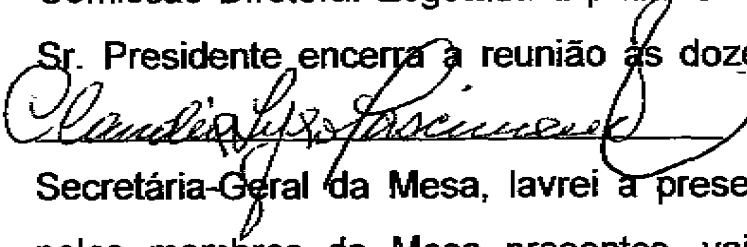
#### **4 – ESCRITÓRIOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES PARLAMENTARES**

##### **COMUNICAÇÕES RELATIVAS AO ART. 1º DO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 16, DE 2009**

<b>Ofício / Data</b>	<b>Senador(a)</b>	<b>Endereço</b>
163/2009-GSDTORRES, de 09.09.2009	Demóstenes Torres	Rua 118, Quadra F40, Lote 57, Setor Sul – Goiânia – GO – CEP: 74.085-400 Telefones: (62) 3215-1652 e 3215-4286
338/2009, de 25.08.2009	Sérgio Guerra	Rua Antonio Lumack do Monte, nº 128, sala 601 – Empresarial Center III – Boa Viagem – Recife – PE
296/2009-GSMCAV, de 10.09.2009	Mozarildo Cavalcanti	Avenida Ville Roy, nº 3.830, Bairro Aparecida – Boa Vista – RR – CEP: 69.306-000 Telefone: (95) 3624-2559
139/2009-GSTV, de 03.09.2009	Tião Viana	Travessa Guaporé, nº 67-A, Bairro Cerâmica – Rio Branco – AC CEP: 69.900-380
167/2009, de 03.09.2009	Wellington Salgado	Rua Professor Antonio Aleixo, nº 756, 6º andar, Bairro Lourdes – Belo Horizonte – MG – CEP: 30.180-150
1203/2009-GSMP, de 09.09.2009	Marconi Perillo	Alameda Ricardo Paranhos, nº 1.500 – Quadra 246, Lote 4 – Setor Marista – Goiânia – GO – CEP: 74.180-050
S/nº, de 22.09.2009	Lobão Filho	Rua Paula Francinete nº 100 – Olho D'Água – São Luis - MA
195/2009-GSACJR, de 29.09.2009	Antonio Carlos Júnior	Av. Adhemar de Barros, nº 72 – Ondina – Salvador – BA Telefone: (71) 3247-0973 FAX: (71) 3354-0378

212/09-GSH, de 04.11.2009	Heráclito Fortes	Rua Angélica, nº 919 – Teresina – PI CEP: 64.048-160 Telefone: (86) 3232-7288 FAX: (86) 3233-3078
Comunicação s/nº, de 09.11.2009	Flávio Torres	Av. Santos Dumont, nº 2.122 – sala 1204 – fortaleza – CE – CEP: 60.150-161 Telefone: (85) 3468-2500
278-09-GSEAZE, de 12.11.2009	Eduardo Azeredo	Avenida do Contorno, nº 6.321, Edifício Concorde, 4º andar, Bairro São Pedro – Belo Horizonte – MG CEP: 30.110.110
GSMF nº 138/2009, de 17.11.2009	Mauro Fecury	Rua das Seriemas, Quadra 11, Casa 25 – Bairro Ponta do Farol – São Luis – MA CEP: 65.075-390
OF. nº 243/GSEMOR, de 24.11.2009	Efraim Moraes	Av. Almirante Barroso, nº 600, sala 802, Edifício Vila Empresarial – Centro – João Pessoa – PB CEP: 58013-120
Of. s/nº, de 27.10.2009	Neuto De Conto	Av. Rio Branco, nº 333 – sala 502 – Florianópolis – SC Telefone e FAX: (48) 3028-5515
GSAGUR-075/2009, de 07.12.2009	Acir Gurgacz	Av. Ji-Paraná, 417 – Bairro Urupá – Ji-Paraná – Rondônia

Iniciada a apreciação da pauta pelo item nº 2 (**Requerimentos de Informações com relatórios favoráveis**), o Sr. Presidente concede a palavra ao Senador Mão Santa, que relata os Requerimentos constantes dos itens 2.3 (**Requerimentos nºs. 1.343, 1.344 e 1.388, de 2009**), e relata *ad hoc* os Requerimentos constantes dos itens 2.1, 2.2 e 2.4 (**Requerimentos nºs 1.342, 1.354, 1.374, 1.468, 1.501, 1.358, 1.398, 1.480, 1.505, 1.340, 1.341, 1.405, 1.411, 1.415, 1.416, 1.430 e 1.431, de 2009**) da pauta que, submetidos a votos, são aprovados nos termos dos pareceres. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Mão Santa para relatar o **Requerimento nº 1.404, de 2009**, constante do item nº 3.1 da pauta. O parecer contrário é aprovado pela Mesa. Os Requerimentos são encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. O Sr. Presidente dá conhecimento aos presentes

das comunicações relativas ao art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2009, que “autoriza os Senadores a manter Escritório de Apoio às Atividades Parlamentares”. Os Ofícios constando o endereço completo das localizações dos escritórios parlamentares são encaminhados à Diretoria-Geral para as devidas providências. A seguir, passa-se a tratar de matérias da área administrativa, que constarão da ata da reunião da Comissão Diretora. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião às doze horas. E, para constar, eu,  (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, lavrei a presente Ata, que, após assinada pelos membros da Mesa presentes, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

Senado Federal, em 17 de dezembro de 2009.



Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente

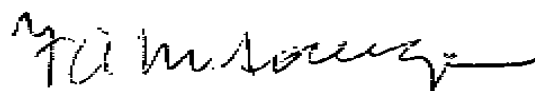


Senadora SERYS SLHESSARENKO  
2ª Vice-Presidente



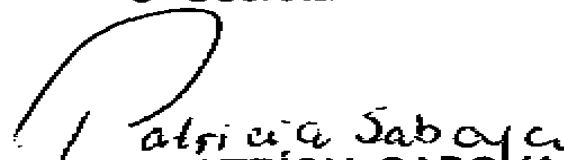
Senador HERÁCLITO FORTES  
1º Secretário

*(continuação das assinaturas de membros da Mesa apostas à  
Ata da 16 Reunião da Mesa, realizada em 17.12.2009)*



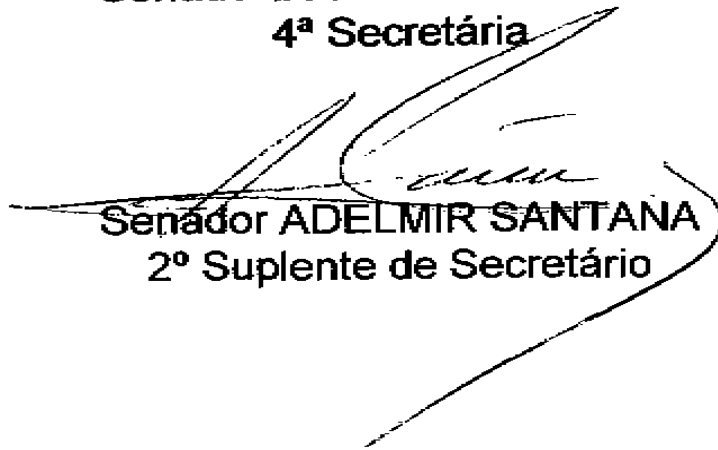
**Senador MÃO SANTA**

**3º Secretário**



**Senadora PATRÍCIA SABOYA**

**4ª Secretária**



**Senador ADELMIR SANTANA**

**2º Suplente de Secretário**

**SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

**TERMO DE REUNIÃO**

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte e três de fevereiro, terça-feira, às quatorze horas, na sala número sete, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 481**, adotada em 10 de fevereiro do ano de 2010 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional", ***sem a presença de membros a reunião não foi realizada.***

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

  
**SERGIO DA FONSECA BRAGA**  
Diretor

**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

**TERMO DE REUNIÃO**

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dez, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na sala número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 482**, adotada em dez de fevereiro de dois mil e dez e publicada no dia onze do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre medidas de suspensão de concessões ou outras obrigações do País relativas aos direitos de propriedade intelectual e outros, em casos de descumprimento de obrigações do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC", **sem a presença de membros a reunião não foi realizada.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010.

**SERGIO DA FONSECA BRAGA**

Diretor

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Minoria-DEM** - Antonio Carlos Júnior\* (S)  
**Bloco-PR** - César Borges\*  
**PDT** - João Durval\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Marcelo Crivella\*  
**Maioria-PMDB** - Paulo Duque\* (S)  
**Maioria-PP** - Francisco Dornelles\*\*

### Maranhão

**Maioria-PMDB** - Lobão Filho\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Mauro Fecury\* (S)  
**PTB** - Epitácio Cafeteira\*\*

### Pará

**Minoria-PSDB** - Flexa Ribeiro\* (S)  
**PSOL** - José Nery\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**Minoria-DEM** - Marco Maciel\*  
**Minoria-PSDB** - Sérgio Guerra\*  
**Maioria-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Aloizio Mercadante\*  
**PTB** - Romeu Tuma\*  
**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Minoria-PSDB** - Eduardo Azeredo\*  
**Maioria-PMDB** - Wellington Salgado de Oliveira\* (S)  
**Minoria-DEM** - Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**Minoria-DEM** - Demóstenes Torres\*  
**Minoria-PSDB** - Lúcia Vânia\*  
**Minoria-PSDB** - Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**Minoria-DEM** - Gilberto Goellner\* (S)  
**Bloco-PT** - Serys Slhessarenko\*  
**Minoria-DEM** - Jayme Campos\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**PTB** - Sérgio Zambiasi\*  
**Maioria-PMDB** - Pedro Simon\*\*

### Ceará

**PDT** - Patrícia Saboya\*  
**Minoria-PSDB** - Tasso Jereissati\*  
**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**Minoria-DEM** - Efraim Morais\*  
**Bloco-PRB** - Roberto Cavalcanti\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Cícero Lucena\*\*

### Espírito Santo

**Maioria-PMDB** - Gerson Camata\*  
**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSB** - Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**Minoria-DEM** - Heráclito Fortes\*  
**PSC** - Mão Santa\*  
**PTB** - João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**Maioria-PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Minoria-DEM** - José Agripino\*  
**Minoria-DEM** - Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PT** - Ideli Salvatti\*  
**Maioria-PMDB** - Neuto De Conto\* (S)  
**Minoria-DEM** - Raimundo Colombo\*\*

### Alagoas

**Minoria-PSDB** - João Tenório\* (S)  
**Maioria-PMDB** - Renan Calheiros\*  
**PTB** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Maioria-PMDB** - Almeida Lima\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Minoria-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011    \*\*: Período 2007/2015

### Amazonas

**Minoria-PSDB** - Arthur Virgílio\*  
**PDT** - Jefferson Praia\* (S)  
**Bloco-PT** - João Pedro\*\* (S)

### Paraná

**Minoria-PSDB** - Flávio Arns\*  
**PDT** - Osmar Dias\*  
**Minoria-PSDB** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Maioria-PMDB** - Geraldo Mesquita Júnior\*  
**PV** - Marina Silva\*  
**Bloco-PT** - Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PT** - Delcídio Amaral\*  
**Maioria-PMDB** - Valtér Pereira\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**Minoria-DEM** - Adelmir Santana\* (S)  
**PDT** - Cristovam Buarque\*  
**PTB** - Gim Argello\*\* (S)

### Rondônia

**Bloco-PT** - Fátima Cleide\*  
**Maioria-PMDB** - Valdir Raupp\*  
**PDT** - Acir Gurgacz\*\*

### Tocantins

**Bloco-PR** - João Ribeiro\*  
**Bloco-PT** - Sadi Cassol\* (S)  
**Minoria-DEM** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Maioria-PMDB** - Geovani Borges\* (S)  
**Minoria-PSDB** - Papaléo Paes\*  
**Maioria-PMDB** - José Sarney\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Augusto Botelho\*  
**Maioria-PMDB** - Romero Jucá\*  
**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*\*

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

#### 1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) <sup>(15)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(28)</sup>

**RELATOR:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(27)</sup>

**Leitura:** 15/03/2007

**Designação:** 05/06/2007

**Instalação:** 03/10/2007

**Prazo final:** 12/05/2008

**Prazo prorrogado:** 22/11/2008

**Prazo prorrogado:** 01/07/2009

**Prazo prorrogado:** 21/02/2010

**Prazo final prorrogado:** 02/09/2010

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB ) <sup>(1)</sup></b>	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) <sup>(13)</sup>	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(10,19)</sup>	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) <sup>(4,7)</sup>
VAGO <sup>(5,29)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(8)</sup></b>	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) <sup>(12,22)</sup>	1. João Pedro (PT-AM) <sup>(18)</sup>
Fátima Cleide (PT-RO) <sup>(2,6,20)</sup>	2. Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(25)</sup>
Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(3,11,16,21)</sup>	

<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
<b>PDT/PSOL (9)</b>	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

**Notas:**

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).
29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
- \*. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- \*\*. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- \*\*\*. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- \*\*\*\*. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

## 2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**Leitura:** 04/03/2008

**Designação:** 24/03/2008

**Instalação:** 25/03/2008

**Prazo final:** 04/08/2008

**Prazo prorrogado:** 13/03/2009

**Prazo prorrogado:** 23/09/2009

**Prazo final prorrogado:** 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

**Notas:**

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJM nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

\*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

\*\*. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

\*\*\*. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

### 3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1,4)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(1)</sup>
Gilberto Goellner (DEM-MT) <sup>(1)</sup>	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) <sup>(1)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(1)</sup>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) <sup>(5,6)</sup>
Renato Casagrande (PSB-ES)	
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) <sup>(3)</sup>	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP) <sup>(7)</sup>	
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti (RR) <sup>(1)</sup>	1. João Vicente Claudino (PI) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (DF) <sup>(2)</sup>	

**Notas:**

1. Indicações das Lideranças.

2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).

3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. GLPMDB nº 015-A/2009).

4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of./GSFA/0801/2009).

6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

#### **4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

**Número de membros:** 13 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 24/06/2009

#### **5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 01/09/2009

#### **6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS**

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Leitura:** 18/11/2009

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

**Leitura:** 05/03/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo prorrogado:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 22/12/2009

**Prazo final prorrogado:** 17/07/2010

### MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

#### Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\*. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

\*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

\*\*\*\*\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lóssio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antioissio@senado.gov.br

## 2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro  
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)  
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

**Leitura:** 02/07/2008

**Designação:** 26/08/2008

**Instalação:** 27/08/2008

**Prazo:** 22/12/2009

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
<b>PTB</b>	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(3,4)</sup>	1. Senador João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
  2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
  3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
  4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- \*. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

**Secretário(a):** Irani Ribeiro dos Santos

**Telefone(s):** 33034854

**Fax:** 33031176

### 3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

**Finalidade:** Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**Leitura:** 10/03/2009

**Designação:** 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(2)</sup>
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) <sup>(1,3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1.
	2.
	3.
<b>PTB</b>	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
<b>PDT</b>	
	1.

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303514

**Fax:** 330311176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

#### 4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

**Finalidade:** Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(4)</sup>

**RELATOR:** Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 16/09/2009

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(2)</sup>
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Senador Augusto Botelho (PT) <sup>(3)</sup>	1.
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Senador Valter Pereira (PMDB) <sup>(1)</sup>	1.
<b>PTB</b>	
Senador Fernando Collor	1.

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).

4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).

5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 33033514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

## 5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

**Finalidade:** Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

**Número de membros:** 6

**PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>

**RELATOR:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 16/09/2009

### MEMBROS

#### Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

#### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

#### Maioria ( PMDB, PP )

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(1,2)</sup>

#### PTB

Senador Gim Argello

#### Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (Of. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 3303514

**Fax:** 33031176

**E-mail:** willw@senado.gov.br

**6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE**

**Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

**Número de membros: 7**

---

**MEMBROS**

---

**Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

---

---

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

---

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

---

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

---

**Maioria ( PMDB, PP )**

---

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1)</sup>

---

**PTB**

---

Senador Romeu Tuma

---

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

**7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE**

**Finalidade:** Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

**Número de membros: 7**

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Coordenação:**

---

**MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

**Maioria ( PMDB, PP )**

Senador Mão Santa (PSC) <sup>(2,3,4)</sup>

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(1)</sup>

**PTB**

Senador João Vicente Claudino

**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
  2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
  3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
  4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
- \*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

**ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE**

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)  
(publicado no DSF de 14.02.2009)

**Número de membros: 5**

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**Instalação:** 03/03/2009

---

**MEMBROS**

---

---

Senador Pedro Simon (PMDB)

---

Senador Francisco Dornelles (PP)

---

Senador Marco Maciel (DEM)

---

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

---

Senador Aloizio Mercadante (PT)

---

**Secretário(a):** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone(s):** 3303.4638

**E-mail:** dirceuv@senado.gov.br

**CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)**

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

**Número de membros: 11**

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

**RELATOR-GERAL:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS:** Senador Tião Viana (PT-AC)

**RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

**RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

**RELATOR-PARCIAL - PROVAS:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

**RELATOR-PARCIAL - RECURSOS:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

**Instalação:** 20/05/2009

**MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

**Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

Senador Aloizio Mercadante (PT) <sup>(3,5)</sup>

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

**Maioria ( PMDB, PP )**

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

**PTB**

Senador Romeu Tuma

**PDT**

Senadora Patrícia Saboya <sup>(1,2,4,6)</sup>

**Notas:**

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG).
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,  
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

PRAZOS<sup>1</sup>

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)<sup>2</sup>

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)<sup>2</sup>

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009<sup>3</sup>

REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

<sup>1</sup> Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

<sup>2</sup> Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

<sup>3</sup> Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

**Secretário(a):** Antonio Oscar Guimarães Lossio

**Telefone(s):** 33033511

**Fax:** 33031176

**E-mail:** antiossio@senado.gov.br

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (6)</b>	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (28)	2. Renato Casagrande (PSB) (30)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. João Pedro (PT) (11,41)
Tião Viana (PT) (37)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. Sadi Cassol (PT) (4,39,81,82,83,84,87)
César Borges (PR) (31)	7. João Ribeiro (PR) (32)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) (66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (56,59)	2. Geovani Borges (PMDB) (64,67,88,91)
Gerson Camata (PMDB) (54,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,60)
Valdir Raupp (PMDB) (63)	4. VAGO (1,60,80,85,86,92)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,69)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,65,71)
Pedro Simon (PMDB) (57,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,60)
Renan Calheiros (PMDB) (58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (58,77)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Eliseu Resende (DEM) (44)	1. Gilberto Goellner (DEM) (43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,50)
Efraim Morais (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Raimundo Colombo (DEM) (52)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (22,75)
<b>PTB (7)</b>	
João Vicente Claudino (42)	1. Sérgio Zambiasi (12,42)
Gim Argello (42)	2. Fernando Collor (42)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**PDT**

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

**Notas:**

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4605 e 33113516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(3)</sup></b>	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO <sup>(6)</sup>	2. VAGO <sup>(9)</sup>
VAGO <sup>(10,12,14)</sup>	3. João Vicente Claudino (PTB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO <sup>(11,13)</sup>
VAGO <sup>(4)</sup>	2. Renato Casagrande (PSB) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Raimundo Colombo (DEM) <sup>(7)</sup>	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>PMDB PDT PSDB</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(5)</sup></b>	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. VAGO (33,78)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Lobão Filho (PMDB) (51)
Geovani Borges (PMDB) (9,52,88,91)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
<b>PTB <sup>(8)</sup></b>	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
<b>PDT</b>	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

**Notas:**

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (Of. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o Of. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (1)</b>	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
<b>PMDB</b>	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) <sup>(13)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM) <sup>(5)</sup>	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(2,3)</sup>
Papaléo Paes (PSDB) <sup>(9)</sup>	2. VAGO <sup>(2,11,16)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Augusto Botelho (PT) <sup>(4)</sup>	1. Marcelo Crivella (PRB) <sup>(2,10)</sup>
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (PSC) <sup>(12,14,15)</sup>	1. Paulo Duque <sup>(8)</sup>
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) <sup>(6)</sup>	1. João Durval (PDT) <sup>(7)</sup>

### Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

## 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(1)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (PSC) <sup>(2,3)</sup>	1. Wellington Salgado de Oliveira
<b>PTB PDT</b>	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

**Notas:**

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

**Secretário(a):** Gildete Leite de Melo

**Telefone(s):** 3303-3515

**Fax:** 3303-3652

**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(6)</sup></b>	
Serys Slhessarenko (PT) (30,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,35)
Aloizio Mercadante (PT) (10,37)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (30)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Ideli Salvatti (PT) (30)	5. César Borges (PR) (31,47)
João Pedro (PT) (34,47,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,32,77,84)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) (60,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59,67)
Almeida Lima (PMDB) (61,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (56,68,86,93)
Geovani Borges (PMDB) (54,64,96,99)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,69,78)
Francisco Dornelles (PP) (57,64)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,63,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (46,62,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,58,65)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Kátia Abreu (DEM) (40)	1. Efraim Morais (DEM) (49)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Jayme Campos (DEM) (48,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,52)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (42)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,41)
Alvaro Dias (PSDB) (28,75)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (28)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (28)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,70,90,92)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
Romeu Tuma (51)	1. Gim Argello (45)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

**Notas:**

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofzio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
47. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
52. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shlessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

**RELATOR:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

**Designação:** 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
<b>PTB</b>	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

**Notas:**

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.  
2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

\*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(93)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(73,79)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(3)</sup></b>	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. João Pedro (PT) (1,31)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
Sadi Cassol (PT) (35,85,86,87,98,101)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Geovani Borges (PMDB) (58,102,105)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (56)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (61)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Gilberto Goellner (DEM) (41)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Moraes (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

**Notas:**Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB).
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO**  
**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

##### Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA****Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Designação:** 22/09/2009**TITULARES****SUPLENTE****Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )**

Eduardo Suplicy (PT)

1. João Vicente Claudino (PTB)

Inácio Arruda (PC DO B)

2.

**Maioria ( PMDB, PP )**

Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)

1. Gerson Camata (PMDB)

Sérgio Zambiasi (PTB)

2. Neuto De Conto (PMDB)

**Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )**

Raimundo Colombo (DEM)

1. Flávio Arns (PSDB) <sup>(1)</sup>

Gilberto Goellner (DEM)

2.

Alvaro Dias (PSDB)

3. Papaléo Paes (PSDB)

**Notas:**

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

\*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
Renato Casagrande (PSB) <sup>(26)</sup>	1. Fátima Cleide (PT) <sup>(24)</sup>
Marina Silva (PV) <sup>(7,26,43,45)</sup>	2. César Borges (PR) <sup>(21)</sup>
João Pedro (PT) <sup>(20)</sup>	3. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(25)</sup>
João Ribeiro (PR) <sup>(22)</sup>	4. Delcídio Amaral (PT) <sup>(23)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(40,47,48,49,54)</sup>	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(40)</sup>
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(40)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(5,11,38)</sup>
Geovani Borges (PMDB) <sup>(39,50,53)</sup>	3. Almeida Lima (PMDB) <sup>(40)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(40)</sup>	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(40)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) <sup>(33)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(35)</sup>
Kátia Abreu (DEM) <sup>(30)</sup>	2. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(1,27)</sup>
Heráclito Fortes (DEM) <sup>(29)</sup>	3. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(3,31)</sup>
Eliseu Resende (DEM) <sup>(34)</sup>	4. Jayme Campos (DEM) <sup>(9,32,44,46,51,52)</sup>
Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(10,14)</sup>	5. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(4,19)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(17)</sup>	6. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(18)</sup>
Marisa Serrano (PSDB) <sup>(16)</sup>	7. Mário Couto (PSDB) <sup>(15)</sup>
<b>PTB</b>	
Gim Argello <sup>(6,28)</sup>	1. Sérgio Zambiasi <sup>(28)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(8,13,37,41)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(12,36,42)</sup>

### Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
24. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Finalidade:** Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho  
**Telefone(s):** 3311-3935  
**Fax:** 3311-1060  
**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

## 5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

(Requerimento Da Cma 8, de 2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (6,7,8,9)	1. VAGO (2,4)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

### Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

### 5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(5)</sup>

**RELATOR:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) <sup>(6)</sup>

**Instalação:** 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Marina Silva (PV) <sup>(1,2)</sup>	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(3,7,8,9)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

**Notas:**

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
  2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
  3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
  4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
  5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
  6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
  7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
  8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
  9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- \*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- \*\*. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

**Secretário(a):** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone(s):** 3311-3935

**Fax:** 3311-1060

**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

#### 5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA) <sup>(2)</sup>

**RELATOR:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 29/09/2009

**Atualização:** 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) <sup>(4)</sup>
César Borges (PR) <sup>(3)</sup>	2. João Pedro (PT) <sup>(3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(1,5,6,7)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

**Notas:**

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
  2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
  3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
  4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
  5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
  6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
  7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- \*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- \*\*. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(6)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Shessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Geovani Borges (PMDB) (34,68,72)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
<b>PTB <sup>(7)</sup></b>	
	1. Sérgio Zambiasi
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

**Notas:**

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (Of. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(16)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
Paulo Paim (PT) <sup>(6)</sup>	1. Fátima Cleide (PT) <sup>(5)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(15,17,18,20)</sup>	1. Gilvam Borges (PMDB) <sup>(3,7,19)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(11)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1,4,9)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(12)</sup>
Mário Couto (PSDB) <sup>(13)</sup>	2. Papaléo Paes (PSDB)
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(8)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(10)</sup>
<b>PTB</b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(14)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMD).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (Of. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).
17. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
18. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
19. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
20. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (6)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

**Notas:**

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

#### **6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
	1. VAGO

**Notas:**

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

\*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

\*\* . Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. N° 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento n° 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3311-4251/2005

**Fax:** 3311-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE****Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(9)</sup></b>	
Eduardo Suplicy (PT) <sup>(40)</sup>	1. Aloizio Mercadante (PT) <sup>(39,69,85,88,89)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(46,73)</sup>	2. Marina Silva (PV) <sup>(38,83,84)</sup>
João Ribeiro (PR) <sup>(44,68)</sup>	3. Renato Casagrande (PSB) <sup>(45,75)</sup>
João Pedro (PT) <sup>(47)</sup>	4. Magno Malta (PR) <sup>(43)</sup>
Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(42,55,67,86,87)</sup>	5. Augusto Botelho (PT) <sup>(22,41,50,72)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Pedro Simon (PMDB) <sup>(1)</sup>	1. Almeida Lima (PMDB) <sup>(5,65)</sup>
Francisco Dornelles (PP) <sup>(61)</sup>	2. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(6,76,77)</sup>
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) <sup>(64)</sup>	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(2)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(3,70,74)</sup>	4. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(19,24,63)</sup>
Paulo Duque (PMDB) <sup>(4)</sup>	5. Geovani Borges (PMDB) <sup>(10,21,62,92,93)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Efraim Morais (DEM) <sup>(48)</sup>	1. Adelmir Santana (DEM) <sup>(11,54)</sup>
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(58)</sup>	2. Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(7,51)</sup>
Marco Maciel (DEM) <sup>(18,29,57)</sup>	3. José Agripino (DEM) <sup>(23,27,56)</sup>
Heráclito Fortes (DEM) <sup>(8,52)</sup>	4. Romeu Tuma (PTB) <sup>(53,78,79,80)</sup>
João Tenório (PSDB) <sup>(33,66)</sup>	5. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(37)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(33)</sup>	6. Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(17,34,71)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(35)</sup>	7. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(36)</sup>
<b>PTB <sup>(12)</sup></b>	
Fernando Collor <sup>(13,14,15,16,25,26,28,30,49)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti <sup>(49)</sup>
<b>PDT</b>	
Patrícia Saboya <sup>(32,60,81,82,90,91)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(20,31,59)</sup>

**Notas:**

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. Nº 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. Nº 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG nº 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(3,4,6)</sup>	1. VAGO <sup>(7)</sup>
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO <sup>(9,10)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(1)</sup>	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO <sup>(7)</sup>
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. VAGO <sup>(5)</sup>

### Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

**Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo**

**Telefone(s): 3303-3496**

**Fax: 3303-3546**

**E-mail: scomcre@senado.gov.br**

### 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(1,4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
VAGO <sup>(5)</sup>	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
<b>PDT</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1.

**Notas:**

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) <sup>(2)</sup>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
<b>PMDB PP</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(1,3)</sup>	2. Romero Jucá (PMDB)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )</b>	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

**Notas:**

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

**Secretário(a):** Alexandre Bastos de Melo**Telefone(s):** 3303-3496**Fax:** 3303-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) (2)</b>	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. João Pedro (PT) (22)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Geovani Borges (PMDB) (53,76,79)	2. Lobão Filho (PMDB) (29,50)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (43)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (34)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Moraes (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
<b>PTB (4)</b>	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

**Notas:**

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofzio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Fiho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Álvaro Araujo Souza

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) <sup>(57,58)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(3)</sup></b>	
César Borges (PR) <sup>(25)</sup>	1. Delcídio Amaral (PT) <sup>(7,23)</sup>
Serys Shessarenko (PT) <sup>(2,24)</sup>	2. Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(27,50)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(28)</sup>	3. Tião Viana (PT) <sup>(27,54)</sup>
José Nery (PSOL) <sup>(26)</sup>	4. VAGO <sup>(27)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Neuto De Conto (PMDB) <sup>(32,46,55,56)</sup>	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(47)</sup>
Valter Pereira (PMDB) <sup>(1,41)</sup>	2. Pedro Simon (PMDB) <sup>(45)</sup>
Romero Jucá (PMDB) <sup>(4,11,48)</sup>	3. Valdir Raupp (PMDB) <sup>(42)</sup>
Almeida Lima (PMDB) <sup>(43)</sup>	4. Gerson Camata (PMDB) <sup>(44,49,51)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
José Agripino (DEM) <sup>(36)</sup>	1. Gilberto Goellner (DEM) <sup>(34)</sup>
Marco Maciel (DEM) <sup>(37)</sup>	2. Jayme Campos (DEM) <sup>(29,52,53,59,60)</sup>
Rosalba Ciarlini (DEM) <sup>(38)</sup>	3. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(9,12,31)</sup>
Adelmir Santana (DEM) <sup>(33)</sup>	4. Kátia Abreu (DEM) <sup>(6,14,30)</sup>
Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(17)</sup>	5. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(19)</sup>
Marconi Perillo (PSDB) <sup>(20)</sup>	6. Sérgio Guerra (PSDB) <sup>(10,13,22)</sup>
Papaléo Paes (PSDB) <sup>(18)</sup>	7. Tasso Jereissati (PSDB) <sup>(21)</sup>
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Gim Argello <sup>(35)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti <sup>(35)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Praia <sup>(8,16,39)</sup>	1. João Durval <sup>(15,40)</sup>

**Notas:**

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
18. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
19. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
29. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
32. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

**Telefone(s):** 3311-4282

**Fax:** 3311-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
Sadi Cassol (PT) (23,63,67,70)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,64)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
VAGO (2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (41,42)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,65,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.04.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -  
**Telefone(s):** 3311-3506  
**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
VAGO <sup>(4)</sup>	2. VAGO <sup>(6,7,9)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO <sup>(5,8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) <sup>(3)</sup>
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
Marisa Serrano (PSDB)	

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

**Secretário(a):** Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**

**VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(4)</sup></b>	
Marcelo Crivella (PRB) <sup>(22)</sup>	1. Delcídio Amaral (PT) <sup>(21)</sup>
Renato Casagrande (PSB) <sup>(20)</sup>	2. Flávio Arns (PSDB) <sup>(22,52,54)</sup>
Magno Malta (PR) <sup>(19)</sup>	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(18,42)</sup>
Roberto Cavalcanti (PRB) <sup>(18,41,45)</sup>	4. João Ribeiro (PR) <sup>(18,46)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) <sup>(39)</sup>	1. Valter Pereira (PMDB) <sup>(38)</sup>
Lobão Filho (PMDB) <sup>(37)</sup>	2. Romero Jucá (PMDB) <sup>(36)</sup>
Gerson Camata (PMDB) <sup>(7,10,35)</sup>	3. Geovani Borges (PMDB) <sup>(8,9,40,47,48,59,61)</sup>
Valdir Raupp (PMDB) <sup>(34,43)</sup>	4. VAGO <sup>(2,53,56,58,60)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Antonio Carlos Júnior (DEM) <sup>(28)</sup>	1. Gilberto Goellner (DEM) <sup>(26)</sup>
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(3,25)</sup>	2. Eliseu Resende (DEM) <sup>(30)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(6,12,24)</sup>	3. Marco Maciel (DEM) <sup>(1)</sup>
Efraim Morais (DEM) <sup>(23)</sup>	4. Kátia Abreu (DEM) <sup>(29)</sup>
Cícero Lucena (PSDB) <sup>(14)</sup>	5. Eduardo Azeredo (PSDB) <sup>(16,31)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(16,31)</sup>	6. Sérgio Guerra (PSDB) <sup>(15,49)</sup>
Papaléo Paes (PSDB) <sup>(17)</sup>	7. Arthur Virgílio (PSDB) <sup>(11,16,44)</sup>
<b>PTB <sup>(5)</sup></b>	
Sérgio Zambiasi <sup>(27)</sup>	1. Fernando Collor <sup>(27)</sup>
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz <sup>(13,33,50,51,55,57)</sup>	1. Cristovam Buarque <sup>(32)</sup>

**Notas:**

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
20. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
28. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
61. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira  
**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -  
**Telefone(s):** 3311-1120  
**Fax:** 3311-2025  
**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA****Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B ) <sup>(1)</sup></b>	
Flávio Arns (PSDB) <sup>(4,5)</sup>	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Maioria ( PMDB, PP )</b>	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )</b>	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

**Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira****Telefone(s): 3311-1120****Fax: 3311-2025****E-mail: scomcct@senado.gov.br**

**COMPOSIÇÃO  
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

**(Resolução nº 17, de 1993)**

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 05/03/2009

**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

**2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) <sup>(4)</sup>**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PR, PSB, PRB, PC DO B )			
VAGO (3)		1.	Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)		2.	Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO (1)		3.	Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)		4.	Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria ( PMDB, PP )			
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)		1.	Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)		2.	Romero Jucá (PMDB-RR)
VAGO (14)		3.	Mão Santa (PSC-PI) (13)
Paulo Duque (PMDB-RJ)		4.	VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria ( DEM, PSDB )			
VAGO (9)		1.	VAGO (6)
VAGO (12)		2.	VAGO (10)
VAGO (7)		3.	VAGO (8)
VAGO (11)		4.	VAGO (11)
VAGO (11)		5.	
PTB			
Gim Argello (DF)		1.	João Vicente Claudino (PI)
PDT			
João Durval (BA)		1.	Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Romeu Tuma (PTB/SP)			

**Atualização:** 22/12/2009**Notas:**

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRI, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>  
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Gilvam Borges, de acordo com o Requerimento nº 1712, de 2009, licencia-se, para tratamento de saúde, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo prazo de 121 dias, a partir de 22/12/2009.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Demóstenes Torres (DEM/GO) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) <sup>(1)</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>(2)</sup>	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) <sup>(1)</sup>	PTB

**Atualização:** 17/04/2008

**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo  
**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260  
**E-mail:**scop@senado.gov.br

**4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(3)</sup>**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Wellington Salgado de Oliveira (MG) <sup>(4)</sup>
<b>DEM</b>
Marco Maciel (PE)
<b>PSDB</b>
Lúcia Vânia (GO)
<b>PT</b>
Fátima Cleide (RO)
<b>PTB</b>
VAGO <sup>(2,11,12)</sup>
<b>PDT</b>
Patrícia Saboya (CE) <sup>(5,7,8)</sup>
<b>PR</b>
Magno Malta (ES) <sup>(1,6,9)</sup>
<b>PSB</b>
Renato Casagrande (ES)
<b>PRB</b>
Marcelo Crivella (RJ)
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE)
<b>PP</b>
Francisco Dornelles (RJ) <sup>(10)</sup>
<b>PSOL</b>
José Nery (PA)

**Atualização:** 01/12/2009**Notas:**

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme Of.GSEJUN nº 225/2009.
7. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
8. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
9. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
10. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
11. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
12. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

#### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Mão Santa (PSC-PI) <sup>1</sup>
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Damião Feliciano (PDT-PB) <sup>2</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

<sup>1</sup> Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

<sup>2</sup> O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senao.gov.br](mailto:scop@senao.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

## REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL COMPOSIÇÃO

**18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)**

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)<sup>12</sup>  
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)<sup>12</sup>  
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)<sup>12</sup>

### SENADORES

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEY TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO <sup>6</sup> (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) <sup>13</sup>
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS <sup>4</sup> (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY <sup>8</sup> (PSOL/PA)

### DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) <sup>10</sup>	1. MOACIR MICHELETTO <sup>7</sup> (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) <sup>11</sup>
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) <sup>14</sup>	1. LEANDRO SAMPAIO <sup>5</sup> (PPS/RJ)
GERALDO THADEU <sup>9</sup> (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO <sup>3</sup> (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO <sup>1</sup> (PP/SP)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880  
e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br) [www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

<sup>1</sup> Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

<sup>2</sup> Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

<sup>3</sup> Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

<sup>4</sup> Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

<sup>5</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

<sup>6</sup> O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

<sup>7</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

<sup>8</sup> Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

<sup>9</sup> Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

<sup>10</sup> Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

<sup>11</sup> Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

<sup>12</sup> Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

<sup>13</sup> O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

<sup>14</sup> Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

## **MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**PRESIDENTE:** Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil  
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880  
e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Deputado Damião Feliciano<sup>1</sup>

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

<sup>1</sup> O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.



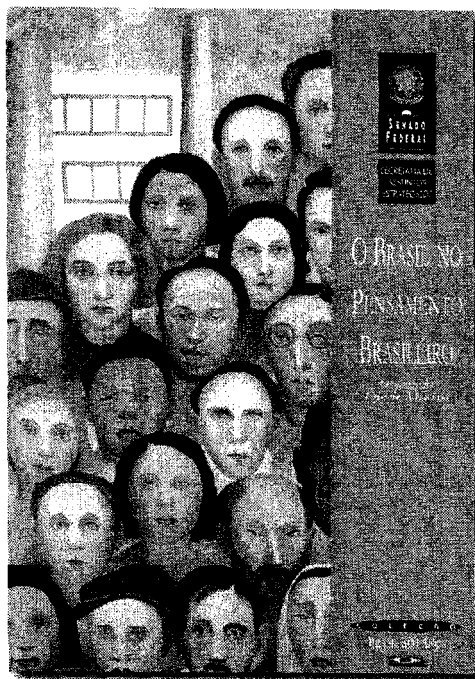
SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

### Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

## **PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL**

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$31,00
Porte de Correio	R\$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

## **PREÇO DE ASSINATURA ANUAL**

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$62,00
Porte de Correio	R\$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

**ug** – 00001  
**gestão** – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**  
**PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900**  
**CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.



Edição de hoje: 280 páginas

OS: 2010/10710